



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Evelin Melo Mintegui

**Relações entre políticas públicas de arquivo e cultura no subsistema político arquivístico
amplo brasileiro: o caso do Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de
Políticas Culturais**

Florianópolis
2021

Evelin Melo Mintegui

**Relações entre políticas públicas de arquivo e cultura no subsistema político arquivístico
amplo brasileiro: o caso do Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de
Políticas Culturais**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de Doutora em Ciência
da Informação, área de concentração Gestão da
Informação, linha de pesquisa Organização,
Representação e Mediação da Informação e do
Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Cezar Karpinski

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Mintegui, Evelin Melo

Relações entre políticas públicas de arquivo e cultura no subsistema político arquivístico amplo brasileiro : o caso do Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Políticas Culturais / Evelin Melo Mintegui ; orientador, Karpinski Cezar, 2021.

215 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Ciência da Informação. 2. Política pública. 3. Política pública arquivística. 4. Participação política. I. Cezar, Karpinski. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

Evelin Melo Mintegui

Relações entre políticas públicas de arquivo e cultura no subsistema político arquivístico amplo brasileiro: o caso do Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Políticas Culturais

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Cintia Aparecida Chagas, Dr.^a
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.^a Eva Cristina Leite da Silva, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Luciane Paula Vidal, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Ciência da Informação.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Cezar Karpinski, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2021.

AGRADECIMENTOS

À minha família base: Mãe Nancy, Madrinha Lily, Cristiani (e Martin), Cristieli (e Nathaly e Melany) e Jéssica. Minhas “amoras”, sempre presentes, sempre incentivando. Obrigada pelo amor sempre explícito e incondicional.

Ao Gianpaolo: obrigada pelo otimismo, por sempre me fazer rir, por me lembrar de perseverar.

Agradeço também à vida, que me permitiu esta oportunidade de mostrar para Silvia que é muito bom fazer as coisas que se deseja: que o desejo, para além da necessidade, também deve ser priorizado para que a vida tenha sabor. Agradeço, também, à própria Silvia. Obrigada, meu “beibi”, por me ajudar a colocar as coisas em perspectiva. Quando decidimos que você nasceria, achei que seria tranquilo “só” escrever a tese. Mas foi bem difícil. Depois, teve uma pandemia, e aí eu vi que era muito difícil mesmo. Mas veja só, eu consegui! Será que um dia você vai ler esse agradecimento? Se sim, saiba que não teria tido a menor graça sem você.

Aos colegas do PGCIN e do Grupo KOD: obrigada pela acolhida em Floripa, pelas contribuições no grupo de pesquisa, por me fazer sentir tão em casa.

Ao meu orientador, Cezar, pelo amparo e confiança, por ser sempre guia, nunca censor. Organizador de pensamentos aleatórios, fazedor de perguntas certas nas horas certas.

Aos membros da banca, pelas contribuições na qualificação e defesa.

Aos membros do extinto Colegiado Setorial de Arquivos do CNPC, que se dispuseram a participar da pesquisa, em especial à Dora (*in memoriam*).

À Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que oportunizou que eu cursasse o doutorado com afastamento das atividades de docência.

E aos alunos e ex-alunos do Curso de Arquivologia da FURG, com quem dividi espaços de aprendizagem, e que me provocaram a propor as ideias que foram aqui desenvolvidas.

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho foi compreender como se deu a relação entre as políticas públicas de arquivo e de cultura na atuação do Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Políticas Culturais, que construiu o Plano Setorial de Arquivos, entre os anos de 2012 e 2017, e foi extinto com a reorganização do conselho, ocorrida em 2020. Os objetivos específicos foram: analisar o processo de criação e atuação do colegiado e identificar a compreensão de seus membros sobre os arquivos no universo da cultura. A coleta de dados constituiu-se de levantamento documental e entrevistas. Para atingir o primeiro objetivo específico foi proposta análise de políticas públicas, por meio de um arranjo denominado COQ3, que incluiu categorias de análise associadas aos elementos básicos para descrição de um fenômeno de políticas públicas: como, onde, que, quem e quando. Para atingir o segundo objetivo específico foi realizada análise de conteúdo de 11 entrevistas gravadas com integrantes do Colegiado Setorial de Arquivos sobre os seguintes temas: arquivo, cultura, patrimônio, participação política, democracia e expectativas de futuro. As análises partiram do pressuposto de que o Colegiado Setorial de Arquivos fez parte de um fenômeno de políticas públicas, dentro do subsistema político arquivístico amplo, no *policy domain* da cultura. Tal fenômeno pôde ser caracterizado como uma *punctuation (Como)*, com possibilidades de incrementalismo, uma vez que o Sistema Nacional de Cultura, mais um elemento do fenômeno, foi constitucionalizado. O contexto (*Onde*) é explicado pelo modelo de estado neodesenvolvimentista que ocorria no período dos governos petistas no Executivo Federal do Brasil, que por meio de certo equilíbrio entre sistema de governo e sistema econômico permitiu maior participação da sociedade. A política envolvida foi de tipo regulatório, cujos instrumentos (Plano Nacional de Cultura e Plano Setorial de Arquivos) foram classificados como embasados em acordos (*Que*). Entre os atores políticos representantes do governo, destacou-se a Fundação Casa de Rui Barbosa. O perfil do grupo de participantes da sociedade civil demonstra que a maioria era graduada em Arquivologia ou História (*Quem*). Em relação ao ciclo de políticas públicas (*Quando*), foi observado o papel de captação de demandas e formulação, acompanhamento, incentivo, divulgação de iniciativas e avaliação de políticas públicas. A análise de conteúdo realizada nas transcrições das entrevistas evidenciou compreensões sobre arquivos enquanto aparelhos culturais, estruturas próprias de gestão, arquivos como patrimônio cultural e arquivos enquanto fonte de informação científica, além de perspectivas integradoras que entendiam a atuação do Colegiado Setorial como naturalmente complementar ao suporte oferecido pelas estruturas de políticas públicas arquivísticas específicas. Foi ainda constatado o empoderamento individual, grupal e político nas falas dos entrevistados. Conclui que o fenômeno de políticas públicas observado faz parte de um contexto interativo entre políticas culturais e de arquivos, e considera que a diversidade de concepções sobre os arquivos, muitas vezes na mesma entrevista, não constitui contradição, refletindo a transversalidade dos arquivos como objetos e instituições multidimensionais.

Palavras-chave: Política pública. Política pública arquivística. Participação política.

ABSTRACT

The overall objective of this work was to understand how the relationship between public policies on archives and culture took place in the performance of the Sectorial Collegiate of Archives of the National Council for Cultural Policies, which built the Sectorial Plan for Archives, between the years 2012 and 2017, and was extinguished with the reorganization of the council, which occurred in 2020. The specific objectives were to analyze the process of creation and performance of the collegiate and identify the understanding of its members about the archives in the universe of culture. Data collection consisted of a documental research and interviews. To reach the first specific objective, a public policy analysis was proposed, by means of an arrangement called COQ3, which included analysis categories associated with the basic elements for describing a public policy phenomenon: how, where, what, who, and when. To achieve the second specific objective, we conducted content analysis of 11 recorded interviews with former members of the Sectorial Collegiate of Archives on the following themes: archive, culture, heritage, political participation, democracy and expectations for the future. The analyses were based on the assumption that the Sectorial Collegiate of Archives was part of a public policy phenomenon, within the broad archival policy subsystem, in the policy domain of culture. Such a phenomenon could be characterized as a punctuation (How), with possibilities for incrementalism, since the National System of Culture, another element of the phenomenon, was constitutionalized. The context (Where) is explained by the neodevelopmentalist state model that was occurring in the period of the Labor's Party administrations in the Federal Executive of Brazil, which by means of a certain balance between the system of government and the economic system, allowed greater social participation by society. The policy involved was of a regulatory type, whose instruments (the National Culture Plan and the Sectorial Plan for Archives) were classified as agreement-based (What). Among the political actors representing the government, the Casa de Rui Barbosa Foundation stood out. The profile of the group of participants from civil society shows that the majority had a degree in Archivology or History (Who). In relation to the cycle of public policies (When), the role of capturing demands and formulation, monitoring, encouragement, dissemination of initiatives, and evaluation of public policies was observed. The content analysis carried out on the interview transcripts, showed understandings about archives as cultural devices, their own management structures, archives as cultural heritage and archives as a source of scientific information, in addition to integrative perspectives that understood the role of the Sectorial Collegiate as naturally complementary to the support offered by specific archival public policy structures. Individual, group, and political empowerment was also noted in the interviewees' statements. It concludes that the observed public policy phenomenon is part of an interactive context between cultural and archival policies. It considers that the diversity of conceptions about archives, often in the same interview, does not constitute a contradiction, reflecting the transversality of archives as multidimensional objects and institutions.

Keywords: Public policy. Archives and records policy. Political engagement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tendências teóricas no campo das políticas públicas	27
Figura 2 - Relatório de códigos e número de citações das entrevistas transcritas.....	63
Figura 3 - Cursos de graduação dos participantes da sociedade civil do CSA no CNPC	108
Figura 4 - Distribuição de Representantes do CSA por Região – 1ª Formação (2013-2015)	109
Figura 5 - Distribuição dos representantes do CSA por Região – 2ª Formação (2015-2017)	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definições de Macro e Microsistemas.....	35
Quadro 2 - Subdomínios da Política de Informação.....	38
Quadro 3 - Resumo dos objetivos e métodos da pesquisa.....	55
Quadro 4 - Resumo das categorias analíticas aplicáveis ao método COQ3	56
Quadro 5 - Protocolo de entrevistas e categorias predefinidas para análise de conteúdo	57
Quadro 6 - Fases e procedimentos da análise de conteúdo	59
Quadro 7 - Categorias para a codificação da análise de conteúdo	60
Quadro 8 - Referências amplas utilizadas na análise de conteúdo	61
Quadro 9 - Exemplos de leis e programas relacionados à política de informação no Brasil ...	65
Quadro 10 - Dispositivos legais ativados no processo de constituição do SNC e do PNC.....	85
Quadro 11 - Entes integrados do CNPC e suas competências	89
Quadro 12 - Composição do Plenário do CNPC e sucessivas alterações.....	90
Quadro 13 - Áreas Técnico-Artísticas e de Patrimônio Cultural conforme a edição dos decretos de organização do CNPC (2005-2015).....	92
Quadro 14 - Estratégias prioritárias definidas pelo Setor de Arquivos para a II CNC.....	94
Quadro 15 - Critérios para inscrição nas Eleições para Representação das Áreas Técnico-Artísticas e de Patrimônio do CNPC (2012)	99
Quadro 16 - Competências CSA relacionadas às suas funções.....	100
Quadro 17 - Moções, Recomendações e Ofício do Colegiado Setorial de Arquivos – CNPC em 2014	103
Quadro 18 - Situação organizacional de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos do Poder Executivo (Federal, Estaduais e Municipais).....	112
Quadro 19 - Presença das percepções sobre arquivos	131
Quadro 20 - Enumeração – Presença de indícios de empoderamento nas transcrições de entrevistas	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB	- Associação dos Arquivistas Brasileiros
ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEL	- Arquivo Edgar Leuenroth
AN	- Arquivo Nacional
ANCINE	- Agência Nacional de Cinema
BN	- Biblioteca Nacional
CBA	- Congresso Brasileiro de Arquivologia
CEDEM-UNESP	- Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista
CEDOC/FUNARTE	- Centro de Documentação da Fundação Nacional das Artes
CEPSH	- Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CFC	- Conselho Federal de Cultura
CGIbr	- Comitê Gestor da Internet no Brasil
CGU	- Controladoria Geral da União
CI	- Ciência da Informação
CIPOC	- Comitê de Integração de Políticas Culturais
CNARQ	- Conferência Nacional de Arquivos
CNC	- Conselho Nacional de Cultura
CNIC	- Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
CNPC	- Conselho Nacional de Política Cultural
CNPJ	- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CODEARQ	- Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos
CONARQ	- Conselho Nacional de Arquivos
CPA	- Curso Permanente de Arquivos
CPDOC-FGV	- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas
CSA	- Colegiado Setorial de Arquivos
CSMB	- Centro de Memória Social Brasileira
CTAv	- Centro Técnico Audiovisual
DASP	- Departamento Administrativo do Serviço Público

FBN	- Fundação Biblioteca Nacional
FCP	- Fundação Cultural Palmares
FCRB	- Fundação Casa de Rui Barbosa
FNC	- Fundo Nacional de Cultura
FNPM	- Fundação Nacional Pró-Memória
FUNARTE	- Fundação Nacional de Artes
GSISTE	- Gratificação Temporária dos Órgãos Centrais
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC	- Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
IBRAM	- Instituto Brasileiro de Museus
IEB	- Instituto de Estudos Brasileiros
IHSOB	- Instituto de História Social Brasileira
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAI	- Lei de Acesso à Informação
LGBT	- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGPD	- Lei Geral de Proteção de Dados
LIS	- <i>Library and Information Science</i>
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MEI	- Microempreendedor Individual
MinC	- Ministério da Cultura
PEC	- Proposta de Emenda à Constituição
PL	- Projeto de Lei
PNPI	- Programa Nacional de Patrimônio Imaterial
PSA	- Plano Setorial de Arquivos
SAI	- Secretaria de Articulação Institucional
SBI	- Sociedade Brasileira de Instrução
SERAD	- Secretaria de Radiodifusão
SFC	- Sistema Federal de Cultura
SINAR	- Sistema Nacional de Arquivos
SISG	- Sistema de Serviços Gerais
SPHAN	- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFF	- Universidade Federal Fluminense

- UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
- UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
- UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
- UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	OBJETIVOS	16
1.2	ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	16
1.3	JUSTIFICATIVAS	19
1.4	A TESE EM SUA ORGANIZAÇÃO TEXTUAL	20
2	conceituaÇÃO Do objeto e Do contexto para as análises.....	21
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS	21
2.1.1	Diferenciações: legislação, decisões políticas e políticas institucionais	21
2.1.2	Definições, abordagens teóricas e uma metodologia de análise de políticas públicas.....	24
2.2	AS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO.....	37
2.3	POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS ESPECÍFICAS	41
2.4	POLÍTICAS CULTURAIS	43
2.5	PARTICIPAÇÃO SOCIAL, EMPODERAMENTO, DEMOCRACIA E CAPITALISMO: CONCEITOS TRANSVERSAIS PARA O OBJETO DE ESTUDO	49
3	METODOLOGIA.....	54
3.1	PRIMEIRO OBJETIVO ESPECÍFICO.....	56
3.2	SEGUNDO OBJETIVO ESPECÍFICO.....	57
4	ASPECTOS HISTÓRICOS E CONSTITUTIVOS DO SISTEMA POLÍTICO ARQUIVÍSTICO AMPLO NO BRASIL	64
4.1	AS INSTITUIÇÕES E ATORES DAS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO	65
4.2	POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS ESPECÍFICAS	68
4.3	UM PANORAMA DAS CONFIGURAÇÕES DE CONSELHOS DE CULTURA: DA ERA VARGAS AO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	79
5	A POLÍTICA DE CULTURA, O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL E SEU COLEGIADO SETORIAL DE ARQUIVOS.....	83
5.1	A POLÍTICA DE CULTURA DOS GOVERNOS PETISTAS (2003-2016).....	83

5.1.1	O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPIC).....	88
5.1.2	O Colegiado Setorial de Arquivos.....	93
5.1.3	Configuração atual da estrutura de políticas públicas culturais no Brasil..	112
5.2	ANÁLISE COQ3.....	115
5.2.1	Como.....	115
5.2.2	Onde.....	116
5.2.3	Que.....	117
5.2.4	Quem.....	118
5.2.5	Quando.....	119
6	POLÍTICAS DE ARQUIVO E CULTURA NA COMPREENSÃO DE MEMBROS DO EXTINTO COLEGIADO SETORIAL DE ARQUIVOS.....	122
6.1	CONCEPÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS ENVOLVIDAS.....	123
6.2	A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E O LEGADO DO CSA.....	132
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
	REFERÊNCIAS.....	145
	ANEXO A.....	180
	APÊNDICE A.....	203
	APÊNDICE B.....	211

1 INTRODUÇÃO

O projeto que deu início a esta pesquisa partiu do interesse na relação entre políticas públicas arquivísticas e políticas públicas de patrimônio cultural no Brasil. Os dois tipos de políticas estariam, em última instância, voltados para a construção e a salvaguarda do patrimônio. No primeiro caso, o patrimônio arquivístico, definido como “Conjunto de arquivos de valor permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou município” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 130). No segundo caso, a preservação de um conjunto muito mais abrangente, mas do qual os arquivos, em tese, também podem fazer parte, como se reconhece no Art. 216 da Constituição de 1988: o patrimônio cultural.

Em princípio, quando os arquivos integrassem suas dimensões de gestão, acesso à informação, patrimônio, memória e cultura, teriam um potencial muito maior de contribuição e resposta da sociedade. Do ponto de vista analítico, esperava-se que a elaboração de medidas políticas em cada uma dessas dimensões levasse as demais em conta, promovendo alguma intersectorialidade.

O contexto do problema, no entanto, precisava de um objeto empírico. Nesse sentido, o Colegiado Setorial de Arquivos (CSA) pareceu um lócus bastante interessante para observar tais relações entre as diversas dimensões das políticas referidas. No Brasil, as políticas de cultura, patrimônio e arquivos não foram pensadas em conjunto. A explicação para isso envolve diversidade de espaço temporal, espaços institucionais, atuação de burocracia superespecializada ou, seu oposto, agentes sem qualquer envolvimento com o setor para o qual se criam as políticas. Desse modo, no caso de um colegiado especialmente voltado para os arquivos, se não as instituições e atores, ao menos as ideias sobre a relação entre essas dimensões teriam sido trazidas para a discussão. O fato de ser um espaço de sociedade civil em vantagem, pelo menos em relação aos membros vinculados ao poder público, nos faz pensar que o Plano Setorial de Arquivos é um instrumento de política pública pensado pela sociedade brasileira para os arquivos.

Os conceitos do campo de políticas públicas foram naturalmente incorporados, porque é com essa linguagem que o fenômeno observado se apresenta. Com tais conceitos se identifica de maneira apropriada todo o processo de elaboração do Plano Setorial de Arquivos (instrumento de política pública), pensado no contexto de continuidade de formulação, implementação e avaliação (ciclo de políticas públicas), por membros do governo e da sociedade civil (atores políticos individuais, coletivos, públicos e privados) em ambiente

institucional classificado como república federativa, organizada por meio de um sistema de democracia representativa.

No entanto, a opção pela análise de políticas públicas é de outra ordem. Ela expressa uma necessidade de identificar os elementos do fenômeno de políticas públicas em questão, para então compreender seus desdobramentos. Em complementação, incluiu-se o aporte da análise de conteúdo para que se vislumbrasse a compreensão dos atores políticos que fizeram parte da iniciativa em questão.

Considera-se que o CSA tenha sido um empreendimento sem precedentes no universo da cultura, uma vez que procurou incorporar demandas do setor de arquivos, o que pode ser observado não somente em seu principal produto (o Plano Setorial de Arquivos - PSA), mas também no teor das pautas de discussão e na análise da compreensão dos atores políticos individuais que dele participaram.

1.1 OBJETIVOS

Assim, este trabalho teve o objetivo de compreender como se deu a relação entre as políticas públicas de arquivo e de cultura na atuação do Colegiado Setorial de Arquivos (CSA). Para atingi-lo, foram propostos os seguintes objetivos específicos: analisar o processo de criação e atuação do CSA; identificar a compreensão dos membros do CSA sobre os arquivos no universo da cultura.

No percurso de pesquisa, foi possível perceber que as relações entre as políticas públicas relacionadas aos arquivos ocorrem em virtude de sua transversalidade, e que essa característica permite compreender o contexto em que os fenômenos de políticas públicas, a elas relacionados, ocorrem. Já na introdução é possível afirmar que políticas arquivísticas, culturais e de informação compõem esse contexto, constituindo um subsistema político. O conceito de subsistema político foi utilizado, portanto, para representar o ambiente em que estruturas legais e atores políticos interagem com instituições e ideias do fazer político de interesse.

Fica evidente a forte aderência deste trabalho ao referencial do campo de estudos de Políticas Públicas e Ciência Política. Nesse sentido, cabem considerações sobre a aderência do tema de pesquisa aos campos da Arquivologia e da Ciência da Informação.

1.2 ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A temática que envolve a relação entre políticas públicas e arquivos requer alguma

justificativa sobre os campos de conhecimento de onde partem os questionamentos. Entre eles, a questão da relação entre Arquivologia e Ciência da Informação (CI). Entende-se que cada uma dessas disciplinas científicas apresenta contexto de surgimento e especialidades próprios, e que elas podem ser integradas dependendo do objetivo de pesquisa.

A bibliografia da CI demonstra que esta surge da confluência de, ao menos, quatro fatores, apontados por Carlos Alberto Ávila Araújo (2018): a proposição pós-custodial estimulada pela documentação *otletiana*; o surgimento da biblioteconomia especializada nos Estados Unidos da América; o trabalho dos primeiros “cientistas da informação científica” na então União Soviética e Estados Unidos da América; e o desenvolvimento das tecnologias da informação, mais tarde inseparáveis das de comunicação. Este último aspecto contribui com a possibilidade de separar o conteúdo do contexto dos documentos produzidos, tornando a representação e a descrição fundamentais para a comutação. Nos anos 1960, esses fatores confluíram para a consolidação da CI, especialmente embasada na teoria matemática da comunicação e na teoria sistêmica (ARAÚJO, C. A. A., 2018).

A teoria matemática da comunicação foi desenvolvida pelos engenheiros Claude Shannon e Warren Weaver, que propunham uma lógica linear para transmissão de informações. Essa teoria teria influenciado as primeiras definições do objeto de estudo da CI, a qual se debruçava, então, sobre objetos eminentemente técnicos. Por sua vez, a teoria sistêmica, advinda da biologia e estruturada por Ludwig von Bertalanffy, privilegiava as perspectivas de ciclo e linearidade. No que se refere à CI, essas teorias, unidas de maneira complementar, teriam contribuído para a formação de um primeiro modelo para a área: o modelo positivista, fisicista ou mecanicista (ARAÚJO, C. A. A., 2018).

De acordo com Araújo (2014), a CI teria desenvolvido seis diferentes especialidades. A primeira delas seria derivada dos estudos sobre a informação científica, suas fontes e estratégias de divulgação. A segunda seria a de representação da informação, que teria como objetivo principal buscar a melhor maneira de representar a forma e o conteúdo de um documento, de maneira que se possa realizar a recuperação eficaz e eficiente, ou seja, a melhor linguagem de representação. A terceira dessas subáreas estaria representada pelos estudos de usuários da informação. A quarta, pela gestão da informação, a qual engloba toda uma corrente de estudos que considera a informação como um insumo a ser gerido e capaz de gerar valor nas organizações. A quinta subárea representa uma gama de estudos preocupados com a distribuição da informação, suas desigualdades e funcionamento — a economia política da informação. Por fim, a última subárea seria a de estudos métricos, que desenvolve referencial

especialmente voltado para medir os impactos de uso da informação (ARAÚJO, 2014).

Por sua vez, a Arquivologia, como Ciência Social aplicada, desenvolve um conjunto de saberes acumulados na prática, que se institucionaliza de maneira a criar um conjunto de teorias e reflexões. Com o tempo, os profissionais e estudiosos passam a reivindicar a retroalimentação dessas últimas, seja pela necessidade de dar conta de novos desafios nas práticas, seja pelo amadurecimento reflexivo das teorias.

Nessa lógica, Couture (2003) se referiu às funções arquivísticas como pontos de acesso a partir dos quais as atividades que fazem parte do cotidiano do arquivista se organizam, e que estariam presentes no tratamento de qualquer tipo de arquivo (instituições públicas, privadas, grandes ou pequenas). As funções arquivísticas foram, então, assim denominadas: produção, classificação, avaliação, aquisição, descrição, preservação e difusão (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Embora identificadas como atividades técnicas, entende-se que elas atuam como núcleos de geração e aplicação do conhecimento na Arquivologia, cada qual buscando relações interdisciplinares próprias e específicas em cada contexto de pesquisa. Por isso, podem ser compreendidas também como polos agregadores da teoria arquivística.

No entanto, não parece coerente afirmar que as discussões teóricas da Arquivologia estão reduzidas às reflexões suscitadas pelos polos/funções apresentados. Quer se tome como seu objeto de estudo os conjuntos de documentos, as instituições que os custodiam e aos quais proveem acesso, os próprios documentos ou as informações neles registradas, não há como deixar de reconhecer que todos esses aspectos fazem parte de um fenômeno social de criação e guarda dos registros de atividades. Gilliland, McKemish e Lau (2019) referem-se a essa amplitude de objetos e paradigmas da Arquivologia como “multiverso arquivístico”.

A partir da compreensão dos arquivos como fenômeno social de produção e guarda de registros, estudar os arquivos, ou fazer Arquivologia, requer, também, incorporar preocupações de outras ciências sociais, tanto aplicadas como humanas.

É nesse sentido que se considera a aproximação entre a Arquivologia e a Ciência da Informação. Tanto uma quanto outra têm, cada vez mais, incorporado questões sociais como parte ou contexto de seus objetos, ampliando aquilo que poderia ser considerado seu núcleo duro.

Já no que tange às chamadas perspectivas pós-custodiais na Arquivologia, foi Cook (1998) que chamou a atenção para a importância dos estudos pós-modernos e sua desconfiança quanto à neutralidade, verdade absoluta e racionalidade. De acordo com o autor, esses aspectos sociais devem ser levados em conta quando se estuda a constituição e a revisão dos objetos, métodos e abordagens dos arquivistas e da Arquivologia. Entre esses elementos, a questão da

custódia faz parte da finalidade dos arquivos, mas não pode ser a única preocupação da disciplina. O termo pós-custodial acaba por se referir a todo tipo de intervenção arquivística para além (mas incluindo) da guarda de documentos e seu tratamento e preservação, mas também a toda ação proativa no sentido de prover acesso às informações contidas nos documentos desde sua criação.

Discorrendo brevemente sobre essas duas perspectivas, uma comumente atrelada à CI e outra à Arquivologia, percebe-se que as duas disciplinas desenvolveram distintas especialidades a partir de pontos de interconexão. Por isso, podem ser mutuamente visitadas, ainda que concorram com seus próprios programas de pesquisa, no sentido proposto por Lakatos (apud SILVEIRA, 1996, p. 219).

Um programa de pesquisa constitui-se de um núcleo firme (conjunto de hipóteses ou teoria irrefutável por decisão dos cientistas), de uma heurística que instrui os cientistas a modificar o cinturão protetor (conjunto de hipóteses auxiliares e métodos observacionais) de modo a adequar o programa aos fatos. Um programa é progressivo quando prevê fatos novos e alguma destas previsões é corroborada; ele é regressivo quando não prevê fatos novos, ou, os prevendo, não são corroborados.

Assim, o tema relacionado a políticas públicas e arquivos pode ser localizado como parte dessa ampliação de escopo da CI e da Arquivologia em direção à compreensão e explicação dos fenômenos sociais, e, no caso desta proposta de pesquisa, também políticos. A especialidade da CI no que tange à política e economia da informação pode, neste caso, ser tomada como parte da construção do objeto de estudo dentro de uma agenda de pesquisa que parte do uso social dos arquivos.

1.3 JUSTIFICATIVAS

Este estudo, portanto, justifica-se como parte do esforço de desenvolvimento de pesquisas que possam aproveitar as contribuições da CI, tendo como objeto os arquivos. Nesse mesmo sentido, estudos de análise de políticas públicas na CI são escassos, embora apontados como uma linha interessante para compreender os arquivos como parte das estruturas políticas e sociais, como se verá na próxima seção.

Entre as justificativas pessoais, coloca-se a questão da dupla formação da autora da presente tese, que além de graduada em Arquivologia, também tem formação em Ciências Sociais (graduação e mestrado). Assim, unir essas diferentes formações é o resultado de uma história acadêmica, mas também de certa maturidade que permite que esses interesses em

distintas disciplinas sejam reunidos de maneira multidisciplinar.

Ao atuar na docência em Arquivologia — especialmente por meio da disciplina de Política e Legislação em Arquivos, mas não somente — foi possível perceber a lacuna que a falta de compreensão consistente acerca do sistema político provoca no processo de aprendizagem de arquivistas, bem como em seu pensamento crítico e participação política. Os arquivos, como resultados da ação humana, são objetos muito importantes para compreender como pensa determinada sociedade. No caso desta pesquisa, a ideia fundamental que sustenta as questões sobre políticas públicas arquivísticas é a de entender como a sociedade pensa, ou sonha, seus arquivos, especificamente considerando como o Colegiado Setorial de Arquivos do CNPC, pensou e sonhou os arquivos voltados para a cultura.

1.4 A TESE EM SUA ORGANIZAÇÃO TEXTUAL

Na segunda e próxima seção são apresentadas definições teóricas importantes para o entendimento da abordagem do estudo. A seção 3 apresenta a construção metodológica organizada para a pesquisa. Na seção 4 é apresentada a contextualização dos atores e instituições relacionados a políticas arquivísticas, culturais e informacionais no Brasil. As seções 5 e 6 foram construídas de maneira a demonstrar o cumprimento de cada objetivo específico, ou seja, são seções de resultados e discussão: a seção 5 apresenta os dados e uma análise que descreve a estruturação do fenômeno de políticas públicas observado; a seção 6 apresenta duas subdivisões, sendo que a primeira é composta por dados e interpretações relacionados à análise de conteúdo realizada sobre transcrições das entrevistas realizadas, e a segunda subdivisão é dedicada ao apanhado de dados e análise da constituição e do histórico do CSA.

Por fim, a seção de considerações finais apresenta de forma condensada os resultados e análises, reflete sobre os limites da pesquisa e propõe mais questionamentos relacionados ao tema e às metodologias utilizadas.

2 CONCEITUAÇÃO DO OBJETO E DO CONTEXTO PARA AS ANÁLISES

Esta seção apresenta definições teóricas sobre políticas públicas, seu campo de pesquisa e abordagens teóricas. Destaca-se a relevância dos conceitos de *policy domain*, subsistema político e fenômeno de políticas públicas, os quais são utilizados para embasar a proposta de análise do Colegiado Setorial de Arquivos como parte de um fenômeno de políticas públicas, no *policy domain* da cultura, constituindo um subsistema político arquivístico amplo. Em seguida, definem-se políticas que compõem o subsistema político arquivístico: políticas de informação, políticas arquivísticas e políticas de cultura.

Para finalizar, são discutidos ainda conceitos adjacentes, mas importantes para a compreensão do escopo da pesquisa. Entre eles, os conceitos de participação política, empoderamento, capitalismo (seus modelos de Estado) e democracia, considerados relevantes para compreender o fenômeno de um conselho participativo, como foi o Colegiado. Dessa forma, a presente seção procura embasar tanto a análise de políticas públicas quanto a análise de conteúdo que foram realizadas nesta pesquisa.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Quando se fala em políticas públicas é preciso ter em mente as referências tanto aos objetos de estudo quanto ao campo científico que se dedica a eles. Isto porque existem diversas concepções sobre o que seriam propriamente políticas públicas, que acabam por motivar diferentes abordagens, as quais constituem um universo de apropriações teóricas também distintas.

Diferenciar políticas públicas de decisões políticas, da legislação e de políticas institucionais também parece relevante para sua análise no universo dos arquivos.

2.1.1 Diferenciações: legislação, decisões políticas e políticas institucionais

De acordo com Rua (1998), “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”. Um exemplo de decisão política seria a emenda constitucional para reeleição presidencial. As políticas públicas vão além do escopo de uma decisão política. Elas envolvem ações estratégicas para executar as decisões tomadas, como nos casos da privatização de estatais e da reforma agrária. Decidir

implica em optar por determinada alternativa, adequando os fins aos meios e às preferências dos atores envolvidos.

A compreensão da forma política também é relevante para compreender os limites das políticas públicas, pois estas não são a forma exclusiva, recorrente e estruturada de ação coletiva: elas convivem ou coexistem com outras maneiras de organização política, como, por exemplo, o corporativismo¹, o mandonismo local², o coronelismo³ e o populismo⁴ (DI GIOVANNI, 2009).

Outra distinção necessária é a que se faz entre política pública e a própria legislação. Elas não podem ser tomadas como sinônimos, uma vez que nem toda política pública tem como resultado uma regulamentação. Por outro lado, a legislação pode fazer parte daquilo que se entende como a estrutura substantiva de uma política, que de acordo com Di Giovanni (2009) compreende os atores, os interesses e regras de uma política pública.

Também se faz pertinente diferenciar as políticas públicas das políticas institucionais, uma vez que, para os fins práticos da implementação, essas duas espécies de políticas podem condicionar-se mutuamente. Tanto as políticas públicas quanto as institucionais se materializam em registros (programas, planos, projetos), assim como ambas estão voltadas para a resolução de um problema⁵.

No caso das políticas públicas, uma situação problemática precisa ser reconhecida, passando de um estado de coisas para a condição de problema político. Nesse momento, o problema pode vir a ser parte da grande lista de coisas a fazer dos governos — a agenda pública. De acordo com Rua (1998), o planejamento de atividades pode advir de demandas e pressão da sociedade ou da execução de uma estratégia de poder político, com maior ou menor participação dos cidadãos de acordo com o sistema em vigor. Em todo caso, as políticas públicas passam

¹ Corporativismo: “Derivado da palavra latina *corpus* (corpo), o conceito de corporativismo refere-se basicamente a três fenômenos distintos, que eventualmente podem manifestar-se de maneira combinada: uma doutrina de organização social baseada em entidades representativas de categorias profissionais e na defesa intransigente de seus interesses, uma ideologia de extrema-direita que prega a subordinação da sociedade pelo Estado, e um sistema de representação e articulação de interesses publicamente reconhecidos como legítimos” (NOGUEIRA, 2018, p. 206).

² Mandonismo: “Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política” (CARVALHO, 1997).

³ Coronelismo: “[...] sistema de barganhas entre o governo e os coronéis, no qual se articula uma cadeia de subordinação vertical entre governadores, chefes políticos municipais e eleitores” (KERBAUY, 2018, p. 204).

⁴ Populismo: “Normalmente é empregado como expressão de posturas políticas ou administrativas negativas, avessas a procedimentos legais, à racionalidade técnica em termos de gestão pública e aos mecanismos de representação e intermediação de interesses” (NOGUEIRA, 2018, p. 799).

⁵ Política definida como “Conjunto de objetivos comuns e inter-relacionados visando solucionar uma problemática”. (ALLEM, 1999, p. 150).

necessariamente pelas estruturas de governo. Sendo assim, seu alcance é determinado pelos limites da organização política do Estado em suas instâncias federal, estadual ou municipal.

Já no caso das políticas institucionais, o problema a ser resolvido parece ser o do cumprimento da missão para a qual a organização existe. Políticas institucionais teriam origem no processo de planejamento estratégico de uma organização, passando obrigatoriamente pelo nível executivo decisor da entidade, com maior ou menor participação de seus colaboradores internos e externos, dependendo da vocação da instituição. E, evidentemente, as políticas institucionais têm alcance restrito à própria organização na qual se originam e para a qual se destinam. No âmbito das instituições, uma política é um conjunto de “decisões prévias e padronizadas, que delimitam a faixa de ação para o comportamento, dizendo o que se deve fazer em casos particulares”. (MAXIMIANO, 2006, p. 191).

Assim, políticas públicas podem afetar diretamente as políticas institucionais, seja por provocar alterações nas normas de funcionamento das organizações e em seus planos de ações e metas, ou propondo novas funções e atividades, por exemplo. O tempo de resposta e a qualidade da incorporação da proposta advinda de políticas públicas nas políticas institucionais podem variar entre a pronta atualização e a preterição, seja esta intencional ou não. No caso da preterição, os entraves que podem atuar para que a política pública não seja absorvida pela política institucional podem figurar a insuficiência de recursos orçamentários e de profissionais capacitados, bem como o tipo de cultura e de ambiente organizacional.

A interação entre os ambientes institucionais e ambientais (incluindo-se aqui as políticas públicas) é possível de ser compreendida e planejada por meio do conceito de governança.

Em um sentido amplo, governança diz respeito à cultura e ao ambiente institucional em que os cidadãos e as partes interessadas interagem entre si e participam dos assuntos públicos. É mais do que os órgãos do governo. [...]. A governança trata de como o poder é distribuído e compartilhado, como as políticas são formuladas, as prioridades definidas e as partes interessadas responsabilizadas (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2020, tradução nossa)⁶.

Assim, trata-se de um âmbito que é prévio à gestão, distinto desta última. No plano governamental público, governança refere-se, nessa acepção ampla, ao “processo pelo qual a sociedade gere a si mesma” (MARCIANO, 2006, p. 40).

Por outro lado, o conceito de governança corporativa costuma representar os estratos

⁶ Citação original: “*In a broad sense, governance is about the culture and institutional environment in which citizens and stakeholders interact among themselves and participate in public affairs. It is more than the organs of the government*”.

aos quais a organização deve se submeter, definindo relações contratuais entre os *shareholders* (acionistas) e os *stakeholders* (agentes – quadro da gerência ou diretor executivo), geralmente monitoradas por estruturas internas e externas à entidade (MARCIANO, 2006). Tais estratégias de regulação são conhecidas pela função de *compliance*. De acordo com Manzi (2008), há diferenças entre as funções de auditoria e *compliance*: a auditoria interna seria pontual, embora periódica, com metodologia específica. Por sua vez, o *compliance* atuaria no dia a dia, inserindo-se no contexto da cultura organizacional.

2.1.2 Definições, abordagens teóricas e uma metodologia de análise de políticas públicas

Retomando a questão das políticas públicas, entende-se que para estudá-las é preciso partir de uma definição e construir uma proposta de análise com metodologias consistentes e coerentes.

Enquanto objeto de estudo, as políticas públicas podem ser definidas como “processos complexos e multidimensionais que se desenvolvem em múltiplos níveis de ação e decisão” nos quais se “envolvem diferentes atores [...] visando a resolução de problemas públicos, mas também a distribuição de poder e recursos” (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017, p. 12). Cabe lembrar, como pondera Souza (2006), que não há uma única ou melhor definição de política pública. Ela varia conforme variam também as ênfases e o papel dos governos na criação de respostas às demandas públicas por eles reconhecidas.

Enquanto campo de estudos, por dedicar-se à questão do funcionamento do poder, as análises de políticas públicas partem de fundamentos da ciência política, mas um pouco deslocados de seus questionamentos clássicos — como as questões acerca do que seria um bom governo ou sobre qual a melhor forma de tomar decisões políticas. Trata-se de uma corrente de estudos de caráter pluridisciplinar, com contribuições da economia, psicologia, sociologia, história e estudos organizacionais, com o objetivo de explicar a lógica da ação pública (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017).

Existem diversas definições, propostas de abordagem e modelos de análise de políticas públicas. De maneira sintética, entretanto, pode-se filtrar entre os elementos principais das políticas públicas:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.

- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subseqüentes [sic] após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 36-37).

Os elementos pontuados por Souza (2006) podem servir como pontos-guias na identificação de políticas públicas.

Levando em conta a terminologia específica do campo de estudos, é conveniente definir alguns termos que ocorrem de maneira frequente e em sua forma original (na língua inglesa) na literatura, cuja tradução fora de tal contexto não é equivalente ou apropriada. São eles *polity*, *politics* e *policy*.

De acordo com Frey (2000), *polity* refere-se àquilo que ordena o sistema político: a estrutura do sistema político-administrativo, ou seja, as instituições. Já *politics* é o termo que se refere aos processos políticos, no sentido de ressaltar as dissidências e embates acerca da definição de objetivos e distribuição de recursos. Por sua vez, *policy* refere-se, tradicionalmente, a conteúdos concretos das políticas, contemplando as dimensões técnicas e materiais das decisões.

Couto (2019) explica essas distintas dimensões colocando que a *polity* estaria ligada à normatividade constitucional, tratando-se daquilo que se pode entender como as regras mais amplas do jogo da política, circunscrevendo as condições para a *politics* e as *policies*. Assim, a *polity* teria como característica formal o pacto entre os diversos atores políticos e como característica substantiva a generalidade. Já a dimensão da *politics* tem como característica formal o relacionamento dinâmico entre os atores políticos e como característica substantiva os aspectos de conflito ou cooperação que marcam os embates e as coalizões políticas. Por sua vez, a *policy* caracteriza-se como uma dimensão de normatividade governamental, com a característica formal de apresentar-se como resultado do jogo político, representando a vitória ou a derrota dos diferentes atores. A *policy* é específica.

Couto (2019) coloca que essas diferentes dimensões podem apresentar-se de maneiras distintas, dependendo da sociedade em que estão inseridas. Diversas questões que poderiam ser consideradas *policies* podem acabar, por sua relevância no contexto, sendo fixadas na *polity*, isto é, estabilizadas na estrutura constitucional. Entende-se que este é um fator relevante a ser considerado na definição de uma política pública. O autor levanta, ainda, a questão da continuidade de *policies* e sua relação com a constitucionalização, ou seja, transformação em

polity. Esse aspecto é bastante relevante para o contexto desta pesquisa e, por isso, segue-se a discussão neste ponto específico.

Para a continuidade de políticas públicas é necessário um conjunto de fatores que contribuem com sua resiliência (coalizão de interessados, problemas de coordenação e investimentos dos atores) e a constitucionalização pode ou não impactar nesse sentido.

Por um lado, a constitucionalização importa para a continuidade das políticas quando a constituição dispõe de mecanismos que a protegem: os cidadãos se mobilizam em sua defesa, as regras de emendamento são difíceis, e o judiciário é independente e dotado do poder de exercer o controle de constitucionalidade. Por outro lado, a constituição é relevante quando a *policy* não possui fontes de resiliência por si só: são poucos e/ou fracos os atores interessados na sua preservação, os problemas de coordenação em prol de uma alternativa podem ser facilmente superados, e a política não criou um processo de retroalimentação. Caso a política pública possua ou desenvolva tais mecanismos de sustentação, a importância da constitucionalização para sua continuidade diminui. (COUTO; LIMA, 2016, p. 1080).

O refinamento da compreensão dos termos *polity*, *politics* e *policy* permite a compreensão do desenvolvimento desse campo de estudos e suas implicações para a escolha de abordagens que melhor se apliquem ao contexto de análise.

Assim, pode-se compreender que as primeiras formas de organização dos então chamados *policy studies* estavam justamente voltadas para os ‘conteúdos’ da ação pública. Além de procurar usar a racionalidade para compreender a ação do Estado, especialmente através de medidas quantificáveis, essa primeira configuração demonstra, com a delimitação do conteúdo daquilo que os governos fazem como seu objeto, a demarcação de um campo científico diferenciado da ciência política. É dessa primeira configuração que emergem máximas como *policy determines politics* (LOWI, 1992 apud FREY, 2000), ou seja, o conteúdo das medidas de governo determina o processo político.

Entre diversas classificações sobre as abordagens de estudo das políticas públicas, é interessante a esquematização feita por Regonini (2001), que apresenta quatro tendências teóricas no campo das políticas públicas, distribuídas nos seguintes campos representativos: *rational analysis*, *public policy*, *public choice* e *policy inquiry*.

Figura 1 - Tendências teóricas no campo das políticas públicas

		prescritiva	FINALIDADE	descritiva
MÉTODO	indutivo	<i>POLICY INQUIRY</i>		POLÍTICAS PÚBLICAS <i>(public policy)</i>
	dedutivo	ANÁLISE RACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS <i>(rational policy analysis)</i>		ESCOLHA PÚBLICA <i>(public choice)</i>

Fonte: Regonini (2001, p. 87. Tradução nossa).

De acordo com Regonini (2001), a *policy analysis* foi estabelecendo seu lugar no meio acadêmico americano através de uma postura normativo-prescritiva, até assumir a nomenclatura de análise racional de políticas públicas — *rational policy analysis* (RPA). Esta teria prosperado a partir da aproximação com os campos de gestão e administração pública. (REGONINI, 2001). A RPA tem como pressuposto uma forma de governo que age com racionalidade e cálculo.

Pode-se compreender que os *policy studies* começaram se dedicando a explicar o processo de produção das políticas, enquanto a *policy analysis* tinha o objetivo de fornecer subsídios para políticas públicas. Nessa perspectiva, desenvolveram-se diversas subteorias e modelos aplicáveis.

Por outro lado, na Europa desenvolviam-se estudos menos normativos e mais descritivos, identificados como *policy inquiry*. Em lugar de uma abordagem que se basearia em uma lógica cartesiana e estadocêntrica, a autora propõe uma maior absorção da *inquiry* (indagação). Nesse movimento haveria a proposta de deixar de considerar o Estado como um bloco centralizador das decisões públicas e permitir a inclusão de outros atores como parte dos processos políticos.

Por sua vez, a abordagem da *public choice* é definida por Pereira (1997) como um programa de pesquisa aplica muito dos métodos das ciências econômicas aos objetos da ciência política. Na esteira dos estudos que se dedicam a compreender os desafios e fracassos do

*welfare state*⁷, a *public choice* se dedicou ao que poderia ser identificado com os fracassos do governo, em lugar dos fracassos do mercado. Por isso, teria sido aproveitada ideologicamente por aqueles que defendem uma menor intervenção estatal na economia. Entretanto, o autor pontua que essa corrente não deve ser confundida com o próprio neoliberalismo, que pode ser identificado com uma ideologia, enquanto a *public choice* é um programa de pesquisa.

Muito do que se identifica com os fracassos do governo nessa corrente de estudos está relacionado com o funcionamento da democracia e suas esferas de decisão, seja no campo eleitoral, seja nas instâncias legislativas e executivas, dando maior ênfase ao aspecto pragmático do que o idealizado. Geralmente concentra-se em políticas que envolvam votos e grupos de interesse (*lobbies*).

Entre os elementos da *public choice* encontram-se a análise positiva e a análise normativa das políticas. A análise positiva é essencialmente a previsão do resultado de escolhas coletivas, usando regras e procedimentos alternativos, que levam ao uso de teoremas e corolários cada vez mais complexos, considerando os ambientes e arenas de escolha. A análise normativa procura identificar quais normas e instituições interferem nos processos de escolha pública, contribuindo com mais informações para o cálculo de previsões de escolha.

Completando a tipificação realizada por Regonini (2001), emerge o que se pode identificar como a corrente do *public policy*, que se desenvolve em um sentido mais descritivo que prescritivo. Entende-se que sua aplicação requer a consideração do contexto bem como do tipo de política a ser analisada, contrapondo-a com a proposta da *policy analysis* e sua variante RPA.

De acordo com Frey (2000), a busca por variáveis dependentes e independentes da *policy analysis* tradicional seria inadequada para a maior parte dos casos empíricos. Para compreender a gênese e o percurso de um programa ou plano, seria preciso atenção aos arranjos institucionais, atitudes e objetivos dos atores políticos, instrumentos de ação e estratégias políticas. Ou seja, não existiriam leis globais de determinação entre *policy*, *politics* e *polity*, uma vez que todas essas dimensões estão entrelaçadas e se influenciam mutuamente.

Outro fator apresentado por Frey (2000) é a questão da aplicabilidade da *policy analysis* para países cuja institucionalização é menos estável – como as democracias latino-americanas e as do leste da Europa. Para superar essa limitação, o autor propõe a inclusão de elementos de

⁷ O “Estado do bem-estar” (*Welfare state*), ou Estado assistencial, pode ser definido, à primeira análise, como Estado que garante “tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo o cidadão, não como caridade, mas como direito político” (WILENSKY, 1975 apud BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 416)

duas vertentes de estudos: o neoinstitucionalismo e a análise de estilos políticos. A contribuição do primeiro seria a de trazer para o plano de análise as estruturas que condicionam as políticas, sem, no entanto, considerá-las como a variável a partir da qual todas as explicações poderiam ser derivadas. Da análise de estilos políticos, que procura descobrir padrões de comportamento dos atores políticos individuais e coletivos, poderia ser incorporado o interesse no caráter subjetivo envolvido nas disputas dos conteúdos.

Descrever densamente um **fenômeno de políticas públicas** requer circunscrever minimamente as seguintes variáveis: *Como* (estilos de política pública); *Onde* (variável espacial, contexto institucional no qual a política pública está inserida); *Que* (conteúdo da política pública); *Quem* (atores que moldam a política pública); *Quando* (variável temporal, fases do processo de política pública) (REGONINI, 2001). Secchi (2008) utiliza esses elementos para construir um esquema de análise que denomina de COQ3⁸.

O COQ3 trata-se de um guia que permite mapear um fenômeno de política pública, seguindo um processo descritivo e indutivo, permitindo que o analista focalize os elementos que melhor permitam atingir seus objetivos (SECCHI, 2008). Assim, pode-se localizar essa metodologia dentro do polo de *public policy* apresentado por Regonini (2001).

Secchi (2008) afirma que, no esquema COQ3, pode ser que o interesse de pesquisa repouse sobre uma variável apenas, ou que haja situações nas quais seja necessário o enfoque em mais de uma, ou na inter-relação entre elas. No entanto, as cinco variáveis apontadas pelo autor conformariam o “mapa daquilo que o analista pode perguntar no momento em que prepara um estudo de política pública” (SECCHI, 2008, p. 5).

Além de essas variáveis serem básicas no processo de descrição, elas ainda podem ser utilizadas para organizar as relações causais entre si, permitindo inferências explicativas dos fenômenos de políticas públicas.

O COQ3 propõe a inclusão de categorias analíticas consolidadas nos *policy studies*. Cabe considerar que o uso de tipologias, resultantes da categorização, requer comedimento. Entre as limitações do uso de tipologias, apontadas por Secchi (2014), estão o fato de que elas são redutoras da realidade, podem não conseguir expressar o meio termo no caso de variáveis qualitativas, assim como dificilmente são exaustivas e exclusivas.

⁸ Secchi refere-se ao COQ3 como um *framework*, termo que pode ser compreendido de maneira ampla (OSTROM, 2011) ou específica (BEM; COELHO, 2014). Como na fonte consultada não há uma definição explícita do sentido do termo, optou-se por utilizar a palavra *esquema*, que o próprio autor utiliza de maneira sinônima a *framework*, para referir-se à operacionalização da análise de políticas públicas proposta.

Entre as categorias que podem ser utilizadas para a análise da variável *Como*, conforme proposto para o COQ3, Secchi cita a classificação de estilos de políticas públicas e os modelos de política pública. A classificação de estilos políticos leva em conta o relacionamento entre atores sociais e governamentais (consensual ou impositivo), com a forma de solucionar problemas (proativa ou impositiva) (SECCHI, 2008). Por sua vez, os modelos de política pública procuram representar o *Como* das políticas públicas por meio de seu desenvolvimento, tenha ele se dado por ruptura, de forma incremental, de acordo com o padrão de equilíbrio interrompido. Essa abordagem foi desenvolvida por Baumgartner e Jones, para quem

Os processos políticos são geralmente caracterizados por estabilidade e incrementalismo, pontuado ou interrompido, ocasionalmente, por mudanças de larga escala. A estabilidade, mais que as crises, caracterizaria a maioria das áreas de política, mas as crises ocorrem. (BAUMGARTNER; JONES apud ARAÚJO; RODRIGUES, 2017, p. 24).

Para Araújo e Rodrigues (2017), o modelo do equilíbrio interrompido teria sido desenvolvido de maneira a explicar interrupções (*punctuations*) e estabilidades (*stasis*), sendo que o mesmo sistema institucional geraria tanto alterações discretas (incrementais) como as mais drásticas (rupturas).

As categorias analíticas que costumam ser associadas à variável *Onde*, especialmente no caso de políticas sociais, são derivadas das distinções da sociologia clássica (modelos de Estado de Bem-Estar social, liberal, residual, social-democrático, corporativo etc.). Também podem ser utilizadas categorias derivadas das características dos ambientes institucionais e seu conjunto de regras formais e informais, dos regimes, formas de governo e densidade jurídica, especialmente quando se compara distintos países. No caso de uma análise infranacional, essas categorias podem ser adaptadas para reportarem regiões, estados, cidades e grupos sociais (SECCHI, 2008).

Entre as categorias que podem ser utilizadas para analisar a variável *Que* estão aquelas relacionadas a seu propósito. De acordo com Secchi (2008), a tipologia mais referenciada é a de Lowi (1964 apud SECCHI, 2008), que distingue as políticas públicas entre regulatórias, distributivas, redistributivas e constitutivas.

As políticas regulatórias são aquelas que se referem a ordens e proibições, geralmente dando origem a decretos e portarias. Podem beneficiar tanto grupos amplos como interesses particulares e restritos. Conflito, consenso ou coalizão podem existir e modificar-se de acordo com a configuração específica (FREY, 2000). Assim, as políticas regulatórias estabelecem “padrões de serviços ou produtos para atores públicos e privados” (SECCHI, 2008, p. 13).

Políticas distributivas, por sua vez, são aquelas destinadas a muitos destinatários, mas

em escala relativamente pequena. Apresentam baixo grau de conflito, distribuem vantagens e não acarretam custos aparentes para outros grupos (FREY, 2000). Além disso, esse tipo de política gera “benefícios concentrados para alguns grupos e custos difusos para toda a coletividade/contribuinte” (SECCHI, 2008, p. 13).

Existem também as políticas são as redistributivas, que estão orientadas para conflito, uma vez que geram deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos ou outros valores para uma área da sociedade. Elas “cedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores, e implicam em custos concentrados sobre outras categorias de atores” (SECCHI, 2008, p. 13).

Já as políticas constitutivas ou estruturadoras são aquelas que definem as regras do jogo, as condições gerais sob as quais se negociam os demais tipos de políticas: criação e estruturação de instituições, sistema de governo, sistema eleitoral (FREY, 2000). De acordo com Secchi (2008, p. 13) elas são “meta-polícies”.

Para analisar o *Que* de uma política pública, complementando o método de Secchi (2008), acrescenta-se, nesta pesquisa, o conceito de instrumento de política pública. Define-se a instrumentalização da ação pública como “[...] O conjunto dos problemas colocados pela escolha e o uso dos instrumentos (técnicas, meios de operar, dispositivos) que permitem materializar e operacionalizar a ação governamental”. (LASCOURMES; LES GALÈS, 2012, p. 20).

Lascoumes e Les Galès (2007) categorizam os instrumentos de políticas públicas em cinco tipos. Os primeiros dois tipos são os legislativos/regulatórios e os econômicos/fiscais. Trata-se de instrumentos tradicionais, o primeiro deles derivado da figura do Estado como agente principal do interesse público, sendo esses instrumentos emanados das autoridades que representam a comunidade; já o segundo está ligado à figura do Estado como provedor de riqueza e à busca do bem comum através da eficiência econômica. Os três últimos tipos de instrumentos elencados pelos autores são compreendidos por eles como ‘novos instrumentos de políticas públicas’, uma vez que oferecem novas formas de regulação pública, menos intervencionistas que os dois primeiros. Assim, o Estado interventor, com o papel de restringir, dá lugar a um Estado muito mais mobilizador e coordenador, com o papel de integrar e tornar coerentes as distintas demandas sociais. Seriam esses três os instrumentos embasados em acordos, em informação e os *de jure/de facto standards*.

Os instrumentos embasados em acordos procuram uma interação direta com a sociedade civil, sendo por essa interação legitimados. Por sua vez, os instrumentos embasados em

comunicação e informação são aqueles legitimados pela necessidade de prestar contas e atualizar os cidadãos das decisões tomadas pelo Estado. Já os *de jure/de facto standards* seriam aqueles dedicados a permitir ajustes nas relações entre Estado e sociedade civil, ou que se propõem a regular a competição (no caso de questões mercadológicas). Estes últimos seriam legitimados por questões em parte técnico-científicas e em parte derivadas de negociação democrática (LASCOURMES; LES GALES, 2007).

Para a variável *Quem* são atribuídas categorias aos tipos de atores que participam do processo de construção ou implementação de uma política pública: “partidos políticos, sindicatos, meios de comunicação, mídia, funcionários públicos, grupos de interesse, cidadãos comuns, *policy networks*, etc.” (SECCHI, 2008, p. 14). De acordo com Rua (1998), os atores políticos são diversos, e podem ser classificados como públicos (políticos e burocratas) e privados (empresários e trabalhadores — individual ou coletivamente —, agências financeiras internacionais, organizações não governamentais e a mídia).

Na categorização dos atores, destaca-se o conceito de *policy network*, citado no parágrafo anterior. Trata-se de interações entre diferentes instituições e grupos, como o executivo, o legislativo e a sociedade, na gênese e implementação de uma determinada *policy*, compondo redes de relações sociais que se repetem, menos formalizadas do que aquelas mediadas por instituições. Costumam apresentar barreiras de acesso, as quais tendem a ser maiores quanto menor o grupo que compõe a rede. As *policy network* podem apresentar distintas linhas demandantes — as *network issues*, configurando sub-redes que se organizam em torno de questões mais estreitamente delimitadas. Diferentes *network issues* costumam rivalizar entre si, mas acabam criando laços de solidariedade para defesa e ação contra outras *policy networks* (FREY, 2000).

Para o mapeamento de *network issues* seria necessário imergir no campo de interações dos processos de formulação de políticas públicas. No caso desse tipo de abordagem, seria necessário, para apontar marcadores seguros, entrevistar o maior número possível de participantes. Considerações sobre este ponto são feitas na seção metodológica.

Para a variável *Quando*, Secchi (2008) aponta como principal categoria analítica a abordagem do ciclo de políticas públicas. O ciclo de políticas públicas pode ser compreendido como um modelo de análise de políticas públicas (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017), mas pode ser abordado como uma ferramenta heurística de caráter dinâmico que permite visualizar elementos do processo político-administrativo (FREY, 2000). Trata-se de um esquema temporal que permite localizar os eventos de maneira a permitir a criação de pontos de referência.

Existem diversas elaborações do ciclo de políticas públicas. Para Howlett, Ramesh e Perl (2013), o esquema do ciclo é uma forma de simplificação do processo de *policy-making* em diversas etapas, mencionado desde os pioneiros do campo de estudos de políticas públicas, recebendo, entretanto, diferentes tratamentos por distintos autores, variando conforme o peso que cada abordagem atribui aos governos ou a outros atores políticos. Há variantes também na forma como as abordagens compreendem o próprio conceito de política pública, encurtando ou ampliando o ciclo: ciclo mais curto quando a política pública é pensada como insumo e acompanhada até sua transformação em produto, ciclo mais longo quando há o acompanhamento e avaliação do produto.

Howlett, Ramesh e Perl (2013) propõem o uso do modelo fundamentado na ideia de resolução de problemas. Trata-se de um modelo de cinco estágios: montagem de agenda, formulação da política, tomada de decisão política, implementação da política e avaliação da política.

Neste modelo, a montagem da agenda se refere ao processo pelo qual os problemas chegam à atenção dos governos, a formulação da política diz respeito ao modo como as propostas de política são formuladas no âmbito governamental; a tomada de decisão é o processo pelo qual os modelos adotam um curso de ação ou não ação; a implementação da política se relaciona ao modo pelo qual os governos dão curso efetivo a uma política; e a avaliação da política se refere aos processos pelos quais tanto os atores estatais quanto societários monitoram os resultados das políticas, podendo resultar daí em uma reconceituação dos problemas e das soluções político-administrativas. (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 14-15).

De acordo com os autores, o modelo de ciclo apresenta vantagens e desvantagens. Entre as vantagens estaria a capacidade de tornar mais facilmente compreensível um processo complexo, identificando estágios que permitem a construção teórica ao permitir a influência de uma fase em outra, ou de comparar os mesmos estágios em distintos casos. Além disso, o modelo poderia ser aplicado desde os níveis mais localizados até a esfera internacional (HOWLETT, RAMESH; PERL, 2013).

Ainda de acordo com Howlett, Ramesh e Perl (2013), entre as desvantagens está a incorreta percepção de sistematicidade e linearidade que o modelo pode emprestar aos fenômenos políticos. Os estágios podem ser, na prática, suprimidos ou seguidos em ordem distinta da especificada. Também não haveria indicação clara se ele se aplica para além do poder executivo, ou se ele pode ser implementado em burocracias. Além disso, o modelo não apresenta relação de causalidade entre um estágio e outro: a sequência entre os estágios parece pressupor que as políticas seguirão o caminho predeterminado sem uma explicação de antemão.

Por fim, os autores colocam que o modelo do ciclo de políticas públicas não diria muito sobre o conteúdo das políticas.

As desvantagens apontam a necessidade de “criar recursos mentais adicionais” para “descrever com mais detalhes as instituições e atores envolvidos no processo de política pública, que ajude a identificar os instrumentos disponíveis aos *policy makers* e aponte os fatores que levam a determinados *outcomes* da política, e não a outros” (HOWLETT, RAMESH; PERL, 2013, p. 17).

Entende-se que o COQ3 é uma metodologia que pode incorporar as preocupações derivadas das críticas aos estudos tradicionais e racionais da *policy analysis*, já alertados no desenvolvimento das outras correntes teóricas aqui citadas. Da *policy inquiry* pode-se absorver a ideia de não considerar o Estado como ator único das políticas. Isso implica em incorporar preocupações com outros atores políticos, inclusive os individuais e suas subjetividades. Da *public choice* pode-se incorporar o cuidado com a idealização do sistema democrático, levando em conta as limitações do sistema.

O ciclo de políticas públicas foi acima explicitado de maneira a representar o *Quando* de uma política pública, mas ele também permite entender a importante diferenciação entre as metodologias de análise de políticas públicas e as de avaliação de políticas públicas. De acordo com Fronza e Nogueira (2015, p. 113)

A análise, ao contrário do que ocorre na avaliação, que foca no exame do momento da operacionalização da política e no seu resultado, preocupa-se em apreender e analisar todo o processo decisório que a origina e das decisões subsequentes necessárias para a operacionalização das decisões; ou seja, a análise aborda os aspectos estruturais das políticas públicas nas distintas esferas governamentais.

Ou seja, a avaliação no campo das políticas públicas refere-se a uma etapa específica do ciclo, de maneira a verificar se o processo de implementação correu conforme planejado na etapa de formulação. Claro está que existem diversas abordagens relacionadas com as diversas linhas teóricas, variando também conforme os interesses da avaliação (técnica, política ou acadêmica) (FRONZA; NOGUEIRA, 2015). A avaliação costuma embasar-se nos instrumentos de definição e gestão da política (programas, planos, projetos), enquanto as análises tendem a tomar como unidade uma rede, um grupo de interesse ou um subsistema de políticas públicas.

Para Howlett, Ramesh e Perl (2013), subsistema é um conceito criado para captar a interação entre atores, instituições e ideias do fazer político de interesse. Historicamente, de acordo com Capella e Brasil (2015), a noção de subsistema deriva das abordagens sistêmicas da ciência política americana nos anos 1950, que parte do pressuposto de que há três distintas

dimensões dos sistemas políticos: microssistemas, macrossistemas e subsistemas. No Quadro 1 é possível visualizar o contraste entre macro e microssistemas políticos.

Quadro 1 - Definições de Macro e Microssistemas

	Macrossistemas	Microssistemas
Alcance das decisões	Grande – Decisões envolvem as principais políticas de um governo	Pequena – Decisões tomadas por técnicos
Tipo de questões	Muito controversas	Controvérsia restrita à técnica
Tipo de atores envolvidos	Novos atores e tomadores de decisão de alto nível	Burocratas
Visibilidade	Alta: Despertam atenção da mídia e da opinião pública	Baixa: Decisões que geralmente não despertam a atenção do público
Quantidade de participantes e interesses	Grande número de participantes com múltiplos interesses	Baixo número de participantes envolvidos
Escopo de conflito	Alto	Baixo e personalizado
Processo de decisão	Explícito, pela visibilidade da mídia	Centralizado e praticamente invisível

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Capella e Brasil (2015).

Por sua vez, os subsistemas seriam:

compostos de um número limitado de atores e instituições, geralmente reunidos em grupos mais ou menos coesos, que se especializam e direcionam seus esforços para algumas questões específicas em relação a uma política. Como resultado da divisão do trabalho e da especialização da burocracia, as áreas funcionais, como educação, saúde, transporte, meio ambiente, entre outras, são compostas de arranjos institucionais e atores que tendem a se aglutinar em torno de programas ou interesses específicos, no que é chamado pela literatura internacional de “policy domain”. (CAPELLA; BRASIL, 2015, p. 58-59).

Por *policy domain* os autores compreendem o proposto por Birkland (2005, p. 97), que o apresenta como “a área substantiva de política pública sobre a qual os participantes na produção da política competem e fazem concessões para chegar a um acordo”. Como exemplos, apresentam o domínio da política de saúde ou da política ambiental.

Capela e Brasil (2015, p. 59) reforçam que os estudos têm demonstrado que “não basta observar a organização pública encarregada formalmente” da “formulação, implementação ou avaliação” de políticas públicas.

Outra definição de subsistema é proveniente de um modelo chamado de coalizão de defesa (*advocacy coalition*), que, de acordo com Araújo e Rodrigues (2017), tem sido utilizada

com sucesso para análises de implementação de políticas públicas.

Os subsistemas de políticas são definidos por uma área temática, um território geográfico e os atores políticos envolvidos. Os subsistemas de políticas podem ocorrer em qualquer nível de governo, de local a nacional, e podem ocorrer em arranjos internacionais. Os subsistemas de política também são justapostos e sobrepostos e semiautônomos. Eles podem envolver representantes de qualquer nível de atores políticos, governamentais e não governamentais, incluindo os do setor privado, organizações sem fins lucrativos, academia, empresas de consultoria, a mídia de notícias, cidadãos engajados e possivelmente outros. (CARNEY; WEIBLE, 2015, p. 93, tradução nossa)⁹.

Pelas definições acima, é possível definir um subsistema político para além de políticas públicas efetivamente implementadas: envolve as decisões e os processos de tomada de decisão, bem como a forma de atuação política.

O esforço por definir as políticas públicas e o campo que a elas se dedica não deve provocar a paralisação diante do desafio de construir o objeto de análise. De acordo com Muller e Surel (2004, p. 20), dois impasses teórico-metodológicos devem ser superados pelo analista. O primeiro deles seria pensar que uma política pública sempre se manifesta como um todo coerente, o que não ocorre na realidade. O segundo, por outro lado, seria o de negar a existência de racionalidade quando confrontado com incoerências. Nesse sentido, espera-se ter demonstrado que as políticas públicas devem ser compreendidas como objeto e como campo de estudos, e que a forma como essa construção é feita determina também a metodologia para realizar a análise.

Dessa forma, a abordagem aqui utilizada partiu do pressuposto de analisar o CSA como parte de um fenômeno de políticas públicas, capaz de ser descrito de acordo com as características do COQ3. Tal fenômeno ocorreu dentro do *policy domain* da cultura, mas está relacionado a um tipo específico de subsistema de políticas públicas: o arquivístico amplo. Em face destas considerações, os demais itens da seção descrevem elementos que, ao menos idealmente, integrariam tal subsistema arquivístico de políticas públicas: as políticas de informação, as arquivísticas específicas (para diferenciá-las do sistema maior) e as políticas culturais. As políticas de informação se relacionam ao processo de criação e uso da informação, científica e tecnológica, bem como aos processos de aprendizagem necessários para sua disseminação e utilização ótimas. As políticas arquivísticas específicas podem ser caracterizadas como uma tipologia das políticas de informação, e se relacionam a estratégias de

⁹ *Policy subsystems are defined by a topical area, a geographic territory, and the policy actors involved. Policy subsystems can occur at any level of government from local to national and can occur cross-nationally. Policy subsystems are also nested and overlapping and semi-autonomous. They may involve officials from any level of government and non-government policy actors including those from the private sector, non-profits, academia, consulting firms, the news media, engaged citizens, and possibly others.* (CAIRNEY; WEIBLE, 2015, p. 93).

produção e controle da informação arquivística. Elas, porém, costumam ser pouco percoladas por políticas de informação, de fato. Além delas, estão colocadas as políticas culturais, entre as quais podem ser identificadas políticas voltadas à preservação do patrimônio, mas que abarcam uma gama muito mais profusa de políticas.

2.2 AS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Definir política de informação é tarefa trabalhosa, dificuldade decorrente tanto da polissemia dos dois termos em questão ('política' e 'informação'), quanto da circularidade encontrada na literatura no que tange aos conceitos de política de informação e regime de informação. Para compreender as diferentes formas de conceituação desse tipo de política é necessário um olhar sobre o campo de pesquisas da área.

As políticas de informação são reconhecidamente um objeto e um campo de estudos bem estabelecido dentro da CI, sobretudo no que se pode identificar como uma linha de especialidade denominada "política e economia da informação" (ARAÚJO, 2014). Nessa junção ocorre uma ampliação de sua definição, o que causa a necessidade de novos recursos teóricos que permitam dar conta do também novo objeto.

Em um primeiro momento, as políticas de informação eram entendidas como aquilo que o Estado produzia no sentido do controle burocrático, centralizando administrativa e politicamente os discursos sobre a imagem do país. Outros aspectos associados na identificação de políticas de informação nesta fase incluíam as normativas sobre o registro e uso de dados pessoais e liberdade de informação. Havia ainda a preocupação com a coleta de dados estatísticos que fornecessem subsídios para a elaboração de políticas públicas de forma geral, bem como a tecnologia e a infraestrutura necessárias para gerir e analisar todos esses dados. Ao menos, esses são os elementos básicos das políticas de informação até por volta dos anos 1970 (ORNA, 2008).

Tais elementos são resultantes do contexto político mundial. As questões teóricas relacionadas com a concepção das políticas de informação como produto estatal tiveram sua mobilização iniciada logo após a Segunda Guerra Mundial, num cenário que levou em conta estruturas estatais, as formas de governo e as características da sociedade civil (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009). As preocupações em torno do tema começaram a partir das questões relativas à informação técnico-científica, bastante relacionada à corrida espacial da Guerra Fria, mas depois se ampliaram a outros domínios (ROWLAND, 1988).

No campo dos estudos sobre essas políticas, nesse caso, a ideia de política é tomada como solução de um problema, que é público e resultante da relação entre Estado e cidadãos. Nesse primeiro momento de esforço de definição de políticas de informação, estas eram entendidas como diretrizes vinculadas a normas e regulamentos. Nesse sentido, as políticas identificadas eram Políticas de Informação, em maiúsculas. E assim, sua definição permitia fácil associação com o campo de políticas públicas, ao menos em tese. As abordagens tenderiam, então, a ser muito mais estruturais, uma vez que subjaz a tal construção a ideia de que a Política determina o comportamento dos indivíduos na sociedade.

Como exemplo disso cita-se Rowland (1998), que categoriza os conteúdos do universo de elementos das políticas de informação, a partir de análise estatística de coocorrência de termos realizada em uma base de dados científica. De acordo com o autor, é possível compreender os conteúdos relacionados às políticas de informação distribuídos a partir de dois eixos: a restrição dos fluxos de informação (livre ou restrita) e a pertinência da regulação (controle estatal ou ao sabor do mercado). Assim, ele identifica cinco subdomínios, observáveis no Quadro 2.

Quadro 2 - Subdomínios da Política de Informação

Protecionismo da informação	Regulamentos e mecanismos de controle de informações, acesso e divulgação na esfera pública (por exemplo, sigilo oficial) e nos mercados de informação (por exemplo, proteção de dados).
Mercados de informação	Leis e regulamentos que protegem o investimento na criação de conteúdo de informação (por exemplo, direitos autorais) e permitem sua comercialização
Radiodifusão e telecomunicações	Políticas públicas que regulam os meios de comunicação e comunicações, equilibrando interesses comerciais e dos cidadãos (por exemplo, acesso universal).
Acesso público a informações oficiais	Políticas e regulamentos que enquadram o acesso dos cidadãos às informações mantidas dentro do governo (por exemplo, liberdade de informação).
Sociedade da informação e infraestrutura	Medidas de política pública para investir (ou estimular o investimento do setor privado) na infraestrutura de informação, de maneira geral.

Fonte: Rowland (1998, tradução nossa).

Os subdomínios categorizados por Rowland podem ser úteis para mapear atores e instituições responsáveis pelas políticas, ainda que os estudos com esse tipo de abordagem tenham demonstrado que as políticas de informação pouco existiam de maneira formalizada. Eram dispersas ou se restringiam às questões de ciência e tecnologia e, quando organizadas e implementadas, pareciam ter pouco impacto no funcionamento da sociedade.

Em 1995, Frohmann apontou as limitações que os estudos desenvolvidos no campo da *Library and Information Science (LIS)* sobre políticas de informação apresentavam: a) tomavam as políticas de informação unicamente como resultantes do Estado; b) se restringiam àquelas destinadas a regulamentar uso de documentos; c) apresentavam limitações epistemológicas derivadas da preocupação com a ‘afirmação’ da disciplina (LIS); d) apresentavam excessivo foco em questões técnicas, instrumentais; e) a ausência de preocupações com as relações de poder (FROHMANN, 1995).

Nesse sentido, Frohmann (1995) coloca a necessidade de enfrentar as questões relacionadas com políticas de informação por meio da descrição de seus regimes de informação. Para ele, os regimes de informação como abordagem descentralizariam os instrumentos de política de informação porque os tomariam como mais um elemento, junto aos canais por onde fluem os fluxos de informação, aos produtores desses fluxos, às estruturas organizacionais responsáveis por sua produção e gestão e aos consumidores daqueles fluxos.

Essa chamada à ampliação de objetos e de abordagens parece tomar a ideia de política como mais do que uma norma explícita, considerando normas e documentos como dispositivos que exercem ação de fato no mundo. Objetos e abordagens mais amplos requerem que se considere, ainda, os valores que limitam e permitem a ação dos sujeitos que com eles lidam, sem deixar de notar a agência dos objetos mesmos.

Assim, as políticas de informação podem ser compreendidas também como tácitas, e provenientes e/ou destinadas de/a diversos outros tipos de organizações ou comunidades. Logo, as abordagens tendem a voltar-se menos para as estruturas e mais para o âmbito da ação social dos indivíduos, com abertura disciplinar aos diversos campos de pesquisa social.

Por isso, as definições de política de informação podem variar desde definições mais restritas, que a tomam como apenas documentos produzidos pelo Estado ou por uma organização formal, até definições que a assume como algo mais fluido. Entre estas últimas cita-se a de mecanismo social para controle da informação (BURGER, 1993 apud KERR-PINHEIRO, 2010) ou “o conjunto de regras, formais e informais, que diretamente restringem, estimulam, ou de qualquer outra maneira dão forma aos fluxos de informação”¹⁰ (DANIEL, 2000, tradução nossa).

O conceito de regime de informação parece ter se desenvolvido de acordo com certa tendência de tentativa de superação da dicotomia estrutura/ação social, que ocorre no campo

¹⁰ “[...] *the set of rules, formal and informal, that directly restrict, encourage, or otherwise shape flows of information*”. (DANIEL, 2000).

das ciências humanas e sociais, como a teoria da *estruturação estruturante* de Pierre Bourdieu, através especialmente dos conceitos de *habitus* e campo, e a Teoria da Estruturação de Anthony Giddens (ARBOLEYA, 2013). Assim, a construção da política de informação como objeto também deverá levar em conta os aspectos de destaque e seus contextos.

Um exemplo de aplicação do conceito de regime de informação que ainda procura destacar as dimensões estruturais do impacto das políticas de informação pode ser reconhecido em Braman (2006). Para a autora, ocorre uma mudança estruturante nos Estados nacionais contemporâneos: de um formato burocrático passa-se a informacional. E assim as políticas de informação tenderiam a ter ainda mais destaque no seio dos controles de Estado, uma vez que, de acordo com a autora, nessa nova organização estatal haveria controle sobre o tratamento da informação de maneira deliberada e explícita, já que o exercício do poder informacional nesse novo panorama depende do controle dos fluxos informacionais. De fato, ela identifica um regime de informação global emergente, que inclui os seguintes elementos:

- governo: instituições formais, regras, normas, práticas e histórias de entidades geopolíticas;
- governança: instituições formais e informais, regras, acordos e práticas (ações e comportamentos) de atores estatais e não-estatais com efeito constitutivo na sociedade;
- governabilidade: contexto social e cultural no qual modelos de governança emergem e são sustentados (BRAMAN, 2004, p. 13).

No Brasil, o conceito de regime de informação tem aderência no campo de economia e política da informação, especialmente representado pela adaptação realizada por González de Gomez (2002).

O conceito de “regime de informação” demarcaria um domínio amplo e exploratório no qual a relação entre a política e a informação — não preestabelecida — ficaria em observação, permitindo incluir tanto políticas tácitas e indiretas quanto explícitas e *públicas*, micro e macropolíticas, assim como permitiria articular, em um plexo de relações por vezes indiscerníveis, as políticas de comunicação, cultura e informação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 35, grifo nosso).

Segundo Silva e Tomaél (2009), os estudos relacionados às políticas de informação teriam se deslocado, desde os anos de 1980, de seu foco estritamente governamental para outros interesses, entre os quais destacam as seguintes temáticas: direitos autorais, acesso aberto e livre, privacidade, telecomunicações e conectividades, softwares livres, propriedade intelectual, governança e governo eletrônico. Ainda assim, para os autores, o caráter regulatório das políticas de informação continuaria tendo grande relevância, uma vez que seria a partir dele que as condições de produção, acesso e uso de informação e comunicação poderiam ser equilibradas.

Pode haver uma falsa percepção de que as políticas de informação não mais podem receber contribuições da abordagem de análise de políticas públicas. Entende-se que tal afirmação não pode ser sustentada, levando-se em conta as distintas linhas teóricas e modelos desenvolvidos no campo de políticas públicas. Novos atores e percepções sobre o conteúdo de uma política têm emergido, para além do Estado e para além das políticas regulatórias.

Nesse sentido, uma categorização de domínio de política de informação jamais poderia deixar de fora o Estado. Entende-se que, se a abordagem do regime de informação é capaz de integrar as dimensões estruturantes e de agência dos fenômenos informacionais, a análise de políticas públicas pode ser utilizada como abordagem complementar. O problema de pesquisa, ou a construção do objeto a ser analisado, é que determinará a estratégia de investigação. Em lugar de partir de um pressuposto sobre o funcionamento do Estado como impedimento, é preciso levantar elementos que permitam compreender como funciona o Estado naquele aspecto específico que se pretende analisar.

2.3 POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS ESPECÍFICAS

Para Vázquez Murillo (2015, p. 93-94, tradução nossa), a política arquivística seria identificável pelas áreas de interesse que ela cobriria, e que, para ele, seriam aquelas identificadas com o que o autor entende por objetos da Arquivologia: “Os documentos de arquivo isolados e os conjuntos documentais. Os arquivos e os sistemas de arquivo. Os arquivistas, as associações e os centros de formação arquivística”¹¹. No texto em questão, o autor discorre sobre diversas possibilidades de se compreender a política arquivística, ora relacionando-as a políticas públicas, ora a políticas institucionais. Diferente de outras definições, ele parte da ideia de política enquanto “conjunto de metas e objetivos que tendem a elevar a qualidade de vida de uma comunidade, mediante recursos existentes ou a serem criados, que se plasma em diretivas e em seguida em legislação”¹² (VÁZQUEZ MURILLO, 2015, p. 94, tradução nossa).

Tal definição de política acaba por trazer ao texto um caráter mais aspiracional do que empírico, mais relacionado acerca de como o panorama público e institucional de políticas

¹¹ “*Los documentos de archivo aislados y los conjuntos documentales. Los archivos y los sistemas de archivos. Los archiveros, las asociaciones y los centros de formación e investigación archivística*” (VAZQUEZ MURILLO, 2015, p. 93-94).

¹² “*Conjunto de metas y objetivos que tienden a elevar la calidad de vida de una comunidad, mediante recursos existentes o a crearse, que se plasma en directivas y luego legislación*”. (VAZQUEZ MURILLO, 2015, p. 94).

arquivísticas deveria ser do que em oferecer um ponto de ancoragem capaz de ajudar a identificar políticas arquivísticas. Entretanto, entende-se que é uma referência importante no sentido de inspirar e nos lembrar dos propósitos de uma política que ofereça melhorias nas condições de vida das pessoas.

A definição mais citada sobre políticas arquivísticas no Brasil é, sem dúvida, a de Jardim (2006), cujo foco está nas políticas públicas. Elas seriam

O conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (JARDIM, 2006, p. 39).

Entre as suas características estariam seu potencial de intersectorialidade, um âmbito de origem, e a tendência à transversalidade. Jardim (2006) chama, ainda, a atenção para que não sejam confundidas com a legislação arquivística. O autor define as políticas arquivísticas como “uma das dimensões das políticas públicas informacionais” (JARDIM, 2006, p. 10), que deveriam ser explícitas de maneira clara nos Estados democráticos. Jardim chama a atenção para a precária relação entre políticas arquivísticas e políticas de informação no Brasil, caracterizada por uma ignorância mútua que traz prejuízos especialmente para o campo arquivístico.

Embora a definição de Jardim (2006) seja especificamente voltada para as políticas públicas arquivísticas, é possível, através dos elementos atribuídos, constituir uma definição de política arquivística institucional: o conjunto de premissas, decisões e ações produzidas no âmbito institucional, que contemplem os aspectos administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc., relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística.

Novamente, remete-se a questão das dificuldades na interação entre políticas públicas e políticas institucionais. Jardim (2018) propõe, para superação de tais dificuldades — que incluem limitações já identificadas por ele em outros estudos, como a baixa implementação de políticas públicas arquivísticas no Brasil e a problemática de uma organização sistêmica para a política nacional de arquivos (JARDIM, 1999) — o conceito de governança arquivística, o qual

Refere-se a um conjunto de aspectos sociais, culturais, políticos e técnico-científicos que caracterizam o cenário arquivístico e seu entorno. Visa à qualidade da gestão de arquivos e sua inserção nas formas como o poder público é exercido em um regime democrático em nível intraestado e entre o Estado e a sociedade, considerando-se elementos sociais, culturais, políticos e técnico-científicos. (JARDIM, 2018, p. 43).

Entende-se que o conceito de governança pode ser utilizado de maneira promissora como forma de compreender os hiatos de implementação das políticas públicas arquivísticas no

Brasil, aliado a metodologias de avaliação de políticas públicas.

2.4 POLÍTICAS CULTURAIS

Para Rubim (2007a), aquilo que poderia ser compreendido como política cultural segue a estrutura do que se reconhece no campo de estudos da *public policy*. O autor chama a atenção, no entanto, às especificidades do campo da cultura, que inclui fenômenos abrangentes e perpassa a vida social como um todo: economia, comunicação, direito, comportamento, diversidade e política nacional e transnacional. A transversalidade das políticas culturais é um conceito de destaque.

Para Teixeira Coelho (1997), a política cultural assume a forma de uma “ciência da organização das estruturas culturais”, com o objetivo de compreender as iniciativas, agenciamentos, significados e contextos daquilo que se identifica como qualquer

[...] programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. Essas intervenções assumem a forma de: 1. normas jurídicas, no caso do Estado, ou procedimentos tipificados, em relação aos demais agentes, que regem as relações entre os diversos sujeitos e objetos culturais; e 2. intervenções diretas de ação cultural no processo cultural propriamente dito (construção de centros de cultura, apoio a manifestações culturais específicas etc.) (TEIXEIRA COELHO, 1997, p. 292).

Quanto ao objeto das políticas culturais, Teixeira Coelho (1997) afirma que elas podem ser categorizadas em dois tipos: patrimonialistas e criacionistas. O primeiro tipo acaba por dirigir as políticas culturais para a preservação de tradições culturais pressupostas autóctones ou originárias, e embora possa incluir aquelas provenientes de classes populares, tende a ser elitista, voltada à produção artística e cultural erudita. O segundo tipo caracteriza a política cultural que “promove a produção, a distribuição e o uso ou consumo de novos valores e obras culturais” (TEIXEIRA COELHO, 1997, p. 295). Como exemplo, o autor cita a valorização do cinema e museus, além de música e dança de vanguarda.

As políticas culturais podem, ainda, assumir diferentes práticas quando concebidas para diferentes dimensões. Para Botelho (2001), essas dimensões são a sociológica e a antropológica. A dimensão sociológica caracteriza-se como aquela que se refere ao mercado, e em que a cultura é elaborada com a “intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar

algum tipo de público, através de meios específicos de expressão”. Ela “refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas”, identificada pela criação de um “circuito organizacional que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos” (BOTELHO, 2001, p. 74). Já a dimensão antropológica da cultura a toma como aquilo que é construído tendo a sociabilidade dos indivíduos como ponto de partida. Deste ponto de vista, “a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando” (BOTELHO, 2001, p. 74).

A dimensão sociológica de cultura tem sido privilegiada pelas práticas de políticas culturais, uma vez que compõe as expressões artísticas, mais facilmente organizáveis em direção à formação de um público consumidor. Já a dimensão antropológica requer levar em conta demandas advindas dos modos de viver e fazer dos grupos sociais, o que representa um desafio aos gestores públicos (BOTELHO, 2001).

Sobre a trajetória das políticas culturais no Brasil, Rubim (2007b) aponta que elas só passaram a existir de maneira conjunta e sistemática, envolvendo atores coletivos e metas a partir dos anos 1930, já que nos períodos de Brasil Colônia, Império e República Velha teriam tomado corpo apenas ações culturais pontuais. O País seria marcado pelo caráter tardio de suas políticas de cultura como consequência do perfil autoritário e elitista de seus governos.

Rubim (2007b) coloca, ainda, a dificuldade de criação ou mesmo a ausência de políticas culturais consistentes durante os períodos democráticos, seja pela baixa mobilização ou pela delegação dessa função ao mercado. Por outro lado, os períodos ditatoriais teriam acionado as políticas culturais de maneira mais organizada, procurando construir uma imagem de país adequada a seus interesses.

A mudança substancial ocorreu no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura, com a proposta de apropriação do conceito antropológico de cultura (RUBIM, 2007b). Foi justamente nesse contexto que se iniciou a criação de Câmaras Setoriais, que deram origem aos Colegiados, um dos quais é o objeto de atenção desta proposta de pesquisa.

De acordo com Corá (2014), políticas voltadas para a preservação dos patrimônios culturais teriam sido sempre privilegiadas no âmbito das políticas culturais porque fazem parte da ideia de construção de identidade nacional. A autora corrobora Rubim (2007b) ao colocar como simbólico do atraso na institucionalização das políticas públicas de cultura no Brasil o fato de um Ministério da Cultura ter sido criado somente em 1985, e destaca a Constituição de 1988 como avanço na definição do que seriam os patrimônios representativos da identidade nacional brasileira, os quais vieram a proporcionar o desenvolvimento do Programa Nacional

de Patrimônio Imaterial (PNPI), em 2000.

Assim, a criação de um órgão especializado na proteção ao patrimônio foi uma das primeiras medidas de institucionalização de políticas culturais no País — dando origem ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) —, que consolidam as estratégias de tombamento e inventário como medidas basilares de inclusão de bens culturais do rol do que seria representativo da cultura e identidade nacionais.

A noção de patrimônio, que remete à transmissão de bens familiares e costuma remeter ao passado idealizado de um grupo de pessoas, surgiu e consolidou-se, respectivamente, com a nobreza e os Estados Nacionais Europeus. Foram escolhidos, em um primeiro momento, monumentos arqueológicos representativos de fatos históricos, de arquitetura erudita, consistindo no que se convencionou chamar de patrimônio histórico (LEMOS, 1981).

O conceito de patrimônio histórico apresentou um movimento de ampliação, que foi incluindo em seu escopo, além dos monumentos ligados a fatos históricos, a arte e os conhecimentos e técnicas a ela relacionados. Posteriormente, outros tipos de bens culturais passaram a ser reconhecidos como parte do patrimônio de uma sociedade, bem como as paisagens naturais e urbanas, e, mais recentemente, os saberes, fazeres e crenças, que compõem aquilo que se entende como patrimônio imaterial (LEMOS, 1981; CANCLINI, 1994).

Desta maneira, pode-se afirmar que o conceito de patrimônio foi, aos poucos, incorporando a dimensão antropológica de cultura. Essa dimensão trata o patrimônio de maneira distinta daquela que se propunha a representar o passado monumental de um país, como se infere da interpretação daquilo que se elegeu como patrimônio histórico. Por isso, em determinados contextos, patrimônio histórico e patrimônio cultural podem ser considerados sinônimos, e em outros podem representar fases diferentes do processo de compreensão da composição do patrimônio (LEMOS, 1981).

A legislação brasileira, em consonância com definições internacionais, incorpora a categorização do patrimônio em suas faces materiais e imateriais. No que se refere ao patrimônio documental, Rodrigues (2016) apresenta um levantamento de definições em diferentes países. Segundo a autora, no Brasil não há uma definição legal para o que seria o patrimônio documental brasileiro, ainda que se possa inferir e definir os conceitos de seus tipos (bibliográfico e arquivístico), a partir da legislação que regula arquivos e bibliotecas no País.

A definição do patrimônio cultural brasileiro na Constituição de 1988 inclui “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade

brasileira”, e o parágrafo IV pontua: “as obras, objetos, *documentos*, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Por sua vez, há a definição de patrimônio arquivístico, citada na introdução desta tese. A definição existente no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística é aqui trazida porque ele representa um parâmetro consensual para a compreensão do conceito. No verbete, há menção ao “valor permanente” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 130), que, por sua vez, está relacionado à teoria do valor, conforme proposta por Schellenberg (2004). Essa teoria parte da ideia de que existiriam diferentes tipos de usuários de documentos de arquivos, para os quais haveria diferentes valores envolvidos. O valor primário dos documentos de arquivo estaria ligado às necessidades do órgão que produziu os documentos, envolvendo valores jurídicos, fiscais e administrativos, caracterizando interesses de usuários internos. Por sua vez, os documentos de arquivo também poderiam apresentar um valor secundário, ligado às provas de existência e funcionamento do órgão produtor, contendo informações eventualmente interessantes sobre fatos, pessoas e coisas para outros tipos de pesquisadores fora do contexto de produção (SCHELLENBERG, 2004).

Por esse ponto de vista, os documentos perdem valor primário com o passar do tempo, dependendo de sua vigência. Com a perda do valor primário e sem a identificação do valor secundário, os documentos poderiam passar por eliminação. Já os documentos de valor secundário não podem, de maneira alguma, ser eliminados. No processo de identificação e atribuição desses valores, constroem-se instrumentos de destinação, entre os quais o mais importante é a tabela de temporalidade.

A construção de instrumentos de destinação na política nacional de arquivos prevê comissões de avaliação de documentos. Entretanto, não obriga ou determina a representação da sociedade, ou mesmo a discussão de demandas mais amplas da sociedade. Assim, entende-se que a construção do patrimônio arquivístico acaba se dando como resultado de procedimentos técnicos fundamentados no modelo de ciclo vital de três idades (corrente, intermediária e permanente), que são identificadas conforme os valores primários e secundários, embora não sejam comuns estratégias de atribuição de valor secundário que de fato envolvam os usuários externos à instituição produtora.

Tais ideias têm demonstrado limitações, especialmente ante a realidade da produção e uso de documentos digitais, o que ocasionou a proposição de novos modelos, como o do *records continuum* (SANTOS, 2015). Sem entrar no mérito da adequação ou validade conceitual dos modelos que embasam processos de criação do patrimônio arquivístico, é interessante notar que a teoria do valor propõe para a formação do patrimônio um processo distinto daquele proposto

pelas instituições de patrimônio cultural. Neste último caso, os bens são preservados na medida em que mantêm relações com as identidades culturais, sendo o próprio patrimônio cultural o “locus privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (PELEGRINI, 2006, p. 1). Ainda que exista uma estrutura burocrática e administrativa para localizar e chancelar as escolhas patrimoniais, e que diversas possam ser as possibilidades de representação de uma identidade cultural, é ela que baliza e legitima um bem enquanto patrimônio cultural.

Meneses (2015) faz uma crítica à atribuição do valor cultural como algo intrínseco ao bem a ser analisado quanto a ser parte ou não do patrimônio, que poderia muitas vezes levar à oposição entre valores técnicos e valores sociais. No entanto, ele aponta alguns valores-guias, espécie de roteiro, que pode ajudar a compreender a diferença entre os valores da teoria das três idades e aqueles utilizados na identificação do patrimônio cultural (material ou imaterial) de forma geral.

Segundo o autor, os principais componentes do valor cultural seriam os valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos. Para Meneses (2015) eles não ocorreriam de maneira isolada, podendo criar oposições, superposições, hierarquias. O valor cognitivo costuma tomar o bem como um documento, tendo como objetivo a fruição intelectual e técnica, orientada pelo padrão estilístico, por exemplo. O valor formal ou estético está relacionado à fruição sensorial. O valor afetivo seria aquele relacionado à memória e à identificação subjetiva com o bem. O valor pragmático seria aquele derivado das qualidades que qualificam seu uso (boa conservação, utilidade, localização). O valor ético estaria relacionado às interações sociais que se apropriam do bem a ser tomado como patrimônio, tendo como referência o lugar do outro. Enfim, tais categorias, longe de definirem marcadores para a identificação de bens culturais ‘patrimonializáveis’, demonstram a complexidade da tarefa.

Assim, são distintas as possibilidades de arquivos serem tomados enquanto patrimônio — arquivístico ou como parte do patrimônio histórico ou cultural, havendo distinções nos critérios de constituição em um e outro caso. A forma de constituição desse patrimônio configura-se como uma importante prática social, uma vez que os documentos de arquivo contêm em si a possibilidade de atuarem como transmissores de acontecimentos vividos. Os arquivos são guardadores de discursos, que podem ou não ser ativados para preencher o espaço intersubjetivo entre indivíduo e cultura, informado pela memória. Por isso, qualquer política que determine a guarda, a eliminação ou a inexistência desse tipo de registro (porque deixar sem nenhuma ação também pode ser considerado um ato político) revela aspectos interessantes

sobre a constituição da memória pública — a escolha daquilo que se quer preservar.

De fato, a política nacional de arquivos estabeleceu-se em momento posterior à organização da política de patrimônio cultural no Brasil, e isso poderia ter provocado discussões acerca de sua complementaridade e limitações.

Referindo-se aos obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha, Jardim (2011) afirma que

Na Espanha, a concepção de patrimônio histórico abarca claramente, em termos legais e nas ações governamentais, o universo dos arquivos públicos e privados. No Brasil, há uma histórica negligência do Patrimônio Histórico em seus diversos níveis governamentais no que se refere ao campo dos arquivos. No primeiro caso, uma visão restritiva dos arquivos como patrimônio parece não auxiliar uma conceituação mais ampla na direção de uma política nacional de arquivos. No caso brasileiro, os setores de Patrimônio Histórico tendem a não atuar ou atuar periféricamente no que se refere ao tema da política nacional de arquivos. (JARDIM, 2011, p. 210).

O autor refere-se a uma consequência da dicotomia que surge dos distintos aspectos dos arquivos enquanto recursos informacionais e enquanto parte do patrimônio cultural. O diagnóstico da comparação entre Espanha e Brasil demonstra que foram eleitas diferentes estratégias na formulação e implementação de políticas para arquivos nesses dois casos, apresentando, cada um, aspectos que dificultam a execução de políticas nacionais de arquivos. Não há, portanto, uma definição segura sobre a relação ótima entre políticas de arquivo e patrimônio cultural.

As definições de patrimônio, patrimônio histórico, patrimônio cultural, patrimônio documental e arquivístico estão imersas em diferentes perspectivas sobre a memória enquanto fenômeno social. Quanto ao conceito de memória, assume-se a perspectiva de Ricoeur (2007), resumida por Karpinski e Vieira (2020), que a colocam

[...] como um fenômeno que abarca lembrança e esquecimento, num processo de constituição pessoal e social que ocorre de forma difusa, retalhada, recortada, filtrada, fragmentada e voluntariamente registrada. Para Ricoeur (2007), os testemunhos registrados são lembranças e esquecimento ao mesmo tempo, pois o que se registra pode operar, também, para o esquecimento daquilo que não foi registrado (KARPINSKI; VIEIRA, 2020, p. 5).

Ricoeur (2007) acrescenta que, para além dos aspectos individuais (psíquicos e psicológicos) e coletivos (como a escolha quanto ao que lembrar do ponto de vista do grupo social), a memória é também histórica. Com isso, destaca os modos próprios ao processo epistemológico da ciência histórica e suas consequências.

Nesse sentido, o patrimônio, quando reconhecido como tal pelo Estado, é uma forma de fixar certos aspectos da memória. Desse modo, memória e patrimônio, para além de conceitos

em si mesmos, podem ser compreendidos como marcadores de um regime de historicidade. Para Hartog (2006, p. 265), eles são “indícios, sintomas também de nossa relação com o tempo — formas diversas de traduzir, refratar, seguir, contrariar a ordem do tempo”. Os documentos de arquivo podem não ser criados, necessariamente, para registrar a história ou nossa relação, enquanto sociedade, com o tempo. Mas aqueles escolhidos para “restar” farão parte desses indícios e sintomas.

2.5 PARTICIPAÇÃO SOCIAL, EMPODERAMENTO, DEMOCRACIA E CAPITALISMO: CONCEITOS TRANSVERSAIS PARA O OBJETO DE ESTUDO

A existência de conselhos de participação, como o CSA, é um reflexo de determinada concepção de sociedade civil. De acordo com Gohn (2004, p. 21) algumas alterações teriam ocorrido dentro do contexto compreendido como “trajetória das transições democráticas”. Para a autora, o conceito tem se alterado conforme os momentos de conjuntura política nacional, em interação com as lutas políticas e sociais no País. De acordo com ela, no período de exceção democrática, sociedade civil era sinônimo de organização da população civil contra o regime. Nesse período, também tinha o sentido de organização independente do Estado. Com os militares fora do poder, o significado vai se alterando, quando se amplia a concepção de ator político esperado para contrapor o regime: a partir da visão de “sujeito social histórico” mobilizador de mudanças sociais, compreendido como emergente dos setores populares, de associações de bairro e sindicatos, passa-se a vislumbrar e motivar novos atores sociais. Esses diferentes grupos e movimentos passariam então a refletir suas lutas especialmente nas políticas públicas.

Ao longo dos anos 1990, sociedade civil passaria a incorporar a ideia de cidadania, ressignificando-a. Com a nova Constituição, passa-se a ressaltar que, para além dos direitos, há deveres, destacando a responsabilização dos cidadãos nas arenas públicas, gerando, então, um entrelaçamento da sociedade civil com a sociedade política. Desenvolve-se, então, a visão de um novo espaço público, independente do Estado, em que grupos oriundos da sociedade civil e do governo se reúnem para gerir parte da coisa pública, especialmente no que diz respeito a políticas sociais (GOHN, 2004). Mais tarde essa concepção se alarga para outros conjuntos de políticas, como é o caso das políticas de cultura, que do acolhimento no âmbito dos direitos sociais passa a ter caráter de direito humano fundamental específico (BRASIL, 2011a).

Gohn (2004, p. 24) resume na expressão “participação cidadã” aquela que envolve não

somente a figuração dos cidadãos em espaços institucionalizados em conselhos, embora estes últimos sejam uma das modalidades para exercer cidadania. Ela destaca, com tal expressão, que para que esses cidadãos ocupem esses espaços o Estado deve ter reconhecido a existência de conflitos a resolver, e que a sociedade civil tenha possibilidade de qualificar sua representação diante do Estado. Nesse último aspecto, o “trabalho de base”, ou seja, a discussão direta entre representantes e representados no seio de suas comunidades, é fundamental.

A questão da qualificação da participação dos espaços por meio de estruturas autonomamente organizadas pela sociedade civil a que Gohn (2004) se refere pode ser desafiada por aquilo que se entende como sociedade civil manufaturada (Hodgson), ou seja, conselhos que apresentam representantes que não necessariamente estão engajados nas questões políticas que levaram à criação e participação nesses ambientes, o que pode provocar distorções representativas. Sociedade civil manufaturada, portanto, refere-se a

[...] grupos que são formados e financiados, pelo menos inicialmente, por algum tipo de iniciativa estatal. Frequentemente, esses grupos respondem diretamente ao Estado e têm que atender a certos critérios e cumprir as metas estabelecidas pelo governo. Esses grupos costumam ser compostos por agentes de diversas instituições, por meio dos quais as agências legais são reunidas com grupos da sociedade civil para atender a necessidades específicas. Embora participem de um programa nacional, esses grupos estão localizados a nível comunitário e muitas vezes preocupados com a regeneração da Comunidade e/ou questões de bem-estar. Este tipo de grupo "manufaturado", criado como parte de uma razão de ser do governo, tem uma agenda moralizadora altamente preocupada em transmitir certas habilidades para produzir indivíduos adequados. O objetivo é frequentemente permitir que os indivíduos desenvolvam cidadãos e/ou encorajá-los a ter um interesse ativo na sua comunidade¹³. (HODGSON, 2004, p. 145, tradução nossa).

O termo é utilizado por Hodgson dentro de um programa de pesquisa mais amplo, que objetivava conhecer de maneira aprofundada a sociedade civil de determinada região do Reino Unido, buscando levantar informações sobre diversos grupos envolvidos em espaços de negociação com o governo. No caso deste estudo, utiliza-se sua definição no sentido de compreender que sociedades civis manufaturadas, embora tenham o Estado como mobilizador, não seriam necessariamente artificiais. Existe o risco da mobilização de agentes que não necessariamente representem o grupo ou façam parte do subsistema político em questão, mas deve ser possível verificar essa possibilidade.

¹³ Manufactured civil Society refers to groups that are formed and funded, at least initially, through some type of state initiative. Often these groups are directly answerable to the state and have to address certain criteria and meet targets set by government. These groups are often multiagency, whereby statutory agencies are brought together with civil Society groups to address specific needs. Although part of a national program, these groups are located at Community level and often concerned with Community regeneration and/or welfare issues. This type of “manufactured” group, created as part of a government *raison d’être*, have a highly moralistic agenda concerned with imparting certain skills to produce ‘rounded’ individuals. The goal is often to enable individuals to develop citizens and/or to encourage them to take an active interest in their Community.

Ainda em relação à definição de Hodgson (2004), permitir que os indivíduos se desenvolvam no sentido pleno, tornando-se cidadãos, é um dos aspectos da ideia do empoderamento. Este último traz em si a constituição de processos que tenham a capacidade de autossustentar os grupos advindos da sociedade civil. Mas o conceito tem sido interpretado e utilizado de maneiras distintas, tanto num sentido amplo de promoção de visão crítica da realidade, de conquista de direitos e capacidade de negociação com a sociedade política, quanto de ações isoladas de tentar integrar excluídos sociais, sem, no entanto, promover sua organização (GOHN, 2004).

De acordo com Kleba e Wendausen (2009, p. 735), o empoderamento trata-se de “processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia”. Seria, ainda, um processo interdependente entre os níveis grupal, pessoal e estrutural, em que processo e produtos estariam imbricados.

Em nível grupal, o empoderamento está relacionado ao envolvimento com organizações sociais, comunitárias ou estruturas mediadoras, como parentesco, grupos de vizinhança, igrejas, entidades de serviços. Esses agrupamentos permitem que novos conhecimentos e sentido de confiança e de comunidade sejam desenvolvidos. No nível individual, um dos aspectos centrais para identificar o empoderamento seria a “mudança de mentalidade a partir da percepção do sujeito das próprias forças, que resulta em um comportamento de autoconfiança” (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 738). Já o empoderamento político estaria relacionado a aspectos mais amplos da vida social, envolvendo a percepção do conflito na distribuição do poder político, que leva à apropriação de habilidades para disputar espaços nas esferas de decisão, por meio de envolvimento em projetos coletivos, de maneira individual ou grupal (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

Se o empoderamento está relacionado à participação social, esta é dependente das limitações do sistema político. Assim, é importante apresentar brevemente o papel do capitalismo e da democracia nas sociedades contemporâneas.

Para Howlett, Ramesh e Perl (2013), o capitalismo e a democracia são duas grandes ‘metainstituições’ responsáveis por moldar as estruturas em que as políticas públicas vão se desenvolver na maior parte das sociedades contemporâneas. Em relação à primeira delas, os autores destacam a relevância dos representantes do capital enquanto atores políticos, especialmente quando o capitalismo se desenvolve como corolário da doutrina do liberalismo econômico. Este último teria como núcleo o ideal da liberdade individual, representada

especialmente pela possibilidade da propriedade privada dos meios de produção e da defesa de tal possibilidade como fundamento.

Subjaz a ideia do liberalismo a crença no poder do mercado como capaz de mediar e distribuir os benefícios das iniciativas individuais para toda a sociedade. Desta maneira, os mercados devem ser politicamente favorecidos, e os Estados, por sua vez, tomam o lugar de sua antítese no que se refere à liberdade econômica. No capitalismo liberal, o Estado, ainda que reconhecido como necessário, deve ser vigiado e a ele devem ser reservadas apenas funções consideradas não passíveis de serem desempenhadas pelos mercados (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

A segunda ‘metainstituição’ citada, a democracia, é de conceituação bastante diversa e polissêmica. Nesse sentido, os autores propõem uma definição suficiente para os fins da análise de políticas públicas, que pretende dar conta do esteio em que as disputas políticas se desenrolam: “um plano de organização política, um sistema de tomada de decisão política que envolve a estruturação do controle do Estado no dia a dia por meio de instituições representativas, cujos titulares são eleitos periodicamente” (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 64).

Haveria algum grau de regulação do capitalismo pela democracia, o que não significa que tal regulação ocorra de forma automática ou que seja inevitável. Entretanto, é preciso reconhecer que ao se colocar em marcha o ciclo de políticas públicas em uma sociedade minimamente democrática, os *policy-makers* teriam de, ao menos, parecer dar atenção aos interesses para além daqueles relacionados ao próprio Estado e a seus aliados empresariais (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

De acordo com Bresser-Pereira (2016, p. 6), existiriam três tipos ideais de Estados capitalistas: liberal, desenvolvimentista e predador. O primeiro se limitaria a garantir “a propriedade, os contratos e a moeda nacional, e a manter saudáveis as finanças públicas”, com as demais atividades econômicas atribuídas ao controle do mercado. Por sua vez, o Estado desenvolvimentista “intervém de forma moderada no mercado, principalmente planejando o setor não competitivo da economia”, enquanto o Estado predador seria caracterizado pela persecução dos objetivos dos dirigentes em lugar dos objetivos em comum da sociedade, considerado pré-industrial e de ocorrência em países que teriam realizado revoluções industriais e capitalistas.

Nesse sentido, alguns autores colocam o prefixo *neo* diante de alguns casos contemporâneos do desenvolvimentismo. Para Boito Jr. e Berringer (2013, p. 13), o “neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal”. Em

lugar de recorrer às diversas definições históricas, além daquelas associadas aos contextos de aplicação do termo, é suficiente aos propósitos desta pesquisa conceituar o neoliberalismo como uma acentuação do poder do mercado sobre o Estado liberal. No neoliberalismo, a sociedade econômica é colocada acima da sociedade política: a liberdade de mercado seria instrumento dos direitos individuais, o inverso da relação estabelecida no liberalismo clássico (ARAÚJO, G. S., 2018). Dessa forma, o neodesenvolvimentismo seria a ação do Estado dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal.

Desta forma, as políticas públicas de maneira geral serão promovidas e limitadas pelo direcionamento dado pelo modelo de Estado e pelo espaço de participação democrática que será permitido no contexto analisado. Tais conceitos complementares foram trazidos de maneira a dar conta dos aspectos relacionados ao processo de constituição do Colegiado Setorial de Arquivos. A existência de um colegiado ou conselho presume a participação da sociedade civil. Qualificar esse tipo de participação é essencial para evidenciar a legitimidade da atuação dos membros, uma vez que espaços de participação política poderiam ser constituídos no sentido formal, sem a devida representatividade. Para isso, os conceitos de sociedade civil manufaturada e de empoderamento em diferentes níveis auxiliam a identificar o caráter participativo das pessoas envolvidas no fenômeno observado.

Já as definições relativas ao sistema econômico, à democracia e aos modelos de Estado auxiliam no sentido de compreender o contexto de surgimento da estruturação do ambiente de políticas públicas, especificamente no que se refere à variável *Onde* do método de pesquisa utilizado.

3 METODOLOGIA

Todo planejamento de pesquisa social qualitativa envolve, ainda que não explicitamente colocado em texto, certo exercício de reflexão ontológica, não no sentido filosófico de discutir a realidade última dos seres e das coisas, mas em relação à realidade social e ao próprio pesquisador que se coloca diante dela.

Existem distintas perspectivas na teoria social: algumas delas entendem a realidade social como única, outras como múltipla. A essa dimensão ontológica sobre a realidade nas perspectivas teóricas, adiciona-se a compreensão sobre dependência ou independência dos atores sociais. Um olhar que parta do ponto de vista de que a realidade social é única e que independe da ação dos atores sociais estaria identificada com o objetivismo, em que os fenômenos sociais existem enquanto fatos. Por sua vez, um ponto de vista em que a realidade social seja vista como múltipla e dependente da ação dos atores sociais estaria identificada com o construtivismo, e nela os fenômenos sociais não seriam fatos em si mesmos, mas construções sociais surgidas, por exemplo, da interação entre as pessoas. Uma terceira possibilidade é levantada no panorama teórico a partir do ponto de vista pragmático: a realidade social é única, mas dependente da ação dos atores sociais. Assim, os fenômenos sociais podem ser tomados como acontecimentos em si, mas não serão totalmente separados da compreensão dos atores sociais (MOERMANN *et al.*, 2016).

A compreensão da visão pragmática acima descrita deriva do Teorema de Thomas: “Se as pessoas definem certas situações como reais, elas são reais em suas consequências”. (THOMAS apud MOERMANN *et al.*, 2016). Os autores colocam que tal teorema impacta fortemente, ou assim deveria, na reflexão dos próprios pesquisadores sociais: se os *pesquisadores* definem certas situações como reais, elas são reais em suas consequências.

A essa ontologia dos atores sociais acrescenta-se uma ontologia sobre como se vê o próprio pesquisador. Se, na dinâmica que considera a realidade social como única e independente da ação dos atores que nela performam, o pesquisador que observa entender-se (ou esquecer-se) de que faz também parte do mundo social que observa, ter-se-ia caracterizado o naturalismo (que nas ciências humanas e sociais é bastante problemático e suficientemente discutido). No construtivismo (realidade social múltipla e dependente da ação dos atores sociais) a ação do pesquisador vem a somar-se nessas múltiplas interações que levarão à interpretação dos fenômenos sociais (MOERMANN *et al.*, 2016). A pesquisa qualitativa tende, então, a cair na dicotomia do *realismo x relativismo*, sendo necessário ao pesquisador uma postura epistemológica cuidadosa que o permita fazer escolhas metodológicas coerentes.

Nesse sentido, como solução provisória e intermediária, Hammersley (apud FLICK, 2009) propõe a ideia de um realismo sutil, um posicionamento que parte de três premissas:

1. A validade do conhecimento não pode ser avaliada com certeza. Julgam-se os pressupostos tomando por base sua plausibilidade e credibilidade.
2. A existência dos fenômenos independe de nossas afirmações a seu respeito. Nossos pressupostos sobre eles podem ser apenas mais ou menos aproximados daquilo que sejam fenômenos.
3. A realidade torna-se acessível através das (diferentes) perspectivas sobre os fenômenos. A pesquisa visa à apresentação da realidade, e não a reprodução desta. (HAMMERSLEY apud FLICK, 2009, p. 345).

A partir de um posicionamento de realismo sutil, coloca-se a pesquisadora como participante e coconstrutora de uma interpretação da realidade social, que para os fins da pesquisa é única, mas dependente (construída), a partir da compreensão dos atores sociais. Em lugar de procurar a verdade sobre o CSA, constrói-se uma narrativa passível de ser validada, por meio de procedimentos definidos e, nesse sentido, a generalização analítica é possível.

Para apresentar os aspectos e procedimentos metodológicos da pesquisa, esquematizou-se o seguinte quadro resumo, que retoma os objetivos geral e específicos propostos, seguida de sua estratégia de coleta de dados e procedimentos de análise (Quadro 3).

Quadro 3 - Resumo dos objetivos e métodos da pesquisa

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Coleta de dados	Procedimento de Análise
Compreender a relação entre políticas públicas de arquivo e cultura na atuação do Colegiado Setorial de Arquivos	Analisar o processo de criação e a atuação do CSA	Pesquisa Documental -Entrevistas	Análise de políticas públicas
	Identificar a compreensão dos membros do CSA sobre os arquivos no universo da cultura.	-Entrevistas	Análise de conteúdo

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, quanto aos objetivos é exploratória, com procedimentos de pesquisa documental e de levantamento. Para registro, organização, codificação e gestão dos dados da pesquisa foi utilizado o software Atlas TI, uma ferramenta especialmente voltada para a análise qualitativa, estejam os dados em formato de texto, áudio ou vídeo. Além disso, ele permite a sistematização dos procedimentos de coleta e análise (ATLAS TI, 2019).

Por apresentar procedimentos de pesquisa com a participação de seres humanos, após aprovação em exame de qualificação o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O trâmite foi realizado por meio da Plataforma Brasil, aprovado pelo Parecer 3.996.189 e registrado pelo código CAAE 30375620.2.0000.0121. Uma alteração foi realizada no projeto original junto à plataforma, uma vez que que foram realizadas mais entrevistas do que o previsto: em lugar de dez foram realizadas 13.

Para atingir os objetivos específicos desta pesquisa foram elaborados distintos protocolos. De acordo com Yin (2016), um protocolo indica um conjunto mais amplo de procedimentos, menos estruturado do que um instrumento de levantamento de dados, consistindo em um conjunto declarado de temas de interesse. Deve conter questões suficientemente fundamentais para o tema de estudo, quais evidências buscar e suas fontes.

3.1 PRIMEIRO OBJETIVO ESPECÍFICO

Para esse objetivo, elegeram-se as categorias de análise do COQ3, apresentado na seção anterior. Trata-se de uma operacionalização dos elementos básicos para a análise de um fenômeno de políticas públicas. O Quadro 4 apresenta um resumo dessas categorias, conforme destacadas para este estudo.

Quadro 4 - Resumo das categorias analíticas aplicáveis ao método COQ3

Variável	Categoria
Como	Determinação do estilo de política pública. Determinação do modelo de política pública.
Onde	Modelos de estado. Categorias derivadas do regime de governo. Categorias infranacionais: regiões, locais, grupos sociais.
Que	Tipos de política. Tipo de instrumento de política pública.
Quem	Classificação de atores políticos.
Quando	Ciclo de políticas públicas.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Secchi (2008), incorporando Lascoumes e Les Galès (2007).

Observa-se que, para os fins desta pesquisa, optou-se por complementar o método definido por Secchi (2008) com a análise de tipo de instrumento de política pública, como

proposto por Lascombes e Les Galès (2007). Além disso, optou-se pela exclusão da definição da *policy network* para a análise da política pública de cultura para os arquivos, configurada na atuação do CSA. Esta escolha foi feita pelo fato de que, para a determinação de uma *policy network* seriam necessárias abordagens etnográficas ou participantes que, embora não impossíveis de serem realizadas, seriam dificultadas pela distância temporal do evento estudado. Outra abordagem possível nesse sentido, a de mapeamento de redes sociais, requereria, no mínimo, a entrevista da maior parte dos membros participantes, o que levaria a uma pesquisa documental mais ampla, o que também não seria possível de realizar considerando os recursos disponíveis para pesquisa, no prazo desejável para a conclusão do curso de doutorado.

Assim, as categorias do COQ3 serviram como guia narrativo para organizar os dados levantados por meio de documentos produzidos pelo CNPC, pelo CSA e na consulta realizada ao Arquivo Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, que coordenava os trabalhos do colegiado à época. Os resultados dessa análise são apresentados na seção 5.

3.2 SEGUNDO OBJETIVO ESPECÍFICO

No Quadro 5 é apresentado o protocolo aplicado para conduzir as entrevistas com os membros do CSA, realizadas entre maio e setembro de 2020.

Quadro 5 - Protocolo de entrevistas e categorias predefinidas para análise de conteúdo

Temas de interesse a serem levantados nas entrevistas	Categorias Análise de Conteúdo
A – Identificação	
B - Formação e atuação profissional (experiências profissionais e acadêmicas, especialmente em relação aos arquivos e Arquivologia)	
C - Contexto de aproximação com o Colegiado Setorial de Arquivos (representante da sociedade civil ou do Estado? candidato ou convidado?)	
D - Concepções sobre políticas públicas para arquivos: (especialmente inter-relação entre políticas de arquivo, informação, gestão, patrimônio, cultura, memória; como seria privilegiar a dimensão antropológica de cultura nos arquivos?)	arquivo - definições; cultura - definições; dimensão antropológica de cultura - definições; patrimônio - definições; memória: definições.

E - Sobre o Plano Setorial de Arquivos: (o que achou do processo de construção? qual a expectativa sobre a implementação do plano à época?)	política pública; participação política; democracia; expectativas de futuro.
---	--

Fonte: Elaboração própria (2021).

O Colegiado teve duas formações, como será explicitado mais adiante. Tal configuração foi ocupada efetivamente por 44 nomes, considerando que nem todas as vagas de suplência foram ocupadas e que muitos desses nomes estiveram presentes nas duas formações do conjunto do referido colegiado setorial.

Os convites foram enviados aos membros cuja participação se identificou mais frequente nas atas e documentos analisados. Ao final, realizaram-se 13 entrevistas por meio dos aplicativos Skype e WhatsApp, entre os meses de maio e agosto de 2020, oportunidades em que os áudios foram gravados e posteriormente transcritos.

Embora o serviço de transcrição das entrevistas tenha sido realizado por meio de empresa especializada, a revisão realizada pela pesquisadora procurou suprimir nomes de pessoas e lugares, de maneira a evitar que o entrevistado fosse identificado contextualmente. Os nomes dos entrevistados foram substituídos por códigos (E + número da entrevista realizada). Nas citações diretas utilizadas podem existir trechos descontinuados, que estão identificados com parênteses e três pontos [...]. Foi incluída, em alguns trechos, a expressão ‘inint.’ para momentos em que o áudio é ininteligível. Dois entrevistados solicitaram a transcrição de suas entrevistas. Apenas uma das citações utilizadas poderia identificar a pessoa entrevistada, o que foi resolvido em consulta ao participante que aprovou o texto e autorizou seu uso.

Um dos áudios foi corrompido no processo de gravação, e a entrevista não pôde ser transcrita, e por isso, não pôde ser analisada. Outra entrevista foi utilizada para constituição da análise de políticas públicas, mas não integrou a análise de conteúdo porque tratava-se de representante do setor de arquivos em momento anterior à criação do colegiado setorial. Assim, o total de entrevistas que compõe o corpus de análise é 11.

O envio e a devolução do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram realizados por correio eletrônico.

Para análise dos dados coletados nas entrevistas foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo. Entre as possíveis abordagens dessa metodologia, elegeu-se a de Bardin (2016), na qual a autora expressa passo a passo a organização do processo de análise, codificação e categorização, distribuídos no que ela chama de três polos cronológicos: pré-análise; exploração

do material; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. No Quadro 6, relaciona-se o momento da análise com os procedimentos realizados na pesquisa.

Quadro 6 - Fases e procedimentos da análise de conteúdo

Fase	Caracterização	Procedimentos realizados
Primeira fase (pré-análise)	Leitura flutuante e escolha dos documentos	- Transcrição e padronização do layout das entrevistas
	Constituição do corpus	- Corpus constituído pela transcrição de todas as entrevistas realizadas no período estipulado para a coleta de dados.
	Formulação de hipóteses e objetivos	- Objetivo da análise de conteúdo: Identificar a posição ou a compreensão dos membros do CSA sobre os arquivos no universo da cultura. - Hipótese: não havia uma ideia clara no que se pretendia construir no universo das políticas públicas de arquivo e cultura no CSA: seu processo é o destaque.
	Preparação do material	- Material transcrito e inserido em um grupo de documentos de projeto no Atlas TI.
Segunda fase (exploração do material e tratamento dos resultados)	Codificação	- Codificar de acordo com as categorias pré-definidas (processo dedutivo): arquivo - definições; cultura - definições; dimensão antropológica de cultura - definições; patrimônio - definições; memória: definições; política pública; participação política; democracia; expectativas de futuro.
	Recorte (escolha da unidade de registro)	- Unidade de registro: Tema.
	Enumeração	- Presença ou ausência dos códigos por entrevista - Frequência dos códigos por entrevista.
Terceira fase (inferência e interpretação)	Validação dos resultados	- Confirmar codificação – delimitação dos códigos
	Interpretação	- Relacionar a frequência dos códigos; - Relacionar quando os códigos aparecem juntos na mesma entrevista e se essa relação se repete.

Fonte: Elaboração própria (2020) com base em Bardin (2016)

A primeira fase da análise de conteúdo representa os momentos de transcrição e padronização do *layout* das entrevistas, assim como a constituição do corpus, composto pela transcrição de todas as entrevistas realizadas no período estipulado para a coleta de dados.

Nesse momento, foi possível estabelecer como hipótese da análise algo que se apresentava desde a realização das entrevistas: não havia uma ideia clara sobre a relação ótima entre políticas específicas para arquivos e as políticas culturais na época da constituição e funcionamento do CSA. O processo foi revelando aos membros do colegiado a necessidade de posicionamento diante do desafio de construir um instrumento de gestão de políticas públicas.

Esta fase concluiu-se com a inserção das transcrições no software de análise qualitativa (Atlas TI).

A segunda fase foi caracterizada pelos procedimentos de codificação, recorte e enumeração. Tratou-se de codificação de acordo com categorias predefinidas, ou seja, um processo dedutivo, cuja unidade de registro escolhida foi o tema, e a unidade de contexto a entrevista. Isso significa que não foram consideradas apenas palavras ou frases, mas citações às quais se pudesse atribuir como referentes aos códigos. Por isso, cada citação só poderia ser atribuída a um código.

Para codificar os trechos, o Quadro 7 foi utilizado com guia para orientar a atribuição de cada código aos trechos destacados.

Quadro 7 - Categorias para a codificação da análise de conteúdo

Categoria	Inclui	Não inclui
Arquivo	Definições conceituais sobre o que é arquivo, documento de arquivo e instituição arquivística	
Cultura	Conceito antropológico de cultura. Cultura como âmbito de atuação dos arquivos.	
Patrimônio	Definições conceituais, referências ao patrimônio reconhecido pelo estado ou pelas comunidades, ou referência a conteúdos que considera adequado serem objeto de reconhecimento.	
Memória	Definições conceituais, referências ao fenômeno de significação do passado, que pode ser alvo de preservação, registro.	Lembranças pessoais
Política pública	Definições conceituais, processo de funcionamento.	Funcionamento da política partidária
Participação política; democracia	Empoderamento individual, político e grupal. Ideias sobre representação política e participação política, funcionamento da política partidária.	
Expectativas de futuro	Projeções, anseios, preocupações.	

Fonte: Elaboração própria (2021).

Tendo em vista que se partiu de concepções dos entrevistados sobre os temas, não foi realizado levantamento sistemático e abrangente sobre todos os sentidos que esses conceitos utilizados como categorias podem carregar. Trata-se de temas exaustivamente discutidos no campo das ciências sociais e humanidades, com inúmeras possibilidades de interpretação. Nesse sentido, foram selecionadas definições pontuais sobre cada temática, de maneira a orientar a codificação das entrevistas, sem o intuito de discorrer sobre a categoria em si (Quadro 8), procurando retomar conceitos já trabalhados no referencial teórico.

Quadro 8 - Referências amplas utilizadas na análise de conteúdo

Conceito	Referência	Definição
Arquivo	Arquivo Nacional (2005)	“- Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte; - Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, processamento técnico, a processamento técnico conservação e acesso a documentos; - Instalações onde funcionam arquivos” (p. 27)
Cultura	Botelho (2001)	Campo de domínio das políticas culturais. Dimensão da realidade construída pelos indivíduos, resultado de interações, construções simbólicas, artísticas, modos de registrar, fazer e viver.
Patrimônio	Brasil (1988)	Definição constitucional – tipos de patrimônio brasileiro.
	Meneses (2015)	Construção social baseada em valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos ou éticos, acordados política e coletivamente.
Memória	Riccoeur (2007)	Fenômeno que comporta aspectos individuais (psíquicos e psicológicos), coletiva (como se escolhe o que lembrar do ponto de vista do grupo social) e histórica (destacando os modos próprios ao processo epistemológico da ciência histórica e suas consequências).
Política pública	Frey (2000) Secchi (2008)	Fenômeno relacionado ao processo de definição e solução de problemas políticos.
Participação política (empoderamento e seus tipos) e democracia;	Gohn (2004)	Participação política e Democracia: Ações fundamentadas e direcionadas ao que é público, coletivo, em processos decisórios baseados em votação e acordos. Motivações e consequências dessas ações.
	Kleba e Wendausen (2009)	Empoderamento: processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia” (p. 735)

Fonte: Elaboração própria (2021).

Essas foram as categorias definidas durante a elaboração do projeto de pesquisa. Entretanto, durante a codificação das entrevistas percebeu-se que as construções sobre os códigos *arquivo*, *cultura*, *memória* e *patrimônio* não ocorriam de forma isolada, mas sempre conectados uns aos outros. Como tais categorias estão relacionadas às características do sistema político arquivístico amplo, composto por políticas arquivísticas específicas, políticas culturais e de informação, procurou-se destacar tais elementos nas falas dos entrevistados.

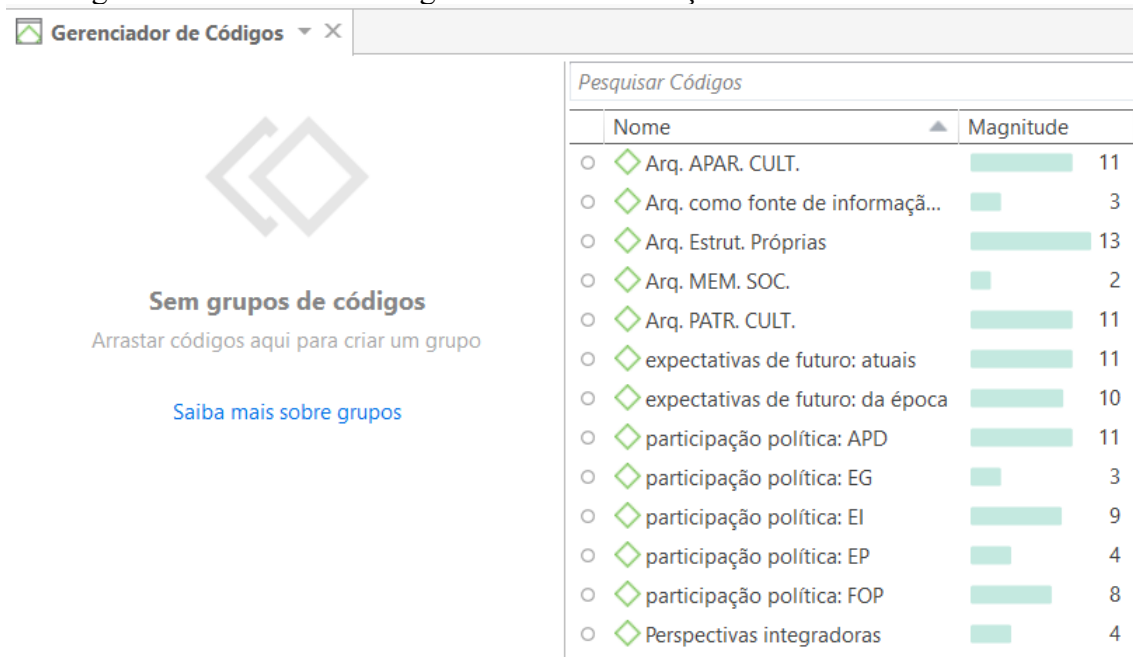
Como a análise categorial não permitiria a atribuição de mais de um código por citação,

essas categorias foram refinadas nos seguintes códigos, representando colocações dos entrevistados: *Arquivos como parte de estruturas administrativas* próprias — que engloba as definições de arquivo, mas especifica seu âmbito de atuação na esfera da gestão, representando as políticas arquivísticas específicas; *Arquivos como aparelhos culturais* — que engloba a vinculação dos arquivos ao campo de domínio da cultura, mas tomando-a de maneira ampla (no sentido antropológico de cultura); *Arquivos como patrimônio cultural* — que engloba as citações que referiam o pertencimento dos arquivos como construção valorativa coletiva, portanto, objeto de preservação; *Arquivos como componentes da memória social*: que engloba referências ao fenômeno de reconstituição do passado; e *Arquivos como fonte de informação científica*, que destaca seu papel em estruturas de políticas de informação, especialmente aquelas voltadas para a criação de novos conhecimentos, que é uma das especificidades daquele tipo de política.

A análise de conteúdo estabelece a definição de unidades de contexto e unidades de registro. A unidade de contexto, neste caso, é a entrevista. Dentro das entrevistas, a unidade de registro é o tema. Assim, distintos temas, ou seja, diversas concepções sobre os arquivos podem figurar na mesma entrevista. Isso poderia soar contraditório, o que não se confirma necessariamente levando em conta a estrutura semântica realizada por cada entrevistado.

No que se refere aos demais códigos, foi necessário especificar subcategorias dentro do código participação política. Foram eles: empoderamento individual, empoderamento grupal e empoderamento político (conforme definição de Kleba e Wendausen (2009): processo e produto em diferentes níveis); funcionamento da organização política (referido a percepções da organização política administrativa do Estado, como definição de ministérios, alterações presidenciais); aspectos da participação democrática (relativo à percepções sobre a participação em instâncias consultivas); e expectativas de futuro em relação a políticas públicas de arquivo e cultura (expectativas da época de atuação do CSA e expectativas atuais). O número de citações por código está representado na Figura 2.

Figura 2 - Relatório de códigos e número de citações das entrevistas transcritas



Legenda: Arquivos como aparelhos culturais, Arquivos como fonte de informação científica, Arquivos como parte de estruturas administrativas, Arquivos e memória social, Arquivos e patrimônio cultural, expectativas de futuro atuais, expectativas de futuro da época, participação política: aspectos da participação democrática, empoderamento grupal, empoderamento individual, empoderamento político, funcionamento e organização política.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A análise desses dados é apresentada na seção 6 desta tese. Cabe considerar que muitos dados coletados para a análise de políticas públicas acabaram por ser incorporados na análise de conteúdo e vice-versa. No entanto, a sistematização acima apresentada é importante no sentido de demonstrar o planejamento e o processo de análise da pesquisa como complementares ao propósito de alcance do objetivo geral.

4 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONSTITUTIVOS DO SISTEMA POLÍTICO ARQUIVÍSTICO AMPLO NO BRASIL

Não é possível mapear, com a metodologia utilizada nesta pesquisa, todas as iniciativas relacionadas às políticas arquivísticas, de informação e cultura voltadas para arquivos. Mas, certamente, é possível pontuar as instituições, suas origens e os principais atores envolvidos no seu desenvolvimento, de modo que se possa reconhecê-los na análise de política pública. Dessa forma, esta seção tem como objetivo apresentar o que entendeu-se constituir, ao menos no sentido ideal, o subsistema político arquivístico amplo brasileiro.

É difícil padronizar a descrição de cada um desses nichos de iniciativas. Em cada uma das facetas políticas trazidas aqui destacam-se elementos que são importantes para compreensão do fenômeno de políticas públicas que envolveu o CSA. Inicia-se apresentando algumas instituições e normas relacionadas às políticas de informação, tendo por guia os subdomínios apresentados por Rowland (1988), que permite organizar a narrativa acerca da legislação e principais entidades. O objetivo é permitir que se observassem as possibilidades de interação com as políticas arquivísticas.

Em seguida, apresenta-se um histórico de instituições e políticas arquivísticas específicas no País. O objetivo desta seção é permitir observar a constituição das últimas, que passa obrigatoriamente pelo processo de modernização administrativa do Arquivo Nacional e no seu estabelecimento enquanto instituição relevante no Poder Executivo Federal, responsável por gerir o sistema nacional arquivístico. Algumas interações conflituosas com outras instituições podem ser observadas.

Além do AN, observa-se, em conjunto, a formação de cursos de graduação em Arquivologia e de associações profissionais, que também serão atores relevantes no subsistema como um todo, o que se reflete na constituição do Colegiado Setorial de Arquivos.

Por fim, no caso das políticas culturais, destaca-se a caracterização dos conselhos de políticas culturais existentes no Brasil desde a chamada Era Vargas, passando por um período democrático, outra ditadura e a reabertura política ocorrida em 1985, até o final da transição democrática representada pelos governos de Fernando Henrique Cardoso. Essa seção também permite caracterizar o modelo de estado imediatamente anterior ao dos governos petistas, além de prover lastro para a comparação do CNPC no período de funcionamento do CSA.

4.1 AS INSTITUIÇÕES E ATORES DAS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Como visto, as políticas de informação, apesar de seu papel destaque na organização do estado contemporâneo, costumam ser dispersas e pouco formalizadas. É preciso, ainda, compreender que na realidade esses domínios apresentam-se inter-relacionados, ainda que muitas vezes dispersos por diferentes órgãos e agências governamentais.

Dessa maneira, utilizou-se os aspectos relacionados por Rowland (1998), já citados anteriormente, — protecionismo informacional, mercados de informação, radiodifusão e telecomunicações, acesso público a informações oficiais e sociedade da informação e infraestrutura — para caracterizar brevemente alguns atores e instituições no caso brasileiro.

Assim, são citadas as seguintes leis e programas por subdomínio no caso brasileiro. De certa forma, todos esses aspectos estão cobertos pela Constituição Federal (CF/1988), tendo sofrido regulamentação nos últimos anos. Ressalta-se que embora a legislação seja citada, ela é utilizada como ponto de partida, nunca como a política de informação em si (Quadro 9).

Quadro 9 - Exemplos de leis e programas relacionados à política de informação no Brasil

Protecionismo da informação	Lei de Acesso à Informação Marco Civil da Internet LGPD
Mercados de informação	Lei de Direitos Autorias LGPD
Radiodifusão e telecomunicações	Meios de Comunicação na CF
Acesso público a informações oficiais	LAI
Sociedade da informação e infraestrutura	Programas Ministério da Ciência e Tecnologia: Livro Verde, Livro Branco e RNP

Fonte: Elaboração própria (2021).

Os elementos de política informacional relacionados ao domínio do protecionismo podem ser identificados na Lei de Acesso à informação, no Marco Civil da Internet e na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A LAI representa parte importante no processo de constituição de estrutura de controle e transparência do Estado brasileiro. Além de definir os níveis de sigilo e oficializar o sigilo como exceção, ela explicita a necessidade de uma postura ativa do estado em relação à transparência. A LAI representou uma conquista da sociedade brasileira ao determinar explicitamente a obrigação do Estado em divulgar informações sobre sua organização e funcionamento, seja por medidas ativas de transparência ou sob ação passiva, quando provocado pelo cidadão.

No que se refere ao Poder Executivo Federal, uma importante medida no sentido de regulação foi a criação da Corregedoria Geral da União, em 2001, mais tarde modificada para Controladoria Geral da União (CGU). Em 2016, o órgão, responsável por ações voltadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, chegou a alcançar a posição de Ministério, tendo sido novamente transformada em órgão vinculado à Presidência da República (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2020). A CGU representa o potencial papel relevante nas políticas nacionais de informação, especialmente aquelas voltadas para políticas de acesso a informações oficiais. É à CGU que se indica recorrer em última instância quando da negativa de acesso às informações públicas na administração pública federal.

De acordo com Moraes (2020), o Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014) foi a primeira lei do País a disciplinar princípios, garantias, direitos e deveres dos usuários da rede, tratando de relações jurídicas capazes de serem estabelecidas na Internet. Destacam-se entre os princípios dessa espécie de “Constituição” para a Internet: a inviolabilidade da intimidade e da vida privada (Art. 7º, I); a proteção contra o fornecimento de dados pessoais coletados pela Internet a terceiros sem prévio consentimento do titular (Art. 7º, VII); o direito a informações claras e completas sobre o tratamento de dados pessoais (Art. 7º, VIII); e a necessidade de consentimento expresso e destacado sobre o tratamento dos dados (Art. 7º, XI).

Por sua vez, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) tem o objetivo de regulamentar como se dá a captura e tratamento de dados no território brasileiro, insistindo na necessidade de consentimento do usuário. Se o Marco Civil estabelece parâmetros para a segurança de dados no ambiente on-line, a LGPD traria diretrizes particulares de que detalham a tipologia de dados bem como assegurariam a movimentação dos mesmos até em ambiente *offline* (MORAES, 2020).

Essa nova regulamentação para o comportamento na Internet, bem como a criação e uso dos dados que daí derivam, determina a ação de diversos órgãos fiscalizadores, como: a ANATEL, encarregada por acompanhar a atuação das prestadoras de serviço; a Secretaria Nacional do Consumidor, encarregada por fiscalizar os atos praticados pelas empresas em eventuais violações aos direitos do consumidor; e o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (dedicado a apurar infrações à ordem econômica) (MORAES, 2020). No caso da LGPD, o órgão responsável pela fiscalização na utilização dos dados pessoais é a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), dedicada a apurar violações relativas ao uso impróprio de dados pessoais e de acesso na rede (SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE

DADOS, 2020).

Já acerca dos mercados de informação, tem-se a Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que abrange o Direito de Autor e conexos, coloca o conceito e abrangência das obras protegidas e relaciona os direitos morais do autor. Ela também dispõe ainda sobre os direitos patrimoniais, e determina o prazo de proteção de 70 anos após morte do autor. Propõe, ainda, a criação de associações de gestão coletiva, organizadas em escritório central destinada à arrecadação e distribuição dos recursos financeiros por ventura advindos de tais obras (BRASIL, 1998).

O domínio da radiodifusão e das telecomunicações no caso brasileiro tem no Ministério das Comunicações seu principal agente, presente na estrutura do Executivo Federal desde 1967, com poucos períodos de fusão com outras estruturas ministeriais (1990–1992 - Ministério da Infra-Estrutura; 1992 - Ministério dos Transportes e Telecomunicações; 2016–2020 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações). Na recente refundação, ocorrida em 2020, apresenta secretarias específicas para cada um dos seus principais assuntos. As atribuições de “formular e avaliar políticas públicas, diretrizes, objetivos e metas relativos à execução e fiscalização dos serviços de radiodifusão no Brasil” são competências da Secretaria de Radiodifusão (SERAD) (BRASIL, 2020a). Já a Secretaria de Telecomunicação (SETEL) é responsável por propor políticas relativas à cadeia de valor das telecomunicações no País, tendo como competências “planejar, coordenar, supervisionar e orientar as atividades, os estudos e as propostas para a expansão de investimentos, infraestrutura e serviços na cadeia de valor das telecomunicações” (BRASIL, 2020a). Diversos são os programas descritos no website da instituição, entre os quais destaca-se o novo marco jurídico de regulamentação do setor, ainda que esteja aquém dos propósitos deste estudo avaliar a implementação dessas políticas.

Em relação ao domínio do acesso a informações públicas, a LAI, já citada, também oferece diretrizes. As demandas por transparência nas ações de governo têm tido o apoio de parcerias internacionais, como o *Open Government Partnership*, iniciativa oriunda de programa da Organização das Nações Unidas (ONU), que o Brasil também integra (BRASIL, 2020b).

Finalmente, em relação à sociedade da informação e infraestrutura, cita-se o relevante papel desempenhado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em seus programas de estabelecimento de infraestrutura, formação de recursos humanos e fortalecimento de redes para a difusão e o acesso à informação produzida no campo científico nacional. O IBICT, em seus primórdios, representa uma primeira fase importante de

sistematização de políticas de ciência e tecnologia, estimuladas no contexto pós-guerra, estimulado, no caso do Brasil, pela UNESCO.

O IBICT é hoje parte da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia. Destaca-se duas iniciativas que o ministério promoveu no início dos anos 2000, que se propunham a consolidar as características de Sociedade da Informação¹⁴ na sociedade brasileira: o Livro Verde e o Livro Branco. Na tradição das associações europeias, livros verdes se propõem a apresentar uma questão ou orientar a sociedade a um debate, enquanto livros brancos apresentam uma política detalhada organizada para decisão política (UNIVERSIDADE LUSÍADA NORTE PORTO). O programa tinha o objetivo de tornar o uso de tecnologias de informação e comunicação de maneira inclusiva, de forma que seu domínio permitisse a competitividade econômica do País no mercado global (SILVA, 2005).

Além desses programas, destaca-se aqui a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Trata-se de um programa do Ministério da Ciência e Tecnologia, criado em 1989, com o objetivo de construir infraestrutura para acesso à Internet no âmbito acadêmico. Desde 1999, a RNP opera por meio de um programa interministerial, que inclui, atualmente, os ministérios do turismo, saúde, educação, defesa e ciência e tecnologia. Por meio de uma associação, a RNP também opera no sentido de fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de redes voltadas para o ensino e a pesquisa no País. Entre os serviços oferecidos pela RNP, citam-se: acesso à rede sem fio segura para ambientes acadêmicos (*eduroam*); rede social de web conferências; acesso a serviço de videoconferências; envio de arquivos de até 20G; chamadas telefônicas por meio de voip; compartilhamento de conteúdo audiovisual, com transmissão de sinal de TV e rádio (REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA, 2021).

4.2 POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS ESPECÍFICAS

Como já colocado, a instituição de políticas públicas específicas para arquivos carrega estreita relação com a vocação e o posicionamento do AN. Sua origem remonta o Arquivo Público do Império, criado em 1838, embora tenha sido previsto desde a Constituição de 1824. A estrutura e as competências dessa primeira organização foram baseadas no modelo do arquivo nacional francês, que previa funções administrativas e historiográficas. No entanto, com a forte

¹⁴ Sociedade da Informação é um termo utilizado para substituir a ideia de sociedade pós-industrial, em que o paradigma das tecnologias de informação e comunicação revoluciona a forma de produzir bens e serviços, assim como as práticas sociais e culturais (CASTELLS, 2000; WERTHEIN, 2000).

idealização patrimonialista herdada do governo monárquico português, o arquivo teria incorporado um pensamento burocrático centralizador. Isso tornou impraticável a ideia de um arquivo para o público como nos *Archives Nationales*: o Arquivo era, de fato, um arquivo para o Império (CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

A tarefa de reunir e preservar os documentos produzidos desde a colonização, necessários para construção da história e identidade do novo estado-nação, terminou por ser exercida por meio da criação, no mesmo ano, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Desde então, o IHGB teria contado com sede e profissionais exclusivos, enquanto o Arquivo Público não contava nem com verba básica. Em 1889, com a transição para o regime republicano, o Arquivo Público do Império torna-se Arquivo Público Nacional, tendo previstas em suas competências o acesso de qualquer cidadão, em contraposição ao modelo anterior voltado para a sociedade imperial. Em 1911 há uma nova organização interna, originando a denominação até hoje vigente — Arquivo Nacional (AN) (CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

Nos anos 1930, na chamada Era Vargas, diversas novas estruturas organizacionais surgem. Entre elas o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (2020), desde a década de 1920 iniciativas locais e estaduais de proteção patrimonial de caráter coletivo já ocorriam no Brasil, reconhecendo-se a necessidade de preservar (ou construir) a memória e de representar uma identidade nacional. O então ministro do Ministério da Educação e Saúde Pública¹⁵, Gustavo Capanema, solicitou a Mário de Andrade a preparação de um anteprojeto para uma instituição nacional de proteção ao patrimônio. O projeto do modernista foi, então, adaptado às possibilidades e circunstâncias por Rodrigo Melo de Franco Andrade (CALABRE, 2017). O SPHAN foi criado em 1937 pela Lei n. 378 e organizado pelo Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937), mas o órgão passou a se dedicar de alguma forma ao universo arquivístico na década de 1980, como se demonstra mais adiante.

O DASP exerceu um papel de destaque no universo arquivístico do Brasil. De acordo com Santos (2018, 2014), o DASP tinha o objetivo de levar a efeito novas formas de promover os serviços públicos. No contexto de forte centralização da Presidência na República durante o Estado Novo, o DASP era diretamente subordinado à chefia do País. Com atribuições relativas à organização e métodos e execução orçamentária (o que lhe renderia disputas com o Ministério

¹⁵ Ministério criado por Getúlio Vargas em 1930.

da Fazenda), teria seus objetivos iniciais expandidos de modo a dar conta também das áreas de administração de pessoal e material.

De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (2020), com a queda de Vargas em outubro de 1945, o DASP teria passado por reestruturação e esvaziamento, a partir do que se mantém como órgão executor na área de seleção e aperfeiçoamento de pessoal, tendo suas demais funções transformadas em assessorias. Além disso, o DASP foi pioneiro na implementação das carreiras de arquivista e arquivologista, em 1941, o que lhe rendeu contestação por parte do AN. O AN questionava a ideia de abertura de vagas para a carreira em diferentes ministérios, chamando para si o monopólio do controle em relação a ações de arquivamento. Santos (2014) identifica a disputa entre as visões sistêmica (DASP) e centralizada (AN) na administração de arquivo.

Em que pesem esses antecedentes, a bibliografia demonstra que a configuração do campo arquivístico brasileiro (não apenas no sentido político: aqui os autores destacam, também, as contribuições para o estabelecimento da Arquivologia como disciplina científica) constituiu-se a partir da década de 1950, com a atuação do historiador José Honório Rodrigues na direção do AN (CRIVELLI; BIZELLO, 2012; SANTOS, 2014).

Em sua gestão foi realizado um diagnóstico institucional que apontou a inexistência de normativas técnicas para recolhimento e tratamento documental, bem como ausência de pessoal qualificado para tais atividades, entre outras dificuldades. Como parte de sua estratégia para superar a situação encontrada, José Honório Rodrigues promoveu a aproximação do AN com instituições estrangeiras, o que permitiu a visita de pesquisadores como Henri Boullier de Branche (França) e Theodore Schellenberg (Estados Unidos). Além disso, houve a produção de livros técnicos, entre eles as traduções de *Arquivos Modernos* (SCHELLENBERG, 2004) e do *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* – o famoso *Manual dos Arquivistas Holandeses* (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1975). A publicação desses livros técnicos teria permitido a reorganização do Curso já oferecido pelo AN, e, por meio do convênio anteriormente citado, os pesquisadores convidados ministraram treinamentos e capacitações (CRIVELLI; BIZELLO, 2012). Alguns desses cursos tiveram apoio do DASP (SANTOS, 2014).

Onze arquivos estaduais surgiram desde o início do período republicano até a década de 1960, e Crivelli e Bizello (2012) consideram que esse número demonstra uma tendência de regionalização das preocupações arquivísticas do nível nacional. Nessa época, com a reestruturação organizacional provocada pela mudança da sede do governo federal do Rio de Janeiro para Brasília, é criado um Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar os problemas

arquivísticos do processo de transferência de acervo para a nova cidade. O Grupo de Trabalho tem vida prolongada em alteração do decreto que o instituiu, incluindo uma nova e importante tarefa: elaborar anteprojeto de lei que estabelecesse procedimentos para o recolhimento dos arquivos no País — um indício do estabelecimento de políticas arquivísticas propriamente.

O resultado desse Grupo de Trabalho é o primeiro anteprojeto de lei para um sistema nacional de arquivos, que não chegou a ser implementado, mas que fora mantido como referência para os profissionais da área. Tratava-se de um sistema que previa a coordenação técnica e normativa do AN, a quem caberia “manter e supervisionar a uniformidade de organização e funcionamento dos arquivos da União” (JARDIM, 1999, p. 81). Estes últimos seriam o conjunto de órgãos públicos “federais, estaduais e municipais, existentes ou a serem criados, bem como de organizações particulares” (JARDIM, 1999, p. 81) sendo estes compreendidos unicamente como aqueles de valor histórico. Ou seja, não compreendiam aquilo que se entende como fases corrente e intermediária (JARDIM, 1999).

Os anos 1970 são reconhecidos como um período próspero no mundo arquivístico brasileiro: há a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971, e a criação dos primeiros cursos superiores de Arquivologia no País: UNIRIO – 1973; UFSM – 1976; UFF – 1978). Há ainda a regulamentação da profissão de arquivista e técnico de arquivo em 1978. É de 1978, também, o primeiro decreto que regulamentaria o Sistema Nacional de Arquivos (CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

De acordo com Gomes (2014, p. 109), a fundação da AAB permitiu que os profissionais de arquivo, servidores públicos, muitos deles advindos das capacitações do AN e do DASP, passassem a “refletir, debater e propor ações para o desenvolvimento de uma pauta identificada com o campo arquivístico”. Por meio da promoção de ações, como a criação do Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA) e da criação do periódico *Arquivo & Administração*, teve ainda papel fundamental na criação dos projetos de lei para regulamentação da profissão de arquivista e do estabelecimento do currículo mínimo para os cursos superiores de Arquivologia. Observando o conjunto de realizações, Gomes nota que a associação “oscilava entre conteúdos e matérias próprias do campo da política pública com reivindicações de caráter corporativista” (GOMES, 2014, p. 109).

As capacitações periódicas oferecidas pelo AN ganharam, ao longo dos anos 1960, reforço com as iniciativas de José Honório Rodrigues, estabelecendo o Curso Permanente de Arquivos (CPA). Na década de 1970, iniciam as tratativas de transferência do CPA para o espaço universitário. Para tal, o curso precisava atender as regulamentações do Ministério da

Educação e Cultura (MEC), que, entre os requisitos, colocava a necessidade da elaboração de um currículo mínimo. Nesse sentido, o I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA) teve seção dedicada à apresentação e discussão do projeto, que foi entregue ao Conselho Federal de Educação por José Pedro Pinto Esposel, então presidente da AAB (GOMES, 2014).

O currículo mínimo resolvia a questão da formação necessária para atuação de arquivistas em nível superior. Um parecer da Câmara de Ensino de 1º e 2º graus reconhecia e estabelecia a formação de técnico de arquivo como de nível médio. Mas ainda era necessária a elaboração de projeto que determinasse o campo de ação desses profissionais (GOMES, 2014). Nesse sentido, é também da AAB que parte a proposta, mais tarde aprovada, ainda que retiradas da norma os mecanismos de regulação e controle das profissões — os Conselhos Profissionais (GOMES, 2014).

Nesse movimento, o papel da AAB foi marcante: ela se engajou tanto em políticas públicas específicas para arquivos, quando no ensino, na divulgação científica e na instituição de legislação de amparo à profissão de arquivista. A AAB chegou a organizar-se em diversos núcleos regionais, que reivindicaram autonomia a partir de 1998, dando início às diversas associações estaduais de arquivistas. Em 2015, a AAB foi extinta (ARQUIVO NACIONAL, 2020).

Em 1978 foi promulgado o Decreto n. 82.308, que, pela primeira vez, colocava a existência de um Sistema Nacional de Arquivos. Em relação ao anteprojeto elaborado nos anos 1960, o sistema ainda apresentava as dificuldades de abrangência: denominava-se nacional, mas abrangia apenas a administração pública federal. Os arquivos de outros poderes e esferas poderiam fazer parte do sistema através de convênios. Nessa versão, o sistema incluía em seu escopo os arquivos intermediários e permanentes, uma vez que a competência legal em relação à gestão dos arquivos correntes ainda era do DASP, por meio do Sistema de Serviços Gerais (SISG), que de fato, nunca implementou ações nesse sentido (JARDIM, 1999).

Entre outros aspectos, o Sistema Nacional de Arquivos de 1978 trazia o AN como órgão central “hipertrofiado”, prevendo, ainda, uma Comissão Nacional de Arquivos, com atribuição de exame, assessoramento e intermediação entre os entes do sistema, composta pelos seguintes membros: a AAB; Direção Geral do AN; representante da Secretaria de Planejamento da Presidência da República; representante do DASP; representante do Estado-Maior das Forças Armadas; representante do Ministério da Educação e Cultura; dois membros a serem indicados pelo AN (JARDIM, 1999).

Outro fator de destaque nos anos 1970 foi a proliferação de centros de memória e referência para a preservação de documentos. Crivelli e Bizello (2012) denominam esse

crescimento de “efervescência preservacionista”. Entre eles citam-se o Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), o Centro de Memória da Unicamp (CMU), o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) e o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM-UNESP), além do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, ligado à FGV (CPDOC-FGV). Outra entidade que cumpre dar destaque neste momento é a Sociedade Brasileira de Instrução (SBI), antiga entidade particular de ensino superior, mantenedora do Conjunto Universitário Cândido Mendes, em que se organizou, em 1972, o Centro de Memória Social Brasileira (CSMB). Deste último, mais tarde se desmembrará o Instituto de História Social Brasileira (IHSOB).

Cabe lembrar que entre os anos 1964 e 1985 o País encontrava-se em regime de exceção política, governado por ditadura militar. Já em um clima de abertura, os anos 1980 são marcados pela figura de Celina Vargas à frente do AN, que deu andamento a um processo de modernização institucional, com o intuito de aumentar a relevância da organização. De acordo com Jardim (2014), sua atuação no órgão deu início a um processo que culminou com a aprovação da Lei n. 8.159, em 1991, Lei dos Arquivos.

Embora as iniciativas de José Honório Rodrigues tenham sido relevantes e fundamentais para a configuração do campo arquivístico no País em termos institucionais, a situação do AN não parece ter se modificado de maneira substancial. Diante disso, Celina Vargas colocou a proposta de “reconfiguração institucional global”, que se expressava em um novo modelo de instituição arquivística, cujo objetivo era a modernização (JARDIM, 2014). Entre as estratégias para atender às demandas institucionais destaca-se a implementação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e da legislação arquivística.

O SINAR da versão de 1978, como visto, apresentava limitações que o tornaram alvo de críticas do próprio José Honório Rodrigues. Entretanto, e apesar de entender tais limitações, o AN cria, em 1983, uma coordenadoria específica para engendrar ações de implementação do sistema, voltada aos arquivos estaduais e municipais, de maneira a fortalecer suas relações institucionais. Esse sistema, de fato, nunca chegou a funcionar. A Comissão prevista no Decreto n. 82.308/78 jamais teria sido convocada, o que representa um indício de seu não funcionamento (JARDIM, 2014).

O Relatório de Gestão do AN demonstra que uma comissão foi criada para apresentar proposta legal para solução de problemas arquivísticos já em 1980, tendo a versão final do anteprojeto sido enviada para diversos órgãos visando angariar sugestões (ARQUIVO NACIONAL, 1985-1989). Entre as respostas desses órgãos, pode-se destacar as objeções do

Ministério da Educação e Cultura (MEC), que considerou que tal versão do anteprojeto apresentava superposição de competências entre o AN e a SPHAN.¹⁶

Em 1982, o então Ministro da Justiça assina a exposição de motivos do anteprojeto, na abertura do Seminário de Arquivos Latino-Americanos (ARQUIVO NACIONAL, 1980-1984), o que permite inferir a anuência da proposta legislativa pela comunidade arquivística. O anteprojeto torna-se, então o PL n. 4985/1984, que tramitou na Câmara dos Deputados por dois anos, até a solicitação de retirada pelo AN, em razão do estabelecimento da Assembleia Nacional Constituinte e elaboração de nova estratégia para a conformação da nova lei de arquivos. Como coloca Jardim (2014, p. 158), a Constituição de 1988 trazia “nova e inédita dimensão jurídica para o direito à informação no Brasil”. Parte dela incluída por motivação da direção do AN, que encaminha solicitação aos deputados constituintes solicitando a inclusão do direito de acesso à informação governamental.

Nesse sentido, uma nova comissão foi instituída para estudar a matéria e alterar o projeto (ARQUIVO NACIONAL, 1985-1989). A proposta de texto substitutivo teria encontrado no MEC, novamente, algumas objeções, especialmente no que se referia à figura de reconhecimento dos arquivos privados de interesse público, que concorreriam com a figura do tombamento, prevista na legislação de reconhecimento do patrimônio cultural (JARDIM, 1999). O fato é que, nos anos 1980, também se desenvolvia alguma preocupação por parte do SPHAN em relação aos arquivos. Tratava-se do Pró-Documento.

O Pró-Documento foi um programa voltado para identificação e preservação de “acervos particulares de interesse para a memória nacional” (BASTARDIS, 2012, p. 57). O projeto tem origem nas propostas de pesquisadores do IHSOB, que desde sua anterior vinculação (CMSB), se interessava por questões de História do Brasil recente, de maneira especial, a acervos localizados no estado do Rio de Janeiro (BASTARDIS, 2012). Em busca de novos meios de financiamento, o grupo intermedia o convênio entre SPHAN, SBI e Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM). Esta última era o órgão responsável pela execução de projetos, enquanto a SPHAN se responsabilizava pelas questões normativas, competências hoje integradas na mesma estrutura organizacional do IPHAN¹⁷.

De acordo com Bastardis (2012), os técnicos do Pró-Documento teriam se ocupado de conhecer a legislação relacionada à proteção da preservação de documentos privados. Note-se

¹⁶ Em 15 de novembro de 2020 solicitou-se, por meio de canal de consultas ao acervo do Arquivo Nacional, acesso a dossiê que poderia conter informações acerca dessas objeções.

¹⁷ Órgãos reunidos novamente em 1990, quando é criado o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC) (BASTARDIS, 2012).

que a legislação arquivística específica ainda não existia. Parece ter havido certo esforço na justificativa do órgão em relação aos acervos documentais, uma vez que o decreto lei de fundação do Serviço não especificava documentos como seu objeto. Ainda assim, foram elencadas outras definições posteriores e nas readequações do órgão — quando este passa a Diretoria e Subsecretaria, bem como recorreram-se a seus regimentos.

Entre os objetivos do programa estavam a constituição de informações sobre arquivos permanentes de instituições civis para divulgação científica, prestar assessoria por meio de cursos sobre técnicas de conservação e organização de arquivos, bibliotecas e centros de documentação, além de atuarem diretamente nas operações de tratamento de acervos, possuindo em seus quadros técnicos especialistas em entomologia e conservação física e química de documentos (BASTARDIS, 2012).

O Pró-Documento funcionou até 1988, quando foi descontinuado devido às tensões internas relativas às concepções acerca do papel da FNPM e da SPHAN, bem como a uma contraposição entre tradicionalistas *versus* progressistas, isto é, defensores de uma postura preservacionista, especialmente dedicada ao ‘resgate’ do patrimônio de ‘pedra e cal’ contra aqueles interessados em estimular e desenvolver referenciais multiculturais (BASTARDIS, 2012).

Jardim (2014) comenta que as críticas ao texto substitutivo do Projeto da Lei de Arquivos partiram, justamente, do quadro técnico do extinto Pró-Documento. Para Antunes e Solís (1990 apud JARDIM, 2014), o AN estaria se utilizando da legislação para definir um espaço exclusivo de poder que ia além da busca por eficácia, mas, sim, de puro e simples controle.

É difícil discutir a validade da crítica em questão. De fato, o movimento de modernização administrativa colocado em marcha pela administração de Celina Vargas tinha como objetivo tornar a instituição relevante, e isso pode ter mobilizado esforços de centralização do AN, que serão refletidos na legislação construída.

Ao mesmo tempo, não se pode ignorar a influência do pensamento arquivístico contemporâneo, que já incorporava a influência canadense de integrar a gestão das três idades documentais, e que cada vez mais identificava as instituições arquivísticas como híbridas (entidades entre a gestão e a cultura), embora ressaltasse que sua atuação teria mais relevância quanto mais próximas das instâncias de gestão.

Nesse sentido, cabe destacar a mudança sofrida pelo texto substitutivo no PL da Lei de Arquivos. Ele previa a vinculação do AN à Presidência da República, assim como um Conselho

Nacional de Arquivos ligado ao Gabinete Civil. No Senado, os artigos que faziam referência à vinculação do Arquivo Nacional à Presidência da República foram vetados. A justificativa era de que a nova vinculação proposta “parece não oferecer nenhuma vantagem em relação à sua eficiente vinculação atual ao Ministério da Justiça” (ARQUIVO NACIONAL, 1984, p. 128).

De acordo com entrevista publicada em 2018, Jaime Antunes, ex-diretor do AN, relata, a respeito da vinculação proposta e a efetivada ao AN pela legislação, que o Ministro da Justiça achava inadmissível tal alteração: “que ele indicara à diretora geral do arquivo que, ou se emendaria esses dispositivos da lei no Congresso Nacional, ou a lei não sairia” (ANTUNES, 2018, p. 18). A situação era de decidir entre renunciar à vinculação à Presidência ou ter a lei aprovada. Não foi possível determinar pela leitura do PL 4985/1984 se houve alguma intervenção do Ministério nesse sentido, o fato é que o voto do relator nas emendas do Senado seguiu o relatado posicionamento do Ministro.

A Lei n. 8.159 foi aprovada em 1991, e é o instrumento legal que dispõe sobre a política nacional de arquivos (BRASIL, 1991), também referida como Lei de Arquivos brasileira. Entre seus elementos, é possível encontrar os seguintes pontos:

- a) O reconhecimento do dever público de resguardar os arquivos;
- b) A definição e os conceitos de arquivo e gestão de documentos;
- c) O desenvolvimento da questão do direito de acesso às informações contidas em documentos públicos, considerando as questões de sigilo relativas aos direitos de intimidade e de segurança do Estado, já colocados na Constituição de 1988;
- d) Definição de documentos de arquivo, tanto públicos quanto privados, bem como os privados de interesse público;
- e) Instituição do ciclo de vida documental como composto de três idades;
- f) Colocação da inalienabilidade e imprescritibilidade de documentos de valor permanente;
- g) Proposição de um sistema de instituições arquivísticas públicas, destinada a integrar, ao menos em propósito, os três poderes e as três esferas da União.

A Lei de Arquivos também criou o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e estabeleceu o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). O CONARQ é disposto como o órgão central do SINAR. Nesse sentido, a Lei não inova fundamentalmente em relação ao anteprojeto do SINAR de 1978. O paralelismo entre a Comissão Nacional de Arquivos e o CONARQ é evidente, ainda que as ideias sobre a sociedade civil em cada caso respeitem seu contexto histórico. O CONARQ é o colegiado destinado a definir a política nacional de arquivos, tendo representantes do Estado e da sociedade civil.

Recentemente, a composição e o funcionamento do CONARQ foram alterados em função da redução de atuação de instâncias participativas no Executivo Federal, por meio do Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019 (BRASIL, 2019a). A alteração de composição e funcionamento foi estabelecida por meio do Decreto n. 10.148, de 2 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019b)¹⁸.

Por sua vez, o SINAR, atualizado em relação aos modelos anteriores de sistema, é definido como um conjunto de instituições arquivísticas com competências derivadas das diferentes instâncias (federal, estadual e municipal) dos diferentes poderes (executivo, legislativo, judiciário). Essas instituições regulariam, dentro de suas esferas de competência e através de sistemas menores, todos os processos referentes aos documentos de arquivo, desde sua produção até a guarda permanente, todos regulados pelo executivo federal através do Arquivo Nacional, que preside o SINAR e o CONARQ (BRASIL, 2019b).

Para Jardim (2011), a política nacional de arquivos não foi definida nem implementada, uma vez que o SINAR não teria sido adequadamente viabilizado nos termos da lei.

A centralização excessiva das competências de proposição e controle ao Poder Executivo Federal do arranjo institucional da proposta de organização arquivística brasileira tem sido colocada como empecilho para sua implementação (JARDIM, 1995). Uma explicação para suas limitações poderia ser derivada da imprecisão terminológica ou inadequação do termo ‘sistema’ (ARREGUY; VENÂNCIO, 2017).

Ora, o modelo de sistemas, que pressupõe objetivos comuns somente se aplicaria a entidades de uma mesma esfera governamental ou de uma mesma entidade, pois, caso contrário, o próprio princípio da federação, no caso brasileiro, estaria sendo ferido. Dessa forma, falar em um sistema nacional de arquivos pode significar uma imprecisão terminológica ou em um uso inadequado do termo sistema. (ARREGUY, VENANCIO, 2017, p. 25).

No ano 2000, o AN deixa a estrutura do Ministério da Justiça, onde esteve desde o início do período republicano, para a Casa Civil da Presidência da República. Embora saudada como uma iniciativa que daria maior poder de condução da política nacional, e desejada desde a proposição do PL n. 4985/1984, a medida não teve, em princípio, tal motivação. Tratou-se de um processo de reestruturação causado por uma crise de segurança pública, que provocou nova organização administrativa no Ministério da Justiça. Nas palavras de Jaime Antunes (2018), com a publicação da Medida Provisória n. 2.045-1, de 28 de junho de 2000, a entidade teria

¹⁸ Até a alteração do decreto, o CONARQ apresentava sete Câmaras Técnicas, responsáveis por definir normas, diretrizes, procedimentos técnicos e instrumentos legais. O Decreto limitou o número de câmaras para cinco, com limitação de duração e de número de membros.

sido “catapultada” do Ministério da Justiça para a Casa Civil. Com a nova colocação, a instituição teve inegável avanço, especialmente no que se refere à estrutura física e aumento de seu quadro profissional.

Com o intuito de “concentrar o ministério nas funções originais de assessoramento da Presidência” (INSTITUTO MILLENIUM, 2011), o AN retorna ao Ministério da Justiça em 2011. A mudança foi sentida como um retrocesso, tanto pelas questões gerenciais da política nacional de arquivos, por parte da comunidade arquivística de maneira geral, quanto por questões de complementação salarial por parte dos servidores¹⁹.

A medida gerou a organização do Movimento em Prol do Arquivo Nacional e da Política Nacional de Arquivos, que obteve apoio para a realização de I Conferência Nacional de Arquivos (CNARQ), com origem no Ministério da Justiça. Nos moldes de outros eventos semelhantes, a Conferência proporcionava mobilizações regionais até a realização da Plenária Final, ocorrida em 17 de dezembro de 2011.

É possível supor que questões relacionadas às políticas de memória então em pauta tenham contribuído para a vinculação do AN novamente na estrutura do Ministério da Justiça. Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff foram implementadas medidas de abertura e recolhimento de acervos do período da ditadura militar ao AN, e desvincular medidas impopulares frente às forças armadas da figura da presidência pode ter contribuído para a decisão de realocação do órgão.

O resultado da CNARQ está configurado em documento que reúne propostas alinhadas a seis eixos: I – Regime Jurídico dos Arquivos no Brasil e Lei n. 8.159; II – Administração Pública e Gestão de Arquivos; III – Políticas Públicas Arquivísticas; IV – Acesso aos Arquivos, Informação e Cidadania; V – Arquivos Privados; e VI – Educação, Pesquisa e Recursos Humanos para os Arquivos. Além disso, o Relatório Final apresenta vinte e cinco moções, que em conjunto com as propostas apresentam o desafio de serem “transformadas em políticas de estado, materializados em planos e programas [...]” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 50).

Em que pesem as propostas de alteração na Lei n. 8.159/1991, a única alteração sofrida

¹⁹ A insatisfação se deu não somente pela questão gerencial da política nacional de arquivos, mas também pela questão de complementação salarial do funcionalismo da instituição, que não contava com plano de carreira, e havia sido negociada com a Casa Civil. Em outro ministério a complementação não era garantida. “A categoria também manifestou a preocupação com uma eventual perda salarial, já que não existe um plano de carreira e 60% da remuneração é baseada na Gratificação Temporária dos Órgãos Centrais (GSISTE). A questão, na visão dos arquivistas, é agravada pelo fato de o governo ter sinalizado que não haverá aumentos para o funcionalismo público neste ano, o que pode emperrar a elaboração do plano de carreira dos servidores do Arquivo Nacional”. (CORREIO BRAZILIENSE, 2011).

até os dias atuais decorreu da promulgação da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 — Lei de Acesso à Informação (LAI) — (BRASIL, 2011b), que revogou artigos referentes aos graus de classificação de sigilo. O projeto de lei da LAI, remetido à Câmara dos Deputados em 2009, tinha o objetivo de regulamentar o direito de acesso previsto na Constituição Federal e pontuado na Lei de Arquivos. De acordo com Jardim (2013), a centralidade dos arquivos para a implementação da LAI teria sido evidenciada desde o advento da proposta, muito embora em consulta ao projeto de lei não tenha sido possível encontrar indícios da participação da comunidade arquivística no processo (BRASIL, 2003).

4.3 UM PANORAMA DAS CONFIGURAÇÕES DE CONSELHOS DE CULTURA: DA ERA VARGAS AO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

As instâncias participativas da sociedade, embora estabelecidas com a Constituição de 1988 e componentes dos programas de governo de Lula e Dilma, não teriam sido criação da nova carta magna ou do Partido dos Trabalhadores. De acordo com Avritzer (2012), desde a Era Vargas (1930-1945), conselhos teriam sido criados para estruturar políticas de educação, cultura e saúde. Contudo, a mudança na composição de tais instâncias participativas acontecerá, no que se refere à presença da sociedade civil, em decorrência da expansão democrática ocorrida após o período ditatorial militar, resultado de reivindicação de direitos civis e políticos no Brasil.

No campo da Cultura, a concepção de uma instância consultiva surge justamente no período assinalado por Avritzer (2012). Um Conselho Nacional de Cultura (CNC) surge em 1938, para o qual eram escolhidas sete pessoas “notoriamente consagradas ao problema da cultura” (BRASIL, 1938), designadas pela Presidência da República. O Conselho Nacional de Cultura faz parte da primeira organização da política cultural no Brasil, iniciativa que se soma à criação do Ministério da Educação e Saúde, com a direção de Gustavo Capanema. Rubim (2007b) afirma que muito dessa organização é reflexo da atuação de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938). Capanema teria constituído um arcabouço para uma política cultural que valorizava a brasilidade, a harmonia entre classes, o trabalho e o caráter mestiço da população do País. O SPHAN, já apresentado anteriormente, também figura como parte importante de tal política. Rubim identifica ações negativas (censura, repressão), próprias de ditaduras, mas também propositivas (leis, ações, programas).

Em 1961, de acordo com Souza (2017), o Conselho Nacional de Cultura tomava nova

feição, tendo sua composição restrita a presidentes e secretários gerais de um conjunto de instituições nacionais vinculadas a aspectos da cultura. A composição do Conselho Nacional de Cultura em 1961 é a seguinte: Presidentes e secretários da Comissão Nacional de Literatura; Comissão Nacional de Teatro; Comissão Nacional de Cinema; Comissão Nacional de Música e Dança; Comissão Nacional de Artes Plásticas e Comissão Nacional de Filosofia e Ciências Sociais. Representantes: Ministério da Educação; Ministério da Fazenda; Ministério das Relações Exteriores e Universidade do Brasil.

Apesar dessa alteração, Rubim (2007b) destaca o fraco envolvimento do Estado nas políticas culturais, atuando somente de maneira pontual durante o intercurso democrático ocorrido entre 1945 e 1964, por meio do SPHAN e da criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Este último atuou expandindo universidades, realizando uma campanha em defesa do folclore e por intermédio do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que, por sua vez, teria tido papel relevante na constituição do ideal desenvolvimentista que acompanha o governo de Juscelino Kubitschek.

Constatando mais uma “triste tradição” da política cultural brasileira, Rubim (2007b) demonstra que as políticas culturais teriam tido maior ativação em períodos de exceção democrática. No primeiro período da Ditadura Civil Militar do Brasil (1964-1968), reformulase o CNC para Conselho Federal de Cultura (CFC). O Decreto n. 74, de 21 de novembro de 1966, estabelece novamente a figura de eminência da personalidade para a composição do conselho, acrescentando o reconhecimento de idoneidade (BRASIL, 1966), certamente relacionada à aderência dos indivíduos com a ideologia do governo. Cabe destacar a ação do CFC no sentido de estimular estados e municípios a criarem secretarias de cultura.

Um segundo momento da ditadura (1968-1974) seria caracterizado por um vazio cultural, embora Rubim (2007b) destaque a relevância da estética televisiva e do controle desse meio de comunicação para reprodução da ideologia oficial, escamoteando a fase mais brutal do regime, caracterizada por violência, prisões e tortura.

Já no período de abertura política (1974-1985) a violência teria sido reduzida e uma tentativa de cooptação dos profissionais da cultura teria sido colocada em marcha. Haveria ampliação de investimentos na área, assim como o primeiro Plano Nacional de Cultura (1975). Com a abertura política, também chegam as influências dos encontros da UNESCO para o campo das políticas de cultura (RUBIM, 2007b).

Com o fim da ditadura, o conselho de cultura desaparece, ainda que pareça ter havido certa evolução no setor com a criação do Ministério da Cultura (MinC), em 1985. Embora saudado como inovação desejada pela comunidade cultural brasileira, o Ministério não

consegue estabilidade institucional. De acordo com Rubim (2007b), no chamado período de transição democrática, que se estende da redemocratização (1985) até o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995), ocorre praticamente uma mudança por ano na gestão da pasta. Soma-se a isso a retração do MinC, transformado em Secretaria durante o Governo Collor, que também extinguiu diversos órgãos do setor, entre elas a já citada FNPM.

A novidade do período de transição democrática no campo das políticas culturais é implantação de lei de incentivo fiscal para o financiamento. Embora criassem instituições voltadas para o setor, o governo indicava que a fonte de recursos fosse buscada no mercado: “O estado aparentemente cresce, mas o mercado ganha em poder de decisão” (RUBIM, 2007, p. 25). A ampliação desse tipo de financiamento para os estados e municípios levaria, de acordo com Rubim (2007b), a confundir ou tomar a lei de incentivo como a própria política de cultura.

A estabilidade de Francisco Weffort como ministro da Cultura durante os governos de Fernando Henrique Cardoso também não garantiu relevância ao ministério, como demonstra a porcentagem do orçamento nacional dedicada ao ministério no período: 0,14% (RUBIM, 2012). Mas é nesse período que surgem uma sequência de peças normativas que farão retornar um Conselho de Cultura. O primeiro deles é o Decreto n. 1.939, de 25 de junho de 1996, que trazia a composição do Conselho, retomando a ideia de nomeação de personalidades eminentes de reconhecida idoneidade, por indicação do Ministro e nomeação da Presidência.

Em seguida, a Lei n. 9.649/1998 coloca o “Conselho Nacional de Política Cultural, a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, a Comissão de Cinema e até quatro Secretarias” como parte da estrutura básica do Ministério da Cultura (BRASIL, 1998). Definido como órgão colegiado, apresentava, então, os seguintes membros, de acordo com o Decreto n. 3.617, de 2 de outubro de 2000: Ministério de Estado da Cultura, e dos entes do ministério: Secretário do Livro e Leitura; Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas; Secretário da Música e Artes Cênicas; Secretário do Audiovisual; Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Presidentes das Fundações Casa de Rui Barbosa; Cultura Palmares; Nacional de Artes e Biblioteca Nacional.

Em 2003 inicia o primeiro de treze anos do governo do Partido dos Trabalhadores. Com propostas de construção de política cultural com base na diversidade e na retomada consistente do papel do Estado enquanto motor de políticas culturais, o CNPC ganha reformulações importantes, que levarão à constituição, em seu seio, de um Colegiado Setorial de Arquivos. A alteração promovida pelo Decreto n. 4.805, de 12 de agosto de 2003, editava a norma para que ela desse conta de possíveis alterações organizacionais das secretarias do ministério, garantindo

que elas tivessem representação no CNPC. Mas uma representação do setor de arquivos no universo das políticas públicas de cultura só ocorreria em 2005, como pode ser observado na próxima seção, em que se apresenta o fenômeno de políticas públicas do qual o Colegiado Setorial de Arquivos fez parte.

5 A POLÍTICA DE CULTURA, O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL E SEU COLEGIADO SETORIAL DE ARQUIVOS

Nesta seção são apresentados os resultados relacionados à análise de políticas públicas, conforme proposto no primeiro objetivo específico da pesquisa, a partir dos marcos definidos na metodologia COQ3. Em um primeiro momento, descreve-se o contexto de surgimento e as ações do CSA e, em seguida, apresenta-se a análise COQ3.

5.1A POLÍTICA DE CULTURA DOS GOVERNOS PETISTAS (2003-2016)

Diante do panorama de políticas culturais marcadas por ausências, autoritarismos e instabilidades, a política de cultura desenvolvida a partir do primeiro governo de Lula da Silva se colocava de maneira a enfrentar cada uma dessas tradições que bloquearam tais iniciativas em momentos anteriores. A estratégia estabelecida desde o programa de governo divulgado na campanha (*A imaginação a serviço do Brasil*, 2002) trazia como pressuposto a definição do Estado como ator essencial no estabelecimento das políticas culturais, sem o caráter impositivo dos períodos ditatoriais, embora fundamentalmente presente e atuante, em contraposição ao hiato que ocupava no período de governo neoliberal durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (RUBIM, 2007b).

Cabe considerar que a implementação das propostas de cultura do governo petista esbarrava na relativa falta de relevância do MinC. Como já colocado na seção anterior, o ministério apresentou dificuldades de estabelecimento desde o princípio, tendo sido reduzido a uma secretaria já nos primeiros anos de sua existência. Durante o governo FHC, o MinC se organizava, basicamente, de maneira a dar conta do processo de financiamento da Lei Rouanet. Para que se incorporassem as funções de acompanhamento e construção de políticas públicas era necessário novo desenho institucional (BRASIL, 2006; CALABRE, 2014).

O programa divulgado na campanha de Luís Inácio Lula da Silva para presidência trazia a concepção de um Plano Nacional de Cultura (PNC), algo que pode ser considerado inédito. Já a proposta de um Sistema Nacional de Cultura (SNC), também presente no plano de governo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002), não era nova. De acordo com Calabre (2008), a primeira referência nesse sentido teria ocorrido ainda no CFC, em 1968, mas a iniciativa teria sido descontinuada devido à carência de informações sobre o campo cultural, que se apresentava tanto no que se referia ao quantitativo de instituições dedicadas ao campo quanto à

lacuna ou desatualização do levantamento de manifestações culturais em geral. A inovação da proposta petista, que seria colocada em prática a partir de 2003, se caracterizava pela democratização, pela ampliação do conceito de cultura e pela descentralização.

O caráter democrático da política de cultura em questão se baseia na abertura de canais de participação popular, tais como as Conferências de Cultura, além do incentivo para criação de órgãos gestores de cultura (especialmente nos municípios) articulada com a institucionalização de conselhos de cultura. O papel das Conferências e dos Conselhos será melhor apresentada adiante.

Sobre a ampliação do conceito de cultura, a política colocava sua aspiração de ir ao encontro do conceito antropológico (já caracterizado anteriormente²⁰), como definidor das manifestações culturais a promover ou preservar, fossem elas populares, eruditas ou massivas. Nesse sentido, propunha-se a superar as tendências polarizadas entre patrimonialismo e criacionismo, bem como romper com a dicotomia de iniciativas de fomento (leis de incentivos) ou de proteção ao patrimônio.

Ao reconhecer como objeto de políticas públicas culturais variados tipos de manifestações, a política trouxe consigo, por consequência, a inclusão de novos atores no processo de construção de políticas públicas. Outra aplicação dessa concepção está no ideal de crescimento econômico associado ao desenvolvimento humano. De fato, a política tinha a cultura como algo tridimensional, composta por fatores simbólicos, de cidadania e econômicos.

Em relação à descentralização, existe a referência explícita do Sistema Único de Saúde (SUS) como inspiração para o SNC (BRASIL, 2011a), mas é possível afirmar que a organização de sistemas desse tipo no Brasil, encontrados em outros subsistemas políticos (assistência social, segurança, meio ambiente), é uma estratégia derivada da dinâmica de interação do federalismo. Cabe lembrar que o modelo federativo adotado no país reconhece a autonomia de todos os seus membros: distrito federal, vinte e sete estados e os 5570 municípios²¹.

Ainda que a inspiração fosse explícita, era preciso considerar as especificidades do campo cultural. Como colocava Cunha Filho (2010), o campo cultural não apresentava claramente definida a responsabilidade do Estado para com os cidadãos no que se referia aos direitos culturais. Além disso, tanto o SUS quanto os demais sistemas federados tendem a definir claramente as tarefas de cada ente, procurando suprimir a repetição de tarefas. De acordo com o autor, isso seria difícil de implementar na promoção de políticas de cultura, porque não existe apenas um objeto a ser gerido, mas vários tipos de manifestações e instituições, com

²⁰ Seção 2.5 Políticas de cultura.

²¹ De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2021).

diferentes cadeias produtivas, algumas mais e outras menos formalizadas. Como exemplo de atribuições claramente definidas pode-se citar o sistema de educação, em que o ensino superior é de atribuição da União, o ensino médio dos estados e o ensino fundamental dos municípios. No caso das manifestações culturais, não há sentido em limitar que aspectos cada ente deve controlar, porque cada esfera apresenta uma miríade de instituições, grupos e interesses.

Se não havia como definir, de antemão, o objeto das políticas de cultura, era necessário que a política nacional fosse articulada entre os diversos entes federados. Nesse sentido, Carvalho, Silva e Guimarães (2009) destacam os papéis reservados à União, aos estados e aos municípios:

Esse sistema será composto, portanto, de uma parte “dura” e de maior perenidade, constituída pelas leis e normativas que o estruturam e do conjunto da infraestrutura cultural, e de uma parte “mole” e impermanente, onde reside o exercício da política e o jogo que lhe é próprio da negociação, dos acordos, estratégias e pactos. (CARVALHO; SILVA; GUIMARÃES, 2009, p. 675).

Em relação à parte “dura”, citam-se os principais dispositivos legais que sustentariam não somente a constituição como o funcionamento adequado do SNC do PNC (Quadro 10). As normativas serão citadas em ordem de aprovação, ainda que suas origens possam remeter a governos anteriores.

Quadro 10 - Dispositivos legais ativados no processo de constituição do SNC e do PNC

Origem	Denominação quando aprovada	Ementa
PEC 41/2003	EC 42, dez. 2003	Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Faculta estados e municípios a vincularem até 0,05 para fundo cultura
PEC 306/2000	EC 48, 10 ago. 2005	Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.
	Decreto n. 5.520, 24 ago. 2005	Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências.
	Decreto n. 6973, 07 out. 2009	Altera o Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura.
	Decreto n. 8.611, 21 dez. 2015	Altera o Decreto n. 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de Cultura -FC e dispõe sobre a composição

		e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura.
PL 6835/2006	Lei n. 12.343, 10 dez 2010	Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.
PEC 150/2003; PEC 310/2004; PEC 416/2005	EC 71, nov. 2012	Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura.
	MP 1012, dez 2020	Altera a Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura - PNC e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, para ampliar o prazo de vigência do PNC.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A primeira normativa relacionada à constituição do SNC é a EC 42/2003, que facultava a vinculação orçamentária dos estados e municípios em até cinco décimos para estados e municípios. Com isso, esperava-se dar uma abertura aos entes federados para que investissem no setor cultural, embora não os obrigasse.

A questão da vinculação orçamentária, ainda que possa significar um grande passo ao obrigatório investimento em áreas estratégicas ou mesmo à manutenção de políticas de estado de longo prazo, encontra dificuldades de aceitação por parte dos gestores, já que estes preferem “dispor de recursos sem comprometimento algum, para atender às despesas conforme a necessidade” (GIACOMONI, 2007, p. 80). A compreensão de que a vinculação pode limitar a autonomia dos gestores, bem como impedir que recursos sobranes em programas de menor importância sejam reinvestidos em iniciativas prioritárias é empecilho para a aprovação de qualquer medida que fixe investimentos. No caso da cultura cita-se como exemplo as PECs 427/2001²², 310/2004²³ e 421/214²⁴.

Por sua vez, a PEC 306/2000, que deu origem à EC 48/2005, teve a autoria do Deputado Gilmar Machado (PT - MG), e já era citada como estratégica desde o programa de campanha.

²² Dispõe sobre as despesas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na proteção, preservação, manutenção e divulgação de bens e valores culturais. Fixa a aplicação de 5% (cinco por cento) da receita para a preservação e divulgação de bens culturais; altera o art. 215, da Constituição Federal de 1988.

²³ Acrescenta § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, e o art. 90, ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Estabelece que a União Federal destinará, anualmente o percentual mínimo de 2% (dois por cento) das receitas tributárias ao financiamento da Política Nacional de Apoio à Cultura.

²⁴ Altera a redação da alínea "e", inciso II do art. 34, inciso III do art. 35, parágrafo único do art. 160, inciso IV do art. 167 e acrescenta o art. 216-A da Constituição Federal e os artigos. 98 e 99 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para incluir a determinação de aplicação mínima de recursos por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal na preservação do patrimônio cultural brasileiro e na produção e difusão da cultura nacional.

A EC 48/2005 acrescentou o parágrafo 3 ao Artigo 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura, em caráter plurianual. Em seguida, foi promulgado o Decreto n. 5520/2005, que institui o Sistema Federal de Cultura (SFC) e dispunha sobre o funcionamento do CNPC, entre outras providências.

Já a Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010, instituiu o Plano Nacional de Cultura e criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais. Dois anos depois é aprovada a EC 71, que acrescentava o Art. 216-A à Constituição Federal, instituindo, assim, o SNC.

Considerando o retrospecto, o sentido lógico de aprovação seria da EC 71/2012, que fundamentaria as demais. Entretanto, na realidade das instituições políticas, os mecanismos legislativos são também conquistados por via de negociação. No caso da política cultural em questão, é possível afirmar que foi necessária a constituição de um espaço político de participação da sociedade para que se demonstrasse, de maneira explícita na Constituição, de que maneira os direitos culturais dos cidadãos brasileiros seria atendido, ou seja, por meio do SNC.

Considerando o conjunto de normativas apresentado, observa-se que o arcabouço dessa política de cultura apoiou-se na constitucionalização como estratégia de manutenção em longo prazo (Emendas 42, 48 e 71), procurando transformar a *policy* em *polity*, ainda que essa não seja uma garantia de continuidade sem outros mecanismos de resiliência (COUTO; LIMA, 2016). Nesse sentido, resta descrever a parte “mole” do sistema, que envolve justamente a criação de massa crítica de participação: as Conferências de Cultura e os conselhos de cultura.

As conferências de cultura foram eventos realizados nas cinco macrorregiões brasileiras, compostas por conferências municipais, intermunicipais e estaduais, além de seminários regionais que culminavam com a plenária nacional. O relatório da Conferência era então enviado ao Ministro da Cultura e aos Presidentes dos Três Poderes da República, assim como ao CNPC. As Conferências consistiam na instância de consulta periódica desse conselho (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007).

A I CNC teve como objetivo, não apenas dar início à formulação de um plano de cultura, mas “apresentar a toda a sociedade, para todos os atores envolvidos na política cultural, diretrizes e propostas para que possam orientar as práticas e as políticas de cultura no Brasil” (MEIRA, 2007, p. 91). Foi realizada em 2005, tendo a Plenária Final ocorrido em dezembro desse ano, em Brasília. A II CNC ocorreu em 2010, e tem especial relevância para o escopo desta pesquisa, porque é na realização dos seminários setoriais preparatórios a ela que surge a primeira delegação para a representação do setor de arquivos no CNPC. A III CNC foi realizada

em 2013, já com a existência do CSA.

No fluxo de atividades das Conferências é possível visualizar que os conselhos de cultura ocupavam o núcleo da iniciativa. Partiu-se da proposta de que cada ente federativo poderia, através de pactuação, compor o SNC. Para isso, propunha-se a estratégia do tripé Conselho, Plano e Fundo (CPF). Ou seja, União, estados e municípios teriam seus Conselhos de Cultura, e seriam responsáveis pelo planejamento formal de ações em seus devidos sistemas. Os planos seriam construídos de maneira participativa, registrando as ações que poderiam utilizar financiamento específico. Neste último caso, a transferência de recursos seria realizada fundo a fundo, ou seja, recursos da União proveniente de fundo nacional seriam repassados aos fundos estaduais, e destes aos municipais (BRASIL, 2011a). Para ter sucesso, o sistema colocava como necessários, além da identificação de um marco teórico-conceitual e jurídico-legal, o fortalecimento do âmbito institucional da gestão de cultura nos estados e municípios, tendo nas figuras dos conselheiros um importante elemento de atuação, tanto no que se referia ao planejamento e formulação quanto na implementação das estratégias e ações.

Assim, a institucionalização de sistemas de cultura para a adesão dos entes federados ao SNC deveria contemplar legislação que fundamentasse os sistemas de cultura, os órgãos gestores de cultura, fundo de cultura e o plano de cultura (não necessariamente na mesma lei). A implementação requeria que o órgão de cultura tivesse um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) validado, com conta corrente associada ao mesmo e ata de estabelecimento do conselho de cultura. Além disso, o próprio fundo de cultura deveria ter CNPJ próprio, e o plano de cultura deveria desdobrar-se em metas e indicadores (BRASIL, 2011a; BRASIL, 2021a). É possível acompanhar a adesão, bem como a situação de entes federados em relação ao atendimento de cada um desses itens em painel disponível no sítio eletrônico do SNC (BRASIL, 2021a).

5.1.1 O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)

Como visto, o sistema e o plano seriam responsáveis por agregar os entes federados com o intuito de gerir e promover políticas públicas de cultura democráticas, por serem captadas por demanda representativa, e perenes, com a estratégia de constitucionalização. Tratava-se de um movimento de reconhecimento do estado brasileiro pelos direitos culturais como via para o desenvolvimento humano, social e econômico.

Assim, o Decreto n. 5.520, de 24 de agosto de 2005, era mais um elemento do arcabouço legal das políticas públicas de cultura. O Decreto instituiu o Sistema Federal de Cultura (SFC)

que, entre outras providências, dispôs sobre a composição e o funcionamento de um Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), submetido ao Ministério da Cultura.

O SFC previa a organização entre o MinC e seus entes vinculados: a) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); b) Agência Nacional de Cinema (ANCINE); c) Fundação Biblioteca Nacional (BN); d) Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); e) Fundação Nacional de Artes (FUNARTE); e f) Fundação Cultural Palmares (FCP), uma Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) e o CNPC. A partir dos objetivos do SFC observa-se seu papel fundamental na promoção, articulação e funcionamento do SNC, quais sejam:

- I - incentivar parcerias no âmbito do setor público e com o setor privado, na área de gestão e promoção da cultura;
- II - reunir, consolidar e disseminar dados dos órgãos e entidades dele integrantes em base de dados, a ser articulada, coordenada e difundida pelo Ministério da Cultura;
- III - promover a transparência dos investimentos na área cultural;
- IV - incentivar, integrar e coordenar a formação de redes e sistemas setoriais nas diversas áreas do fazer cultural;
- V - estimular a implantação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura;
- VI - promover a integração da cultura brasileira e das políticas públicas de cultura do Brasil, no âmbito da comunidade internacional, especialmente das comunidades latino-americanas e países de língua portuguesa; e
- VII - promover a cultura em toda a sua amplitude, encontrando os meios para realizar o encontro dos conhecimentos e técnicas criativos, concorrendo para a valorização das atividades e expressões culturais e artísticas, e fomentando a cultura crítica e a liberdade de criação e expressão como elementos indissociáveis do desenvolvimento cultural brasileiro e universal. (BRASIL, 2005).

No contexto do SFC, o CNPC é instituído com a finalidade de “propor a formulação de políticas públicas”, objetivando “promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada” para o “desenvolvimento e o fomento das atividades culturais” no país (BRASIL, 2005). O Conselho era composto pelo Plenário, o Comitê de Integração de Políticas Culturais (CIPOC), as Comissões temáticas ou grupos de trabalho, a Conferência Nacional de Cultura e os Colegiados Setoriais, cujas competências estão ilustradas no Quadro 11.

Quadro 11 - Entes integrados do CNPC e suas competências

Ente	Competência
Plenário	I - aprovar, previamente ao encaminhamento à coordenação geral do SFC tratada no inciso I do art. 3º, as diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura; II - acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Nacional de Cultura; III - estabelecer as diretrizes gerais para aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, no que concerne à sua distribuição regional e ao peso relativo dos setores e

	<p>modalidades do fazer cultural, descritos no art. 3º da Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991;</p> <p>IV - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura;</p> <p>V - apoiar os acordos e pactos entre os entes federados para implementação do SFC;</p> <p>VI - estabelecer orientações, diretrizes, deliberações normativas e moções, pertinentes aos objetivos e atribuições do SFC;</p> <p>VII - estabelecer cooperação com os movimentos sociais, organizações não-governamentais e o setor empresarial;</p> <p>VIII - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;</p> <p>IX - delegar às diferentes instâncias componentes do CNPC a deliberação, fiscalização e acompanhamento de matérias;</p> <p>X - aprovar o regimento interno da Conferência Nacional de Cultura; e</p> <p>XI - estabelecer o regimento interno do CNPC, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Cultura.</p>
CIPOC	Articular as agendas e coordenar a pauta de trabalho das diferentes instâncias do CNPC.
Colegiados Setoriais	Fornecer subsídios para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos setores culturais de que trata o art. 12, e apresentar as diretrizes dos setores representados no CNPC, previamente ao Plenário.
Comissões Temáticas ou Grupos de Trabalho	Fornecer subsídios para tomadas de decisão sobre temas transversais e emergenciais relacionados à área cultural.
Conferência Nacional de Cultura	Analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Nacional de Cultura e às respectivas revisões ou adequações.

Fonte: Dados da pesquisa (2021) com base em Brasil (2005).

Além do plenário, que representava o conjunto maior deliberativo do CNPC, o conselho era composto por um comitê de integração, por câmaras que podiam ser organizadas conforme as necessidades de deliberação, os colegiados setoriais e as conferências nacionais, já mencionadas.

A organização do CNPC nesses moldes foi instaurada pelo Decreto n. 5520/2005, e passou por alterações sucessivas, como pode ser observado no Quadro 9, pelos Decretos n. 6973, de 07 de outubro de 2009, e Decreto n. 8611, de 21 de dezembro de 2015. As mudanças foram todas relacionadas à composição do plenário e o crescimento do número de membros, tanto efetivos quanto convidados também pode ser observado.

Quadro 12 - Composição do Plenário do CNPC e sucessivas alterações

Componentes	Decreto n. 5520/2005	Decreto n. 6973/2009	Decreto n. 8611/2015
Poder Público Federal	15	19	24
Poder Público dos Estados e DF	3	4	4
Três do Poder Público Municipal	3	4	4
Sistema S	1	1	1
ONGs	1	1	1

Áreas Técnico-Artísticas	9	13	14
Áreas do Patrimônio cultural	7	7	11
Personalidades de comprovado notório saber	3	3	3
Entidades de pesquisa	1	1	1
Grupos de Institutos, Fundações e Empresas	1	1	1
Associação Nacional das Entidades de Cultura	1	1	1
Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior	1	1	1
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Convidado	1	1
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência	Convidado	1	1
Academia Brasileira de Letras	Convidado	Convidado	Convidado
Ministério Público Federal;	Convidado	Convidado	Convidado
Comissão de Educação do Senado Federal	Convidado	Convidado	Convidado
Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados	Convidado	Convidado	Convidado
Associação Brasileira de Música	-	Convidado	Convidado
- Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGLbr	-	Convidado	Convidado
Campo da TV Pública	-	Convidado	Convidado
Expressões culturais LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e demais grupos da diversidade sexual	-	-	Convidado
	Total membros: 46 Com convidados: Até 51	Total membros: 58 Com convidados: Até 65	Total membros: 68 Com convidados: Até 76

Fonte: Dados da pesquisa (2021) a partir de em Brasil (2005; 2009; 2015)

Observa-se que, do ponto de vista de participação da sociedade civil organizada, a composição do CNPC foi diversa, ainda que o Poder Público tenha ocupado número alto de

cadeiras no conselho. Se for comparada a composição de que trata o Quadro 12 com as diversas versões anteriores de conselhos de cultura no País, relatados na seção anterior, isso se torna mais evidente. A alteração de caráter de membros convidados para membros efetivos, e a inclusão de novos membros convidados também demonstra a abertura do plenário a novas demandas, como é o caso, por exemplo, do espaço para expressões culturais LGBT. Também é possível observar que, à medida que o Conselho vai se institucionalizando e servindo de espaço de captação de demandas, novas áreas de patrimônio cultural (de 9 para 11) e técnico-artísticas (de 9 para 14) foram criadas (Quadro 13).

Quadro 13 - Áreas Técnico-Artísticas e de Patrimônio Cultural conforme a edição dos decretos de organização do CNPC (2005-2015)

Áreas	Decreto n. 5520/2005	Decreto n. 6973/2009	Decreto n. 8611/2015
Áreas Técnico-Artísticas	a) artes visuais; b) música popular; c) música erudita; d) teatro; e) dança; f) circo; g) audiovisual; h) literatura, livro e leitura; e i) artes digitais;	j) arquitetura e urbanismo; k) design; l) artesanato; m) moda;	n) cultura hip hop.
Áreas de Patrimônio Cultural	a) culturas afro-brasileiras; b) culturas dos povos indígenas; c) culturas populares; d) arquivos; e) museus; f) patrimônio material; g) patrimônio imaterial;		h) substituído por “expressões artísticas culturais” i) capoeira; j) cultura alimentar; k) culturas quilombolas l) culturas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

Fonte: Dados da pesquisa (2021) com base em Brasil (2005, 2009, 2015).

Ou seja, o espaço do CNPC conseguiu criar uma ágora em que eram demonstradas as especificidades de cada setor. É evidente que isso não ocorreu de maneira linear, mas como resultado de iniciativas e de disputas particulares e coletivas.

As áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural não tiveram, desde a primeira portaria de funcionamento do CNPC, seus colegiados já estruturados. Entretanto, as primeiras apresentavam a vantagem da experiência de condução de câmaras setoriais vinculadas à estrutura da FUNARTE. Outros setores foram, aos poucos, estruturando seus colegiados, como é o caso, por exemplo, do CSA.

Há análises que demonstram que a estruturação do Plenário do CNPC não propiciava uma representação equilibrada da sociedade brasileira. Pereira (2013), em que pese utilizar dados de 2010 (ou seja, não considera a última alteração de 2015), demonstrou a representatividade do Plenário do CNPC em três tipos de componentes: representantes de notório saber; representantes de iniciativas, associações, fundações, empresas e grupos de pesquisa da sociedade civil; representantes setoriais das áreas técnicas — artísticas e de patrimônio cultural. O autor explica, de antemão, o problema da indicação sem critérios definidos no regimento para os casos de notório saber. Também mostra o problema da predeterminação das entidades da sociedade civil que poderiam participar do conselho, e, neste último caso, o regimento também não definia claramente a forma de eleição dos representantes desses setores.

No caso das áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural, a escolha dos representantes se daria pela indicação dos membros da sociedade civil que participavam dos colegiados setoriais, ou, quando não existissem por escolha do Ministro da Cultura (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010). Como as regras para a escolha dos membros dos colegiados eram criadas pelo próprio MinC, Pereira (2013) informa que os procedimentos e critérios de elegibilidade poderiam não favorecer a participação de forma proporcional.

5.1.2 O Colegiado Setorial de Arquivos

O Setor de Arquivos esteve presente no Decreto desde a primeira versão da composição do CNPC, em 2005, como uma das Áreas de Patrimônio Cultural. Não foram encontradas nas atas do CNPC menções ao processo de constituição desses setores. Mas é possível afirmar que, assim como o núcleo duro das áreas técnico-artísticas tem como origem as câmaras setoriais, estabelecidas pela FUNARTE (Dança, Teatro, música, Artes Visuais e Circo) (NUSSBAUMER, 2017; CALABRE, 2011), as áreas de patrimônio cultural derivam das especialidades das demais instituições vinculadas ao MinC.

No caso dos arquivos, o protagonismo foi exercido pela Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), que esteve envolvida desde 2010 na organização da Pré-Conferência de Cultura do Setor de Arquivos, e permaneceu na coordenação do CSA durante todo o período de sua atuação. No entanto, não foram encontradas informações nos documentos levantados por esta pesquisa que permitissem determinar como o setor de arquivos conquistou o espaço no CNPC, uma vez que o setor ocupou a representação e constituiu colegiado posteriormente.

A primeira designação de representação para o setor foi encontrada na Portaria n. 24, de 30 de maio de 2008 (BRASIL, 2008), trazendo os nomes de Jaime Antunes da Silva, então diretor do AN, como titular, e de Paulo Knauss Mendonça, então diretor do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, como suplente. Subentende-se que esses representantes foram indicados pelo Ministro da Cultura, uma vez que ainda não havia colegiado na área.

A próxima mobilização do setor ocorreu como parte dos arranjos da II CNC. A Pré-Conferência de Cultura do Setor de Arquivos ocorreu no Rio de Janeiro, entre os dias 24 e 26 de fevereiro de 2010, organizada pela FCRB, que era a entidade representativa vinculada ao MinC. Durante o evento, ocorreu a formação de cinco grupos de trabalho cujos temas estavam em consonância com a temática da conferência nacional: Produção simbólica e diversidade cultural, mediado por Paulo Knauss; Cultura, Cidade e Cidadania, mediado por Ana Maria de Almeida Camargo; Cultura e Desenvolvimento Sustentável, mediado por Carmen Moreno; Cultura e Economia Criativa, mediado por Lúcia Maria Velloso de Oliveira; e Gestão e Institucionalidade da Cultura, mediado por José Maria Jardim (CULTURA DIGITAL, 2010a).

Cada um desses grupos de trabalho tinha o objetivo de elaborar duas estratégias que envolvessem o setor de arquivos, e, ao final, durante a plenária de encerramento, apenas uma delas seria tomada como escolha tática para cada eixo, de maneira que as propostas se articulassem ao âmbito geral dos planos setoriais. As estratégias seriam sistematizadas na II CNC. As propostas eleitas do Setor de Arquivos foram as seguintes (Quadro 14).

Quadro 14 - Estratégias prioritárias definidas pelo Setor de Arquivos para a II CNC

Eixo	Estratégia
Produção simbólica e diversidade cultural	Ampliar a representação e a participação do segmento Arquivo na política cultural, afirmando as instituições e acervos arquivísticos públicos e privados como expressão da diversidade simbólica e cultural e como patamar para o desenvolvimento de ações de educação patrimonial.
Cultura, Cidade e Cidadania	Contribuir para o entendimento ampliado do arquivo municipal como espaço de memória, educação, cidadania e cultura e não apenas como depositário dos documentos do poder público municipal.
Cultura e Desenvolvimento Sustentável	Fortalecer a preservação do patrimônio arquivístico como legado para as futuras gerações.
Cultura e Economia Criativa	Promover articulação entre as políticas de Arquivo e de Cultura, estimulando o financiamento governamental direcionado para a área de Arquivo.
Gestão e Institucionalidade da Cultura	Ampliar a participação dos arquivos públicos e privados no planejamento, execução e avaliação de políticas voltadas para o fortalecimento da ação do Estado e de inclusão social no campo da cultura.

Fonte: Ministério da Cultura (2010).

De acordo com notícia veiculada em site do Ministério da Cultura, arquivado no repositório on-line pela FCRB, durante o evento da Pré-Conferência de Cultura do Setor de Arquivos, foi discussão do GT Gestão e Institucionalidade da Cultura a questão do papel social atribuído aos arquivos ao longo do tempo no País:

De acordo com a delegada do estado do Piauí, Terezinha Mary Cortez de Sousa, desde a década de 1980, houve um esforço dos profissionais do setor para que os arquivos deixassem de ser encarados como um tratador do patrimônio histórico. Passar a serem vistos como os responsáveis pelo gerenciamento de informações dos governos foi, segundo ela, um grande avanço. O moderador do grupo, José Maria Jardim, acredita que a reaproximação com o campo da cultura não deve, necessariamente, representar um retorno ao patamar anterior. “Os arquivos são estruturas de direito à memória e à cultura, mas não estamos falando necessariamente na vinculação desses órgãos às secretarias de cultura”, destacou. Segundo ele, o que está em jogo é o fato de que as políticas culturais tenham algo a contemplar para os arquivos. (CULTURA DIGITAL, 2010b).

Observa-se no destaque da matéria que a dualidade dos arquivos enquanto instituição de gestão e cultura emergiu na primeira mobilização do setor ao procurar ocupar o lugar que lhe cabia no CNPC. A consideração dos arquivos como gestores de informações foi colocada no sentido de progresso, como se a vinculação a um sistema de cultura fizesse com que esse novo status fosse perdido. Embora o mediador tenha colocado que isso não representava a vinculação administrativa direta dos participantes do sistema à cultura, e sim de tomar o espaço no universo cultural, especialmente num cenário de proposta de investimento.

Durante a Pré-Conferência de Cultura, o setor de Arquivos elegeu os delegados e suplentes para representação do setor na II CNC. Foram eleitos dez delegados setoriais, dois de cada região brasileira (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA-ARQUIVO, 2014).

Conforme Resolução da Secretaria de Articulação Institucional (SAI) do MinC (BRASIL, 2010a), a área de arquivos figurava entre as que indicariam listas tríplexes, das quais se extrairia seu representante no Plenário do CNCP. Assim, foi instalado colégio eleitoral na Pré-Conferência Setorial de Arquivos, composto por delegados da sociedade civil, que votariam para compor a lista tríplex. Como resultado dessa lista tríplex foi escolhida a próxima representante da área setorial de Arquivos do CNPC: Heloisa Esser dos Reis.

Além de propiciar o ambiente para a elaboração da lista tríplex para a representação do Setor de Arquivos no Plenário do CNPC, a Pré-Conferência Setorial de Arquivos foi importante por ter mobilizado a área para participação na II CNC, de forma a incluir os arquivos no PNC (SILVA, 2015), a partir das estratégias eleitas em cada grupo de trabalho. De acordo com

documentos do Fundo Institucional da FCRB (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA-ARQUIVO), a participação dos delegados conseguiu incluir os arquivos de maneira explícita nas Metas 29²⁵, 31²⁶ e 41²⁷.

De acordo com representante da FCRB que organizava a Pré-Conferência, o desempenho dos delegados e convidados eleitos foi extraordinário. Ela relata o esforço para a coleta de assinaturas que propunha a criação de um colegiado específico para o setor.

E àquela época... que na outra Conferência já foi diferente, mas, nesta Conferência, a gente tinha que ter muita assinatura. Não era pouca. Não lembro quanto, mas era muito. Não era simbólica, não. Era muita. Para você ter uma ideia, a gente fazia plantão na porta dos banheiros. Não estou brincando. A gente fazia plantão nas portas dos banheiros. A pessoa ia entrar nos banheiros, a gente falava: “Espera, espera, espera”. Muitos respondiam: “Lá vem aquele povo de Arquivo de novo. [00:13:24]”. “Mas como não tem...” “Não tem Colegiado Setorial de Arquivo” “Como?” E respondíamos: “Não, não tem, mas você pode resolver isso”. Então a gente... olha, eu saí sem voz. Eu e outras pessoas que participaram também. [...]. Eu achei que foi uma... nossa, foi muita vitória para dez pessoas, porque você chega... por exemplo, chega um determinado segmento lá, entram quarenta delegados. Então eles entram em cada grupo com dez votos. É assim. Eles entram com dez votos. A gente da Casa Rui levou algumas pessoas como ouvintes, e aí essas pessoas não podiam votar, mas podiam participar e ajudar a formar uma opinião (E09, Dados da Pesquisa, 2020).

Na mesma ocasião o setor conseguiu a aprovação da seguinte moção:

Moção 6 (Aprovada) Nós, delegados da II Conferência Nacional de Cultura, reunidos em Brasília no período de 11 a 14 de março de 2010, integrar o segmento de arquivos no sistema Nacional de Cultura reconhecendo o papel do patrimônio arquivístico como instrumento de construção de identidades e de cidadania. Total de assinaturas: 284. (BRASIL, 2010b, p. 3).

No ano seguinte, 2011, encerram-se os governos Lula, e o governo da Presidenta Dilma Rousseff é apontado como motor da perda do patamar em que as políticas culturais se desenvolviam até então, nos moldes dos governos petistas anteriores (RUBIM, 2015). A gestão da então ministra Ana de Hollanda foi marcada por diversos desentendimentos entre o ministério, setores artísticos e culturais, outras personalidades indicadas para a assunção de

²⁵ Meta 29: 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência.

²⁶ Meta 31: Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural. Aumentar o número de cidades com espaços culturais: 35% dos municípios com até 10 mil habitantes com pelo menos um tipo; 20% dos municípios entre 10 mil e 20 mil habitantes com pelo menos dois tipos; 20% dos municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes com pelo menos três tipos; 55% dos municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes com pelo menos três tipos; 60% dos municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos; 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos.

²⁷ Meta 41: 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC. Disponibilizar informações na internet sobre o acervo de 100% das bibliotecas públicas e 70% dos museus e arquivos.

cargos no governo, tudo isso com cobertura e destaques na mídia (MUNIAGURRIA, 2018).

Entre as reclamações, estavam os cortes no orçamento do MinC que não foram questionados pela ministra, e por isso, interpretado como sinal de submissão. Polêmicas em torno das temáticas de direitos autorais e de considerações sobre a continuidade do Programa Pontos de Cultura, entre outras, também tiveram destaque (BARBALHO, 2017). A organização dos novos colegiados não parecia ser prioridade, e dependia do aval do governo uma vez que, para a eleição de colegiados era necessária a organização dos fóruns estaduais setoriais, e em seguida, o fórum nacional setorial em pré-conferências.

Como já relatado, em 2011 também se realiza a I CNARQ. Na ata de reunião do CNPC, de abril do mesmo ano, há o registro da manifestação da representante do Setor de Arquivos, informando à Ministra sobre o processo que se desenrolava para organizar a Conferência e solicitando a aproximação entre o Ministério da Justiça e o MinC, de maneira que houvesse articulação na elaboração das políticas nacionais de arquivo e as de cultura (BRASIL, 2011c).

Mesmo com os descompassos entre o MinC e o CNPC, o GT Arquivos foi instituído em 2011. Conforme ata da reunião realizada em junho de 2011, uma comissão deveria ser responsável por “debater, analisar e fornecer subsídios” para a definição dos membros do CSA e para o processo de eleição dos mesmos, assim como “receber e sistematizar as contribuições oriundas dos conselheiros do CNPC, relativas ao tema” (BRASIL, 2011c).

Nos documentos consultados no Arquivo Institucional da FCRB²⁸, o GT é apontado como forma de dar andamento à moção aprovada na II CNC. Esse documento cita a proposição de moção de apoio à Constituição do Colegiado com mais de 300 assinaturas e votação em plenária (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA-ARQUIVO, 2012, p. 51). No entanto, essa moção não consta nos relatórios finais da conferência, ao menos não com essa descrição. Entende-se que a moção referida é a já citada e aprovada Moção de número 6 que, ao incluir o patrimônio arquivístico, subentende a criação de um colegiado específico.

A crise no ministério, entretanto, permaneceu até 2012 e é evidenciada nas atas de reunião do CNPC que, devido ao contexto político, foram reduzidas, uma vez que apenas duas

²⁸ De acordo com cláusula presente no Termo de Licença para Reprodução de Acervo Arquivístico, e diante da possível diluição da autoria e da forma de acesso na citação do documento conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), credita-se a consulta aos seguintes documentos do Arquivo Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB: Dossiê 1.6.1 Relações com o Minc-Conselho Nacional de Políticas Culturais – Colegiado Setorial de Arquivos 2015, Dossiê 1.6.1 Relações com o Minc-Conselho Nacional de Políticas Culturais – Colegiado Setorial de Arquivos 2012-2014, Dossiê 1.6.1 Relações com o Minc-Conselho Nacional de Políticas Culturais – Colegiado Setorial de Arquivos 2018 e Dossiê 1.6.1 Relações com o Minc-Conselho Nacional de Política Cultural.

das quatro regulamentares foram convocadas.²⁹ Durante a realização das reuniões de fevereiro e abril daquele ano se discutia a forma de eleição da renovação da gestão dos representantes da sociedade civil no CNPC. Pelos registros, percebe-se um desconforto geral nas reuniões com a presença da ministra e a desmotivação dos setores é relatada justamente no momento de renovação dos quadros. Em setembro daquele ano, Ana de Hollanda foi substituída por Marta Suplicy, mas as reuniões do Plenário só voltaram a ocorrer em 2013. De acordo com entrevista realizada com a representante do Setor de Arquivos no Plenário do CNPC no período, é possível constatar a atuação dos conselheiros no sentido de constituir os colegiados para que seus âmbitos fossem devidamente incluídos no PNC.

Nesse período aí de saída de uma, entrada de outra, se arrastou essa situação. E aí a gente acabou fazendo, no final de dois mil e doze ou treze, no final de dois mil e doze, o fórum setorial, os fóruns setoriais. Nesse fórum setorial, já foi eleito o Colegiado [de arquivos]. Na verdade, nessa minha atuação desses dois primeiros anos, a gente tinha um grupo de conselheiros representantes da sociedade civil, nos diversos setores da Cultura, e tinha tanto a área de patrimônio como as áreas artísticas, que nós nos unimos pela criação dos Colegiados, porque, naquela época, dos dezenove setores representados, só nove tinham os seus colegiados formados. E somente os colegiados podiam elaborar seu regimento interno e o Plano Setorial de Cultura. Então, meio que brincadeira, nós formamos o grupo sem. Era sem colegiado, sem regimento e sem o Plano Setorial. E esses dez iniciais que formaram o grupo sem, muito rapidamente a gente teve apoio dos outros nove e ficou aí então... outros nove, assim, outros dez, porque o setor de música tem dois representantes, música popular e música erudita. Então, éramos vinte os representantes da sociedade civil eleitos e tinham outros representantes, mas aí representando associações de Prefeitos Municipais, dos municípios. Aí outros representantes da sociedade civil, mas eleitos como representantes dos setores da cultura eram vinte. Esses vinte, então... e aí adquirindo apoio de outros colegas, a gente conseguiu já, no final da nossa gestão, a criação dos Colegiados (E05, Dados da Pesquisa, 2020).

O Fórum Setorial de Arquivos foi realizado em dezembro de 2012. Silva (2015) apresenta alguns dados sobre o processo eleitoral. Segundo o autor, nem todas as vagas do CSA teriam sido preenchidas por questões relativas à segmentação adotada para as candidaturas: enquanto outros setores se organizaram em três ou quatro segmentos, o setor de arquivo dividiu-se em nove subsetores com a obrigatoriedade de eleição de um representante. Os subsetores eram os seguintes: Associação de Pesquisa, Cursos de Graduação em Arquivologia, Arquivos Empresariais, Tecnologia da Informação, Arquivos Notariais, Arquivos Privados, Associações Culturais, Associações de profissionais de arquivo e Arquivos eclesiásticos.

Foi registrada a ausência de inscrições de eleitores em quatro unidades federativas, além

²⁹ De acordo com o Art. 16 do Regimento Interno do CNPC (Portaria n. 28, de 19 de março de 2010), “O Plenário do CNPC reunir-se-á em sessão pública, ordinariamente, a cada três meses, em Brasília/DF e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de um terço de seus membros”. (BRASIL, 2010c).

da não validação de candidato em dez delas, embora houvesse eleitores cadastrados. Os Fóruns Estaduais Setoriais de Arquivos não puderam ser realizados nos estados Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Tocantins e do Distrito Federal, e, de acordo com a normativa da II CNC, delegados do Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo e Sergipe não puderam participar da etapa nacional, pois não tinham atingido o mínimo de eleitores em seus estados (SILVA, 2015).

A baixa participação no Fórum Setorial de Arquivos não foi uma exceção em relação às demais áreas. Tratava-se de uma tendência anunciada nas discussões ocorridas nas reuniões do CNPC que se confirmava em todos os segmentos artísticos e de patrimônio cultural do Conselho. Mas existem outras explicações. Para Silva (2015), entre as causas para a baixa participação figuravam as dificuldades de inscrição pela *Internet* e a quantidade de exigências requeridas tanto para a categoria de eleitor quanto de candidato. O Quadro 15 demonstra os referidos critérios colocados para inscrição.

Quadro 15 - Critérios para inscrição nas Eleições para Representação das Áreas Técnico-Artísticas e de Patrimônio do CNPC (2012)

Categoria	Critérios
Eleitor	I - idade mínima de 18 anos completos na data inicial prevista no art. 14; II - preenchimento do formulário de cadastramento disponibilizado na página do Ministério da Cultura na Internet; III - apresentação de cópia digitalizada da Carteira de Identidade, do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e de comprovante de residência; IV - apresentação de cópia digitalizada de um dos seguintes documentos, comprovando atuação de três anos no setor: a) currículo; b) diploma profissional; c) registro profissional no Ministério do Trabalho (DRT); ou d) participação em entidade/comunidade representativa da área ou segmento; V - declaração de ter conhecimento do Plano Nacional de Cultura – PNC; VI - descrição do vínculo empregatício ou atuação profissional autônoma no formulário de cadastramento; VII - declaração de não ser detentor de cargo comissionado na administração pública federal, estadual, distrital ou municipal; e VIII - declaração de veracidade das informações.
Candidato a delegado	I - currículo detalhado com comprovada atuação nos últimos três anos e opcionalmente portfólio; II - carta de apoio subscrita por: a) entidade com atuação na área em que concorre; ou b) pelo menos três eleitores da mesma área, cujo cadastro eleitoral venha a ser devidamente validado; e III – carta-programa contendo pelo menos três propostas de diretrizes para o desenvolvimento da área em que concorre

Fonte: Dados da pesquisa (2021) com base na Portaria n. 51 (BRASIL, 2012).

Em que pesem as dificuldades enfrentadas, a primeira composição do CSA foi empossada por meio da Portaria n. 35, de 23 de abril de 2013 (BRASIL, 2013), com validade retroativa a 14 de dezembro de 2012. Corroborando a informação apresentada por Silva (2015), o CSA em sua primeira edição não contemplou todas as vagas. Embora tenha elegido os quinze representantes titulares da sociedade civil, apresentava somente cinco suplentes.

O primeiro ano de atuação do colegiado foi destinado à constituição do regimento interno e ao planejamento da construção do Plano Setorial de Arquivos. Nesse sentido, convém observar as competências atribuídas pelo colegiado em seu regimento interno. Apresenta-se, abaixo, o Quadro 16, em que as competências referidas foram classificadas conforme função.

Quadro 16 - Competências CSA relacionadas às suas funções

Competência	CD	F	AI	D	A
I – debater, analisar, acompanhar, solicitar informações e fornecer subsídios ao CNPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias relacionadas a Arquivos;	x	x			
II – elaborar, revisar, acompanhar e avaliar as diretrizes do Plano Nacional de Arquivos;		x			x
III – promover o diálogo entre poder público, Arquivos e sociedade civil e os agentes culturais, com vistas a fortalecer a economia da cultura e a circulação de ideias, de produtos e de serviços, assegurada a plena manifestação da diversidade das expressões culturais;	x				
IV – propor e acompanhar estudos que permitam identificação e diagnósticos precisos da cadeia produtiva, criativa e mediadora relacionada ao setor;		x		x	
V – promover pactos setoriais que dinamizem os arranjos produtivos relacionados ao setor nos planos nacional, regional e local;		x			
VI – incentivar a criação de redes sociais que subsidiem a formulação, a implantação e a continuidade de políticas públicas no respectivo setor;	x			x	
VII – estimular a integração de iniciativas socioculturais de agentes públicos e privados de modo a otimizar a aplicação de recursos para o desenvolvimento das políticas culturais;		x		x	
VIII – estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a formulação, realização, acompanhamento e avaliação de políticas públicas na área da cultura, em especial as atinentes ao setor de Arquivos;		x	x	x	x
X – subsidiar o CNPC na avaliação das diretrizes e no acompanhamento do Plano Nacional de Cultura;			x		
X – propor parâmetros para a elaboração de editais públicos e de políticas de fomento a Arquivos e para a criação e avaliação da execução dos diversos mecanismos de incentivo cultural;		x			x
XI – receber as informações necessárias para a avaliação e o aprimoramento dos editais aprovados e publicados;		x			
XII – auxiliar o CNPC em matérias relativas a Arquivos, respondendo às demandas do Plenário;		x			
XII – incentivar a promoção de atividades de pesquisa e formação;	x				
XIV – estimular a promoção e o apoio de ações voltadas para a mediação da área específica;				x	

XV – subsidiar o Plenário na elaboração de resoluções, proposições, recomendações e moções no âmbito do CNPC e do SFC;		x	x		x
XVI – debater e emitir parecer sobre consulta que lhe for encaminhada pelo CNPC.		x			

Legenda: CD: Captação de Demanda; F: Formulação; AI: Acompanhamento de Implementação; D: Divulgação; e A: Avaliação.

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

É possível perceber que, além do processo de captar demandas no que se refere ao setor de arquivos na cultura, o CSA tinha competências que foram identificadas com as funções de formulação, avaliação e divulgação de iniciativas relacionadas com políticas públicas.

Não havia uma metodologia pré-constituída que servisse de modelo aos colegiados de maneira geral. Havia, ainda, um estímulo à realização de um diagnóstico do setor, proposto desde a organização do GT que daria lugar ao CSA (DUARTE, 2014). Tratava-se de um trabalho extensivo, que ia muito além do tempo restrito das reuniões realizadas. O trabalho remoto e constante, para além das poucas reuniões presenciais, realizadas em Brasília ou no Rio de Janeiro, também foi uma característica marcante da atuação do grupo. Entre os registros da atuação dos membros está a criação de um *blog* (<http://arquivoscnpic.blogspot.com/?m=0>) utilizado tanto para fornecer os subsídios para o trabalho do CSA quanto para a divulgação de notícias e informações relevantes para o setor de arquivos como um todo.

A linha do tempo disposta no APÊNDICE A³⁰ demonstra as principais atividades e documentos oriundos do CSA. Nela é possível observar a realização de duas reuniões do colegiado no ano de 2013, anteriores à III CNC. Na primeira delas, as expectativas dos membros foram sistematizadas na ata. As perspectivas pautadas citavam o estímulo à criação de espaços representativos dos arquivos nos conselhos estaduais e municipais de cultura, bem como na legislação dessas esferas, assim como o reforço à adesão dos estados ao SNC. Também foram referidas questões localizadas, como salvaguarda da memória da Amazônia e criação de cursos de qualificação profissional para profissionais de arquivo na região centro-oeste do País. Foram citadas, ainda, a questão dos arquivos no programa Pró-Cultura³¹ e no Supersimples³², e uma

³⁰ Também disponível em: <https://www.preceden.com/timelines/591851-csa>. Além de organizar as atividades do Colegiado, a linha do tempo construída permitiu contextualizar as iniciativas relacionadas às políticas arquivísticas específicas, de informação e cultura que estão apresentadas na Seção 4.

³¹ Refere-se ao Programa Nacional de Incentivo à Cultura, estabelecido pelo PL n. 6.728/2010, que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – Procultura, e dá outras providências. Atualmente está em tramitação no Senado Federal (consulta em 10 fev. 2021).

³² O chamado Super Simple, ou como também é conhecido o Simple Nacional, é o nome dado à legislação que define as regras tributárias simplificadas para empresas de pequeno porte, tais como: Microempreendedor Individual (MEI). Microempresa (ME). (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/>).

problemática relacionada à autorização legal para aquisição de acervos e de restauro sem necessidade de licitação. Além dessas, as pautas de obtenção de apoio financeiro, por meio de editais específicos, a atenção para a documentação produzida no período da ditadura militar e a incorporação das propostas da I CNARQ na agenda do colegiado, em especial aquelas relativas a propostas de mudança da Lei n. 8.159/1991, seriam elencadas como as três grandes linhas de ação do setor de arquivos no MinC (BRASIL, 2013).

Na segunda reunião de 2013, realizada em agosto, foi incluída a FCRB como membro nato do colegiado. Outro ponto importante foi a aprovação do regimento interno do CSA, que teve uma contraposição bastante interessante. O ponto de discordância entre os membros estava relacionado ao Art. 3º, inciso I, que está expresso da seguinte forma: “I – debater, analisar, acompanhar, solicitar informações e fornecer subsídios ao CNPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias relacionadas a Arquivos;”. Um dos membros do Colegiado aventou que, da maneira como colocado, o texto apresentava sobreposição de competências entre o CSA-CNPC e o CONARQ, e pontuou que seria adequado que o texto fosse corrigido para “I - debater, [...] para a definição de políticas, diretrizes e estratégias relacionadas às ações culturais na área de arquivos” (BRASIL, 2013).

A sugestão foi colocada em votação e a questão de alteração do texto não foi aprovada. No entanto, essa ocorrência faz refletir sobre a complexidade da atuação dos membros do CSA. Representavam, entre outras entidades, instituições arquivísticas cuja vocação se inclinava ora ao campo cultural, ora ao campo da gestão administrativa, vinculadas a sistemas diferentes, em distintos ministérios.

O membro do colegiado que contestou a sobreposição de competências é, mais tarde, em outro documento, identificado como representante do Arquivo Nacional. De fato, não foram encontrados registros que determinassem que o AN faria parte da composição dos membros representantes do governo no CSA. No regimento interno, o colegiado apresentava somente a FUNARTE como membro nato, sem citar a FCRB. Ao que parece, a versão disponibilizada no site do Colegiado não estava atualizada, mas outras versões do documento não foram encontradas.

Nesse sentido, o CSA poderia optar por seguir o caminho de ‘aproveitar’ as vantagens de vinculação do Setor ao SNC, deixando de lado as questões da política nacional de arquivos. No entanto, essa não foi a postura assumida pelo colegiado. Isso se mostra na escolha das pautas principais já citadas, que envolviam articulação e cobrança das proposições colocadas na CNARQ. Um dos momentos de posicionamento em torno do tema pode ser visto na Recomendação n. 9, oriunda do CNPC e movida pelo CSA: “Que o Min. Justiça se posicione

formalmente sobre o conjunto de propostas da I CNARQ (2011)” e “Que o Min. Justiça envie esforços para a II CNARQ”. Nesse sentido, entende-se a manifestação do CSA como imbuída do objetivo de promover a complementaridade entre as políticas públicas de arquivo e cultura.

De acordo com o então novo representante do setor de Arquivos, Rodrigo Aldeia Duarte (2014), houve, ainda, a realização de um encontro entre comissões dos colegiados e a ministra Marta Suplicy na véspera da III CNC (realizada entre 28 de novembro e 01 de dezembro de 2013), na qual foram apresentadas as demandas específicas do setor, demonstradas no Ofício n. 2/2014, dirigido à própria ministra. Durante a Conferência, o setor conseguiu incluir os arquivos como parte de 18 das 64 propostas aprovadas na conferência (DUARTE, 2014).

Os demais ofícios do CSA em 2013 tratam de comunicar à FUNARTE (Ofício n. 3/2014) e ao AN (Ofício n. 4/2014) a ausência de seus membros representantes no CSA durante a III CNC. Estes são os únicos documentos que demonstram que o AN ocupava cadeira nas vagas de representação do governo no colegiado.

A próxima reunião ocorreria somente em abril de 2014, que representou o ano de maior atividade do CSA. O Quadro 17 apresenta as moções, recomendações e ofícios que registram atividades e posicionamentos do CSA (Quadro 14), disponíveis no antigo site do colegiado, vinculado ao MinC, ou no já mencionado *blog*³³.

Quadro 17 - Moções, Recomendações e Ofício do Colegiado Setorial de Arquivos – CNPC em 2014

Documento	Conteúdo
Moção CSA n. 2/2014	Apoio à Campanha de Modernização do Arquivo Nacional.
Recomendação CSA n. 3/2014	Recomenda que o Estado da Paraíba envie esforços para a criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba incorporando o Arquivo Histórico Waldemar Duarte e a Divisão de Arquivo do Estado.
Recomendação CSA n. 4/2014	Recomenda que a Universidade Federal de Pernambuco envie esforços para criação do Curso de Arquivologia.
Recomendação CSA n. 5/2014	Que o Min. Cultura envie esforços junto à Presidência da República para a alteração da Lei n. 8.159/1991 e busque apoio da mesma para sua tramitação e votação no legislativo.
Moção CSA n. 3/2014	Apoio à proposta da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul de incorporação do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul ao APERS.
Moção CNPC n. 73/2014	Apoio à Campanha de Modernização do Arquivo Nacional.
Ofício n. 1/2014	Apresenta propostas de criação de editais específicos para arquivos.

³³ A Moção n. 1 e as Recomendações 1 e 2/2014 não foram encontradas durante o período de coleta de dados para a pesquisa.

Ofício n. 2/2014	Solicita providências para a criação do Memorial da Repressão Cultural.
Ofício n. 3/2014	Solicita providências ao MinC para estimular arquivos públicos, centros de memória e documentação de todo País a integrarem o SNIIC.
Ofício n. 4/2014	Solicita providências para integrar o Arquivo nacional à Meta 40 do PCN – articulação MinC e Ministério da Justiça.
Ofício n. 5/2014	Solicita articulação entre Ministério da Justiça, CONARQ e MinC para integração de arquivos públicos à RNP.
Ofício n. 6/2014	Apresenta solicitações do setor ao Ministério da Justiça para modificações na estrutura do CONARQ

Fonte: Dados da pesquisa (2021), a partir de Brasil (2021).

Algumas das moções e recomendações permaneceram apenas no âmbito do CSA, enquanto outras foram levadas e aprovadas no âmbito do CNPC. Independentemente da alçada de aprovação, o conteúdo de tais proposições permite contemplar o envolvimento dos membros e as interações do colegiado com outras questões políticas relacionadas com arquivos em seu contexto. A questão da incorporação de arquivos históricos aos sistemas de gestão arquivística dos estados e o apoio à criação de curso de Arquivologia são relevantes e interessantes, mas acentua-se o apoio à reformulação da política nacional de arquivos, tanto no sentido de reformulação da legislação a ela relacionada, quanto no apoio à campanha de modernização do AN.

Os primeiros três ofícios de 2014 apresentam posicionamento do grupo diante de reuniões com os órgãos de gestão do MinC. O Ofício n. 1/2014 apresenta proposta de criação de editais específicos para arquivos, sendo um voltado para instituições públicas e outro voltado para arquivos privados de interesse público. O Ofício n. 2/2014 solicita providências para a criação de memorial, proposto quando da entrega de prioridades do setor no ano anterior em reunião com a Ministra Marta Suplicy. Naquele ano completavam 50 anos do golpe militar de 1964, e a proposta do colegiado era de criar um espaço de memória especialmente relacionado à censura que o setor cultural havia sofrido no período, denominado Memorial da Repressão Cultural. Já o Ofício 3/2014 solicita estímulo do MinC para que arquivos e outras instituições relacionadas com a gestão, guarda e preservação de acervos documentais realizassem cadastro no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SIINC), uma vez que poucas entidades o haviam feito até então. As informações fornecidas ao SIINC seriam de fundamental importância para a elaboração de políticas públicas específicas.

Os três últimos ofícios demonstram tentativas de integrar as políticas culturais e arquivísticas específicas. O Ofício 4/2014 solicita providências para integrar o AN à Meta 40 do PCN (disponibilização na Internet dos conteúdos que estejam em domínio público ou

licenciados) incentivando a articulação entre o MinC e Ministério da Justiça. A meta 40 do PCN previa 100% de disponibilização on-line das obras audiovisuais do Centro Técnico Audiovisual (CTAv) e da Cinemateca Brasileira; do acervo da FCRB; dos inventários e das ações de reconhecimento realizadas pelo IPHAN; das obras de autores brasileiros do acervo da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e do acervo iconográfico, sonoro e audiovisual do Centro de Documentação da Fundação Nacional das Artes (CEDOC/FUNARTE).

O Ofício n. 5/2014 solicita articulação entre Ministério da Justiça, CONARQ e MinC para integração de arquivos públicos à Rede Nacional de Pesquisa (RNP). As informações desse documento demonstram a tentativa de articulação com política de informação científica, além daquela já apresentada entre políticas culturais e arquivísticas específicas.

O Ofício n. 6/2014 apresenta solicitações do setor ao Ministério da Justiça para modificações na estrutura do CONARQ. As alterações sugeridas tinham relação com propostas surgidas durante a I CNARQ, como a desvinculação do conselho do AN, mas trazia especificidades: proposição de mandato de dois anos com possibilidade de uma recondução; paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil; eleição dos representantes da sociedade civil por seus pares; presidente eleito pelo plenário, com mandato de dois anos e possibilidade de uma recondução. Ou seja, pleiteava-se um conselho para arquivos com maior participação e representatividade da sociedade civil.

O ano de 2014 foi o de maior atividade do CSA. Em contraponto, o ano de 2015 representou um vácuo no fluxo de trabalho, tanto do CSA quanto do CNPC. Não foram encontrados registros de realização de reuniões nem do Conselho nem do Colegiado no período. Marta Suplicy permaneceu no comando do MinC até novembro de 2014, quando foi substituída interinamente por Ana Cristina Wanzeler, que ocupou a cadeira até o final de 2014³⁴. Em 2015, Juca Ferreira reassume o cargo, que já havia ocupado durante o segundo governo de Lula da Silva.

O presidencialismo de coalizção até então utilizado de maneira a sustentar e garantir o equilíbrio entre as forças sociais e políticas da sociedade brasileira chegou ao limite, despolitizando a atuação da presidência em nome da governabilidade. O governo petista teria perdido apoio tanto das camadas que usualmente o sustentavam ao fazer acordos com uma agenda mais conservadora (como, por exemplo, ao apoiar o ruralismo em lugar do indigenismo). Ao mesmo tempo, o projeto petista teria provocado, ainda, a revolta das classes

³⁴ É possível, no entanto, que o Colegiado tenha continuado suas discussões por meio da lista de correio eletrônico mencionada pelos ex-integrantes.

médias tradicionais, que foram excluídas do projeto de ascensão de *nova* classe média. (AVRITZER, 2016).

O Governo Dilma Rousseff teria sido incapaz de atender a tão diversos interesses por meio de reformas institucionais e repactuações políticas. Além disso, o mundo enfrentava um momento de desaceleração cíclica do capital, com aumento da concorrência internacional, o que fazia com que os resultados econômicos fossem percebidos como ineficazes. Tudo isso teria contribuído para constituir o panorama que levaria a um golpe político-judicial, que mais tarde, culminaria no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (BASTOS, 2017).

Diversas manifestações contra o governo ocorreram solicitando impedimento ou renúncia da presidenta desde agosto de 2015, o que sustentou o aceite do processo de impeachment por Eduardo Cunha, em 02 de dezembro de 2015 (PASSARINHO, 2015). Nesse contexto, mostra-se a insegurança do projeto de governo, que incluía a política cultural e o MinC. Nesse mesmo período ocorria o processo eleitoral para a recomposição do CSA, uma vez que o mandato era de dois anos.

O Plano Setorial de Arquivos já estava em consulta pública no momento de renovação do quadro do CSA. A normativa para a inscrição de eleitores e candidatos permaneceu basicamente a mesma, mas nesta edição foram inscritos 1621 eleitores e 51 candidatos. Durante a realização do Fórum Setorial de Arquivos, realizado entre 17 e 20 de novembro de 2015, foram reunidos 37 delegados, que escolheram um titular e um suplente para cada macrorregião do País. Em seguida, o voto foi realizado em lista, e, de acordo com o resultado os titulares e suplentes foram alocados. Dessa maneira, foram eleitos quinze membros titulares e quinze suplentes para o CSA (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA-ARQUIVO, 2015), nominados pela Portaria n. 40, de 6 de maio de 2016.

Na ocasião do referido Fórum foi colocada a agenda de trabalho para o biênio seguinte:

- 1 – Fomentar a inserção de dados sobre arquivos de cultura no SNIIC.
- 2 – Finalizar o plano setorial de arquivos, a partir das contribuições do processo de consulta pública e encaminhá-lo para aprovação.
- 3 – Eleger prioridades entre as metas do plano setorial, criando estratégias e ações.
- 4 – Elaborar modelos de editais específicos à área de arquivos que contemplem a criação, organização, preservação, manutenção e acesso de arquivos de cultura e encaminhar para o CNPC/MinC.
- 5 – Consolidar parcerias com outros órgãos colegiados, redes de memória e associações.
- 6 – Propor ao Ministério da Cultura a inclusão de requisitos nos editais do MinC que envolvam a preservação, manutenção, publicidade e acesso dos acervos arquivísticos.
- 7 – Manter e ampliar o Blog do Colegiado e outras mídias sociais, inclusive a articulação e difusão do acompanhamento das metas do plano setorial de arquivos.
- 8 – Propor ao Ministério da Cultura uma articulação institucional para reforçar a importância da preservação e difusão dos acervos culturais.

9 – Criar documentos de educação patrimonial para difundir a importância dos arquivos de cultura, para a sensibilização dos gestores públicos para a necessidade de criação, manutenção e modernização de arquivos; e para auxiliar na instalação de colegiados de arquivos nos conselhos estaduais e municipais de cultura.

10 – Propor ao CNPC que encaminhe ao Ministério da Justiça a recomendação do colegiado de enfatizar a valorização dos arquivos de cultura na revisão da lei de arquivos e em sua regulamentação. (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA - ARQUIVO, 2015).

A nova equipe trabalhou, então, para discutir as sugestões realizadas na consulta pública. Nova reunião do CSA foi realizada somente de forma extraordinária, no dia 10 de maio de 2016. Não foi encontrada ata de reunião, mas considera-se a informação adjacente ao Plano Setorial de Arquivos, aprovado na ocasião (BRASIL, 2016). A data, talvez, tenha sido estratégica ou sagaz, uma vez que o País já se encontrava no governo interino de Michel Temer, quando do afastamento para o impedimento de Dilma Rousseff. No dia 12 de maio de 2016 o MinC é extinto (BRASIL, 2016a).

A extinção provocou uma série de protestos, incluindo a ocupação de prédios do ministério (G1, 2016). De acordo com Barbalho (2017), o “Fica Minc” estaria estreitamente relacionado ao “Fora Temer”, ou seja, seriam expressões do descontentamento dos setores artísticos com o processo de impedimento e contrários ao governo interino do vice-presidente. Entretanto, não foram apenas os setores artístico e cultural que provocaram a reversão da decisão de extinguir o MinC: governadores e senadores governistas demonstraram apoio ao processo de institucionalização da cultura que vinha ocorrendo nos últimos trinta anos de existência do órgão. No dia 23 de maio, onze dias depois de extinto, o MinC é recriado (BRASIL, 2016b). O processo de impeachment é concluído em 31 de agosto de 2016.

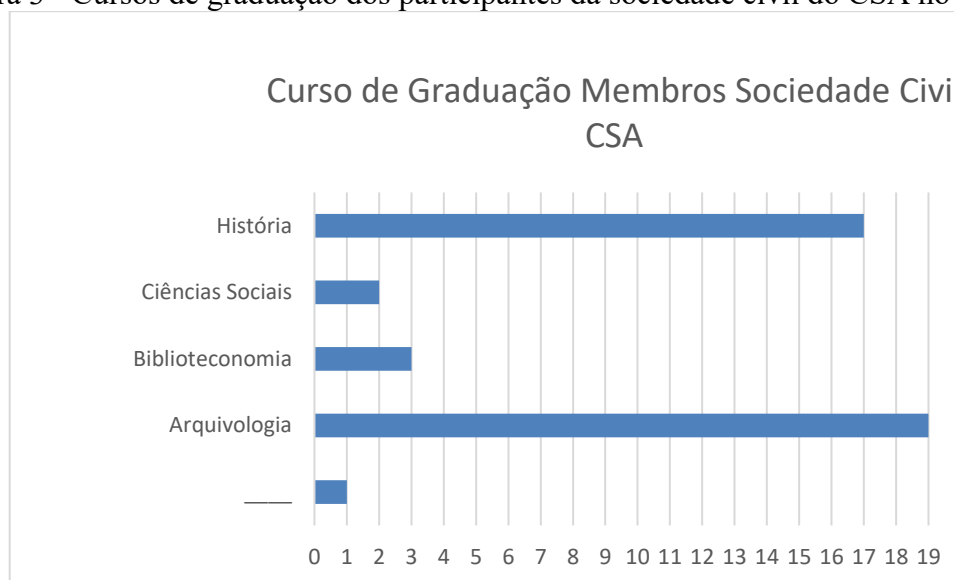
Uma nova reunião do CSA foi realizada entre os dias 6 e 7 de dezembro de 2016. Nesse momento foi informado que diante da instabilidade política nacional a criação de fundos e editais específicos para a área de arquivos não avançaria. Entre os assuntos da pauta estavam a discussão de estratégia para a IV CNC, prevista para 2017, uma moção de repúdio ao PLS n. 146/2007 e recomendação de instituição de comissão para elaboração de política arquivística específica para o MinC. É possível observar na ata de reunião que as metas do PSA já estavam sendo estudadas de maneira a acompanhar seu cumprimento.

Desde a reunião de dezembro de 2016, o CSA ficou ‘adormecido’. Em lugar de uma expressão melhor, embora ainda existisse formalmente, assim como o CNPC, não foram mais realizadas reuniões regimentares. Foi possível identificar nos documentos consultados no Arquivo Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, que continuou havendo troca de e-

mails entre o grupo até 2017, mas com foco na criação e autoria da versão final do Plano Setorial de Arquivos (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA-ARQUIVO).

Com base nos documentos fornecidos como requisito para a candidatura para o Colegiado (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA-ARQUIVO) e consultas à base pública do Currículo Lattes, foi possível traçar o perfil dos membros que compuseram as duas formações do CSA. Entre titulares e suplentes da sociedade civil, as vagas foram ocupadas por quarenta e duas pessoas. Apenas uma delas não apresentava formação superior. As demais eram graduadas, em sua maioria, em Arquivologia (19 pessoas). A segunda maior frequência de graduação foi o Curso de História (17 pessoas). As demais graduações dos membros foram as seguintes: Biblioteconomia (três pessoas) e Ciências Sociais (duas pessoas) (Figura 3). A distribuição de gênero foi equilibrada: 21 homens e 21 mulheres.

Figura 3 - Cursos de graduação dos participantes da sociedade civil do CSA no CNPC



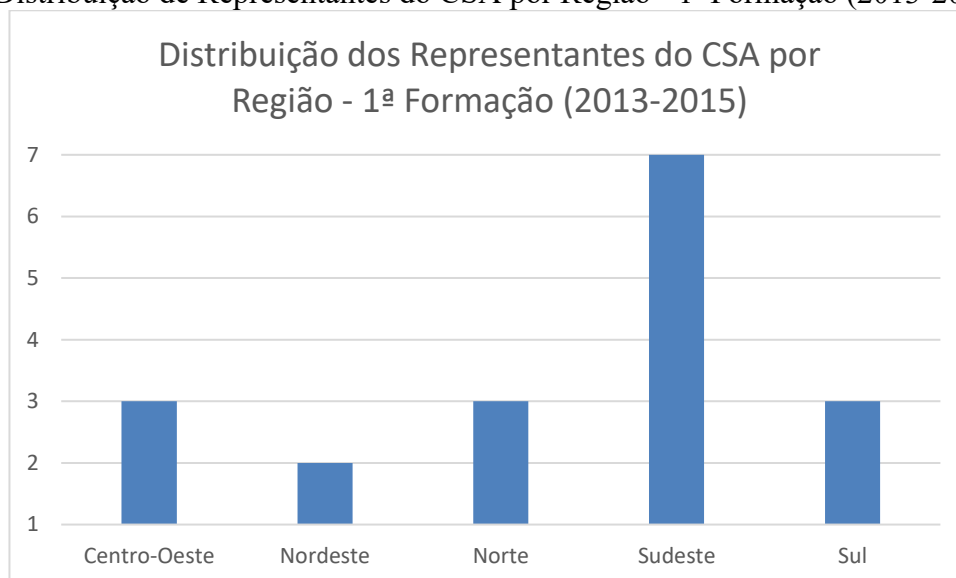
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A formação dos membros do CSA, em sua maioria, arquivistas e historiadores, permite inferir que estariam a par das questões teóricas que envolvem a Arquivologia, no que diz respeito, por exemplo, às diferenças entre arquivos de primeira e segunda idade, bem como os limites e possibilidades da política nacional de arquivos.

Levando em conta as considerações sobre o primeiro processo eleitoral do CSA (SILVA, 2015), verificou-se que na primeira formação do colegiado houve maioria de representantes da região sudeste (Figura 4), ainda que o estado de São Paulo não tenha obtido o registro de eleitores em valores suficientes para eleger delegados para a etapa nacional. Essa tendência foi superada na segunda formação. Ainda que a Região Centro-Oeste tenha

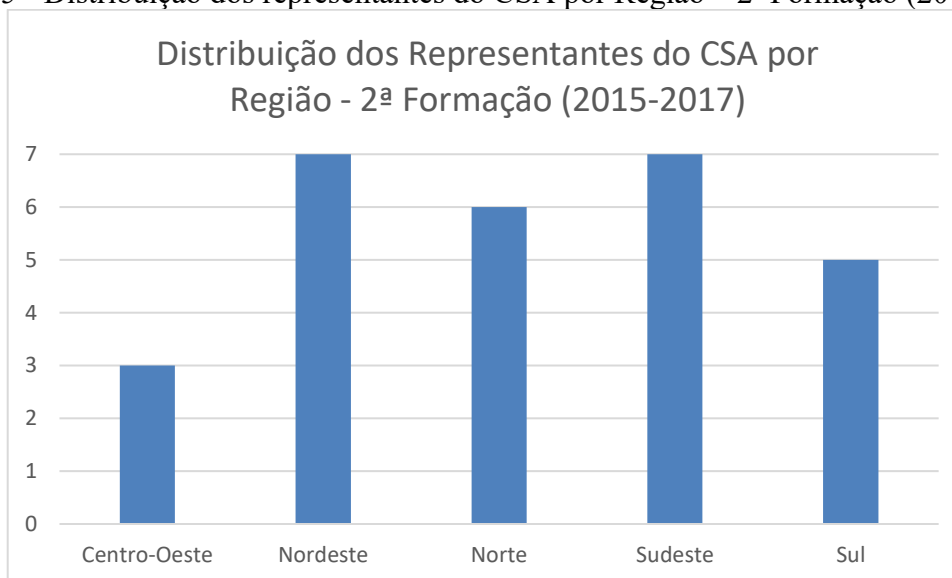
permanecido com o mesmo número de integrantes nas duas edições, (Figura 5), as demais regiões conseguiram equilibrar o número de representantes. Infere-se que a existência do CSA tenha tido o papel de divulgação das vagas entre seus pares em seus nichos representativos, motivando a participação.

Figura 4 - Distribuição de Representantes do CSA por Região - 1ª Formação (2013-2015)



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Figura 5 - Distribuição dos representantes do CSA por Região – 2ª Formação (2015-2017)



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Um dado que seria importante, mas que não pode ser verificado por meio dos documentos consultados no período dedicado à coleta e análise da pesquisa, é a categoria que os candidatos representavam durante a eleição (instituição arquivística, tecnologia da

informação, associação profissional ou de pesquisa etc.).

Apresentado o perfil do grupo, resta descrever o instrumento por eles criado. O PSA é um documento constituído de três eixos e 39 metas (ANEXO A), com os devidos indicadores de consecução, assim como estratégias e ações a serem realizadas. De acordo com o próprio documento, o PSA trata-se de um instrumento de curto, médio e longo prazo criado para viabilizar o cumprimento da legislação e de outros dispositivos já existentes, estimulando a integração entre os distintos poderes e esferas da federação no que se refere à atuação de arquivos como “equipamentos culturais e espaços promotores de cidadania” (BRASIL, 2016, p. 2).

Em quadro comparativo entre os objetivos, metas e estratégias propostas pelo PSA e as propostas da I CNARQ, desenvolvido por Cerqueira (2018), é possível perceber a complementaridade entre o instrumento de condução de políticas públicas criado pelo CSA e os interesses da comunidade arquivística registrados na referida Conferência, realizada em 2011. A autora também demonstra que o posicionamento do PSA, especialmente no que se refere ao Eixo I, é de incentivador e formulador de políticas públicas para arquivos de especificidade do campo cultural, tomando para si tarefa que caberia ao CONARQ.

À primeira vista, esse posicionamento poderia representar a ideia de sobreposição de competências. Mas, entende-se que não é esse o sentido da afirmação de Cerqueira (2018). Ela pontua que o CONARQ nunca constituiu instrumento semelhante ou comparável ao PSA, e, por isso, o instrumento teve de incluir essas proposições em seu escopo, afirmação com a qual concorda-se nesta tese. Questiona-se, no entanto, a indicação da autora de que o CONARQ teria auxiliado a construir o PSA. Isso porque, no processo desta pesquisa não foram encontradas evidências para a sustentação dessa afirmação.

Verificou-se que, durante a Pré-Conferência Nacional de Arquivos de 2010, houve proposta de moção plenária de inserir o CONARQ como membro nato e permanente do CNPC (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA-ARQUIVO), mas ela nunca foi concretizada. Houve, ainda, sugestão do CSA, em ofício encaminhado à Ministra da Cultura em 2013, de que o CNPC pleiteasse assento no CONARQ (Ofício CSA, 2013), mas também não há registros de que a proposta tenha tido andamento. Além disso, entre as atas de reunião do CONARQ não foram encontradas referências ao CSA ou ao PSA.³⁵

³⁵ A afirmação tem base na análise das atas de reunião do CONARQ, entre os anos de 2003 e 2019, realizada por meio do Software Atlas TI. Foi realizada pesquisa de texto por todos os mecanismos disponíveis (parágrafo, sentenças, palavras e correspondência exata) dos termos: “Colegiado Setorial de Arquivos”, “Conselho Nacional de Política Cultural”, “CNPC”, “Plano Setorial de Arquivos”, “Plano Nacional Setorial de Arquivos”, “Ministério da Cultura” e “MINC”.

Diante disso, destaca-se a inovação do Colegiado Setorial de Arquivos (CSA) como um espaço de caráter planejador e formulador de objetivos e metas claramente definidas em um instrumento de políticas públicas, criado por participantes representativos de todas as regiões do País. Tal instrumento previa uma revisão em 2020, quando o CSA reavaliaria objetivos, estratégias, metas e ações.

É possível questionar-se sobre a amplitude do alcance das políticas de cultura propostas pelo SNC, uma vez que nem todo tipo de instituição arquivística poderia fazer parte dele. Isto porque as instituições deveriam entrar nos sistemas de cultura de seus estados e municípios. Nesse sentido, a vinculação organizacional poderia servir de empecilho para tal articulação. Essa posição não é de todo equivocada. Certamente o fato de operar dentro de estrutura organizacional associada ao setor cultural facilitaria as instituições arquivísticas a integrarem os sistemas estaduais ou municipais de cultura. Entretanto, cada ente federativo tem a autonomia de constituir, por meio de legislação própria, seus sistemas e subsistemas, bem como especificar instituições participantes. O SNC, que propõe e inspira a adesão de estados e municípios, coloca, entre outros, os princípios de complementaridade e transversalidade das políticas culturais, que poderiam ser chamados como justificativa para inclusão de sistemas de arquivos e instituições arquivísticas não vinculadas a secretarias, fundações ou autarquias de cultura.

De toda forma, seria conveniente conhecer os dados sobre o número e as características das instituições arquivísticas públicas brasileiras. Levando em conta que não há nenhum tipo de censo nesse sentido, considerou-se apropriado utilizar os dados do Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ)³⁶. Tais dados são fornecidos pelas entidades custodiadoras ao CONARQ para que recebam código unificador utilizado em instrumentos de descrição arquivística. Após o levantamento desses dados apresenta-se, de forma ilustrativa, o Quadro 18. Observa-se que o número de entidades cadastradas pode não estar atualizado ou não ser estatisticamente relevante diante do número de entes federados do Brasil.

³⁶ “O CODEARQ tem como finalidade identificar de modo único a instituição custodiadora de acervo arquivístico. Seu objetivo é intercambiar informações em âmbito nacional e internacional. O código é fornecido às entidades custodiadoras desde que elas permitam acesso a seu acervo, mesmo que com algumas restrições”. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020).

Quadro 18 - Situação organizacional de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos do Poder Executivo (Federal, Estaduais e Municipais)

	FEDERAL				ESTADUAL									MUNICIPAL				
	Sec. Especial de Cultura	Min. Justiça	Min. Defesa	Min. Rel. Internacionais	Administração	Casa Civil	Cultura	Educação	Meio Ambiente	Saúde	Segurança	Trabalho	Fundações Culturais	Administração	Cultura	Saúde	Fundações culturais	Autarquias
	7	3	1	1	5	3	11	1	1	1	1	1	3	29	32	1	17	2
Total	12				27									81				

Fonte: Dados da pesquisa (2021).³⁷

Esse panorama demonstra que, embora o CODEARQ não possa ser tomado como representação estatisticamente relevante do número de municípios brasileiros, o registro existente sobre os acervos custodiados indica que, no caso dos municípios, os arquivos estão mais frequentemente a cargo de órgãos vinculados ao setor de cultura, sejam eles secretarias, fundações ou autarquias.

Seja como for, as interações entre a aplicação de políticas públicas e instituições dependeriam muito mais do ambiente de governança. Considerando os sentidos do conceito, anteriormente pontuados, ressalta-se que a referência remete não ao sentido corporativo, mas ao processo social relacionado a mecanismos de distribuição de poder, escolha de prioridades e responsabilização das partes em interação. As instituições podem, nesse sentido, construir diferentes estratégias para interação nos distintos *policy domains*.

5.1.3 Configuração atual da estrutura de políticas públicas culturais no Brasil

Embora o movimento em prol da permanência do MinC ter conseguido manter a

³⁷ Buscaram-se registro de instituições que tivessem em sua atividade finalística a gestão e/ou preservação de documentos de arquivo como parte de sua missão, ou seja, que tivessem autonomia para exercer as atividades relacionadas com arquivos, e que pudessem operar no sentido de aparelhos culturais, conforme proposta do SNC. Por isso, alguns centros de documentação, museus e bibliotecas foram considerados no cálculo realizado, enquanto departamentos, setores e divisões de arquivos dos poderes legislativo e judiciário, assim como centros de documentação de universidades públicas ou privadas foram desconsiderados, já que estariam dentro de instituições com outras missões ou atividades finalísticas. As entidades de direito privado também foram excluídas. O recorte foi assumidamente arbitrário. Não significa que as entidades excluídas da contagem não tivessem meios de aderir ao SNC. O objetivo do cálculo foi apenas o de verificar se a questão da vinculação administrativa dos arquivos enquanto instituições relacionadas ao poder executivo municipal ou estadual teriam, de fato, distanciamento do setor cultural.

instância durante o governo provisório de Michel Temer, o ministério foi reduzido a uma secretaria especial, vinculada à pasta de Turismo no governo Bolsonaro, em 2019 (BRASIL, 2019c). Por questões de rearranjo dos ministérios, o CNPC acabou transformado em órgão consultivo do Ministério da Cidadania.

Além do rearranjo ministerial, o conselho passou por alterações significativas por meio do Decreto n. 9.891, de 27 de junho de 2019. A representação da sociedade civil diminuiu seu número de cadeiras no plenário do colegiado. O mesmo decreto extinguiu os colegiados setoriais. Em lugar dos colegiados e setores, a nova organização de representação da sociedade civil reuniu no mesmo grupo as instituições, conselhos estaduais e municipais e personalidade de notório saber. Cabe lembrar, que este último tipo de representação é ocupada por indicação do Ministro da Cidadania. De acordo com o Decreto, a representação da sociedade civil apresenta-se da seguinte forma:

- VIII – dezoito [membros] da sociedade civil das diversas expressões culturais escolhidos em foro próprio, garantida a representação das expressões culturais afro-brasileiras, das culturas populares e das culturas indígenas, sendo:
- a) sete de diferentes organizações e entidades culturais, de atuação nacional, dentre eles:
 - b) dez de conselhos estaduais e distrital de cultura, garantida a representação equitativa das macrorregiões brasileiras; e
 - 1. três de expressões artísticas;
 - 2. um do patrimônio cultural;
 - 3. um da cultura popular;
 - 4. um das culturas indígenas; e
 - 5. um das expressões culturais afro-brasileiras;
 - c) uma personalidade com comprovado notório saber na área cultural, que será escolhida pelo Ministro de Estado da Cidadania (BRASIL, 2019d).

O SNC, como visto, permanece em vigor diante da constitucionalização, que se revelou importante estratégia para a continuidade da estrutura de políticas públicas, uma vez que, com o fim dos governos petistas, a gestão da cultura no âmbito federal enfrentou instabilidades, que culminaram na extinção de ministério próprio.

De acordo com dados disponíveis no portal do SNC (BRASIL, 2021b), os 27 estados da federação já aderiram ao sistema, bem como os 2.718 municípios. Um estímulo a essa adesão pode ocorrer por conta da liberação de recursos emergenciais para a cultura durante a pandemia do novo Coronavírus, em 2020 (Lei de Emergência Cultural n. 1.075/2020, conhecida como Lei Aldir Blanc³⁸). Embora entre os requisitos para o recebimento dos recursos não constasse

³⁸ A Lei estabeleceu o repasse de recursos da União para estados, Distrito Federal e municípios, no valor de R\$ 3 bilhões, destinados ao pagamento de três parcelas de auxílio emergencial (R\$ 600) a trabalhadores e micro e

necessariamente a institucionalização de sistemas de cultura locais, essa foi a primeira vez que todos os municípios brasileiros tiveram a oportunidade de receber recursos federais destinados ao financiamento de manifestações artísticas e culturais. Entende-se que essa medida pode servir de estímulo para a organização de órgãos gestores e sistemas locais de cultura.

O Fundo Nacional de Cultura (FNC) foi regulamentado pelo Decreto n. 5761/2006. Embora ele preveja distintas formas de financiamento às políticas de incentivo, apenas 18 estados e 393 municípios reformularam suas leis para que seus próprios fundos pudessem receber a transferência como determinado pelo SNC. De fato, entre os entes federados, apenas seis estados e 77 municípios apresentam todos os critérios de implementação (Sistema, Órgão Gestor, Conselho de Cultura, Fundo de Cultura e Plano de Cultura) (BRASIL, 2021a). Ou seja, ainda há um longo caminho a percorrer para que as políticas públicas de cultura integradas em um sistema único venham a se desenvolver de forma plena.

Embora o SNC previsse a integração de subsistemas setoriais, apenas três estão em funcionamento, um dos quais já estava organizado de maneira prévia à estruturação do SNC, que é o Sistema de Bibliotecas. Os outros dois sistemas implementados durante a gestão petista foram o Sistema de Patrimônio Cultural e o Sistema de Museus (CALABRE, 2014). O caso do SINAR em relação ao SNC, embora tenha sido prevista sua integração, nunca foi consolidada. Cabe lembrar que integração não significa sobreposição de competências nem disposição de hierarquia de um sistema sobre o outro. Sobre propostas de integração de sistemas, constatou-se que a versão original do PL n. 9.474/2018, prevê a criação de um Sistema Nacional de Memória Social, composto pelo Arquivo Nacional, pela Biblioteca Nacional e pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Embora em andamento, o texto do PL n. 9.474/2018, que tem como ementa estabelecer “as diretrizes para a política cultural e para a garantia dos direitos culturais”, e por questões de apensação com outros projetos semelhantes, o trecho sobre o Sistema Nacional de Memória foi suprimido na versão substitutiva (Cabe acompanhar seu desenvolvimento, uma vez que a legislação daí decorrente irá regulamentar as relações entre o SNC e os demais sistemas, bem como outras questões relacionadas).

Sobre o suporte pecuniário, ainda continuam em andamento os projetos de lei que propunham a vinculação orçamentária de verba dedicada à cultura (PECs 427/2001, 310/2004 e 421/2014). Por enquanto, a vinculação autorizada em emenda constitucional ainda é

pequenas empresas do setor cultural que tiveram atividades interrompidas (MARQUES, 2020). Além disso, o recurso também poderia ser utilizado para financiar editais, chamadas públicas, prêmios, e para a aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural (DIÁRIO DO NORDESTE, 2020).

facultativa.

Em relação aos colegiados setoriais, entende-se a extinção dos órgãos como um retrocesso para todos os setores. Especificamente no setor de arquivos, a ausência de colegiado próprio no conselho federal dedicado às políticas públicas de cultura pode refletir na organização dos demais sistemas de estados e municípios, que tinham o CNPC como referência para seu funcionamento. Ainda assim, a participação de representação dos arquivos nesses espaços consultivos nos estados e municípios é fundamental para que as entidades arquivísticas possam colocar-se como equipamento cultural relevante na sociedade, assim como, eventualmente, usufruir de verbas públicas destinadas à cultura.

Mesmo com a extinção dos colegiados, o PSA continua sendo um documento válido e relevante, porque representa o resultado de organização e reflexão de representantes do setor, validado em consulta pública. Claro está que precisa ser revisto, considerando metas e estratégias mais adequadas ao novo contexto político e administrativo. Ainda assim, ele pode servir de modelo para a construção de planos setoriais de arquivos nos estados e municípios. E, do ponto de vista histórico, o documento serve para demonstrar, também, os desejos de consolidação do setor durante momento que permitiu certos movimentos de organização democrática.

Das iniciativas do Plano Setorial de Arquivos, a Semana Nacional de Arquivos é a principal realização. Ela tem ocorrido anualmente desde 2017, em coordenação conjunta entre a FCRB e o Arquivo Nacional, estimulando a participação de diversas instituições para divulgar os arquivos, com o objetivo de aproximá-los da sociedade.

5.2 ANÁLISE COQ3

Retomando a abordagem conceitual, considerou-se todo o arcabouço do CNPC e do CSA como um fenômeno de políticas públicas, dentro do *policy domain* das políticas culturais, que sofreu influência do subsistema político arquivístico em que estava imerso. Nesse sentido, passa-se a considerá-lo sobre os aspectos do COQ3: Como, Onde, Que, Quem e Quando.

5.2.1 Como

Para a variável *Como*, foram destacadas as categorias de análise de estilos políticos e de modelos de políticas públicas. Em relação à classificação de estilos políticos e às possibilidades

de relacionamento entre os atores políticos e o governo, neste caso, os membros do CSA e o governo, podendo ser classificados como consensual. Já na classificação da forma de solucionar problemas, definem-se como proativa. Isso significa que o fenômeno se desenvolveu de maneira que evidencia a distribuição de poder entre os agentes do estado e da sociedade civil, embora com limitações decorrentes das regras do jogo.

Quanto ao modelo de política pública, entendeu-se, em princípio, que o fenômeno de ocorrência do CSA poderia ser classificado como uma *punctuation*, ou seja, uma ruptura na forma como se constituía a estrutura de políticas públicas para o País, e em especial aos arquivos. Esse ‘pico’ de atividade do *policy domain* de cultura para arquivos só é observado durante os anos 1980, com o projeto Pró-Documento, voltado aos arquivos privados. Devido ao contexto de estruturação das políticas arquivísticas específicas, a estabilização se deu no sentido do estabelecimento de uma política nacional de arquivos que incluísse os arquivos privados e que desse conta tanto dos documentos de gestão quando dos patrimoniais.

No entanto, o processo de constitucionalização do SNC e a contínua adesão dos estados e municípios permite afirmar que há possibilidades de que esses elementos formalizem padrões de criação e implementação de políticas de maneira incremental que sustente futuras intervenções de políticas públicas culturais para arquivos.

5.2.2 Onde

As categorias associadas à variável *Onde* do COQ3 nos permitem considerar os limites e possibilidades do fenômeno de políticas públicas analisado, que estão relacionados ao modelo de estado que o Brasil adota ou adotava no período. Tal modelo pode ser identificado com o neodesenvolvimentismo, conforme definições de Bresser-Pereira (2016) e Boito Júnior e Berringer (2013).

A estruturação das políticas culturais construídas após a transição democrática e, marcadamente nos Governos FHC, estava voltada à consolidação de um modelo de estado neoliberal. O advento dos governos petistas tentou promover a adesão a um modelo de estado desenvolvimentista limitado, entretanto, aos contextos políticos internos e externos. A proposta de estruturação de política cultural aqui apresentada é um exemplo bastante claro desse tipo de modelo de Estado, motivado a intervir em setores não competitivos, como muitos daqueles encontrados na representação de áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural do CNPC.

O acordo neodesenvolvimentista que permitiu que a proposta petista fosse eleita foi desfeito, levando ao impedimento da presidenta da República. Com isso, todos os pactos que

permitiam que a política cultural, incluindo a existência de um ministério específico, e davam alguma autonomia para o *policy domain*, foram rompidos. Dessa forma, é possível explicar parte do fenômeno de políticas públicas em questão pela interação entre capitalismo e democracia, as duas metainstituições colocadas por Howlett, Ramesh e Perl (2013). A democracia certamente foi limitada pelo funcionamento do sistema econômico.

5.2.3 Que

Para a variável Que, Secchi (2008) sugeriu a classificação em tipos de políticas. Assim, entendeu-se o fenômeno de política pública em questão como relacionado ao escopo das políticas regulatórias, uma vez que as políticas culturais estabeleceriam “padrões de serviços ou produtos para atores públicos e privados” (SECCHI, 2008, p. 13). Ou seja, o fenômeno de política pública aqui descrito criaria o escopo e o desenvolvimento de padrões, estabelecidos nos Planos nacionais e setoriais, a partir dos quais as políticas públicas seriam validadas.

Outra classificação que se considerou adequada para a análise, em complemento às proposições de Secchi (2008), foi a classificação de tipos de instrumentos de política pública, que são aqueles que materializam e operacionalizam a ação governamental, proposto por Lascoumes e Les Gales (2007). Considera-se que tanto o PNC quanto o PSA se referem a instrumentos estabelecidos com base em acordos, porque surgiram de interações diretas com a sociedade civil, tendo, por isso, legitimidade. Esses instrumentos fazem parte de um conjunto considerado pelos autores como “novos”, porque ultrapassam o modelo de Estado regulador, providenciando para o governo espaço para mobilizar e coordenar (LASCOURMES; LES GALES, 2007). Esse espaço mobilizador é o que se observa na constituição do CNPC, a adoção de conferências nacionais e setoriais, assim como os colegiados.

O Colegiado Setorial de Arquivos, como pode ser notado em suas estratégias, moções e recomendações, além do constante no PSA, se colocou como articulador da política de cultura com as políticas arquivísticas específicas, no sentido de sensibilizar, por meio de suas manifestações (ofícios, moções), os distintos órgãos responsáveis por tais políticas (MinC e Ministério da Justiça/Arquivo nacional/CONARQ). Além disso, incorporou diversas demandas da I CNARQ nas metas do PSA, demonstrando que sua representação estava atenta aos demais movimentos do setor de arquivos.

Identificou-se, ainda, a tentativa de o colegiado articular o alcance de uma política de informação, ao propor a integração dos arquivos públicos à RNP, provendo, assim, acesso a

seus serviços tanto para a instituição quanto para seus usuários.

5.2.4 Quem

A variável Quem do COQ3 propõe a categorização dos atores políticos envolvidos no fenômeno de políticas públicas estudado (SECCHI, 2008), além do levantamento de *policy network*, que, como visto nos aspectos metodológicos da pesquisa, não era possível realizar no momento.

Além dos atores públicos, representados pelos cargos políticos e burocráticos ocupados por servidores do MinC e de instituições a ele vinculadas, a estruturação do CNPC colocava entre seus membros amplas parcelas da sociedade civil, fosse ela já organizada, fosse sua organização estimulada pelo espaço a ser ocupado no plenário. Observa-se que, ao longo da edição dos decretos que determinavam a composição do conselho, outros grupos foram sendo incorporados, seja no sentido de especializar setores já existentes, seja no intuito de criar colegiados específicos para novas demandas.

No caso do CSA, entre os atores públicos institucionais destaca-se a FCRB, designada como membro nato do colegiado. No entanto, a Fundação exerceu papel de destaque no fenômeno de políticas públicas analisado por sua participação na organização do setor desde a pré-conferência de cultura, realizada em 2010, que dá início ao movimento de estruturação do Colegiado Setorial de Arquivos.

Entre os representantes da sociedade civil, verifica-se que a maior parte dos componentes era graduado em Arquivologia ou História, e que a distribuição de gênero foi equitativa. A distribuição geográfica da representação da primeira formação do colegiado tendeu a maior concentração.

Embora não tenha sido possível vincular a representação de cada membro a um subsetor por meio dos documentos então disponíveis, foi possível perceber por meio de entrevistas realizadas (apresentadas na próxima seção) e dos currículos fornecidos pelos candidatos para concorrer à eleição, que esse conjunto de pessoas estava envolvido com os arquivos e a Arquivologia, seja por sua participação em associações profissionais, associações de amigos de entidades arquivísticas, ensino ou pesquisa.

Como apresentado na seção 4, as associações profissionais e os cursos de graduação em Arquivologia, representados por seus docentes e técnicos-administrativos, são atores políticos do subsistema desde seus primeiros momentos de organização.

Nesse sentido, embora o processo de constituição do CSA tenha sido o de sociedade

civil manufaturada, no sentido proposto por Hodgson (2004), a representação do setor de arquivos no CNPC não é necessariamente, artificial, isto é, os membros estavam ativamente envolvidos em suas ‘comunidades arquivísticas’ de origem.

Considerando os contextos em que se desenvolveram as instituições, atores e políticas de cultura, as específicas para arquivos e as de política de informação, é interessante notar, também, quem não estava presente na criação de políticas culturais.

Embora em outro momento histórico o IPHAN tivesse algum interesse no campo dos arquivos, manifestado pelo programa Pró-Documento nos anos 1980, na configuração do fenômeno de políticas públicas em questão os arquivos tiveram um espaço reservado para si.

Ainda que a presença do AN enquanto representante do governo no CSA tenha sido referida em alguns documentos (ofício e ata de reunião), não foi possível encontrar o registro de formalização dessa participação. Ainda assim, a presença do AN no CSA não significa que esse membro também pudesse dar conta da representação do CONARQ. Entende-se que, se essa representação do CONARQ tivesse existido, ela seria pontuada ou relatada nas atas do próprio conselho, o que não foi encontrado. Dessa maneira, com os dados disponíveis até então, é possível reconhecer, além da presença dos membros representantes da sociedade civil, a ausência de representação do CONARQ.

Considerando a estrutura prevista na legislação, o CONARQ seria estratégico na implementação das políticas de cultura advindas da estrutura estudada, já que é dele que partem as diretrizes para o SINAR. Embora o SINAR seja previsto na legislação, o pouco que existe de fato implementado está relacionado ao Sistema de Gestão de Documentos do Poder Executivo Federal (SIGA), que tem como instituição arquivística de competência o AN. Portanto, a ausência de diálogo entre CONARQ e CNPC, por meio do CSA e AN, sinalizava possíveis dificuldades no momento da implementação dos instrumentos de políticas públicas criados. Tais dificuldades certamente poderiam ser corrigidas ao longo do caminho, como é comum nos processos de ajuste entre planejamento e execução de políticas.

5.2.5 Quando

Secchi (2008) coloca como recurso heurístico a sistematização do ciclo de políticas públicas para compreender a variável *Quando*. Dessa forma, foram escolhidos os estágios de montagem de agenda, formulação da política, tomada de decisão política, implementação da política e avaliação da política como referenciais para entender como era esperado que as

políticas públicas de cultura se desenvolvessem.

Profissionalizar de maneira sistemática as políticas públicas de cultura foi o objetivo da renovação da composição e funcionamento do CNPC, bem como a constituição de colegiados setoriais. Estes últimos tinham a competência de assessoramento ao CNPC no que se referia às especificidades das áreas técnico-artísticas e de patrimônio.

O CNPC, como parte do SFC, se tornava o órgão captador de demandas a partir do qual a agenda seria montada. A criação de planos nacional e setoriais estabelecia as prioridades, para as quais o financiamento, quando disponível, seria destinado. Nesse sentido, o CNPC era visto como parte formuladora, juntamente com o órgão gestor, que no caso do sistema federal, era o próprio MinC, responsável pela tomada de decisão e implementação das políticas (planos, programas e projetos). Quando se considera o papel do CNPC frente à proposição do SNC, acrescentam-se funções de divulgação e incentivo aos demais conselhos de políticas estaduais e municipais.

Por mais que a avaliação seja uma etapa diretamente associada à etapa de implementação de políticas públicas (FRONZA; NOGUEIRA, 2015), é importante notar que os planos, seja o PNC, seja o PSA, apresentavam metas e estratégias com os devidos indicadores, que eram capazes de avaliar a consecução da política como um todo, ainda que parâmetros de avaliação específicos para cada projeto ou programa pudessem ser estabelecidos e avaliados pelo próprio órgão gestor.

No caso do CSA, as atribuições relacionadas às fases do ciclo de políticas públicas foram analisadas no Quadro 13, no qual se visualizou o papel de captação de demandas e formulação. A implementação do Plano Setorial ficava a cargo dos órgãos gestores do SNC, mas fica clara atribuição de acompanhamento, incentivo e divulgação de iniciativas que interessassem ao desenvolvimento do setor de arquivos. A avaliação, nos mesmos termos do CNPC, está subentendida no processo de revisão do plano setorial, quando indicadores seriam contabilizados para verificar o atingimento das metas e, caso fosse necessário, corrigir o rumo das políticas propostas.

Isso nos leva a poder afirmar que, se continuado, o colegiado tinha possibilidades de atuar em quase todas as fases do ciclo de políticas públicas, excetuando-se a tomada de decisão e a implementação. Mas esta última poderia ser potencializada por meio das ações de incentivo e difusão também previstas. Para além de ações práticas de difusão, a própria existência desse colegiado dentro de um conselho poderia representar um modelo para os demais sistemas estaduais e federais.

Considerando o exposto nessa seção, o subsistema político arquivístico

compreenderia, idealmente, um conjunto de instituições, atores e processos relacionados às políticas culturais, políticas arquivísticas específicas, assim como políticas de informação. Na análise deste fenômeno de políticas públicas, identifica-se tentativas de aproximação do *policy domain* da cultura em relação às políticas arquivísticas específicas. Naquele contexto, é possível afirmar que o próprio CSA se constituiu como um ator político coletivo atuante para além do âmbito do CNPC.

Ao acompanhar o processo de construção do PSA procurava-se compreender qual era sua intenção primária: seria um plano para o Ministério da Cultura ou um plano para a sociedade brasileira? Ao final, o plano pode ser entendido como um produto de seu tempo, das tendências de afiliação teóricas ou institucionais de seus membros e diversas outras variáveis. Mas a constituição de um espaço institucional, em que propostas e reflexões fossem discutidas por pessoas que representavam um grupo maior, fazia parte de um projeto político mais amplo, que embora tenha durado pouco e não tenha sido efetivo em muitos aspectos, foi estimulante para o setor de arquivos.

Com essa análise espera-se ter conseguido demonstrar o processo de criação e atuação do CSA e passe-se, a seguir, aos resultados e análise do segundo objetivo específico da pesquisa.

6 POLÍTICAS DE ARQUIVO E CULTURA NA COMPREENSÃO DE MEMBROS DO EXTINTO COLEGIADO SETORIAL DE ARQUIVOS

Esta seção destina-se a apresentar as inferências e interpretações advindas da análise de conteúdo das transcrições de entrevistas realizadas com alguns membros do CSA. O objetivo era entender como essas pessoas compreendiam os arquivos no universo da cultura, uma vez que as políticas para arquivos apresentam intersetorialidade e transversalidade às dimensões culturais, patrimoniais e informacionais.

Como pontuado na seção metodológica, os recursos disponíveis, e por consequência, o método de pesquisa, não permitiam a realização de entrevistas com a totalidade dos membros. No entanto, é possível entender as concepções sobre a relação entre políticas de arquivo e cultura por meio das narrativas de alguns desses membros.

O perfil dos entrevistados apresenta a maioria de graduados em Arquivologia (6), seguidos de História (4) e Biblioteconomia (1). As entrevistas foram realizadas com seis homens e cinco mulheres, nove representantes da sociedade civil (dois da região Sudeste, três da região Sul, dois da região Norte, e um da região Nordeste) e dois representantes do governo. A atuação profissional dos entrevistados é a de técnico-administrativo (8) em instituições de ensino e cultura de âmbito federal, docentes na área de Arquivologia na ativa (4), docente na área de arquivologia aposentada (1), tendo alguns deles acumulado as atividades técnico-administrativas e docência atualmente ou em algum momento da carreira. Seis dos entrevistados têm participação atual ou prévia em associações profissionais ou de amigos dos arquivos.

As transcrições das entrevistas foram codificadas com as categorias determinadas na seção metodológica. Devido à unidade de registro ser temática, algumas citações acabaram recebendo mais de um código, já que a regra de categorização era semântica.

Cabe considerar que toda rememoração apresenta muito da constituição presente dos indivíduos e que, por isso, não é possível determinar exatamente o que pensavam as pessoas que participaram do colegiado na época. No entanto, considera-se que o olhar sobre a experiência vivida pode trazer elaborações pertinentes para que se possa entender aquele fenômeno de políticas públicas.

Nesse sentido, as narrativas trouxeram outros elementos interessantes ao universo de pesquisa, como a questão da participação política e suas leituras sobre o contexto político em que o Colegiado estava imerso. O Relatório de Citações por Códigos pode ser consultado no APÊNDICE B.

6.1 CONCEPÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS ENVOLVIDAS

Entre as perguntas que foram realizadas durante as entrevistas, uma delas era relacionada às discussões que ocorreram, se de fato ocorreram, na época da mobilização do CSA, em relação à transversalidade entre políticas públicas de arquivo e cultura. O assunto era trazido para a entrevista, de acordo com o protocolo de entrevista, quando o tema não era naturalmente levantado pelo entrevistado ao longo da narrativa, o que frequentemente ocorreu. Por isso, as citações destacadas em relação a essas percepções também ocorreram em outros momentos das entrevistas, não somente quando da provocação sobre o tema.

Sobre essa relação, alguns entrevistados defendem enfaticamente os arquivos como instituições que deveriam estar situadas em estruturas políticas ligadas à gestão. Nas citações codificadas com a categoria de “*Arquivos como estruturas próprias ligadas à gestão*”, destacam-se alguns elementos: a questão da vinculação administrativa e a percepção de certa vulnerabilidade dos arquivos quando situados em estruturas voltadas à cultura; e a relação da vinculação à cultura somente quando os documentos passam pelo processo de gestão documental.

A questão da vinculação administrativa como empecilho para o adequado funcionamento de instituições arquivísticas surgiu nas falas dos entrevistados em diversos momentos nas primeiras entrevistas, o que provocou a curiosidade da pesquisadora, tendo sido incorporado no protocolo de pesquisa (campo D - Concepções sobre políticas públicas para arquivos). Ela foi expressa, por exemplo, na seguinte citação:

[...] acho que a dificuldade sempre é essa: tentar mostrar que embora arquivo seja cultura ele precisa estar ligado também à gestão. É o que eu sempre mostro: Nós precisamos que o arquivo esteja ligado a um órgão bem central [00:18:12], à administração central, à prefeitura ou à secretaria geral do município. [...]. Porque embora os arquivos estejam na cultura, a cultura não se dá conta da importância disso. Ou não prevê esta necessidade de gestionar. (E01, D1).

Essa percepção sugere que, quando vinculado a órgãos relacionados à cultura, o arquivo não tem autonomia administrativa e orçamentária. Isso se deve, em grande medida, ao histórico de organização da política cultural no País. Se a instabilidade em relação a essas políticas no âmbito federal existe, e espera-se ter demonstrado nas seções anteriores, a situação seria ainda mais pungente nos âmbitos estadual e municipal.

E outra coisa também é gestão. Não tem gestão. Então o que você sempre encontra é

documentações que você precisa fazer uma atuação dela para preservar. Mas aí você acaba fazendo o seguinte, você preserva essa documentação, você faz [00:50:40] um trabalho incipiente nessa documentação, esse é um arquivo que continua escondido para a sociedade. Não existem projetos que consigam entrar diretamente nesses arquivos já num trabalho para a divulgação. Porque até chegar nisso aí tem muita coisa a ser feita. [...]. Eu acho que numa representação, na área de arquivos, meu entendimento é assim. A gente tem muitas questões similares [00:40:35] que acontecem. Por exemplo, os arquivos estaduais, a onde eles estão vinculados? A grande maioria estão em Secretarias de Cultura. Poucos estão vinculados a uma linha mais alta, administrativa. Então isso define muito como um arquivo ou outro vai proceder a sua execução. Alguns tem dotação específica, pode trabalhar, outros tem muita dependência, como é o caso do arquivo aqui, público do Estado, que tem muita dependência porque está vinculado à secretaria de cultura. Então é ele tem muita coisa a ser trabalhada, mas tem muito pouco do que colocar em prática. Porque falta autonomia. (E02; D2).

Na terceira citação destacada, percebe-se a necessidade de gestão para que o arquivo adentre o universo da cultura. Essa concepção está baseada na compreensão teórica sobre os arquivos, a teoria do valor e a teoria das três idades. Nela, entende-se que os arquivos só constituem patrimônio quando chegam à terceira idade. Assim, a relação entre políticas de arquivo e patrimônio se daria apenas no aspecto relacionado aos arquivos permanentes.

O arquivo ele é o custodiador do conjunto de documentos produzidos e recebidos pela instituição no decorrer de suas atividades. Então ele acaba recebendo aquele material que passou pela tabela de temporalidade, depois que perde seu valor primário e recebe seu valor secundário como parte do patrimônio [...]. Que boa parte dos arquivos, até seria uma pesquisa interessante de se pensar, estão ligados a que secretarias? Não é de administração, é secretaria de cultura. Às vezes até faz uma aventura, vai lá ligar numa secretaria de gestão, mas aí entra um novo governante e aí não: arquivo é cultura. E isso aí é um problema falho na nossa perspectiva porque você só vai ter um arquivo permanente a partir do momento em que você cuida do corrente. Então, a Bellotto já trabalhava isso há décadas, essa é uma lição que ela deixa lá no seu livro Arquivos Permanentes. Que o Arquivo Permanente é o resultado de uma boa gestão documental. (E03; D3).

Foram destacadas, também falas que remetiam aos arquivos como aparelhos culturais. Destacaram-se os seguintes tópicos relacionados à categoria “*Arquivos como aparelhos culturais*”: a percepção de que arquivos seriam tratados de maneira estática quando vinculados ao setor cultural; o reconhecimento de que a gestão não dá conta das diversas dimensões dos arquivos; a atuação de arquivos como aparelhos culturais para além de seu acervo; e a ideia de que haveria uma interpretação equivocada da Lei de arquivos sobre o alcance das atribuições das políticas arquivísticas específicas.

O primeiro ponto, a percepção de que o arquivo é uma coisa estática quando dentro da cultura, reside em uma ideia de imobilidade patrimonial, em contraste com a dinamicidade que há na gestão:

Eu acho que a política pública de arquivo e cultura, porque justamente o que se pensa dentro da cultura do arquivo é algo muito estático, que tá lá que fica lá e se alguém

quiser buscar, então não há necessidade de trabalhar a questão mais de gestão, de organização, né. Eu acho que as coisas estão meio separadas nesse sentido, não há essa união entre uma e outra. E o que a gente vê muito bem nos arquivos municipais aqui no estado. Nós temos o arquivo histórico [00:26:21] e nós temos o arquivo da prefeitura (E01; D1).

Embora essas perspectivas sejam percepções e não afirmações comprovadas, poderiam intervir de maneira negativa na construção de políticas públicas de cultura que integrassem os arquivos, fazendo com que qualquer tentativa de aproximação com o campo fosse vista como desvantajosa para os arquivos.

Acerca do reconhecimento daquilo que a vinculação a estruturas de gestão e administração não é capaz de fazer pelos arquivos, reside a concepção do valor cultural dos arquivos, ou seja, de sua valorização para além dos valores primário e secundário — valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos (MENESES, 2015), que representam a diversidade histórica.

Eu não posso dizer: “Ah, documento permanente”. Ele é a nossa história, é nossa memória, é o pertencimento. Para mim, eu acho que a gente pode, uma se complementa na outra. Mas, obviamente, a gente, muitas vezes, está forçando muito a barra da parte do patrimônio, porque não tem subsídio para nós. A gente [inint] [00:18:47]. Só tem documentos, não sei o que, cortou. E a outra parte da Lei Nacional de Arquivos, Conarq, que não dão subsídios [...]. Essa diversidade, que essa diversidade faça... se junte tudo e a gente consiga tentar ajudá-lo através da cultura. E isso aí me surpreendeu bastante, porque muitas vezes o Governo, dentro da gestão, não está nem aí para essas diferenças, para essa história e tudo mais. Então, eu achei muito legal, pelo menos a Cultura estar desenvolvendo uma coisa assim. Então, no final de todo o processo, não interessava onde estivesse. O que interessava é que tinha política, tinha meta, tinha objetivo (E07; D5).

Na codificação citada, a atuação de arquivos como aparelhos culturais é reconhecida como aquela que se dá para além dos documentos e do acervo, relacionada ao arquivo como possibilidade de tornar-se lugar catalisador das comunidades e seus interesses. Essa fala reflete a incorporação do conceito antropológico de cultura (BOTELHO, 2001; CALABRE, 2011) no olhar direcionado aos arquivos.

Sempre pensando nessa ideia da cultura como um todo. Por isso que eu sempre... tem sempre essa discussão. “Ah, mas vai fazer coisa...” Sei lá, apresentação cultural, leitura dramatizada de documento, coisa a partir de documento. Sim, tem que fazer isso também, isso é muito legal, mas tem que fazer coisa que não seja relacionada com o acervo também. Isso não é necessariamente um problema (E08; D6).

Mas eu acho que, mesmo como ciência da informação, para mim não exclui a questão dessa perspectiva, você pegar as coisas dessas pessoas. Principalmente eu vejo isso muito em comunidades pequenas. Porque você não pode, entendeu, pegar as fotos que as pessoas têm no seu dia a dia lá, clube de mãe, não sei o que, e botar lá no Arquivo [inint] [00:22:04]. Eu acho, assim, que nessas comunidades, Arquivos podem ser

inclusive elementos catalisadores da comunidade. [...]. Mas, assim, eu acho que [inint] [00:19:47] de você poder ter ao lado dessas estruturas tradicionais, você ter... eu acho que é até uma forma de você trazer um público que habitualmente não está acostumado com Arquivo. (E11; D9).

Destacou-se, também, citação que relata a constatação de que, contrapor-se à ideia de arquivos como aparelhos culturais pode ser resultado de uma interpretação equivocada da Lei de Arquivos: não estaria explícito na legislação que o AN deveria “cuidar de tudo”, ou seja, de todas as dimensões em que os arquivos têm potencial de oferecer seus serviços.

[...] eu acho que é uma conjunta, sabe? Eu acho que nunca é uma coisa só. Eu acho que pode ter sido tudo junto. O fim do pró-documento, a Lei 8.159 a percepção equivocada que o Arquivo Nacional cuidaria de tudo. O Arquivo Nacional não teria que cuidar de tudo, nem a Legislação fala que tem que cuidar de tudo. (E09; D7).

Na citação a seguir, destaca-se uma fala que demonstra a compreensão de que o arquivo como aparelho cultural vai além da noção do arquivo enquanto patrimônio cultural, e que essas instituições deveriam ocupar esse lugar.

Eu acho que a gente pensar o Arquivo como patrimônio cultural é pensar o patrimônio também enquanto Arquivo, [inint] [00:13:47] memória. [...] um patrimônio cultural é um patrimônio da humanidade. Pensar em termos de memória. Então, assim, [inint.] até que a gente também queria envolver essa questão do patrimônio cultural na área [inint] [00:14:14]. Queria também atender a necessidade [inint] [00:14:19] também o Arquivo como papel não tão cultural, mas que pudesse chamar a atenção desse Arquivo que não ocupa um papel não tão cultural para também ser um aparelho de cultura. (E; D8).

A fala demonstra a concepção de arquivo como patrimônio cultural, com base na constituição da memória social. Essa associação entre conceitos é realizada no sentido de que o que é reconhecido como patrimônio tem relação com as escolhas feitas por uma determinada sociedade sobre o que deseja lembrar (RICCOEUR, 2007). O entrevistado reconhece esse papel dos arquivos, mas explica que o grupo também desejava chamar a atenção para as funções, digamos, ‘tradicionais’ daquelas instituições, para que, estruturando-as, elas fossem capazes de constituir-se como aparelho cultural, e assim abrigar espaços em que a vida comunitária e social se desenvolva.

Ainda sobre a relação entre arquivos e patrimônio cultural, ocorre a constatação de que os acervos históricos presentes nos arquivos municipais não resultam, de fato, de processos de gestão documental, ou seja, da avaliação de documentos produzidos na esfera de competência das instituições arquivísticas. A fala remete, também, à compreensão de que os documentos permanentes deveriam ser reconhecidos como patrimônio cultural, tendo certa desconfiança sobre o conteúdo existente nesses acervos — “coisas soltas”, resultado de doação, que da

perspectiva do patrimônio cultural podem muito bem ser reconhecidos como tal, mas que não é objeto de políticas arquivísticas específicas. Ressalta, ainda, que essa discussão não teria surgido de maneira específica durante o funcionamento do colegiado, ao menos do ponto de vista e nas lembranças do entrevistado:

[...] Essa questão do arquivo como patrimônio. Embora a gente, nos municípios, a maior parte deles esteja dentro da Cultura né, que deveriam estar bem ligados ao patrimônio, mas o que a gente vê, e isso transparece em qualquer documento né, é que o arquivo histórico né, é muito uma coisa assim de reunir coisas soltas, que alguém doa. Nunca vem da parte da gestão e depois passa a constituir patrimônio. Então eu acho que lá não chegou assim a se discutir muito isso, de patrimônio né. Embora dentro da Cultura, e que a gente saiba que é um patrimônio cultural nas nossas instituições. (E01; D1).

Essa fala é complementada com a seguinte, que demonstra a variada procedência de acervos nas instituições arquivísticas no País.

A questão é que dentro desse guarda-chuva de coisas nós temos coleções, nós temos acervos pessoais, nós temos documentos dos mais diversos suportes e tipos e necessidade de tratamento, que acabam sendo recolhidos por esses arquivos como parte do patrimônio documental. [...]. Ela faz parte é uma realidade hoje dos arquivos. Né as coleções os acervos privados. (E03; D3).

Em uma das falas, o processo de reconhecimento do patrimônio arquivístico em patrimônio cultural é relatado como inverso, porque não é necessariamente resultado de uma escolha coletiva: primeiro é necessário dar visibilidade para que exista possibilidade de pertencimento da comunidade.

Eu acho que, muitas vezes, é a gente que luta para que essa memória não se perca, para tentar convertê-lo em um patrimônio cultural, porque dificilmente tu vai ver um dos nossos Arquivos reconhecido como patrimônio cultural, a não ser que seja o de fulano de tal, mas muita gente também não conhece. É complicado. Eu acho que é lamentável. Isso aí é construído na versão inversa, porque é a gente que trabalha que dá publicidade para que o pessoal comece a sentir que pertence, que pertence, que é importante, que fez parte, que faz parte, que fará parte da vida deles. (E7; D5).

A possibilidade de que a discussão sobre as relações entre arquivos e patrimônio cultural não tenha ocorrido talvez possa ser justificada pela percepção de que se tratava de tema para outro colegiado, dedicado ao patrimônio. O entrevistado acredita, no entanto, que essa poderia ser a ideia geral na constituição dos colegiados — que existissem considerações múltiplas, trocas entre os grupos — mas que isso não teria sido colocado em prática pelo setor de arquivos.

Porque tinha um Colegiado de Patrimônio em específico. Dois, na verdade. Um de material e um de imaterial. E a gente tinha trânsito com o pessoal. O pessoal de Livro e Literatura, Patrimônio, eram pessoas muito próximas. Acho que foi essa intenção de

estreitar essas políticas e [inint] [00:28:13] vir daí. Só que esta intenção partiu muito mais do Ministério da Cultura do que propriamente dos Arquivos, assim. (E08; D6).

Na citação seguinte, a fala relata a percepção de que, independentemente do conteúdo do acervo, seria necessário fomentar a visão do arquivo como patrimônio.

E a gente vê que a gente precisa ter um trabalho, né, sei lá, de fomentar essa visão do acervo como um patrimônio de fato (E02; D2).

Nesse sentido, cabe destacar a questão da educação patrimonial que também foi trazida algumas vezes pelos entrevistados, no sentido de sensibilização do público. Ocorreu também a questão da incorporação desse tipo de iniciativa no escopo de políticas públicas, assim como críticas à ausência delas nas políticas arquivísticas específicas:

Na questão de política pública a gente precisa que as pessoas tenham... O patrimônio cultural só vai ter o reconhecimento por parte da população. Para se entender e essa questão da identidade cultural do pertencimento a partir de políticas de educação patrimonial. Ninguém sabe onde é o arquivo. Ninguém vai saber onde é o arquivo até que você precise ir lá pegar um documento para você fazer sua cidadania. Então... E ainda vai continuar sendo o lugar que você vai lá buscar a dupla cidadania. [...]. Ele é dentro da Constituição citado. Costumo dizer que ele é citado, mas não existe o reconhecimento por parte da legislação nesse sentido. E o CONARQ não deu conta das políticas públicas necessárias não só para questão da gestão, mas como da questão do acesso e da educação patrimonial para os arquivos. Tanto que não existe nenhum material junto ao CONARQ referente à questão das políticas culturais, das políticas de acesso à informação nesse sentido do uso da educação patrimonial do arquivo, você observa que isso não tem. Em compensação você pega o IPHAN e ele já tem essa política montada. (E03; D3).

Não, eu entendo o documento arquivístico como parte do patrimônio cultural, sem dúvida. Tanto defendendo isso que minha dissertação de mestrado é na área de educação patrimonial em arquivos. Então, de fato, entendo que você pode usar o conjunto documental entendendo como parte do patrimônio cultural, sem dúvida alguma. Não acho que isso seja um problema não. E até onde me recordo do que está lá no plano setorial de arquivos essa noção ela permeia o plano setorial. Se não me engano tem inclusive uma das metas lá, voltada para essa questão da educação patrimonial em arquivos de cultura. (E04; D4).

A participação no CSA era entendida como uma oportunidade de obter recursos. Construir o Plano Setorial de Arquivos significava ter os arquivos como parte integrante da agenda nacional de criação de políticas públicas para cultura.

Era o momento que a gente pensava muito nessas políticas, mas a grande perspectiva vou te falar qual que era: era perspectiva de recurso. De ter um Fundo Nacional de Cultura. Isso é uma política que a gente pensava: olha se a gente tiver um plano setorial vai ter o Fundo Nacional de Cultura e esse plano iria então endereçar o caso do arquivo esses investimentos a nível de Cultura. (E03; D3).

[...] Uma outra coisa é que a gente já tinha algumas experiências de algumas ações locais, que eu queria ver se havia possibilidade de trabalhar essas ações dentro do plano. Uma delas é que a gente aqui no **estado**, a gente tem os editais de [00:15:10] cultura, e eu fiquei sabendo lá na primeira reunião que nós tivemos que poucos estados tinham editais de cultura sistemáticos. (E02; D2).

Ainda assim, foi possível reconhecer em outra fala a preocupação com a diversidade das instituições e a desigualdade regional do Brasil. Participar da construção do Plano também significava estimular a criação de instituições arquivísticas:

Todo mundo ali queria o básico do básico. Com o que nós estávamos preocupados com a realidade que a gente tinha? Que nem todo estado, por exemplo, tinha um Arquivo Estadual. Que nem todos os Arquivos tinham gente capacitada para trabalhar neles, tinham condições humanas para trabalhar neles. Então tinham pessoas que trabalhavam na capital, por exemplo, Rio de Janeiro, não sei... São Paulo, tudo mais, então o pessoal já estava acostumado com um tipo de realidade, e tinha gente que vinha lá do Pará, de lugares longes, onde, muitas vezes, não tinha internet nos lugares onde o pessoal ia. Então, tu tinhas que tentar colocar no meio termo, porque a política era para todo mundo. Então a gente não podia almejar... obviamente, todo mundo queria as melhores coisas para os Arquivos e tudo mais. Só que a gente também tinha que ver a capacidade, e nós tínhamos que ver e nos colocar no lugar de algumas pessoas que não tinham coisas mínimas. Então a gente também teve que trabalhar isso aí em uma realidade que nos era completamente desconhecida. Então a gente tentou pelo menos... se bem que nós tínhamos aquela coisa... claro, todo mundo precisa ter, não sei o que, que não tivesse um Arquivo Público Municipal, tentar fomentar para que fosse... sabe? O Arquivo tivesse outro olhar. (E07; D5).

Perspectivas integradoras também ocorreram nas falas dos entrevistados. Trata-se de expressões que demonstravam a compreensão do aspecto cultural como fundamental para que os arquivos, enquanto instituições, cumprissem seus diversos outros papéis, reconhecendo que a dicotomia gestão-cultura é enganosa.

E aí era esse debate um pouco, porque a figura, a instituição arquivo, assim, parece ter uma dupla função de ser ao mesmo tempo um instrumento da eficiência da atuação administrativa do Estado na área de gestão e enfim e de ser a salvaguarda do patrimônio documental e os juro possíveis que esse patrimônio tem na produção científica cultural. Eu não acredito que isso precise ser uma dicotomia. É, mas existe essa dicotomia [mais ou menos aí] e eu acho que a comunidade arquivística, de uma maneira geral, nem sempre dialoga muito bem entre esses dois [inint] [00:18:16] ou, enfim, não sabe muito bem para que lado vai. (E08; D6).

[...] o Arquivo... assim, é uma coisa que a gente ficou discutindo muito à época, sabe? Muito à época. A gente não sabe... quer dizer, são várias hipóteses. Será que acabou para documento? E aí vai se distanciando. Será que, por conta da Lei N. 8.159, dando a incumbência do Arquivo Nacional, junto ao Poder Executivo, e para a gestão de documentos... e aí as pessoas também... ah, não, você passa [inint] [00:22:25] esse problema do Arquivo Nacional. Sabe como? Porque talvez as pessoas não tenham nunca lido com muito cuidado a 8.159. Não sei se tudo isso junto. Eu realmente não sei... eu não sei se dá para você falar que a culpa é de um, a culpa é de outro. (E09; D7).

Então acho que, assim, o que eu achei fantástico no caso do CNPC é que me abriu essa perspectiva de que a cultura pode perfeitamente ficar também com esse mais [inint] [00:21:08], mais tradicional, administrativo [...] eu vejo que está muito [embricado] sempre. E eu sinto muito que esse movimento do Plano foi essa aproximação, porque a gente conseguiu pensar no âmbito do desenvolvimento dele

essas questões: “Ah, como é que vai ser para a Administração? E para a Cultura?” Então a gente conseguia fazer esse paralelo da nossa discussão mesmo. [...]. Eu não consigo... é porque para mim está tão naturalizado esse debate, sabe, [cita o nome da pesquisadora], que para mim, assim, é parte de um todo. Para mim não tem muita discussão, entende? Eu acho que a Cultura tem, sim, que olhar para os Arquivos e a Administração precisa, sim, olhar para os Arquivos. E faz bem para a Cultura a Administração olhar para os Arquivos, e faz bem para a Administração a Cultura olhar para os Arquivos. (E13; D11).

Ainda que se esteja de acordo com tais perspectivas integradoras, não se pode deixar de reconhecer que a dicotomia em questão existe e tem efeitos políticos na realidade. Instituições arquivísticas, quando em estruturas administrativas, podem ter maior poder de instituir normas para sistemas de gestão, por exemplo, mas isso irá depender de seu posicionamento hierárquico e de sua autonomia orçamentária. Por outro lado, esse tipo de instituição, com áreas de apoio administrativo, tende a afastar-se da compreensão pública de aparelho cultural. Conforme relatado nas entrevistas, quando instituições arquivísticas estão vinculadas a estruturas de gestão cultural, tendem a serem subvalorizadas, uma vez que os orçamentos para esse setor são reduzidos em relação aos demais, fazendo com que os arquivos tenham dificuldades de manutenção básica e acabem por não cumprirem, também, seu papel como aparelhos culturais³⁹.

A concepção de arquivo como fonte de informação científica surgiu em apenas uma entrevista. A citação a seguir expressa tal concepção, relacionando, no entanto, o interesse nos aspectos culturais relacionados aos arquivos.

[...] não gosto muito da visão de arquivo patrimonialista. Tenho algumas restrições a isso. Mas, por outro lado, para mim que vinha dessa coisa do acadêmico, de não sei o que, eu achei interessante no início, porque abre uma perspectiva nova. Por exemplo, mudou um pouco o meu... embora, assim, a gente, a impressão minha de nossa equipe, sempre teve uma visão do Arquivo não como administração, mas o Arquivo como ciência da informação. [...]. Então sempre tivemos essa posição de informação científica. Os Arquivos como informação científica, não interessa suporte, não interessa nada. (E11; D9).

Dessa forma, segue a enumeração das categorias citadas, conforme ocorreram no contexto de cada entrevista (Quadro 19).

³⁹ Questões sobre a validade dessas afirmações, com base nas entrevistas, serão retomadas na conclusão.

Quadro 19 - Presença das percepções sobre arquivos⁴⁰

ENTREVISTADO		Arq. apar. cult.	Arq. como fonte de inf. científica	Arq. Estrut. Próprias	Arq. MEM. SOC.	Arq. PATR. CULT.	Perspectivas integradoras	Totais
E01 (D1)		2	0	3	0	1	0	6
E02 (D2)		0	1	2	0	2	0	5
E03 (D3)		1	0	4	1	4	0	10
E04 (D4)		0	0	0	0	2	0	2
E07 (D5)		2	0	3	1	1	0	7
E08 (D6)		1	1	0	0	1	1	4
E09 (D7)		1	0	0	0	0	1	2
E10 (D8)		2	0	0	0	0	0	2
E11 (D9)		2	1	0	0	0	1	4
E12 (D10)		0	0	1	0	0	0	1
E13 (D11)		0	0	0	0	0	1	1
Totais		12	3	13	2	11	4	44

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A presença de diferentes concepções na mesma entrevista não deve ser lida como contradição. Trata-se da compreensão das políticas arquivísticas como transversais, além do fato de os arquivos terem a natureza de objetos ou instituições híbridas.

⁴⁰ A identificação refere o número da entrevista (E) realizada, que permite identificar os entrevistados, e o número do documento (D) inserido no projeto do Atlas TI. Há divergências, uma vez que uma das entrevistas foi realizada com representante do setor de Arquivos em momento prévio à existência do Colegiado (E05), e por uma das entrevistas não ter sido transcrita (E06).

6.2 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E O LEGADO DO CSA

Sobre as expectativas que os membros tinham à época com a participação no CSA, destacaram-se as seguintes: a) desafio de criar o plano setorial (E01; D1); b) metas audaciosas, linhas de fomento para arquivos públicos, privados, centros de documentação e pontos de cultura (E08; D6); c) ampliar a preocupação com os arquivos da região norte do País (E12; D10); a própria falta de expectativas, por terem ali iniciado o processo de compreensão do universo das políticas públicas de maneira geral (E13; D11). (APÊNDICE B - Relatório de Citações – Expectativas da época).

A participação no Colegiado Setorial de Arquivos foi descrita pela maior parte dos entrevistados como uma experiência positiva e marcante. Ela pode ser reconhecida como um processo de empoderamento, conforme descrito por Kleba e Wendausen (2009), cujos indícios foram encontrados, em seus diversos níveis, na maior parte das entrevistas realizadas, conforme descrição apresentada no Quadro 20.

Quadro 20 - Enumeração – Presença de indícios de empoderamento nas transcrições de entrevistas

Código do entrevistado	Empoderamento Grupal	Empoderamento Individual	Empoderamento Político	Totais
E01	0	0	0	0
E02	0	1	1	2
E03	1	0	0	1
E04	0	1	0	1
E07	0	1	0	1
E08	0	2	0	2
E09	0	0	1	1
E10	2	1	1	4
E11	0	0	0	0
E12	0	1	0	1
E13	0	2	1	3
Totais	3	9	4	16

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Nesse sentido, reconhecer a participação no CSA como um processo de empoderamento fortalece a afirmação, defendida na seção anterior, de que tal movimento não se tratou apenas de sociedade civil manufaturada, no sentido proposto por Hodgson (2004). Por mais que tenha havido o incentivo do estado na construção de um espaço representativo, as pessoas que dele participaram tinham, efetivamente, envolvimento com as causas do setor. Além disso, pelo menos no caso dos entrevistados, todos continuaram envolvidos com a causa dos arquivos.

Abaixo, destacam-se algumas citações que remetem ao empoderamento individual dos participantes do CSA entrevistados.

E o terceiro, que eu acho que é comum a cada pessoa que participa do colegiado é também adquirir experiência, que [00:19:14] nessa aquisição de experiência eu acabei tendo uma quarta ideia, no momento que a gente estava lá participando das setoriais. Então, a gente fazia muita interação com outras setoriais. (E02; D2).

Nessa parte que tem a ver mais com a questão política arquivologia, menos técnica e mais política, de entender todos os assuntos que perpassam, que necessitam da política para você poder no final das contas, no fazer arquivístico, sim. Foi um momento bastante rico, porque ali você aprende a negociar, aprende a escutar mais, aprende a bater o pé e afirmar a sua posição porque ela está se mostrando mais sólida, enfim. Nesse sentido foi uma formação bastante rica. (E04; D4).

Pessoal, para mim, foi fantástico. Para mim, foi uma experiência muito importante. Tanto Colegiado, o diálogo que eu tive com os meus pares, com os meus colegas, quanto no [cenário] do CNPC, nesse nível maior de política pública e tal. (E08; D6).

Menina, tinham coisas que eu não entendia daquelas discussões lá, porque a área de Arquivo não abarca só a minha parte, história. Abarca a gestão, a segurança. Então, eu achei muito importante essas questões de segurança, de preservação da documentação digital. Isso, para mim, foi muito importante conhecer porque permitiu que a gente aplicasse esses conhecimentos aqui. (E; D 10).

Por sua vez, o empoderamento grupal se mostrou nas seguintes citações:

A gente foi criar Associação dos arquivistas do Estado [**estado**]. A partir daí a gente viu a importância por não ter um sindicato de criar também nossas representações principalmente junto aos conselhos municipais de Cultura. Então a associação participou com representação no Conselho Estadual de Cultura, no qual fui representante na Câmara técnica de patrimônios arquitetônicos, bens imóveis e acervos. Aí fizemos parte também, não só eu lógico, que outros representantes também fazendo parte da diretoria ou parte do grupo como membro da associação fizemos parte do Conselho Municipal de Cultura de [**cidade**], Conselho Municipal de Cultura de [**cidade**], que é da região metropolitana, ..., em [**cidade**] chegamos a concorrer, mas não foi para frente o conselho lá. E aí a gente começou a participar E pensar na importância como representação profissional de dar voz ao arquivo dentro dessas instituições de Cultura, o que era o órgão mais natural ali mais próximo das instituições. (E03; D3).

A gente foi construindo um laço, assim, de cooperação profissional até culminar na [**associação**]. A [**associação**] foi a mola propulsora, vamos dizer, da minha participação no Colegiado de Arquivos que acho que, em dois mil e dez ou onze, tem uma Conferência [...]. Claro que hoje eu ainda sou aproximado da área, sou vinculado a [**associação**], trabalho com projetos de consultoria, projetos de organização, e também milito por uma Arquivologia dentro aqui do estado com mais força, mais representativa. Então a minha aproximação se dá até hoje. Não morreu, não. Sou membro da [**associação**] ainda, da diretoria da [**associação**]. (E10; D8).

Acerca do empoderamento político, há uma narrativa que relata a participação dentro de um grupo maior, o CNPC, e interações interessantes com outros grupos sociais e profissionais, em que o entrevistado teve a oportunidade de explicar a importância dos arquivos.

Mas eles tinham uma espécie de dúvida em comum, né? Mas arquivo, por que arquivo e cultura? Então eu tive um esforço local, eu tive reuniões locais aqui dos eleitos antes de viajar, né, para a gente montar uma estratégia para gente participar [00:20:14] das eleições e tentar tirar o máximo proveito, e tentar também ser eleito. Então a gente teve uma conversa, trocou algumas experiências. E aí a gente discutiu isso aqui, fui mostrando o que era Arquivologia, como é que ela poderia interagir com as outras setoriais, e acabei tendo a surpresa de, ao chegar em Brasília, encontrar outras pessoas de outros estados, de outras setoriais também com a mesma dúvida. Uma que ficou bem latente pra mim foi do pessoal da Arquitetura, numa conversa que eu tive num van. Ele perguntou bem seco: mas o que é que arquivo tem a ver com cultura? Aí como eu já tinha o discurso na ponta da língua, fui falando sobre a questão dos arquivos, a importância dos arquivos e da documentação. O legado histórico que é trazido pela documentação que é preservada, os estudos sobre documentação etc. [00:21:16] E fiz crer, pra ele, que todo trabalho, até fazendo uma relação com o momento que a gente está vivendo, todas as setoriais que trabalham aqui elas sempre vão deixar um legado que está dentro de documentação. E aí é que tá o nosso papel. (E02; D2).

O empoderamento político também pode ser percebido na fala seguinte, que destaca o papel da mobilização e a visibilidade que o setor conseguiu alcançar. Além disso, destaca o produto, que é o Plano Setorial de Arquivos, mas também o processo de construção coletivo e sua diversidade.

Eu acho que, politicamente, o processo foi muito importante para gente, para os Arquivos, sabe? A gente estava muito afastada da cultura. A cultura não passava por Arquivo. Então eu acho que a gente conseguiu sacudir uma poeira também muito grande. A gente conseguiu ser vista. A gente não era vista. A gente conseguiu fala, a gente não tinha voz. Sabe? Não sei, acho que foi um processo muito rico, muito importante. Eu acho que o grande produto que a gente deixa é o Plano Setorial. O grande produto, a grande obra é o Plano Setorial. Agora, eu acho que todo o processo é um processo rico, porque a gente consegue fazer todo esse trabalho com pessoas com formações distintas, com pessoas em regiões distintas, com idades distintas. Tudo diferente. E saiu um trabalho realmente muito bom e que a gente reza para que não se perca. (E09; D7).

Conforme descrito por Kleba e Wendausen (2009), o empoderamento é um fenômeno que envolve processo e produto de maneira dinâmica e inter-relacional. No caso dos entrevistados, foi possível perceber a necessidade de empoderamento para encarar a candidatura, compor um colegiado e interagir de maneira a representar adequadamente o setor. Além disso, participar do Colegiado também representou uma experiência que trouxe benefícios para a formação profissional e política dos entrevistados.

A representatividade do processo e a questão da democratização das discussões também foi destacada, reconhecendo a necessidade de uma escuta coletiva e da presença da sociedade civil organizada para o desenvolvimento de políticas culturais, conforme apontam as entrevistas apresentadas a seguir:

Acho que essa coletividade foi muito saudável para isso, para a gente pensar junto.

Espera aí, você está esquecendo isso, está esquecendo aquilo. Acho que esse trabalho de representação, de conselho, se a gente quer fazer realmente uma política pública voltada para o coletivo, ele é assim, essencial. Acho que se um governante que não quer isso ele realmente não está de acordo com uma sociedade realmente voltada para o coletivo, voltada para essa perspectiva de uma construção pensando numa integridade, numa questão transformadora da cultura. Por que o que é cultura? Cultura é algo que leva ao entendimento de pertencimento. (00:36:57) Se ela não faz isso, e o indivíduo não se sente parte daquela história, não se entende como agente transformador da sua própria realidade, a cultura é inútil. Não tem nem porque existir. (E03; D3).

[...] É uma pena que os governantes mais recentes tenham entendido que aquilo ali não era importante. Tem um optado efeito a reformulação que fizeram extinguindo os colegiados, extinguindo basicamente a participação da população, da sociedade civil nesse processo, pelo menos da sociedade civil como era entendida antes, né. Para você ter uma ideia a representação da sociedade civil nos conselhos e tal. Mas antes era uma população, era uma participação da sociedade civil, né, mais... Como que eu posso dizer? O cidadão estava ali presente. Era isso, era a participação do Cidadão. Cidadão obviamente que tinha relacionamento com a área, mas que estava ali propondo políticas culturais para área de arquivo, o que para mim, na minha opinião, é bastante rico. Uma pena que tenha sido extinto. (E04; D4).

Mas, assim, o principal acho que do [inint] [00:15:02], aí de uma maneira geral, específica para arquivo, mas geral também, é essa coisa de convocar essa coisa [inint] [00:15:09]. Convocar a sociedade civil, convocar os interessados para debater as questões para poder fundamentar para fazer essas análises, a execução, [inint] [00:15:21] [...]. Participativa direta e tal, aquela coisa dos Conselhos Nacionais que depois foi abortada pelo Congresso numa forma tão brutal. Foi uma coisa que estava engatinhando em todos os âmbitos, inclusive nesse da Cultura, e que deveria ter sido mais fortalecida, mais explorada, mas que, infelizmente, foi meio que... decepado na raiz. É isso. (E08; D6).

Dificuldades da participação democrática também foram citadas, como a questão da morosidade das discussões até que decisões sejam tomadas nesse tipo de espaço. Mas há, também, o reconhecimento da necessidade de naturalização desse tipo de situação, porque isso enriquece a tomada de decisões.

E, assim, achava que talvez a soma com o PT [inint] [00:26:00] as políticas públicas, participação cidadã, elas, muitas vezes, traduzem na mente de um cidadão, às vezes, que tem ânsia pela participação [inint] [00:26:14] na vida cultural [inint] [00:26:16] que traduz, muitas vezes, como [imbróglia]. Aí fica: “Ah, vai demorar demais” [...]. É isso, ao mesmo tempo que é uma riqueza, é também uma problemática em termos de críticas de fato, para você traduzir isso. É muito difícil. (E10; D8).

[...] O importante ali é que a gente tinha espaço e a gente precisava debater aquilo naquele momento. Agora, se a gente quer discutir algo que é um pouco mais visceral... a gente sabe o quanto é difícil que são essas oportunidades no Arquivo, enfim. E olha a quanto estamos hoje, dois mil e vinte, nesse Governo. A quais passos estamos. Então estávamos no céu, discutindo e debatendo. Então se a gente valorizar esses espaços de debates onde a gente tem essa possibilidade de estar com os nossos colegas, estar com os ossos pares e pensar algo que é para desenvolver [...]. E aí eu acho que, mas são debates, assim, que são... não vou dizer que são construtivos. Eu acho que eles precisam ser naturalizados. Eu naturalizaria, entendeu? Não digo que são polarizações, não diria isso. Eu acho que são debates que enquanto sociedade organizada isso vai existir em qualquer movimento. Em movimento [inint] [00:16:58],

em movimento radical isso vai acontecer. Onde a sociedade organizada está e tem noções, percepções diferentes, isso vai acontecer. (E13; D11).

Ainda assim, a desconfiança relativa do processo, bem como desencantamento surgido com o desmonte de toda a estrutura que sustentava o Colegiado Setorial de Arquivos também foram identificados. Na seguinte fala descreve-se a frustração, tanto acerca do alcance das discussões e propostas do Colegiado Setorial de Arquivo quanto das relações com as estruturas de políticas arquivísticas específicas.

É muito bom trabalho. Vai lá e continua. Eu não posso te ajudar, [inint] [00:14:10], mas, infelizmente, [inint] [00:14:15]”. Então, assim, o que eu posso dizer é que muito glamour e pouca grana. São muitos debates muito interessantes de contato com alguns Ministros, questões de outras áreas, superbacana, mas o resultado prático foi bem aquém da [inint] [00:14:42] que a gente tinha realmente. [Bem de política pública] aprender... não [inint] [00:14:51], mas aprender como ela é feita, como ela é lenta, como... enfim. [...]. Parece que essa ideia era vinda do Ministério da Cultura, mas não tinha muito eco no âmbito do Arquivo, porque [inint] [00:29:07]. O Conarq não deu [nenhum]. E, assim, a gente falava no Plano sobre integrar a política, integrar os elementos do Sinarc, elementos do Sistema Nacional de Cultura. Mas o Sinarc [teve] uma coisa muito abstrata. Acho que relacionada... aquilo é uma ideia na cabeça sem [inint] [00:29:42]. E as instâncias arquivísticas olhavam com muito pouco carinho para a [inint] [00:29:58], [...]. Mas, assim, éramos um grupo de pessoas interessadas, membros da sociedade civil, sem condição de fazer por nós mesmos. A gente só podia fazer o que a gente faz. Falar, emitir notas, convidar. Por isso que teve pouco eco lá. Inclusive, teve pouco eco no Ministério da Cultura também. O Ministério de Cultura tem dificuldade de [inint] [00:32:38] nossas coisas, não tem sempre dado espaço que a gente gostaria para, por exemplo, chamada pública de [inint] [00:32:50] de Arquivo. O Ministério da Cultura também financiava aquela história, mas não dava muito, muito apoio de fato, sabe? (E08; D6).

Foi possível compreender que a instabilidade causada pelo processo de impeachment interferiu na finalização da construção do Plano Setorial de Arquivos, especialmente quando a segunda formação do colegiado tomava posse, como pode ser visto na citação a seguir:

O que nós encontramos lá foi um ambiente assim meio de pressão, porque nós fomos empossados em maio e quem fez nossa posse foi o ministro da cultura na época, que era o Juca Ferreira, inclusive é um baiano, que sucedeu ao Gilberto Gil. E o Juca, ele fez a posse de todos os conselhos de Cultura, de todas as setoriais, mesmo assim com tom de despedida. Acho que ele já tinha recebido o aviso que ele ia sair. Mas ele deixou um legado, ele deixou todos empossados, ele tem um material que ele produziu de orientação, porque a ideia do Juca, na época, era que os conselhos setoriais eles fossem atemporais a qualquer regime político, [inaudível, incompreensível] [00:07:09] A não ser que o próprio Ministério fosse desmontado, o que acabou acontecendo. (E02; D2).

Em duas falas ocorreram relatos sobre a última semana de participação no Colegiado Setorial de Arquivos, quando da instauração do processo de impedimento de Dilma Rousseff.

Nas últimas reuniões nossas, quando a gente estava ali até afinando, estava o impeachment de Dilma. Aquela loucura. E a gente em Brasília. E não podíamos participar de nada, havia aquela história de que como a gente tinha recebido diária,

passagem, que iam fotografar a gente, que iam... então havia um clima de terrorismo. Então, assim, as coisas rolando e a gente lá dentro escrevendo o Plano Setorial de Arquivo. Uma loucura, uma loucura, muita loucura mesmo, assim. E a última reunião [não] estava lá, [inint] [00:13:56] na última reunião que teve. (E11; D9).

Foi justamente da semana do Golpe. E eu acho que isso foi muito forte, assim, porque a gente viu que aquilo tudo podia cair por terra, aquilo tudo que a gente estava construindo. E aí a gente se forçou, na verdade, um movimento para a gente conseguir aprovar o Plano, porque é um Plano muito discutido, muito debatido, muito no diálogo, muito na contribuição, muito na participação mesmo, sabe? Então acho que isso... quando a gente viu que... aí aconteceu, inclusive, do próprio Ministério da Cultura ser extinguido naquele primeiro momento. (E13; D11)

Com o processo de impeachment em andamento, a presidenta foi afastada. Enquanto isso, houve uma primeira extinção do Ministério da Cultura, que provocou a mobilização social fazendo com que ele fosse refundado dias depois. Entretanto, a pasta não voltou a retomar o projeto de estruturação que estava em andamento. Corrobora esse contexto a seguinte narrativa de um dos entrevistados:

Já teve depois do impeachment da Dilma um outro que demonstrou claramente que a participação popular não era importante, não extinguiu logo de cara, mas também enfraqueceu ao máximo... Não fazia as reuniões que estavam previstas, quando fazia não era aquela reunião presencial lá em Brasília, era uma coisa mais dispersa. Enfim... Tanto o CNPC quanto os colegiados vieram sofrendo enfraquecimento gradativo, até o ponto em que agora os colegiados foram extintos, continua existindo o conselho nacional de políticas culturais, mas é um 'conselhão', uma coisa completamente diferente do que era (E04; D4).

Em todas as entrevistas ficou claro o valor atribuído à relevância do Plano Setorial de Arquivos, e do legado que a experiência deixa para o setor de arquivos e a sociedade civil organizada em torno deles.

Era uma possibilidade que foi dada. Não podemos negar isso. Foi uma possibilidade que foi dada. Então, a participação de um Colegiado de Arquivos na Cultura, ela não foi efetivada em termos de políticas públicas da forma que a gente queria. [...]. O legado que fica é isso que eu falei lá no início da conversa. Foi constada a necessidade de benefícios e proveitos para o cidadão brasileiro possa exercer na sua participação cidadã, da cidadania. Isso [inint] [00:28:51]. E que isso [inint] [00:28:56], de fato, isso está contemplado nas políticas públicas [inint] [00:29:00], mas que, infelizmente, não se perpetuou. Então o legado que fica é a memória, [inint] [00:29:10] possa ser retomada. Sim, com melhorias, sim. Com aperfeiçoamento da máquina, óbvio, mas dentro dessa perspectiva [inint] [00:29:25] até hoje, o legado que fica é que precisamos conversar e efetivar um Plano de participação do Arquivo na cultura. Ponto. Ah, se isso vai acontecer em breve, [inint] [00:29:41] ou a longo prazo, aí eu não sei, mas precisamos [fazer]. (E; D8).

Ainda que se reconheça, como nas falas a seguir, que as metas não fossem facilmente realizáveis, o instrumento é modelar em seu processo de construção e resultado.

No início, a gente tinha algumas metas, assim, algumas ideias muito audaciosas. A gente queria produzir o Plano, que a gente conseguiu. (E08; D6).

Já [dava] no Plano Setorial que eu considero um dos melhores documentos sobre Arquivo. Acho que o Arquivo Nacional nunca fez [isso daí]. Eu achei muito bacana. Mas, assim, havia coisas ali que eu achava que era irrealizáveis. (E11; D9).

Acerca das expectativas de futuro, cabe considerar que as entrevistas foram realizadas em meio à pandemia do novo Coronavírus, durante o ano de 2020. Assim, a incerteza do momento, unida à conjuntura política, com um governo que não manifesta grandes interesses no campo cultural, dá o tom da maioria das respostas ao questionamento sobre o porvir. A inexistência de um ministério, a reorganização do CNPC e a extinção dos colegiados afeta tais perspectivas de futuro.

[...] Eu vejo que se a gente não retornar a ter a estrutura de conselhos como existiu até 2017, a gente vai acabar perdendo esse fio da meada. Que vai ser difícil introduzir pontos importantes desse plano em discussões com outras setoriais, já com demandas exclusivas deles. A gente encontrar um ponto em que possa colocar e ficar meio que solto [sobre a nova configuração do CNPC]. Acho que o ideal seria que a gente lutasse para que a setorial de arquivos voltasse. Acredito que na estrutura governamental que a gente tem hoje isso é praticamente impossível. Teria que vir uma nova ordem para a gente poder retomar isso. (E02; D2).

Sinceramente depois dessa reorganização acho que a gente vai ter muita dificuldade de retomar as coisas, a não ser que mais para a frente a gente tenha um governo que entenda a importância dessa participação mais direta da população que está ligada à área de arquivos. Em relação a isso sou muito pessimista no curto prazo. (E04; D4).

Acho que a política nacional em nível federal é muito confusa. Quem disser que sabe o que vai acontecer amanhã está mentindo, ninguém sabe o futuro. É muito difícil. Não dá para ter uma previsão de duas horas. E isso, ao mesmo tempo, é ruim, é muito mais ruim do que bom. Tem um aspecto até bom que é... eu acho que o Arquivo, essas áreas da [inint] [00:36:35] cultural, elas têm zero prioridade dos atuais governantes. Eu falo zero prioridade, pode ser muito ninguém vai investir, ninguém vai não sei o quê. Mas, ao mesmo tempo, zero prioridade significa pouca intervenção. Significa pouca intervenção negativa. Agora, para voltar a um nível de debate, de discussão que seja interessante e tal é muito [inint] [00:37:11], porque as estruturas foram destruídas, não tem mais Ministério da Cultura. (E08; D6).

Ainda assim, é imprescindível destacar uma fala que representa um olhar realista em relação às possibilidades atuais, mas positivo no sentido de incentivo à discussão e reconstrução do que se iniciou com a mobilização do setor de arquivos no *policy domain* da cultura:

Em um futuro a curto prazo, nada. Em um futuro médio e longo prazo, que a gente retome isso que a gente retome esse trabalho, não daquele ponto, porque nunca será daquele ponto, mas que a gente retome e que a gente construa o empoderamento dos Arquivos. Eu acho que... uma vez até falei para um político isso. Eu falei assim: “As pessoas não entendem a transversalidade dos Arquivos e, portanto, o poder que os Arquivos têm na sua transversalidade”, porque realmente... então, a curto prazo, eu não espero nada. A médio e a longo prazo, que a gente retome o trabalho que a gente estava construindo, que os Arquivos se emponderem, que os profissionais se dediquem cada vez mais. Que a gente consiga orçamento, consiga dinheiro, porque só

com boa vontade a gente não faz nada. Com boa vontade a gente não faz nada. E tudo passe visibilidade. Pela visibilidade e pela eficiência também. E pela qualidade do serviço que você oferece. (E09; D7).

Durante a realização das entrevistas foi possível entrever que não havia uma posição clara sobre a relação entre políticas públicas de arquivo e cultura: o processo identificava a necessidade de transversalidade, ainda que ela fosse lida de formas distintas entre os entrevistados. A diversidade encontrada nas entrevistas dos participantes da pesquisa informa as diversas concepções sobre os arquivos e suas dimensões de cultura, informação e gestão, sobre falsas dicotomias e limites político-institucionais. Todos esses temas compensam ser lembrados quando novas oportunidades de construção de políticas públicas relacionados ao subsistema político arquivístico surgirem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi compreender como se deu a relação entre as políticas públicas de arquivo e de cultura na atuação do Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Políticas Culturais, que construiu o Plano Setorial de Arquivos, entre os anos de 2012 e 2017, e foi extinto com a reorganização do conselho, ocorrida em 2020. Os objetivos específicos foram: analisar o processo de criação e atuação do colegiado e identificar a compreensão dos membros do CSA sobre os arquivos no universo da cultura. A coleta de dados constituiu-se de levantamento documental e entrevistas.

Para atingir o primeiro objetivo específico foi proposta análise de políticas públicas, por meio de um arranjo denominado COQ3, que incluiu categorias de análise associada aos elementos básicos para descrição de um fenômeno de políticas públicas: como, onde, que, quem e quando.

Os resultados da análise de políticas públicas permitiram compreender os elementos básicos do fenômeno, por meio da metodologia do COQ3, que além de mediar a análise permitiu organizar a narrativa e os resultados. Verificou-se que o fenômeno de políticas públicas pôde ser caracterizado como uma *punctuation* (*Como*), com possibilidades de incrementalismo, uma vez que o Sistema Nacional de Cultura, mais um elemento que compunha o universo em que o CSA se desenvolveu, foi constitucionalizado. Nesse sentido, ainda que tenha ocorrido um desmonte das estruturas institucionais para a cultura em nível federal, a constitucionalização proveu sobrevida ao projeto cultural em questão, permitindo que ainda seja possível, embora sem grandes incentivos federais, que possa continuar sendo desenvolvido pelos demais entes federados. Embora o CSA do CNPC não mais exista, ainda existem possibilidades para que os arquivos integrem os conselhos estaduais e municipais.

O contexto (*Onde*) é explicado pelo modelo de estado neodesenvolvimentista que ocorria no período dos governos petistas no Executivo Federal do Brasil, que por meio de certo equilíbrio entre sistema de governo e sistema econômico, permitiu maior participação social da sociedade, confirmando sua caracterização como *punctuation* no quesito anterior. A política envolvida foi de tipo regulatório, cujos instrumentos (Plano Nacional de Cultura e Plano Setorial de Arquivos) foram classificados como embasados em acordos (*Que*), considerando o processo de construção coletiva entre governo e sociedade civil organizada. Os planos representam o registro dos desejos da sociedade, tendo o governo, além de participação de sua construção, se comprometido, ao promover e sustentar todo o arcabouço de constituição de políticas públicas, a colocar em prática os conteúdos ali presentes.

Essa pactuação social é o grande legado do Colegiado Setorial de Arquivos e dos demais colegiados que compunham, então, o CNPC. Nesse sentido, a representatividade dos participantes é um elemento importante a considerar. Embora a primeira formação do colegiado tenha tido problemas para completar todas as vagas pertinentes à sociedade civil, e tenha havido certo desequilíbrio representacional por região brasileira, a discrepância parece ter sido corrigida na segunda formação do grupo. O perfil do grupo de participantes da sociedade civil demonstra, ainda, que a maioria era graduada em Arquivologia ou História. A formação dos participantes nos permite subentender que estavam a par, além, das questões políticas, das questões teóricas que envolvem os arquivos. Por sua vez, entre os atores políticos representantes do governo, destacou-se a Fundação Casa de Rui Barbosa, que atuou no fenômeno desde a organização da Pré-Conferência Setorial de Arquivos, em 2010, e conduziu a coordenação do CSA até sua extinção (*Quem*).

Em relação ao ciclo de políticas públicas (*Quando*), entende-se que tanto no Conselho Nacional de Política Cultural quanto no Colegiado Setorial de Arquivos estava presumido o papel de captação de demandas e formulação de políticas públicas. No que se refere ao CSA, a análise de suas competências também demonstrou que o acompanhamento, o incentivo, a divulgação de iniciativas e a avaliação das metas e resultados propostos no plano setorial estavam presentes. Ou seja, se continuado, o colegiado tinha potencial de atuar na maior parte das fases do ciclo de políticas públicas, excetuando-se a tomada de decisão e a implementação de fato.

A análise de conteúdo, voltada ao atingimento do segundo objetivo específico, evidenciou nas falas de uma amostra, resultado de conveniência, de compreensões sobre arquivos enquanto aparelhos culturais, enquanto estruturas próprias de gestão, arquivos como patrimônio cultural e arquivos enquanto fonte de informação científica, além de perspectivas integradoras que entendiam a atuação do Colegiado Setorial como naturalmente complementar ao suporte oferecido pelas estruturas de políticas públicas arquivísticas específicas. A diversidade de concepções sobre os arquivos, muitas vezes na mesma entrevista, não constitui contradição, refletindo a transversalidade dos arquivos como objetos e instituições multidimensionais.

Foi ainda constatado o empoderamento individual, grupal e político nas falas dos entrevistados. Partindo do empoderamento como um fenômeno complexo, processo e produto simultâneos, pode-se afirmar que o Plano Setorial de Arquivos foi construído por pessoas empoderadas, que também se empoderaram no mesmo processo de construção.

A primeira versão da pergunta de pesquisa, colocada no projeto de pesquisa apresentado para a seleção ao doutorado, era direcionada à relação entre políticas públicas de arquivo e patrimônio cultural. Pensava-se, então, que a resposta seria obtida através da compreensão conceitual da sentença: política pública, política de arquivo, patrimônio cultural. Esse movimento de aprendizagem foi importante, porque permitiu compreender que as políticas públicas de patrimônio são um subtipo de políticas culturais, as quais cobrem um apanhado de outros subtipos. Também foi importante entender as políticas arquivísticas como um tipo de política de informação, devido à natureza dos objetos que elas cobrem. No entanto, as definições conceituais não são suficientes para que elas se relacionem e permitam resultados tangíveis na vida social. Quanto mais a pesquisa foi avançando, mais pôde ser percebido que os significantes conceituais são insuficientes, porque eles precisam ser autenticados nas relações políticas.

Assim, considera-se que foi possível compreender a relação entre as políticas públicas de arquivo e de cultura na atuação do Colegiado Setorial de Arquivos: pessoas empoderadas do setor de arquivos se colocaram à disposição para construir um plano de objetivos e metas. A estratégia do governo federal era estruturar um ambiente de criação e acompanhamento de políticas públicas que, no caso dos arquivos, apresentava certa desvantagem em não ter sua principal instituição, o Arquivo Nacional, colocada no mesmo ministério. No entanto, o Colegiado setorial construiu o Plano Setorial de Arquivos apropriado do aporte das políticas arquivísticas específicas, bem como de demandas já levantadas anteriormente na I CNARQ. As tentativas de integração são evidentes nos seus ofícios e moções, incluindo, ainda uma política de informação.

O apoio do MinC, no entanto, não foi forte o suficiente para que se desenvolvessem, de fato, linhas de financiamento específicos para arquivos. É necessário, também, considerar que o Plano Setorial só ficou pronto quando o governo petista já declinava, e com ele, as apostas na promoção de políticas culturais. O legado, no entanto, está expresso no seu processo, e no conteúdo do Plano: um instrumento inédito no contexto brasileiro voltado aos arquivos.

As análises partiram do pressuposto de que o Colegiado Setorial de Arquivos fez parte de um fenômeno de políticas públicas, dentro do subsistema político arquivístico amplo, no *policy domain* da cultura. Isso significa que os conceitos do campo de análise de políticas públicas, para além da metodologia, foram incorporados na construção do objeto de pesquisa. Tal construção, permitiria, por exemplo, abordar outras relações entre o conteúdo das políticas, atores e estruturas, em outros *policy domains*. Embora suficiente aos fins da pesquisa, o conceito de subsistema político arquivístico amplo pôde ser mais bem desenvolvido, utilizando

o vasto referencial relacionado aos subsistemas de maneira geral no campo de Políticas Públicas e da Ciência Política. Como exemplo, um conteúdo que ficou fora desta análise foi aquele relacionado às políticas de memória, que surgiram como proposta de criação de memorial partida do CSA.

Nesta pesquisa não se realizou um estudo do *policy making*, mas uma visão geral do subsistema para embasar a descrição de um fenômeno político arquivístico e cultural. Estudos históricos, antropológicos e sociológicos que complementem uma análise de políticas públicas dentro do subsistema político também são necessários para compreender todo o subsistema, como colocaram Capella e Brasil (2015).

Além de aprofundamento da concepção de subsistema arquivístico amplo, outras concepções podem ser incorporadas nessa espécie de agenda de pesquisa, derivada de questões que foram surgindo ao longo da escrita da tese:

- a) Relacionamento do subsistema arquivístico amplo com outros subsistemas políticos, especialmente os relacionados ao campo da informação – bibliotecas e museus.
- b) Diante da constitucionalização do SNC, pesquisar qual seria a relação ótima e a possível entre SNC e SINAR. Dentro dessa perspectiva, levantar que espaço o setor de arquivos tem ocupado nos sistemas estaduais e municipais de cultura, como se refletem nos conselhos e planos. Verificar se as instituições arquivísticas perdem, de fato, autonomia quando em estruturas de cultura.
- c) Para além do COQ3: existem outras estratégias de análise de políticas públicas. Uma delas que se apresentou bastante interessante é a de tipo *ex-ante*⁴¹ (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). Ela permitiria considerar os custos e benefícios em longo prazo de uma política pública arquivística, seja em seu nível municipal, estadual ou federal.

Espera-se, com a pesquisa, ter conseguido registrar a existência do Colegiado Setorial de Arquivos, bem como as prospecções e propostas de agregação do subsistema político no qual emergiu, que é transversal por excelência. Que o ideal de integração de todas as facetas que envolvem os arquivos não seja esquecido, e que suas estratégias e metas possam servir de exemplo, tanto nos aspectos técnicos levados em consideração para a construção de metas e indicadores quanto pelo aspecto político de representatividade e participação política. O CSA

⁴¹ A avaliação *ex-ante* é aplicável a *policies* em processo de formulação e implementação, e permite detectar se os recursos estão sendo aplicados de forma a resolver, de fato, o problema político que proporcionou a solução proposta (BRASIL, 2018). Como se aplica a *policy*, não se adequava à complexidade do fenômeno aqui observado.

foi espaço e produto do empoderamento político do setor de arquivos. Este trabalho, talvez, também possa ser.

Finalmente, destaca-se o processo de aprendizagem sobre os arquivos, o que são, sua importância e necessidade de valorização. A pesquisa trouxe a possibilidade de entrar em contato com pessoas extraordinárias, de diversas regiões do País, com experiências diversas, que generosamente ofereceram seu tempo e reflexões, às quais, se agradece imensamente.

REFERÊNCIAS

- ALLEM, A. C. Termos e definições críticos em planejamento. **Revista de Administração Pública**, v. 33, n. 5, p. 143-152, 1999. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/7629/6156>. Acesso em: 16 set. 2020.
- ANTUNES, J. Jaime Antunes e Governança do Arquivo Nacional: 51 nos de vida em comum: entrevista com Jaime Antunes. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano II, n. 7, p. 12-23, out. 2018. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/07/pdf/Revista_do_Arquivo_7_-_Dossie_-_Entrevista_-_Jaime_Antunes.pdf. Acesso em:
- ARAÚJO, C. A. A. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2014.
- ARAÚJO, L.; RODRIGUES, M. L. Modelos de análise de políticas públicas. **Sociologia: Problemas e Prática**, n. 83, p. 11-35, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/2662>. Acesso em: 15 out. 2020.
- ARAÚJO, G. S. Liberalismo/Neoliberalismo. *In*: DI GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A. **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2018. p. 516-525.
- ARBOLEYA, A. Agência e estrutura em Bourdieu e Giddens pela superação da antinomia “objetivismo-subjetivismo”. **Sociologia Plurais**, v. 1, n. 1, fev. 2013. ISSN 2316-9249. DOI <http://dx.doi.org/10.5380/scplpr.v1i1.64705>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/download/64705/37636>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Diretório Brasil de Arquivos. **Registro de autoridade: Associação dos Arquivistas Brasileiros**. 2020. Disponível em <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/associacao-dos-arquivistas-brasileiros>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório de Gestão (1980-1984)**. Brasília: Arquivo Nacional, 1985. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/Relatorio_de_gestao/1980_1984.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.
- ARREGUY, C., VENÂNCIO, R. Políticas públicas e legislação arquivística no Brasil. Rio de Janeiro, **Informação Arquivística**. v. 6, n. 2, p. 5-33, jul./dez., 2017. Disponível em:

<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/207/113>. Acesso em: 02 fev. 2020.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

ATLAS.TI. **Atlas.ti qualitative data analysis**. 2019. Disponível em: <https://atlasti.com/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

AVRITZER, L. **Impasses da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 153 p.

BARBALHO, A. “Acho que o que eu peguei foi uma coisa meio fora do normal”: mobilização e crise na gestão Ana de Hollanda. *In*: CALABRE, L.; LIMA, D. R. (org.). **Políticas culturais: conjunturas e territorialidades** [recurso eletrônico]. Tradução de Marisa Shirasuna; revisão de Karina Hembra; textos de Ana Rosas Mantecon *et al.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: http://of.org.br/wp-content/uploads/2017/06/IC-POLCULTURAIIS_vol3_ONLINE_AF-2.pdf. Acesso em: 19 out. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASTARDIS, J. **O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no IPHAN**. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dissertacao_Jean_Bastardis.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do Governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, Rio de Janeiro, maio/ago. 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/198055272129>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BEM, R. M.; COELHO, C. C. de S. R. Metodologias, modelos conceituais e frameworks: uma análise da implementação da gestão do conhecimento em bibliotecas. **Int. J. Knowl. Eng. Manag.**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 144-173, mar./jun. 2014. ISSN 2316-6517. Disponível em: <https://cutt.ly/YxgFjtt>. Acesso em: 2ª nov. 2020.

BIRKLAND, T. A. **An introduction to the policy process: theories, concepts, and models of public policy making**. 2. ed. Nova York: ME Sharpe, 2005.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política – Volume I**. Brasília: UNB, 1998.

BOITO JR, A.; BERRINGER, T. Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n47/04.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRAMAN, S. **The emergent global information policy regime**. Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2004.

BRAMAN, S. **Change of state: information, policy, and power**. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 5.520, de 24 de agosto de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília: Presidência da República, 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 9.891, de 27 de junho de 2019**. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural. Diário Oficial da União, ed. 123, seção 1, p. 25, 28 jun. 2019. 2019d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-9.891-de-27-de-junho-de-2019-179415068>. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 10.148, de 02 de dezembro de 2019**. Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2019b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-10148-2-dezembro-2019-789496-publicacaooriginal-159531-pe.html>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei n. 74, de 21 de novembro de 1966**. Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. Disponível em: <https://cutt.ly/bxhqndz>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 526, de 1º de julho de 1938**. Institui o Conselho Nacional de Cultura. Disponível em: <https://cutt.ly/HxupIW2>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Governo Federal. Controladoria Geral da União. **O que é a iniciativa**. 11 dez. 2014. (atualizado em 17 jun. 2020). 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/o-que-e-a-iniciativa>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. **Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10378.htm. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.649, de 27 de maio de 1998**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <https://cutt.ly/8xhyf3n>. Acesso em: 12 maio 2020.

BRASIL. **Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12343.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Lei de Acesso à Informação (LAI). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 2011b. Disponível em: <https://cutt.ly/bxgDTza>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BRASIL. **Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. 2019c. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/Acesso/institucional/sumario/decretos/anexos/lei-no-13-844-de-18-de-junho-de-2019-1.pdf/view>. Acesso em: 07 mar. 2020.

BRASIL. **Medida provisória 726, de 12 de maio de 2016**. 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv726.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. **Medida provisória 728, de 23 de maio de 2016**. 2016b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv728.htm#:~:text=Revoga%20dispositivos%20da%20Medida%20Provis%C3%B3ria,Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico%20e%20Art%C3%ADstico%20Nacional. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória n. 2.045-2, de 28 de julho de 2000**. Reeditada pela MPv n. 2.045-3, de 2000. Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, suspende temporariamente o registro de arma de fogo, e dá outras providências. Disponível em: <https://cutt.ly/xxhU5ZO>. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Radiofusão**: apresentação. 09 jun. 2020a. (atualizado em 9 dez. 2020). Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/assuntos/radio-e-tv-aberta>. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Política Cultural (CNPc). **Ata da 14ª reunião ordinária do conselho nacional de política cultural, realizada nos dias 07 e 08 de junho de 2011**. 2011c. Disponível em: <http://cnpccultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2016/05/2011-Ata-14%C2%AA-Reuniao-Ord.-Plenario.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Política Cultural (CNPc). **Colegiado Setorial de Arquivos**. 2021. Disponível em: <http://arquivos.cnpccultura.gov.br/documentos/>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Política Cultural (CNPc). Colegiado Setorial de Arquivos. **Plano Setorial de Arquivos (2016-2026)**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2017/07/Vers%C3%A3o-Final-Aprovada-do-Plano-Setorial-de-Arquivos-maio-de-2016-1.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Política Cultural (CNPc). Colegiado Setorial de Arquivos. **Ofício n. 2**. 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B4F15q0n5V7nMTdnanZQNVJJOXzR4RGFhMFY3a1JLeVl3X1dz/edit>. Acesso em: 23 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Política Cultural (CNPc). **Moções**: Moção 6. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA, 2., mar. 2010, Brasília. 2010b. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Cultura_II/mocoes_2_conferencia_cultura.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Oficinas do Sistema Nacional de Cultura**. Organizado por Lia Calabre. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. Disponível em: http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/MinC-2006-Oficinas_do_sistema_nacional_de_cultura.pdf. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria n. 24, de 30 de maio de 2008**. Disponível em: <http://cnpccultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2019/08/PORTARIA-DE-30-DE-MAIO-DE-2008.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria n. 28, de 19 de março de 2010**. Regimento Interno CNPC. 2010c. Disponível em: <http://thacker.diraol.eng.br/mirrors/www.cultura.gov.br/cnpccultura/wp-content/uploads/2009/03/portaria-nc2ba-28-de-19032010-regimento-interno-cnpccultura.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria n. 35, de 23 de abril de 2013**. Torna pública a posse de representantes da sociedade civil no Colegiado Setorial de Arquivos. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B4F15q0n5V7ndjNyUWIUeGFft2s/edit>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria n. 51, de 2 de maio de 2012. Estabelece o processo eleitoral para os Colegiados Setoriais do Conselho Nacional de Política Cultural para o período de 2012 a 2014. **Diário Oficial da União**, seção 1, n. 85, 3 maio 2012. Disponível em: <https://cutt.ly/kxhLftz>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Articulação Institucional. Conselho Nacional de Política Cultural. Sistema Nacional de Cultura. **Estruturação, institucionalização e implementação do SNC**: Sistema Nacional de Cultura. Dez. 2011a. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/32/2018/04/Documento-B%C3%A1sico-do-SNC.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de articulação institucional. **Resolução SAI n. 8, de 25 de janeiro de 2010**. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=113939>. Acesso em: 26 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório da 1ª Conferência Nacional de Arquivos (CNARQ)**: Por uma política nacional de arquivos. Ministério da Justiça: Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Especial de Cultura. **Sistemas de Cultura**. 2021a. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/sistemas-de-cultura/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Especial de Cultura. Sistemas Nacional de Cultura. **Ver SNC**: Ver Sistema Nacional de Cultura. 2021b. Disponível em: <http://ver.snc.cultura.gov.br/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 219/2003**. Regulamenta o inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal, dispondo sobre prestação de informações detidas pelos órgãos da Administração Pública. Transformado na Lei Ordinária 12527/2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=105237>. Acesso em: 02 dez 2020

BRESSER-PEREIRA, L. C. Modelos de estado desenvolvimentista. **FGV, São Paulo School of Economics**, Working Paper 412, fev. 2016. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Texto-Discuss%C3%A3o/350-Modelos-Estado-Desenvovimentista-TD412.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CAIRNEY, P.; WEIBLE, C. Comparing and Contrasting Peter Hall's Paradigms and Ideas with the Advocacy Coalition Framework. *In*: HOGAN J.; HOWLETT, M. (ed.). **Policy paradigms in theory and practice**: discourses, ideas and anomalies in public policy dynamics. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 83-99,

CALABRE, L. **Políticas e Conselhos de Cultura no Brasil: 1967-1970**. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 4., 28-30 maio 2008, Salvador. Faculdade de Comunicação/UFBA, Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14416-02.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

CALABRE, L. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, n. 58, São Paulo, jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p137-156>. Acesso em: 19 jan. 2021

CALABRE, L. O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional dentro do contexto da construção das políticas públicas de cultura no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico**, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 35, 2017.

CALABRE, L. A cultura no âmbito federal: leis, programas e municipalização. 2011. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_LiaCalabre_A_cultura_no_ambito_federal.pdf. Acesso em 31 jan. 2021.

CANCLINI, N. G. O Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico**, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 23, 1994.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos Estudos 101**, mar. 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/nec/n101/0101-3300-nec-101-0057.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CARVALHO, J. M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados** [online], Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. DOI <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 12 fev. 2020.

CARVALHO, C. A. C.; SILVA, R. C. da; GUIMARÃES, R. G. Sistema Nacional de Cultura: a tradução do dinâmico e do formal nos municípios da região Sul. **CADERNOS EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, artigo 10, p. 665-686, dez. 2009. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5136>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERQUEIRA, G. da C. de. **A política nacional de arquivos públicos e privados sob a ótica de novos acontecimentos**: a I conferência nacional de arquivos e o plano nacional setorial de arquivos. 2018. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://ppgci.uff.br/dissertacoes/>. Acesso em: 31 jan. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). **Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos**. 2020. não paginado. Disponível em <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/cadastro-nacional-de-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos#:~:text=O%20CODEARQ%20tem%20como%20finalidade,institui%C3%A7%C3%A3o%20custodiadora%20de%20acervo%20arquiv%C3%ADstico>. Acesso em: 31 jan. 2021.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CORÁ, M. A. J. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1093-1112, set. 2014. ISSN 1982-3134. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/33331>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CORREIO BRAZILIENSE. **Arquivo Nacional volta a ser subordinado ao Ministério da Justiça. Política**, 08 nov. 2011. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/01/08/interna_politica,231396/arquivo-nacional-volta-a-ser-subordinado-ao-ministerio-da-justica.shtml. Acesso em: 18 de nov. 2020.

COUTO, C. G. **Sistema de governo e políticas públicas**. Brasília: Enap, 2019.

COUTO, C. G.; LIMA, Giovanna de Moura Rocha. Continuidade de Políticas Públicas: A Constitucionalização Importa? **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 1055-1089, out. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582016000401055&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 jan. 2021.

COUTURE, C. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Sainte Foy: Prèsses de l'Université du Québec, 2003.

CRIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. A História da Arquivologia no Brasil (1838-2012). **Fuentes**: Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional, v. 6, p. 44-56, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115413>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CULTURA DIGITAL. Na primeira mesa da pré-conferência, especialistas defendem abertura de arquivos da ditadura. **Conferência Nacional**, Notícias, 24 fev. 2010a. Disponível em: <https://cutt.ly/HxfVhS0>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CULTURA DIGITAL. Grupo que discute gestão põe foco na ação do Estado e da participação social. **Conferência Nacional**, Notícias, 23 out. 2010b. Disponível em: <https://cutt.ly/DxfBkgw>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CUNHA FILHO, F. H. **Federalismo Cultural e Sistema Nacional de Cultura**: contribuição ao debate. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

DANIEL, E. **Information policy**. Chapel Hill - University of North Carolina, School of Information and Library Science, 2000. Disponível em: <https://ils.unc.edu/daniel/info-policy.html>. Acesso em: 12 fev. 2020.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Lei Aldir Blanc**, que destina R\$ 3 bilhões para a Cultura, é sancionada por Bolsonaro. Redação, 29 jun. 2020; atualizado em 26 ago. 2020. Disponível

em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/lei-aldir-blanc-que-destina-r-3-bilhoes-para-a-cultura-e-sancionada-por-bolsonaro-1.2960957>. Acesso em: 18 nov. 2020.

DI GIOVANNI, G. **As estruturas elementares das políticas públicas**. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP). 2009. Caderno de pesquisa n. 82. Disponível em: <https://www.nepp.unicamp.br/biblioteca/periodicos/issue/download/9/CadPesqNepp82>. Acesso em: 31 jan. 2021.

DUARTE, R. A. **A construção de um plano de política cultural para arquivos: a experiência do Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Política Cultural**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 5., 2014. (Seminário). Disponível em: <https://1drv.ms/w/s!AnvuTEov43aLj0pXPm4sCpvIx-Nb?e=b0x8Ol>. Acesso em: 31 jan. 2021.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução. Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, jun. 2000. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>. Acesso em: 12 fev. 2020.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information Science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmond, Alberta. **Proceedings** [...]. Alberta, 1995. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.521.6657&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

FRONZA, C. S.; NOGUEIRA, V. M. R. A avaliação e a análise de políticas públicas: uma distinção necessária. **Argumentum**, v. 7, n. 2, p. 103-116, 2015. DOI <https://doi.org/10.18315/argumentum.v7i2.10356>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/10356>. Acesso em: 12 fev. 2020.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. 2020. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA-ARQUIVO. **Relatório do Fórum Setorial de Arquivos 2015**. Não paginado. (Documento fornecido pela própria Fundação).

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA-ARQUIVO. **Fundo Institucional, Série 1.6.1 Relações Com O MINC - CNPC, Dossiê 2012-2014**. Não paginado. (Documento fornecido pela própria Fundação).

G1. Manifestantes ocupam prédios do extinto Ministério da Cultura: ao menos 12 capitais registram protestos contra fim da pasta; veja locais: Governo Temer passou atribuições do MinC agora para a Educação. **Pop & Arte**, 18 maio 2016, atualizado em 19 maio 2016.

Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2016/05/manifestantes-ocupam-predios-do-extinto-ministerio-da-cultura.html>. Acesso em: 22 fev. 2021.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GILLILAND, A. J.; MCKEMMISH, S.; LAU, A. J. **Pesquisa no multiverso arquivístico**. Salvador: 9Bravos, 2019.

GOHN, G. M. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 13, n. 2, maio/ago. 2004. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000200003#:~:text=Tudo%20isso%20pode%20ser%20resumido,a%20priori%2C%20e%20nem%20sua. Acesso em: 22 fev. 2021.

GOMES, Y. Q. A Associação dos Arquivistas Brasileiros e o processo de institucionalização da Arquivologia no Brasil: 1971-1978. *In*: MARQUES, A. A. C. RODRIGUES, G. M. SANTOS, P. R. E. (org.). **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975>. Acesso em: 22 fev. 2021.

HARTOG, F. Tempo e patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

HODGSON, L. Manufactured Civil Society: Counting the Cost. **Critical Social Policy**, v. 24, n. 2, p. 139-164, 2004. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0261018304041948>. Acesso em: 22 fev. 2021.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>] [~210. Acesso em: 03 mar. 2021.

INSTITUTO MILLENIUM. Transferência do Arquivo Nacional para Casa Civil gera resistência. **Revista Exame**, publicado em 05 jan. 2011, alterado em 24 fev. 2017. Disponível em: <https://exame.com/blog/instituto-millennium/transferencia-do-arquivo-nacional-para-casa-civil-gera-resistencia/>. Acesso em: 10 maio 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex-ante**. Brasília: Ipea, 2018. v. 1. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180319_avaliacao_de_politicas_publicas.pdf. Acesso em: 16 maio 2021.

JARDIM, J. M. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980. *In*: MARQUES, A. A. C. RODRIGUES, G. M. SANTOS, P. R. E. (org.) **História da Arquivologia no Brasil:**

instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, v. 31, n. 3, p. 31-45, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/108130>. Acesso em: 09 nov. 2020.

JARDIM, J. M. A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. **Liinc em Revista**, v. 9, n. 2, 2013. DOI <https://doi.org/10.18617/liinc.v9i2.639>. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975>. Acesso em: 18 out. 2020.

JARDIM, J. M. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, mar. 2011, p. 197-213. Disponível em: Acesso em: 12 fev. 2020.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006.

JARDIM, J. M. A periferia sem centro: os arquivos como sistema. **Cadernos do Arquivo Público do Distrito Federal**, v. 1, 1995. ISSN 1413-2524.

JARDIM, J. M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Rio de Janeiro: UFF, 1999.

JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação, **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a02.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

KARPISNKI, C.; VIEIRA, K. R. A arte de documentar a natureza em relatos de viagem às cataratas do Iguazu (Brasil e Argentina, 1883-1914). **Encontros Bibli**, Florianópolis, n. esp., p. 01-19, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e75476>. Acesso em: 12 mar. 2021.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saude soc.** [online], v. 18, n. 4, p.733-743, 2009. ISSN 1984-0470. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000400016>.

KERBAUY, M. T. M. Coronelismo. In: DI GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A. **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2018. p. 203-206.

KERR-PINHEIRO, M. M. Processo de transformação das políticas de informação no estado informacional. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/181/181>. Acesso em: 12 fev. 2020.

LASCOUMES, P.; LES GALÈS, P. Introduction: Understanding public policy through its instruments, **Governance**, n. 20, p. 1-21, 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-0491.2007.00342.x>. Acesso em: 12 fev. 2020.

LASCOUMES, P.; LES GALÈS, P. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1331/1048>. Acesso em: 12 fev. 2020.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

MANZI, V. A. **Compliance no Brasil: consolidação e perspectivas**. São Paulo: Saint Paul, 2008.

MARCIANO, J. L. P. Bases teóricas para a formulação de políticas de informação. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 37-50, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/622/1475>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MARQUES, L. Cultura: Governo Federal destina R\$ 3 bilhões de auxílio para o setor de Cultura. **Olhar do Sul**, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://olhardosul.com.br/governo-federal-destina-r-3-bilhoes-de-auxilio-para-o-setor-de-cultura/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MEIRA, M. Oficina de Informações sobre a metodologia da 1ª CNC. *In*: BRASIL. Ministério da Cultura. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura**. Secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. ISBN 978-85-60618-00-2. Disponível em: http://cnpccultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/03/ANAIS-I-CNC_1%C2%AA-PARTE.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

MENESES, U. T. B. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas (Conferência Magna). *In*: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Ouro Preto, MG: IPHAN, 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

MOERMANN, G. *et al.* Ontology for researchers. University of Amsterdam, 2016. 1 vídeo (4 min 38 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fHmvMtc_Ybg&list=PLyLpEs0x9BnlSknrMahoMrr7V1563CGX9&index=3. Acesso em: 10 fev. 2021.

MORAES, T. **Marco civil e LGPD**: qual a diferença entre as Leis e o que muda na prática. 2020. Disponível em: <https://www.wspot.com.br/gestao-de-rede/marco-civil-e-lgpd->

RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

REGONINI, G. **Capire le politiche pubbliche**. Mulino: Bologna, 2001.

RODRIGUES, M. C. Patrimônio documental nacional. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. 14, v. 1, p. 110-125, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846>. Acesso em: 12 fev. 2020.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

ROWLANDS, I. Some compass bearings for information policy orienteering. **Aslib Proceedings**, v. 50, n. 8, p. 230-237, 1988. DOI 10.1108/eb051501

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. *In*: RUA, M. G.; VALADAO, M. I. **O Estudo da Política: Temas Seleccionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998. Não paginado.

RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais entre o possível e o impossível. **O Público e o Privado**, v. 5, n. 9, 2007a. p. 33-47.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007b.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. *In*: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; CALABRE, L. (org.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015. (Coleção Cult)

SANTOS, P. R. E. Administração pública: arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930-1950. *In*: MARQUES, A. A. C. RODRIGUES, G. M. SANTOS, P. R. E. (org.) **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.

SANTOS, V. B. **A arquivística como disciplina científica: princípios, objetivos e objetos**. Salvador: 9Bravos, 2015.

SANTOS, P. R. E. A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1935-1945). **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 78, p. 121-146, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v38n78/1806-9347-rbh-1806-93472018v38n78-06.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SECCHI, L. **COQ3: um framework de análise de políticas públicas**. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32., 2008, Caxambu, Papers por GT. Caxambu: Anpocs, 2008. p. 1 -

17. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt32-5/2614-leonardosecchi-coq/file>. Acesso em: 12 fev. 2020.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO). **Quem vai regular a LGPD?** SERPRO, 2020. Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/lgpd/governo/quem-vai-regular-e-fiscalizar-lgpd>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SILVA, T. E. da; TOMAÉL, M. I. Política de informação: tendências internacionais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 10., João Pessoa, 2009. **Anais** [...]. João Pessoa: ANCIB, 2009. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3257/2383>. Acesso em: 12 fev. 2020.

SILVA, D. B. Onde está a sociedade civil na política nacional de arquivos? **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 41-68, jan./jun. 2015. Disponível em <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/86>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SILVA, F. M. e. A informação científica e tecnológica brasileira no âmbito da sociedade da informação: uma análise das iniciativas governamentais. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 18-30, jan./jun. 2005. ISSN 1678-765X. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2063/2193>. Acesso em: 24 maio 2021.

SILVEIRA, F. L. A metodologia dos programas de pesquisa: a epistemologia de Imre Lakatos. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 219-230, jan. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/7047/6523>. Acesso em: 12 fev. 2020.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura, **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em 12 fev. 2020.

SOUZA, G. M. de. **A história do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e seus múltiplos desenhos institucionais**. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Contra os preconceitos: história e democracia*, 29., 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502678033_ARQUIVO_artigoCompleto_anpuh2017.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

TEIXEIRA COELHO, J. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.

TRIBUNA DO NORTE. **Ministério da Cultura é rebaixado à secretaria**. 2019. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/minista-rio-da-cultura-a-rebaixado-a-secretaria/434925>. Acesso em: 12 fev. 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). International Bureau Of Education. **General Education Quality Analysis/Diagnosis Framework (GEQAF)**. Technical notes: Concept of Governance. Disponível em: <http://www.ibe.unesco.org/en/geqaf/technical-notes/concept-governance>. Acesso em: 27 out. 2020.

UNIVERSIDADE LUSÍADA NORTE PORTO. Qual a diferença entre “Livro Verde” e “Livro Branco”? **CDE, perguntas e respostas mais frequentes**. Disponível em: <http://www.por.ulusiada.pt/servicos/cde/faqs.html>. Acesso em: 27 out. 2020.

VÁZQUEZ MURILLO, M. Hacia una política archivística. *In*: ANDRADE, A. C. N. de (org.). Archivos y documentos: textos seminales. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2015.

WERTHEIN, J. W. A sociedade da informação e seus desafios. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ANEXO A

Plano Setorial de Arquivos Sistematizado com Eixos, Objetivos, Metas e Estratégias

Sistematização do Plano Setorial de Arquivos (2016-2026): Eixos e Objetivos

Eixo	Objetivos	Metas
EIXO I: INTERAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ARQUIVOS (SINAR) COM O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA (SNC)	OBJETIVO 1 – CRIAR E MODERNIZAR INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS	1 a 4
	OBJETIVO 2 – CAPACITAR E QUALIFICAR TRABALHADORES E GESTORES DE INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E UNIDADES DE ARQUIVO	5 a 13
	OBJETIVO 3 – AMPLIAR A VISIBILIDADE DOS ARQUIVOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA	14 a 17
	OBJETIVO 4 – AMPLIAR A DIVULGAÇÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS, VALORIZANDO AS EXPRESSÕES LOCAIS E INTENSIFICANDO O INTERCÂMBIO NO TERRITÓRIO NACIONAL	18 a 20
	OBJETIVO 5 – INTENSIFICAR A INTERAÇÃO ENTRE O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA E OS SISTEMAS DE ARQUIVOS	21
EIXO II: ARQUIVOS, CIDADANIA, DIVERSIDADE E DIREITOS CULTURAIS	OBJETIVO 1 – PROTEGER E PROMOVER A DIVERSIDADE CULTURAL DO PAÍS	22 e 23
	OBJETIVO 2 – AMPLIAR E DIVERSIFICAR AS AÇÕES DE FORMAÇÃO E FIDELIZAÇÃO DE PÚBLICO EM INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E CENTROS DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO	24 a 30
	OBJETIVO 3 – PROMOVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DA INTEGRAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E CENTROS DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO COM ESCOLAS E GRUPOS COMUNITÁRIOS	31

	OBJETIVO 4 – PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE, GESTORES, PROFISSIONAIS E USUÁRIOS NAS DISCUSSÕES REFERENTES ÀS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DOS ARQUIVOS	32
EIXO III – ARQUIVOS, CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA DA CULTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	OBJETIVO 1 – FORTALECER CADEIAS PRODUTIVAS E EMPREENDEDORISMO NO SETOR DE ARQUIVOS	33 a 35
	OBJETIVO 2 – ADEQUAR E ADAPTAR INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E CENTROS DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE	36 e 37
	OBJETIVO 3 – VALORIZAR O PATRIMÔNIO CULTURAL EM DESTINOS TURÍSTICOS BRASILEIROS, COM INTEGRAÇÃO DE INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E CENTROS DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO NOS ROTEIROS DE TURISMO CULTURAL	38

Sistematização do Plano Setorial de Arquivos (2016-2026): Metas e Estratégias

Meta	Indicador	Estratégias e Ações
<p>META 1. Em 2025, instituições arquivísticas estaduais criadas, implementadas e inseridas no Sistema Nacional de Cultura (SNC) em 100% das unidades da federação e instituições arquivísticas municipais em 40% dos municípios, sendo 100% das capitais e 100% dos municípios maiores de 500 mil habitantes.</p>	<p>Número de instituições arquivísticas criadas entre 2015 e 2025.</p>	<p>1.1– Implementar pelo governo federal um programa nacional de criação e modernização de instituições arquivísticas públicas.</p> <p>1.1.1.Criar linhas específicas de financiamento para ampliar e modernizar a infraestrutura física, tecnológica e de conservação de instituições públicas voltadas para a preservação e acesso de acervos arquivísticos de relevância para a cultura; bem como articular, em parceria com os órgãos competentes, o fomento à implementação de novas instituições arquivísticas.</p> <p>1.1.2.Garantir recursos para a criação e manutenção do Fundo Setorial de Arquivos no âmbito do Fundo Nacional de Cultura do MinC, para suporte e promoção de políticas públicas que reconheçam e assegurem a função social dos arquivos, adequando-as às diversidades regionais, possibilitando maior descentralização dos recursos e reconhecendo o “custo amazônico”.</p> <p>1.1.3.Incentivar estados e municípios a criar alternativas de fomento e financiamento de arquivos, em complementaridade às linhas de financiamento da União.</p> <p>1.1.4.Promover acordos de cooperação técnica com as administrações públicas estaduais e municipais no sentido de fomentar a criação de instituições arquivísticas, com vistas à gestão de documentos, à preservação e ao acesso aos acervos.</p>
<p>META 2. Até 2017, lançar pelo menos um edital em nível nacional específico para modernização de</p>	<p>Número de projetos contemplados com aporte financeiro do governo federal por estado.</p>	<p>1.1.5.Priorizar e incentivar o repasse de verbas da União aos estados e municípios que possuam instituições arquivísticas públicas e programas de gestão de documentos.</p> <p>1.1.6.Incentivar a participação de profissionais de arquivo no processo de elaboração e definição de políticas públicas relacionadas à modernização e transparência administrativa, ao acesso a documentos e informações, à cultura e ao patrimônio documental.</p>

<p>instituições arquivísticas e centros de memória e documentação com aporte financeiro do governo federal.</p>		
<p>META 3. Até 2017 criar o Fundo Setorial de Arquivos dentro do FNC/MinC</p>	<p>Fundo criado.</p>	<p>1.1.7.Fomentar a inclusão nos Planos Plurianuais (PPAs) e nos Planejamentos Estratégicos de objetivos e metas específicas para a promoção de políticas públicas referentes à gestão de documentos, à preservação e ao acesso a acervos arquivísticos. 1.1.8 – Incentivar projetos que contemplem ações socioculturais, visando à preservação e proteção do patrimônio arquivístico.</p>
<p>META 4. Até 2018, articular com instituições de amparo e fomento à pesquisa visando o lançamento de pelo menos um edital ou programa para financiamento de projetos de organização, estruturação ou revitalização de acervos arquivísticos, em pelo menos dez estados da federação.</p>	<p>Número de projetos contemplados com aporte financeiro de instituições de amparo e fomento à pesquisa por estado.</p>	

<p>META 5. Até 2020, articular junto às esferas do poder público para que 100% das instituições arquivísticas estaduais e do Distrito Federal e 100% das instituições arquivísticas municipais das capitais contem com pelo menos um arquivista em seus quadros funcionais.</p>	<p>Estatística do quadro funcional por instituição.</p>	<p>2.1 – Contribuir com as ações de formalização do mercado de trabalho, de modo a valorizar o profissional de arquivos.</p> <p>2.1.1 – Articular, junto aos órgãos competentes, ações que garantam concursos públicos e a contratação de arquivistas e técnicos de arquivo para atuarem em instituições arquivísticas e unidades de arquivo públicas e privadas.</p> <p>2.1.2 – Promover a revisão da legislação arquivística (Lei n. 6546/1978 e Decreto n. 82590/1978) no que compete ao exercício das profissões de arquivista e técnico de arquivo e à habilitação do profissional por meio de cursos de Educação a Distância, consultando as associações profissionais e as instituições de ensino superior com curso de graduação em Arquivologia.</p>
<p>META 6. Até 2025, articular junto às esferas do poder público para que 50% dos municípios e 100% dos estados contem com pelo menos um arquivista em seu quadro funcional.</p>	<p>Estatística do quadro funcional por município.</p>	<p>2.1.3 – Incentivar o debate sobre a questão da insalubridade e das condições de trabalho do profissional de arquivo.</p> <p>2.1.4 – Incentivar o debate sobre a criação de um conselho profissional para a fiscalização das atividades de arquivista e técnico de arquivo.</p> <p>2.2. – Criar estratégias para formação, qualificação e capacitação de forma permanente e continuada na área de arquivos.</p>

<p>META 7. Até 2025, articular para que 50% dos órgãos da administração pública federal contem com pelo menos um arquivista em seu quadro funcional.</p>	<p>Estatística do quadro funcional por órgão.</p>	<p>2.2.1. – Manter orçamento que preveja investimentos permanentes em recursos humanos e capacitação dos funcionários.</p> <p>2.2.2 – Incentivar a qualificação de profissionais de arquivos, por meio de projetos de pesquisa e extensão em instituições de ensino superior, técnico e tecnológico.</p> <p>2.2.3 – Desenvolver e gerir programas integrados de formação e capacitação, especialmente para a elaboração, gestão, execução e prestação de contas de projetos financiados.</p>
<p>META 8. Até 2020, capacitar pelo menos 60% do quadro funcional em cada instituição arquivística pública e unidade de arquivo.</p>	<p>Número de servidores do quadro funcional x Número de servidores capacitados por instituição arquivística e unidade de arquivo.</p>	<p>2.2.4 – Estabelecer parcerias com instituições de ensino técnico e superior, bem como parcerias com associações e órgãos representativos setoriais, para a criação e o aprimoramento contínuo de cursos - presenciais e a distância - voltados à formação e capacitação de profissionais de instituições arquivísticas e de centros de memória e documentação, especialmente na área de ação educativa.</p> <p>2.2.5 – Incentivar programas de aperfeiçoamento técnico de agentes locais para sua incorporação nas iniciativas de preservação e difusão do patrimônio documental.</p> <p>2.2.6 – Promover e financiar acordos de intercâmbio para capacitação profissional, visando estágios em instituições arquivísticas e centros de memória e documentação no Brasil e no exterior;</p>
<p>META 9. Até 2025, cursos técnicos de arquivo oferecidos em pelo menos um estado de cada região geográfica,</p>	<p>Número de regiões com cursos técnicos oferecidos.</p>	<p>2.2.7 – Estimular junto às agências de fomento destinação de bolsas de estudo e/ou pesquisa específicas para pós-graduação em Arquivologia em universidades no Brasil e no exterior.</p>

<p>nos termos da Lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978.</p>		<p>2.2.8 – Estimular as instituições arquivísticas e centros de memória e documentação a criarem programas de bolsas de capacitação específicas para pesquisa em seus acervos.</p>
<p>META 10. Até 2025, articular junto ao Ministério da Educação e às instituições de ensino superior a criação de pelo menos um curso de graduação de Arquivologia em cada Unidade da Federação.</p>	<p>Número de estados/DF com curso superior de Arquivologia em 2015 x Número de estados/DF com curso superior de Arquivologia em 2025.</p>	<p>2.2.9 – Estimular os órgãos da administração pública federal a criarem programas de bolsas de capacitação específicas para pesquisa em seus acervos.</p> <p>2.2.10 – Fomentar a implantação de centros de referência na formação profissional para o setor de arquivos, a fim de estimular o empreendedorismo.</p> <p>2.3 – Incentivar a capacitação de gestores de instituições arquivísticas e servidores responsáveis por unidades de arquivo de órgãos e empresas públicas</p> <p>2.3.1 – Criar programa de capacitação para gestores e servidores responsáveis por unidades de arquivo de órgãos públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista em todas as esferas.</p>
<p>META 11. Até 2025, articular junto ao Ministério da Educação e às instituições de ensino superior a criação de um curso de pós-graduação lato sensu e um curso de pós-graduação stricto sensu específico de</p>	<p>Número de cursos de pós-graduação de Arquivologia por região em 2015 X Número de cursos de pós-graduação de Arquivologia por região em 2025.</p>	<p>2.3.2 – Estabelecer parcerias com instituições de ensino técnico e superior, bem como com associações e órgãos representativos setoriais para a criação de cursos de capacitação de gestores para a área arquivística.</p>

Arquivologia em pelo menos um estado de cada região geográfica.		
META 12. Até 2025, articular junto ao Ministério da Educação e às instituições de ensino superior a criação de pelo menos um curso regular de capacitação de gestores de arquivos, de acordo com a legislação em vigor.	Curso de capacitação de gestores de arquivo criado	
META 13. Até 2025, 100% dos gestores de instituições arquivísticas capacitados e qualificados em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, assim como 100% gestores de centros de memória e documentação e de	Número de gestores capacitados por instituição.	

unidades de arquivo das vinculadas ao Ministério da Cultura.		
META 14. Desenvolver, até 2018, uma política nacional de comunicação para os arquivos.	Política nacional de comunicação criada.	3.1. – Promover os acervos instituições arquivísticas públicas e/ou centros de memória e documentação com a criação de sítios institucionais e inserções em rádios e TVs disponibilizando informações atualizadas sobre o seu funcionamento e sobre os acervos sob sua custódia. 3.1.1. – Implementar programas cooperativos de desenvolvimento de softwares e de manutenção de bases de dados visando a divulgação das informações sobre os acervos arquivísticos, e a preservação de cópias digitais de documentos arquivísticos. 3.1.2. – Incentivar, por meio de campanhas de esclarecimento, que as instituições arquivísticas públicas e/ou centros de memória e documentação alimentem o SNIIC com informações sobre os acervos arquivísticos sob sua custódia. 3.1.3 – Apoiar a implementação e qualificação de portais e/ou sítios para a difusão do patrimônio documental brasileiro, inclusive com a disponibilização de dados para compartilhamento livre de informações em redes sociais virtuais.
META 15. Até 2020, 100% das instituições arquivísticas estaduais e distrital e 100% das instituições arquivísticas municipais das capitais com sítio institucional próprio na internet	Número de instituições arquivísticas públicas x Número de instituições arquivísticas públicas com sítio institucional.	
META 16. Até 2025, 50% das instituições arquivísticas públicas estaduais, distrital e das capitais deverão disponibilizar na internet documentos	Número de instituições arquivísticas públicas x Número de instituições arquivísticas públicas com sítio	

digitalizados, além de imagens e textos sobre as atividades de divulgação realizadas.	institucional que disponibilize esses materiais.	
META 17. Até 2020, 100% de instituições arquivísticas públicas e/ou centros de memória e documentação existentes (segundo dados do IBGE de 2012) integrados ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC.	Número de instituições arquivísticas públicas e/ou centros de memória e documentação existentes x Número de instituições arquivísticas públicas e/ou centros de memória e documentação cadastradas no SNIIC em 2020.	

<p>META 18. Até 2025, 100% das instituições arquivísticas estaduais e distrital e 100% das instituições arquivísticas municipais das capitais utilizando redes sociais e integrados à cultura digital.</p>	<p>Número de instituições que utilizam essas ferramentas em 2015 x Número de instituições que utilizam essas ferramentas em 2025.</p>	<p>4.1 – Incentivar iniciativas de difusão de acervos arquivísticos em diferentes linguagens e suportes. 4.1.1 – Incluir as atividades e eventos das instituições arquivísticas e centros de memória e documentação nos calendários e mapas culturais que apresentem sistematicamente os locais de realização de eventos culturais, encontros, feiras, festivais e programas de produção artístico-cultural. 4.1.2 – Criar uma Semana Nacional de Arquivos. 4.1.3 – Instituir programas em parceria com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil para a ampliação da circulação de bens culturais nas instituições arquivísticas e centros de memória e documentação, com ênfase na produção jovem e independente. 4.1.4 – Incentivar e fomentar a difusão de acervos arquivísticos nas diversas mídias e ampliar a recepção pública e o reconhecimento desses acervos, por meio de publicações, exposições, exhibições e demais eventos, com ênfase nas cadeias criativas e produtivas locais. 4.2 – Ampliar a divulgação dos acervos arquivísticos nos meios de comunicação, potencializando o uso dos canais alternativos e estimulando as redes públicas. 4.2.1 – Apoiar iniciativas de produtores locais do segmento audiovisual e da radiodifusão comunitária nas instituições arquivísticas e centros de memória e documentação. 4.2.2 – Estimular a criação de programas e conteúdos para rádio, televisão e internet que visem a formação do público e a familiarização com documentos arquivísticos. 4.2.3 – Integrar políticas públicas de universalização do acesso gratuito de alta velocidade à internet nos municípios, tornando as instituições arquivísticas e centros de memória e documentação pontos centrais no processo de inclusão digital. 4.2.4 – Fomentar provedores de acesso público que armazenem dados de texto, som, vídeo e imagem, para preservar e divulgar a memória da cultura brasileira. 4.2.5 – Estimular o compartilhamento pelas redes digitais de conteúdos arquivísticos que possam ser utilizados livremente por escolas, bibliotecas de acesso público, rádios e televisões públicas e comunitárias. 4.2.6 – Estimular e apoiar revistas culturais, periódicos e publicações independentes, voltadas à crítica e à reflexão sobre questões arquivísticas, promovendo circuitos alternativos de distribuição, aproveitando outros equipamentos</p>
<p>META 19. Até 2020, 100% das instituições arquivísticas estaduais e distrital e 100% das instituições arquivísticas municipais das capitais com pelo menos duas atividades anuais de difusão de seus acervos e de mediação cultural.</p>	<p>Número de instituições x Número de atividades de divulgação realizadas.</p>	<p>4.1 – Incentivar iniciativas de difusão de acervos arquivísticos em diferentes linguagens e suportes. 4.1.1 – Incluir as atividades e eventos das instituições arquivísticas e centros de memória e documentação nos calendários e mapas culturais que apresentem sistematicamente os locais de realização de eventos culturais, encontros, feiras, festivais e programas de produção artístico-cultural. 4.1.2 – Criar uma Semana Nacional de Arquivos. 4.1.3 – Instituir programas em parceria com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil para a ampliação da circulação de bens culturais nas instituições arquivísticas e centros de memória e documentação, com ênfase na produção jovem e independente. 4.1.4 – Incentivar e fomentar a difusão de acervos arquivísticos nas diversas mídias e ampliar a recepção pública e o reconhecimento desses acervos, por meio de publicações, exposições, exhibições e demais eventos, com ênfase nas cadeias criativas e produtivas locais. 4.2 – Ampliar a divulgação dos acervos arquivísticos nos meios de comunicação, potencializando o uso dos canais alternativos e estimulando as redes públicas. 4.2.1 – Apoiar iniciativas de produtores locais do segmento audiovisual e da radiodifusão comunitária nas instituições arquivísticas e centros de memória e documentação. 4.2.2 – Estimular a criação de programas e conteúdos para rádio, televisão e internet que visem a formação do público e a familiarização com documentos arquivísticos. 4.2.3 – Integrar políticas públicas de universalização do acesso gratuito de alta velocidade à internet nos municípios, tornando as instituições arquivísticas e centros de memória e documentação pontos centrais no processo de inclusão digital. 4.2.4 – Fomentar provedores de acesso público que armazenem dados de texto, som, vídeo e imagem, para preservar e divulgar a memória da cultura brasileira. 4.2.5 – Estimular o compartilhamento pelas redes digitais de conteúdos arquivísticos que possam ser utilizados livremente por escolas, bibliotecas de acesso público, rádios e televisões públicas e comunitárias. 4.2.6 – Estimular e apoiar revistas culturais, periódicos e publicações independentes, voltadas à crítica e à reflexão sobre questões arquivísticas, promovendo circuitos alternativos de distribuição, aproveitando outros equipamentos</p>
<p>META 20. Até 2020, 100% das instituições arquivísticas estaduais e</p>	<p>Número de instituições com</p>	<p>4.1 – Incentivar iniciativas de difusão de acervos arquivísticos em diferentes linguagens e suportes. 4.1.1 – Incluir as atividades e eventos das instituições arquivísticas e centros de memória e documentação nos calendários e mapas culturais que apresentem sistematicamente os locais de realização de eventos culturais, encontros, feiras, festivais e programas de produção artístico-cultural. 4.1.2 – Criar uma Semana Nacional de Arquivos. 4.1.3 – Instituir programas em parceria com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil para a ampliação da circulação de bens culturais nas instituições arquivísticas e centros de memória e documentação, com ênfase na produção jovem e independente. 4.1.4 – Incentivar e fomentar a difusão de acervos arquivísticos nas diversas mídias e ampliar a recepção pública e o reconhecimento desses acervos, por meio de publicações, exposições, exhibições e demais eventos, com ênfase nas cadeias criativas e produtivas locais. 4.2 – Ampliar a divulgação dos acervos arquivísticos nos meios de comunicação, potencializando o uso dos canais alternativos e estimulando as redes públicas. 4.2.1 – Apoiar iniciativas de produtores locais do segmento audiovisual e da radiodifusão comunitária nas instituições arquivísticas e centros de memória e documentação. 4.2.2 – Estimular a criação de programas e conteúdos para rádio, televisão e internet que visem a formação do público e a familiarização com documentos arquivísticos. 4.2.3 – Integrar políticas públicas de universalização do acesso gratuito de alta velocidade à internet nos municípios, tornando as instituições arquivísticas e centros de memória e documentação pontos centrais no processo de inclusão digital. 4.2.4 – Fomentar provedores de acesso público que armazenem dados de texto, som, vídeo e imagem, para preservar e divulgar a memória da cultura brasileira. 4.2.5 – Estimular o compartilhamento pelas redes digitais de conteúdos arquivísticos que possam ser utilizados livremente por escolas, bibliotecas de acesso público, rádios e televisões públicas e comunitárias. 4.2.6 – Estimular e apoiar revistas culturais, periódicos e publicações independentes, voltadas à crítica e à reflexão sobre questões arquivísticas, promovendo circuitos alternativos de distribuição, aproveitando outros equipamentos</p>

distrital e 100% das instituições arquivísticas municipais das capitais com política institucional de comunicação.	política de comunicação criada.	culturais como pontos de acesso, priorizando a gratuidade ou o preço acessível desses produtos. 4.2.7 – Criar bancos de informação e sistemas de compartilhamento de acervos arquivísticos em domínio público na internet, permitindo a distribuição de imagens, áudios, conteúdos e informações qualificadas. 4.2.8 – Desenvolver políticas de comunicação que promovam o debate sobre a relação com o patrimônio documental e a função social das instituições arquivísticas e centros de memória e documentação.
META 21. Até 2025, 100% das unidades da federação com sistemas de arquivos articulados com os respectivos sistemas de cultura.	Número de unidades da federação com sistema de arquivos em 2015 x Número de unidades da federação com sistema de arquivos em 2025.	5.1 – Criar mecanismos políticos para uma atuação das instituições arquivísticas públicas e centros de memória e documentação em rede. 5.1.1 – Incentivar a integração dos sistemas de arquivo com os de cultura, no âmbito federal, estadual, distrital e municipal. 5.1.2 – Incentivar a participação das instituições arquivísticas públicas e centros de memória e documentação nos conselhos estaduais, distrital e municipais de cultura. 5.1.3 – Incentivar a criação de sistemas de arquivo nas unidades da federação que ainda não o fizeram.
META 22. Conceder, até 2025, pelo menos 50 bolsas de pesquisa em instituições arquivísticas e centros de memória e documentação sobre temas que contemplem a diversidade cultural de	Número de bolsas concedidas.	1.1 – Fomentar pesquisas que contemplem a produção simbólica e a diversidade cultural. 1.1.1 – Capacitar equipes de pesquisa para atuação nas instituições arquivísticas e centros de memória e documentação, com foco na produção simbólica e na cultura de povos e comunidades tradicionais e indígenas, grupos de cultura popular, LGBT e de pessoas com deficiência, visando à divulgação de seus resultados. 1.1.2 – Promover editais para apoio a pesquisas realizadas em instituições arquivísticas e centros de memória e documentação com temas que contemplem a diversidade cultural de povos e comunidades tradicionais e indígenas, grupos de cultura popular, LGBT e de pessoas com deficiência. 1.2 – Incentivar o acesso ao patrimônio arquivístico, por meio de políticas públicas, valorizando a diversidade cultural. 1.2.1 – Promover iniciativas

<p>povos e comunidades tradicionais e indígenas (conforme o decreto n. 6.040/2007), grupos de cultura popular, LGBT ou de pessoas com deficiência.</p>		<p>integradas ao Programa Cultura Viva de organização e preservação de acervos arquivísticos de grupos culturais, pontos de cultura, de leitura e de memória, com especial atenção aos povos e comunidades tradicionais e indígenas, grupos de cultura popular, LGBT e de pessoas com deficiência. 1.2.2 – Incentivar que instituições arquivísticas e centros de memória e documentação custodiem e conservem documentos referentes aos povos e comunidades tradicionais e indígenas, grupos de cultura popular, LGBT e de pessoas com deficiência. 1.2.3 – Capacitar e conscientizar os agentes de cultura quanto à preservação e acesso ao patrimônio arquivístico dos povos e comunidades tradicionais e indígenas, grupos de cultura popular, LGBT e de pessoas com deficiência</p>
<p>META 23. Até 2025, apoiar anualmente pelo menos cinco projetos de organização e preservação de acervos arquivísticos de grupos de culturas tradicionais, indígenas, populares e comunitários.</p>	<p>Número de acervos organizados e preservados por ano.</p>	
<p>META 24. Até 2020, ampliar em pelo menos 40% o número de usuários de instituições arquivísticas, centros de memória e</p>	<p>Número de usuários por instituição.</p>	<p>2.1. – Ampliar o uso das instituições arquivísticas e centros de memória e documentação por meio de ações de aproximação com os diversos públicos, reafirmando esses espaços como referência cultural para as cidades, promovendo afirmação de identidades, valorização da memória e integração das comunidades locais. 2.1.1 – Promover o financiamento de políticas de formação de público, para permitir a disponibilização de repertórios, acervos arquivísticos, documentos e obras de referência, incentivando projetos e ações. 2.1.2 – Estimular as associações de amigos, clubes, sociedades e outras formas</p>

documentação, e demais equipamentos culturais que detenham acervos arquivísticos.		comunitárias a potencializar o acesso a bens e serviços em instituições arquivísticas e centros de memória e documentação. 2.1.3 – Identificar e divulgar iniciativas de desenvolvimento de projetos educacionais com vistas à formação de público para instituições arquivísticas e centros de memória e documentação. 2.1.4 – Ampliar o acesso a instituições arquivísticas e centros de memória e documentação, por meio de programas
META 25. Até 2020, ampliar em pelo menos 40% a visitação em instituições arquivísticas e centros de memória e documentação	Estatísticas de visitação por instituição.	voltados a crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, articulando iniciativas como a oferta de transporte, descontos e ingressos gratuitos, ações educativas e visitas a equipamentos culturais. 2.1.5 – Promover a integração das instituições arquivísticas e centros de memória e documentação com escolas, espaços esportivos e culturais, praças e parques de lazer, com o objetivo de aprimorar as políticas de formação de público, especialmente na infância e juventude. 2.1.6 – Identificar o perfil das localidades e suas potencialidades para a criação de ações e projetos que respeitem as identidades locais, mobilizando as
META 26. Até 2025, pelo menos uma instituição arquivística ou centro de memória e documentação articulado a Pontos de Cultura em cada unidade da federação.	Unidades da Federação com instituição arquivística ou centro de memória e documentação articulado a Pontos de Cultura em 2015 x Unidades da Federação com instituição arquivística ou centro de memória	comunidades no sentido de despertar o interesse e a conscientização para a preservação de sua história e memória. 2.2 – Promover intervenções estruturais que permitam atrair públicos distintos para as instituições arquivísticas, centros de memória e documentação. 2.2.1 – Inserir, nas diretrizes orçamentárias da União, Estados, Distrito Federal e municípios, programas visando à desapropriação ou concessão de uso de imóveis ociosos, construção, manutenção, adequação e reforma de espaços para instituições arquivísticas e centros de memória e documentação (de acordo com as “Recomendações para a construção de arquivos” do Conselho Nacional de Arquivos), de modo que suas instalações permitam abrigar atividades artístico-culturais, como leitura e contação de histórias, exposições de filmes, dança, teatro, exposições e espaço multiuso (oficinas, seminários, etc.), especialmente em áreas ainda desatendidas e com problemas de sustentação econômica. 2.2.2 – Integrar as instituições arquivísticas e centros de memória e documentação a programas de manutenção e gestão em rede de equipamentos culturais, potencializando investimento e garantindo padrões de qualidade. 2.2.3 – Implantar e atualizar espaços multimídia em instituições arquivísticas e centros de memória e documentação, conectando-os em rede para ampliar a difusão cultural

	e documentação articulados a Pontos de Cultura em 2025.	por meio da tecnologia digital, democratizando as capacidades técnicas de produção, os dispositivos de consumo e a recepção dos documentos, principalmente aqueles desenvolvidos em suportes digitais. 2.2.4 – Aumentar continuamente os recursos destinados aos editais de modernização de instituições arquivísticas e centros de memória e documentação. 2.3 – Fortalecer o papel das instituições arquivísticas e centros de memória e documentação como espaços de inclusão. 2.3.1 – Implementar políticas de acesso a instituições arquivísticas e centros de memória e documentação às pessoas com deficiência, incapacidade temporária e /ou mobilidade reduzida, produzindo conteúdos em formatos acessíveis através da comunicação ampliada e alternativa (CAA) e tecnologia assistiva para atender aqueles que têm necessidades informacionais específicas. 2.3.2 – Promover campanhas junto às instituições arquivísticas e centros de memória e documentação para que ofereçam: instalações, mobiliário e equipamentos adaptados para acesso e uso de pessoas com deficiência, incapacidade temporária e /ou mobilidade reduzida; banheiros adaptados; estacionamentos com vagas reservadas e sinalizadas; sinalização visual e tátil para orientação de pessoas com deficiência auditiva e visual; espaços reservados para cadeira de rodas; e lugares específicos para pessoas com deficiência e seus acompanhantes. 2.3.3 – Incentivar a capacitação de profissionais de
META 27. Até 2025, 100% das instituições arquivísticas públicas atendendo aos requisitos da Lei Federal n. 10.098/2000 e desenvolvendo ações que promovam acesso a seus acervos para as pessoas com deficiência	Número de instituições arquivísticas públicas em conformidade com a Lei Federal n. 10.098/2000.	instituições arquivísticas e centros de memória e documentação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), audiodescrição e em boas práticas de atendimento a crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência, analfabetas e em sofrimento psíquico. 2.3.4 – Apoiar políticas de inclusão digital e de criação, desenvolvimento, capacitação e utilização de softwares livres pelos agentes e instituições ligados às instituições arquivísticas e centros de memória e documentação. 2.3.5 – Planejar, orientar e implementar projetos que deem atenção a áreas de vulnerabilidade social e de precarização urbana e a segmentos populacionais marginalizados socioeconomicamente e historicamente, entre eles os povos tradicionais e indígenas e os grupos LGBT. 2.4 Ampliar e fortalecer a função social dos acervos arquivísticos de forma a
META 28. Até 2024, 60% das instituições arquivísticas públicas com ações de inclusão social.	Número de instituições arquivísticas públicas com ações de inclusão social.	
META 29. Até 2025, pelo menos uma instituição arquivística	Unidades da Federação com instituições	

<p>pública em cada unidade da federação com infraestrutura para abrigar atividades educativas e artístico-culturais.</p>	<p>arquivísticas públicas devidamente equipadas.</p>	<p>propiciar maior acesso e o compartilhamento de programações, experiências, informações e acervos. 2.4.1 – Implementar e ampliar o plano nacional de digitalização. 2.4.2 – Apoiar a atualização tecnológica de laboratórios de conservação e restauração de acervos arquivísticos. 2.4.3 – Estimular a integração de instituições arquivísticas e centros de memória e documentação com instituições de ensino superior, desenvolvendo políticas públicas e a articulação com as pró-reitorias de cultura e extensão. 2.4.4 – Estimular a organização de uma rede de cooperação entre instituições arquivísticas e centros de memória e documentação para compartilhar conhecimento, boas práticas, recursos humanos, tecnológicos e de infraestrutura, dinamizando esses equipamentos públicos e privados e garantindo sua sustentabilidade econômica.</p>
<p>META 30. Até 2020, aprovação e implementação de um plano nacional de digitalização de acervos arquivísticos de valor histórico-cultural respeitando normas arquivísticas e biblioteconômicas.</p>	<p>Plano aprovado e implementado.</p>	
<p>META 31. Até 2020, pelo menos 50% das instituições arquivísticas públicas com programas de educação patrimonial, cartilhas educativas ou atividades lúdicas e</p>	<p>Número de instituições arquivísticas públicas que praticam educação patrimonial em 2015 x Número de</p>	<p>3.1 – Desenvolver política nacional de educação patrimonial em instituições arquivísticas e centros de memória e documentação, integrando MinC, MEC, demais ministérios e secretarias estaduais, distrital e municipais de educação e cultura, nos seus mais diversos programas. 3.1.1 – Promover campanhas publicitárias sobre a importância dos arquivos para a cultura e para a cidadania. 3.1.2 – Criar e fortalecer um programa de educação patrimonial que contemple o espaço das instituições arquivísticas e centros de memória e documentação como lugares de aprendizagem e de cidadania. 3.1.3 – Estimular o intercâmbio entre as instituições escolares e culturais para melhor aproveitamento dos arquivos dentro das novas</p>

<p>teatrais, com especial ênfase no público escolar.</p>	<p>instituições arquivísticas públicas que praticam educação patrimonial em 2020.</p>	<p>perspectivas da educação em tempo integral. 3.1.4 – Promover a criação de redes de informação e de interação entre os profissionais das áreas de educação patrimonial dos arquivos e entre os arquivos e a sociedade, a fim de facilitar a pesquisa, o desenvolvimento profissional e a democratização de acesso ao conhecimento produzido, a partir de iniciativas, tais como a criação de blogs, boletins informativos, promoção de encontros periódicos entre educadores e profissionais de arquivo. 3.1.5 – Estimular acordos de cooperação técnica com instituições de ensino superior, centros culturais e institutos de pesquisa e fomento à cultura, a fim de assegurar o apoio e fortalecimento aos projetos propostos pelos programas de educação patrimonial em arquivos. 3.1.6 – Fomentar a cooperação dos municípios com as instituições arquivísticas e centros de memória e documentação para atender as escolas públicas por meio de um programa permanente de integração arquivo-escola. 3.2 – Estimular a presença de profissionais de educação patrimonial nas instituições arquivísticas e centros de memória e documentação 3.2.1 – Promover a inclusão da área de educação patrimonial na estrutura organizacional das instituições arquivísticas e centros de memória e documentação, proporcionando infraestrutura necessária para implementação e desenvolvimento de seus projetos; 3.2.2 – Fomentar a inclusão no orçamento das instituições arquivísticas e centros de memória e documentação de ações necessárias à estrutura e ao funcionamento da área de educação patrimonial; 3.3 – Criar iniciativas integradas de capacitação de profissionais de arquivo com foco em ações educativas 3.3.1 – Garantir investimento na formação, capacitação e qualificação dos profissionais envolvidos na área de educação patrimonial das instituições arquivísticas e centros de memória e documentação; 3.3.3 – Estimular a promoção e a difusão do conhecimento produzido na área educacional das instituições arquivísticas e centros de memória e documentação de forma a valorizar os trabalhos realizados e permitir o intercâmbio de experiências; 3.3.4 – Estimular as instituições de ensino</p>
--	---	---

		superior a inserir em suas grades curriculares disciplinas voltadas para a educação patrimonial e a diversidade cultural do país.
META 32. Em 2025, 100% das instituições arquivísticas públicas com ouvidorias implementadas.	Número de ouvidorias implementadas em 2025.	<p>4.1 – Mobilizar comunidade, gestores, profissionais e usuários a participar das iniciativas de discussão e desenvolvimento do setor arquivístico. 4.1.1 – Aperfeiçoar os mecanismos de gestão participativa e democrática, como governo eletrônico e a transparência pública, no âmbito das instituições arquivísticas. 4.1.2 – Promover a criação de instâncias de diálogo, discussão pública e colaboração técnica para a gestão de instituições arquivísticas, ampliando a participação da sociedade civil. 4.1.3 – Criar ouvidorias e outros canais de interlocução dos cidadãos com as instituições arquivísticas, adotando processos de consulta pública e de atendimento individual dos cidadãos que buscam apoio. 4.1.4 – Incentivar a realização permanente de fóruns e seminários relacionados à formulação, à implementação e avaliação de políticas arquivísticas, consolidando espaços de consulta, reflexão crítica, avaliação e proposição de conceitos e estratégias. 4.2 – Aprimorar mecanismos de participação social no processo de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas do setor de arquivos. 4.2.1 – Promover articulações com o Ministério da Justiça e Secretaria Geral da Presidência da República com o objetivo de alterar estrutura e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, garantindo representação paritária entre estado e sociedade civil e instrumentos democráticos para a escolha de seus membros. 4.2.2 – Estimular a criação em Estados, Distrito Federal e Municípios, de conselhos paritários de cultura e/ou de arquivos, democraticamente constituídos, de modo a fortalecer o diálogo entre poder público, iniciativa privada e a sociedade civil. 4.2.3 – Apoiar a realização periódica da Conferência Nacional de Arquivos, nos termos do decreto 8243/2014. 4.2.4 – Promover a integração dos debates da Conferência Nacional de Arquivos com as Conferências de Cultura. 4.2.5 – Estimular a participação de profissionais de arquivo nas Conferências de Cultura, por meio de ações de divulgação e conscientização da importância desses fóruns. 4.2.6 – Estimular a presença de representantes da área de arquivos nos conselhos estaduais e municipais de</p>

		cultura. 4.2.7 – Promover parcerias com órgãos de controle externo, interno e social, assegurando no âmbito do poder público o cumprimento da legislação arquivística em vigor.
META 33. Até 2020, criação, em parceria com instituições públicas de fomento, de pelo menos uma linha de financiamento específica para empreendimentos arquivísticos em nível nacional.	Linha de financiamento criada.	1.1 – Fomentar as cadeias produtivas e o empreendedorismo do setor, promovendo o intercâmbio regional, nacional e internacional, valorizando elementos da economia criativa e gerando condições de trabalho e renda 1.1.1 – Mapear, fortalecer e articular as cadeias produtivas que formam a economia do setor de arquivos, estimulando pequenos e médios empreendedores para a produção de bens e serviços. 1.1.2 – Oferecer apoio técnico às iniciativas de associativismo e cooperativismo e fomentar incubadoras de empreendimentos arquivísticos em parceria com poderes públicos, organizações sociais, instituições de ensino, agências internacionais e iniciativa privada, entre outros. 1.1.3 – Fomentar a criação de linhas de financiamentos para empreendedores do setor. 1.1.4 – Promover a inclusão, na elaboração dos marcos legais da economia criativa, da produção de bens e serviços pertinentes aos arquivos, garantindo a propriedade intelectual, com a redução de entraves à circulação e à exportação de bens e serviços. 1.2 – Aprimorar e criar novos mecanismos de fomento, financiamento e benefício fiscal, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, destinado às instituições arquivísticas e centros de memória e documentação e empreendimentos de sua cadeia produtiva 1.2.1 – Analisar a carga tributária que incide sobre as empresas de prestação de serviços na área arquivística, visando criar mecanismos de isenção e incentivo fiscal para a cadeia produtiva dos arquivos, inclusive com redução de impostos de importação de equipamentos. 1.2.2 – Buscar parcerias do MinC junto a outros órgãos para a criação de linhas facilitadas de crédito e microcrédito para empreendimentos no setor. 1.3 – Identificar as instituições arquivísticas e centros de memória e documentação como equipamentos culturais capazes de estimular e contribuir para o desenvolvimento de empresas criativas e dos agentes criadores, garantindo geração de receita para essas instituições e impulsionando a cadeia produtiva do setor. 1.3.1 – Estimular a abertura de cafés, livrarias e
META 34. Até 2020, 60% das instituições arquivísticas públicas de âmbito federal, estadual, distrital e municipal abrindo espaços para empreendimentos comerciais.	Número de espaços criados.	
META 35. Até 2018, inserir em todos os editais, convênios,	Instrumentos de fomento alterados.	

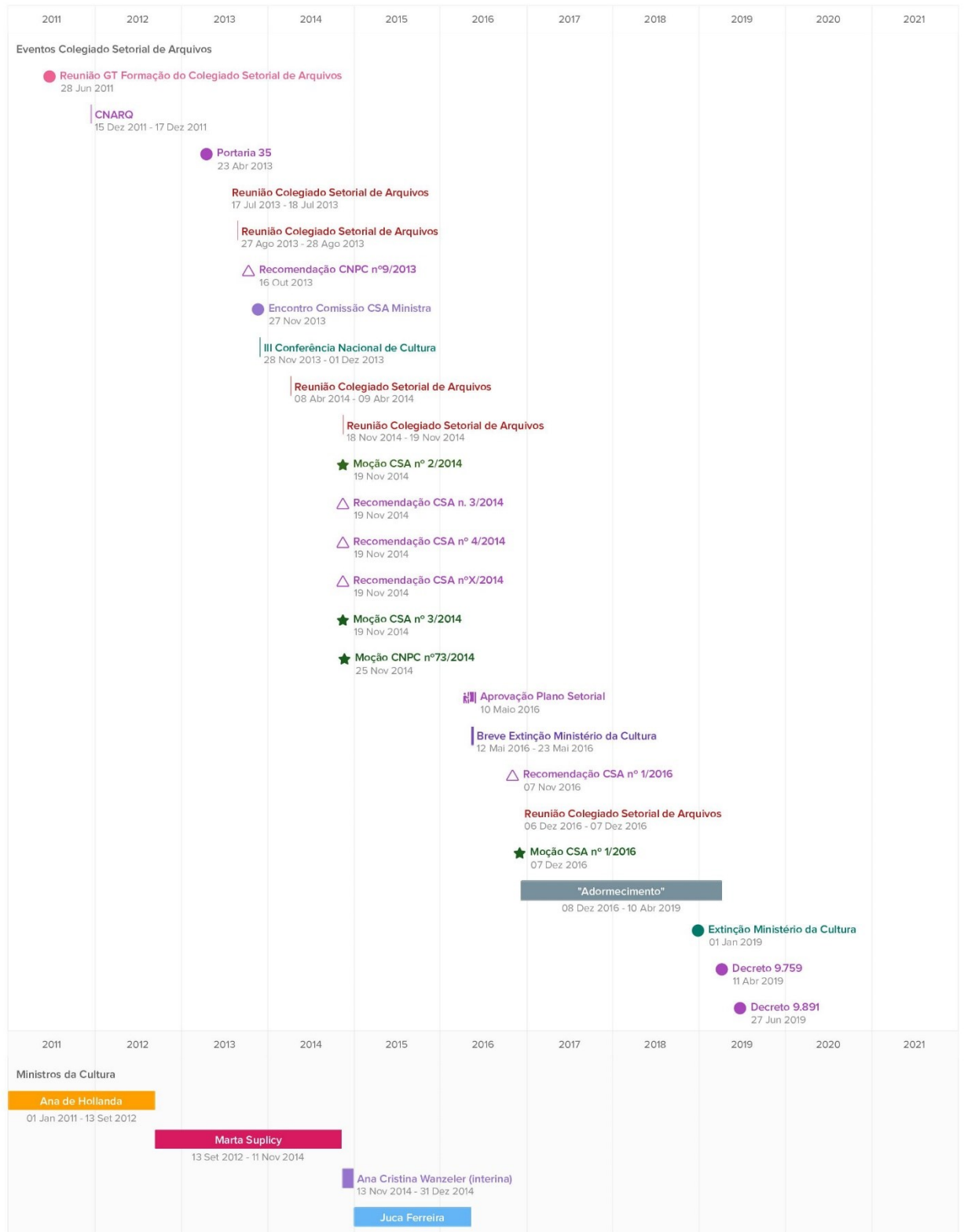
<p>parcerias e demais instrumentos de fomento e repasse de verba do Ministério da Cultura a exigência de contratação de arquivista para fazer a gestão dos documentos produzidos pelo projeto ou instituição apoiada.</p>		<p>lojas de produtos culturais junto às instituições arquivísticas e centros de memória e documentação, dando destaque à produção das comunidades locais. 1.3.2 – Incentivar a criação de produtos inspirados em itens dos acervos e nas referências culturais das localidades em que se situam as instituições arquivísticas e centros de memória e documentação.</p>
<p>META 36. Até 2025, 100% das instituições arquivísticas públicas de âmbito federal e estadual e 100% das instituições arquivísticas públicas municipais das capitais com programas de reaproveitamento e reciclagem de resíduos.</p>	<p>Número de instituições arquivísticas públicas com programas em 2015 x Número de instituições arquivísticas públicas com programas em 2025.</p>	<p>2.1 – Incentivar modelos de desenvolvimento sustentável em arquivos. 2.1.1 – Fomentar a implementação de certificação digital em instituições arquivísticas públicas, com vistas ao fim do uso de reproduções de documentos em papel, salvo em condições excepcionais. 2.1.2 – Estimular o reaproveitamento e reciclagem de resíduos de origem natural e industrial em instituições arquivísticas e centros de memória e documentação. 2.1.3 – Fomentar a capacitação e o apoio técnico para a produção, distribuição, comercialização e utilização sustentáveis de matérias-primas e produtos relacionados às atividades arquivísticas, respeitando as normas de preservação documental. 2.1.4 – Identificar, catalogar e certificar instituições arquivísticas e centros de memória e documentação que possuam programas de sustentabilidade. 2.1.5 – Estimular os órgãos da administração pública a comprar materiais e contratar serviços apenas de fornecedores que possuam certificação de sustentabilidade. 2.1.6 – Fomentar a adoção por parte das instituições arquivísticas e centros de memória e documentação da utilização de fontes</p>
<p>META 37. Até 2020, dotar 80% das instituições arquivísticas</p>	<p>Número de instituições arquivísticas</p>	<p>alternativas de energia</p>

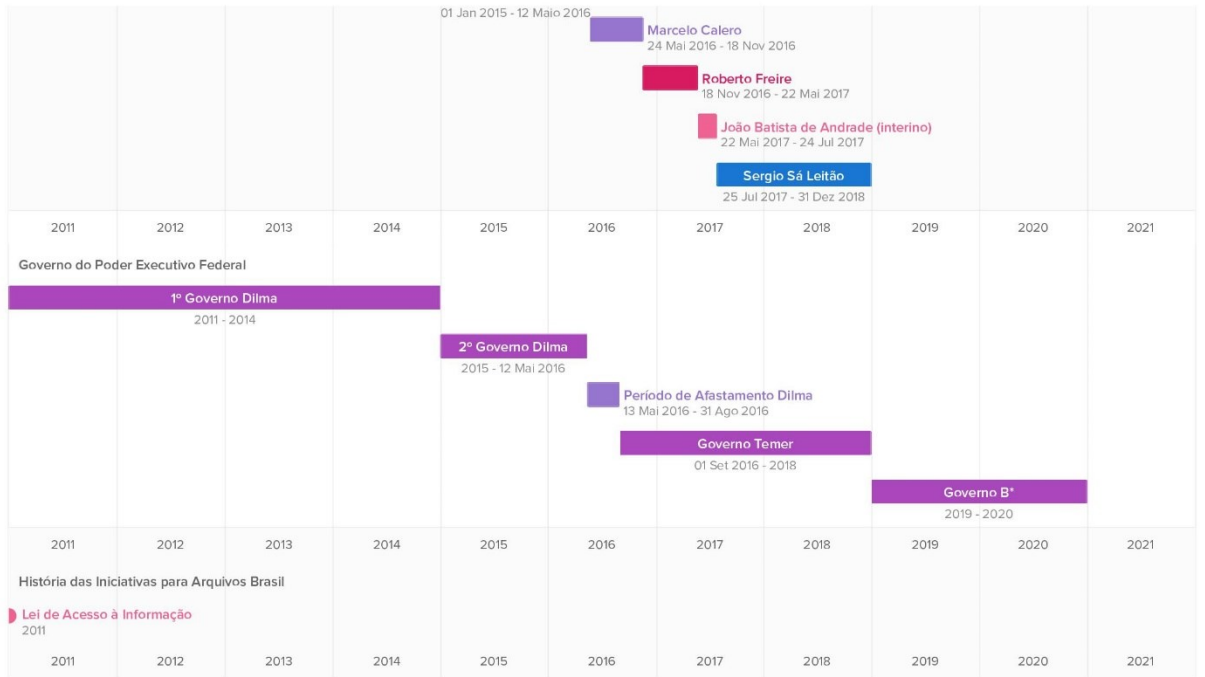
públicas de âmbito federal e estadual e 50% das instituições arquivísticas municipais das capitais com assinatura eletrônica e/ou certificação digital para garantir a autenticidade de reproduções de documentos.	públicas com assinatura eletrônica em 2015 x Número de instituições arquivísticas públicas com assinatura eletrônica em 2025	
META 38. Até 2020, instituições arquivísticas públicas integrados às estratégias e aos roteiros turístico-culturais em pelo menos um estado de cada região geográfica.	Número de regiões com instituições arquivísticas públicas integradas a roteiros turísticos	3.1 – Aprofundar a relação entre arquivos e turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores 3.1.1 – Estimular a interação entre instituições arquivísticas públicas, secretarias de turismo de municípios, Estados e Distrito Federal e empresários de turismo, promovendo o patrimônio documental e a difusão de atividades culturais para fins turísticos naqueles espaços. 3.1.2 – Fomentar programas integrados de formação e capacitação sobre arquivos, patrimônio histórico e patrimônio documental para profissionais que atuam no turismo. 3.1.3 – Incluir as atividades culturais promovidas pelas instituições arquivísticas e centros de memória e documentação nos roteiros de turismo cultural.
META 39. Até 2020, criação, em parceria com instituições públicas de fomento, de pelo menos uma linha de	Mecanismo de incentivo criado	4.1 – Integrar os arquivos às políticas de incentivo e pesquisa à inovação tecnológica, promovendo o desenvolvimento de processos e produtos associados à gestão, conservação, restauração, organização, movimentação, digitalização e difusão de acervos. 4.1.1 – Incentivar o desenvolvimento de softwares nacionais voltados para as diversas atividades do setor. 4.1.2 – Incentivar o desenvolvimento de processos técnicos inovadores especificamente para a área de documentos digitais. 4.1.3 – Promover parcerias entre

financiamento, edital ou programa de incentivo específico para inovações tecnológicas no setor de arquivos.		os setores público e privado com o intuito de assegurar recursos para a pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área de conservação de acervos em diversos suportes. 4.1.4 – Instituir um prêmio nacional que valorize a criatividade e a inovação dos arquivos brasileiros.
---	--	--

APÊNDICE A**Linha do Tempo do Contexto e Atividades do Colegiado Setorial de Arquivos do
Conselho Nacional de Política Cultural – Ministério da Cultura**

CSA





Eventos Colegiado Setorial de Arquivos

●	Pré-Conferencia Setorial de Arquivo 24 Fev 2010 - 26 Fev 2010	
●	II Conferencia Nacional de Cultura 11 Mar 2010 - 14 Mar 2010	
●	Reunião GT Formação do Colegiado Setorial de Arquivos 28 Jun 2011	Brasília
●	CNARQ 15 Dez 2011 - 17 Dez 2011	
●	Portaria 35 23 Abr 2013	Designa os membros do CSA com o mandato de 2 anos a partir de 14 dez 2012.
●	Reunião Colegiado Setorial de Arquivos 17 Jul 2013 - 18 Jul 2013	Brasília
●	Reunião Colegiado Setorial de Arquivos 27 Ago 2013 - 28 Ago 2013	Rio de Janeiro
△	Recomendação CNPC nº9/2013 16 Out 2013	Que o Min. Justiça se posicione formalmente sobre o conjunto de propostas da I CNARQ (2011) Que o Min. Justiça envie esforços para a II CNARQ
●	Encontro Comissão CSA Ministra 27 Nov 2013	
●	III Conferencia Nacional de Cultura 28 Nov 2013 - 01 Dez 2013	
●	Reunião Colegiado Setorial de Arquivos 08 Abr 2014 - 09 Abr 2014	Brasília
●	Reunião Colegiado Setorial de Arquivos 18 Nov 2014 - 19 Nov 2014	Brasília
★	Moção CSA nº 2/2014 19 Nov 2014	Apoio à Campanha de Modernização do Arquivo Nacional
△	Recomendação CSA n. 3/2014 19 Nov 2014	Recomenda que o Estado da Paraíba envie esforços para a criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba incorporando o Arquivo Histórico Waldemar Duarte e a Divisão de Arquivo do Estado.
△	Recomendação CSA nº 4/2014 19 Nov 2014	Recomenda que a Universidade Federal de Pernambuco envie esforços para criação do Curso de Arquivologia.
△	Recomendação CSA nºX/2014 19 Nov 2014	Que o Min. Cultura envie esforços junto à Presidência da República para a alteração da Lei 8.159/1991 e busque apoio da mesma para sua tramitação e votação no legislativo.
★	Moção CSA nº 3/2014 19 Nov 2014	Apoio à proposta da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul de incorporação do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul ao APERS
★	Moção CNPC nº73/2014 25 Nov 2014	Apoio à Campanha de Modernização do Arquivo Nacional
	Aprovação Plano Setorial 10 Maio 2016	
●	Breve Extinção Ministério da Cultura 12 Mai 2016 - 23 Mai 2016	
△	Recomendação CSA nº 1/2016 07 Nov 2016	Recomenda a criação de Grupo de Trabalho ou Comissão Temática para a elaboração de política arquivística no Sistema MinC

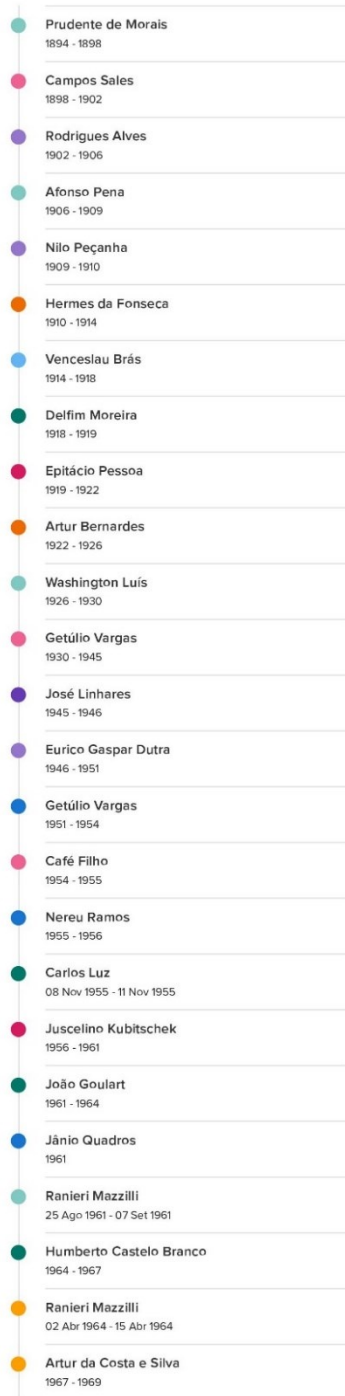
●	Reunião Colegiado Setorial de Arquivos 06 Dez 2016 - 07 Dez 2016	Brasília
★	Moção CSA nº 1/2016 07 Dez 2016	Contra PLS 146/2007
●	"Adormecimento" 08 Dez 2016 - 10 Abr 2019	
●	Extinção Ministério da Cultura 01 Jan 2019	
●	Decreto 9.759 11 Abr 2019	Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.
●	Decreto 9.891 27 Jun 2019	Nova Configuração do CNPC

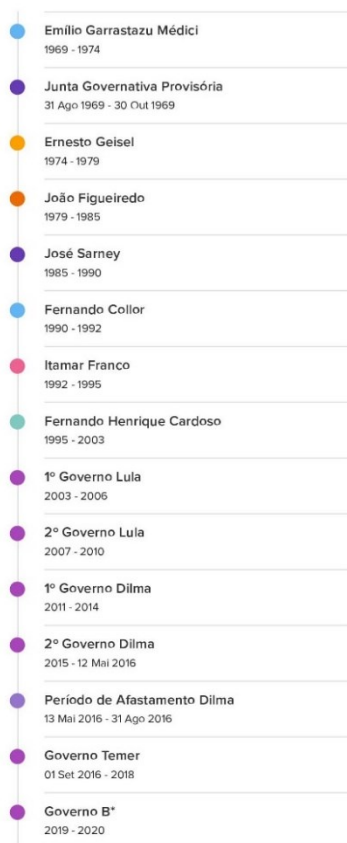
Ministros da Cultura

●	Gilberto Gil 01 Jan 2003 - 30 Jul 2008
●	Juca Ferreira 30 Jul 2008 - 31 Dez 2010
●	Ana de Hollanda 01 Jan 2011 - 13 Set 2012
●	Marta Suplicy 13 Set 2012 - 11 Nov 2014
●	Ana Cristina Wanzeler (interina) 13 Nov 2014 - 31 Dez 2014
●	Juca Ferreira 01 Jan 2015 - 12 Maio 2016
●	Marcelo Calero 24 Mai 2016 - 18 Nov 2016
●	Roberto Freire 18 Nov 2016 - 22 Mai 2017
●	João Batista de Andrade (interino) 22 Mai 2017 - 24 Jul 2017
●	Sergio Sá Leitão 25 Jul 2017 - 31 Dez 2018

Governo do Poder Executivo Federal

●	Independência 1822
●	Pedro I 1822 - 1831
●	Regências 1831 - 1840
●	Pedro II 1840 - 1889
●	Deodoro da Fonseca 1889 - 1891
●	Floriano Peixoto 1891 - 1894





História das Iniciativas para Arquivos Brasil





APÊNDICE B
Relatórios da Análise de Conteúdo – Atlas TI

Projeto: Análise de Conteúdo - Entrevistas Transcritas

Relatório criado por Evelin Mintegui em 07/03/2021

Relatório de Códigos

Todos (13) códigos

○ Arq. APAR. CULT.

11 Citações:

1:1 ¶ 26 in E01 Transcrição

Trabalhando com os arquivos municipais, isso é importante dizer, que a gente sempre vê que os arquivos municipais normalmente estão ligados a secretaria da cultura e daí então vem pouco do nosso interesse quando foi a escolha dos membros do colegiado setorial de arquivos que foi assim uma grande satisfação pra todos os arquivistas

1:5 ¶ 78 in E01 Transcrição

Eu acho que a política pública de arquivo e cultura, porque justamente o que se pensa dentro da cultura do arquivo é algo muito estático, que tá lá que fica lá e se alguém quiser buscar, então não há necessidade de trabalhar a questão mais de gestão, de organização, né. Eu acho que as coisas estão meio separadas nesse sentido, não há essa união entre uma e outra. E o que a gente vê muito bem nos arquivos municipais aqui no estado. Nós temos o arquivo histórico [00:26:21] e nós temos o arquivo da prefeitura.

3:9 ¶ 38 in E03 Transcrição

não só o arquivo, o profissional hoje no mundo contemporâneo tem que se reinventar o tempo todo. Então o arquivo não pode simplesmente se assentar nas suas funções e achar que aquilo, ou ele se projeta ou ele vai cair no esquecimento e os gestores com certeza vão desconsiderar ali no processo de reavaliação das suas prioridades. Então hoje o arquivo ele precisa o tempo todo estar se reinventando. Aí a gente cita lá o Arquivo de São Paulo. Você entra lá e você tem publicação, você tem educação patrimonial, você tem acesso à informação, você tem consulta online. Além de tudo que ele tem que fazer, de gestão documental, documento eletrônico, preservação. Ele está o tempo todo se reinventando. E é isso que tem que ser feito. Então como cultura, acho que o arquivo tem que pensar isso também. Cada vez mais, e aí a gente entra numa questão também que é a formação desses profissionais. Que tipo de profissional nós queremos para uma sociedade como essa.

5:3 ¶ 56 in E07 Transcrição

Eu não posso dizer: “Ah, documento permanente”. Ele é a nossa história, é nossa memória, é o pertencimento. Para mim, eu acho que a gente pode, uma se complementa na outra. Mas, obviamente, a gente, muitas vezes, está forçando muito a barra da parte do patrimônio, porque não tem subsídio para nós. A gente [inint]

[00:18:47]. Só tem documentos, não sei o que, cortou. E a outra parte da Lei Nacional de Arquivos, Conarq, que não dão subsídios.

5:6 ¶ 92 in E07 Transcrição

Essa diversidade, que essa diversidade faça... se junte tudo e a gente consiga tentar ajudá-lo através da cultura. E isso aí me surpreendeu bastante, porque muitas vezes o Governo, dentro da gestão, não está nem aí para essas diferenças, para essa história e tudo mais. Então, eu achei muito legal, pelo menos a Cultura estar desenvolvendo uma coisa assim. Então, no final de todo o processo, não interessava onde estivesse. O que interessava é que tinha política, tinha meta, tinha objetivo.

6:4 ¶ 51 in E08 Transcrição

Sempre pensando nessa ideia da cultura como um todo. Por isso que eu sempre... tem sempre essa discussão. “Ah, mas vai fazer coisa...” Sei lá, apresentação cultural, leitura dramatizada de documento, coisa a partir de documento. Sim, tem que fazer isso também, isso é muito legal, mas tem que fazer coisa que não seja relacionada com o acervo também. Isso não é necessariamente um problema.

7:2 ¶ 115 in E09 Transcrição

eu acho que é uma conjunta, sabe? Eu acho que nunca é uma coisa só. Eu acho que pode ter sido tudo junto. O fim do pró-documento, a Lei 8.159 a percepção equivocada que o Arquivo Nacional cuidaria de tudo. O Arquivo Nacional não teria que cuidar de tudo, nem a Legislação fala que tem que cuidar de tudo.

8:1 ¶ 37 in E10 Transcrição

Foi muito... assim, selecionado aqui pela [inint] [00:03:43] que discutia... o intuito naquele momento era inserir o objeto arquivo como um aparelho cultural.

8:9 ¶ 49 in E10 Transcrição

Eu acho que a gente pensar o Arquivo como patrimônio cultural é pensar o patrimônio também enquanto Arquivo, [inint] [00:13:47] memória. Então, claro, eu acreditava. Acreditar, a gente acredita plenamente. [Inint] [00:13:54] um patrimônio cultura é um patrimônio da humanidade. Pensar em termo em memória. Então, assim, [deixa] até que a gente também queria envolver essa questão do patrimônio cultural na área [inint] [00:14:14]. Queria também atender a necessidade [inint] [00:14:19] também o Arquivo como papel não tão cultural, mas que pudesse chamar a atenção desse Arquivo que não ocupa um papel não tão cultural para também ser um aparelho de cultura.

9:2 ¶ 102 in E11 Transcrição

Mas eu acho que, mesmo como ciência da informação, para mim não exclui a questão dessa perspectiva, você pegar as coisas dessas pessoas. Principalmente eu vejo isso muito em comunidades pequenas. Por que você não pode, entendeu, pegar as fotos que as pessoas têm no seu dia a dia lá, clube de mãe, não sei o que, e botar lá no Arquivo [inint] [00:22:04]. Eu acho, assim, que nessas comunidades, Arquivos podem ser inclusive elementos catalisadores da comunidade.

9:4 ¶ 97 in E11 Transcrição

Tanto que parece que até eu falo isso na minha votação [inint] [00:18:49] como a minha plataforma nessa situação de por que os Arquivos públicos, os Arquivos, não podem [inint] [00:18:57] ter Arquivos comunitários, fazer um trabalho junto com as comunidades indígenas que eu gosto. Ter também essa parte de... dentro do Arquivo público, de repente, você ter também uma estrutura de cultura, de cultural, de como essas pessoas retratam o dia a dia delas, o cotidiano. Eu acredito hoje que isso é perfeitamente possível, você estabelecer isso ao lado dos Arquivos mais tradicionais, os Arquivos... embora que isso na prática seja meio complicado, mas eu acredito que, em pequenas comunidades, onde você tem um mínimo de um Arquivo público, Arquivo. [Inint] [00:19:39] não é Arquivo. Mas, assim, eu acho que [inint] [00:19:47] de você poder ter ao lado dessas estruturas tradicionais, você ter... eu acho que é até uma forma de você trazer um público que habitualmente não está acostumado com Arquivo.

○ Arq. como fonte de informação científica

3 Citações:

2:1 ¶ 42 in E02 Transcrição

nós temos documentação lá que a história e a vida na cidade estão lá dentro daquela documentação, mas você não tem profissionais lidando com essa documentação. E em alguns momentos a gente encontrou gente incomodada por ter que guardar aquela documentação. Imagine o desespero que a gente fica nesse momento. Mas incomodada por quê? Isso aqui é uma fonte rica de informação, poderia até estar gerando interesse por acesso à essa informação.

6:3 ¶ 47 in E08 Transcrição

E a produção científica técnica arquivística que pode contribuir para auxiliar a Cultura também.

9:1 ¶ 97 in E11 Transcrição

não gosto muito da visão de arquivo patrimonialista. Tenho algumas restrições a isso. Mas, por outro lado, para mim que vinha dessa coisa do acadêmico, de não sei o que, eu achei interessante no início, porque abre uma perspectiva nova. Por exemplo, mudou um pouco o meu... embora, assim, a gente, a impressão minha de nossa equipe, sempre teve uma visão do Arquivo não como administração, mas o Arquivo como ciência da informação. Eu, por exemplo, sou fã do [Malheiro], aquela galera lá do [inint] [00:18:07]. Gosto muito das coisas dele. Então sempre tivemos essa posição de informação científica. Os Arquivos como informação científica, não interessa suporte, não interessa nada.

○ Arq. Estrut. Próprias

13 Citações:

1:3 ¶ 50 in E01 Transcrição

u acho que a dificuldade sempre é essa: tentar mostrar que embora arquivo seja cultura ele precisa estar ligado também a gestão. É o que eu sempre mostro: Nós precisamos que o arquivo esteja ligado a um órgão bem central [00:18:12], à administração central, a prefeitura ou à secretaria geral do município

1:5 ¶ 78 in E01 Transcrição

Eu acho que a política pública de arquivo e cultura, porque justamente o que se pensa dentro da cultura do arquivo é algo muito estático, que tá lá que fica lá e se alguém quiser buscar, então não há necessidade de trabalhar a questão mais de gestão, de organização, né. Eu acho que as coisas estão meio separadas nesse sentido, não há essa união entre uma e outra. E o que a gente vê muito bem nos arquivos municipais aqui no estado. Nós temos o arquivo histórico [00:26:21] e nós temos o arquivo da prefeitura.

1:9 ¶ 50 in E01 Transcrição

Porque embora os arquivos estejam na cultura', a cultura não se dá conta da importância disso. Ou não prevê esta necessidade de gestionar.

2:3 ¶ 62 in E02 Transcrição

E outra coisa também é gestão. Não tem gestão. Então o que você sempre encontra é documentações que você precisa fazer uma atuação dela para preservar. Mas aí você acaba fazendo o seguinte, você preserva essa documentação, você faz [00:50:40] um trabalho incipiente nessa documentação, esse é um arquivo que continua escondido para a sociedade. Não existem projetos que consigam entrar diretamente nesses arquivos já num trabalho para a divulgação. Porque até chegar nisso aí tem muita coisa a ser feita.

2:6 ¶ 50 in E02 Transcrição

u acho que numa representação, na área de arquivos, meu entendimento é assim. A gente tem muitas questões similares [00:40:35] que acontecem. Por exemplo, os arquivos estaduais, a onde eles estão vinculados? A grande maioria estão em Secretarias de Cultura. Poucos estão vinculados à uma linha mais alta, administrativa. Então isso define muito como um arquivo ou outro vai proceder a sua execução. Alguns tem dotação específica, pode trabalhar, outros tem muita dependência, como é o caso do arquivo aqui, público do Estado, que tem muita dependência porque está vinculado à secretaria de cultura. Então é ele tem muita coisa a ser trabalhada, mas tem muito pouco do que colocar em prática. Porque fala autonomia.

3:1 ¶ 30 in E03 Transcrição

Na maioria das vezes os arquivos municipais existem fisicamente, mas não existem dentro da estrutura organizacional. Ou existem na estrutura organizacional, mas não existem na realidade. Então hoje eu posso dizer assim de forma empírica [inaudível, erro de conexão] com exceção de algumas regiões alguns municípios da região metropolitana ou algumas cidades no Sul, menos, no Sul a gente vê isso bem menos.

3:2 ¶ 30 in E03 Transcrição

O arquivo ele é o custodiador do conjunto de documentos produzidos e recebidos pela instituição no decorrer de suas atividades. Então ele acaba recebendo aquele material que passou pela tabela de temporalidade, depois que perde seu valor primário e recebe seu valor secundário como parte do patrimônio. Perfeito

3:8 ¶ 38 in E03 Transcrição

Que boa parte dos arquivos, até seria uma pesquisa interessante de se pensar, estão ligados a que secretarias? Não é de administração, é secretaria de cultura. As vezes até faz uma aventura, vai lá ligar numa secretaria de gestão, mas aí entra um novo governante e aí não: arquivo é cultura. E isso aí é um problema falho na nossa perspectiva porque você só vai ter um arquivo permanente a partir do momento em que você cuida do corrente. Então, a Bellotto já trabalhava isso há décadas, essa é uma lição que ela deixa lá no seu livro Arquivos Permanentes. Que o Arquivo Permanente é o resultado de uma boa gestão documental.

3:10 ¶ 46 in E03 Transcrição

Porque nem sempre um arquivo permanente é só cultura. Você está fazendo uma pesquisa de um projeto científico, mas a gestão administrativa muitas vezes recorre ao arquivo permanente para pegar informações necessárias num determinado projeto, determinado parecer.

5:1 ¶ 56 in E07 Transcrição

Então, assim, se bem eu estou inserida em um contexto que for a característica no meu trabalho, eu tenho que seguir a política pública dentro da [inint] [00:14:41], da Lei Nacional de Arquivo, do Arquivo nacional, do Conarq, tudo mais. Tem muitos Arquivos que somente estão inseridos nessa parte dessa ramificação do patrimônio, da parte da cultura. Tem muitos Arquivos Municipais que o histórico está na cultura, mas não deixam de ser Arquivos.

5:2 ¶ 56 in E07 Transcrição

Então, é uma dessas coisas que [inint] [00:16:08] quando trabalhei na minha Dissertação, [inint] [00:16:12], tinha que trabalhar a parte do patrimônio, porque o curso era de patrimônio cultural. Então, eu puxei o patrimônio, e [falo], e falo o que é. O documento arquivístico aparece muito pouco, mas ele aparece. Aí eu tento [inint] [00:16:35], já que é tudo normativa governamental e tudo mais, eu tenho que começar essa [colheita]. Então, a gente tenta [pegar] também outras organizações, por exemplo, Unesco, e tudo mais, para tentar dar, digamos assim, um embasamento que alguns vão além e outros não. Eu acho que a parte do patrimônio e a parte do documento, na parte do patrimônio, patrimônio cultural e tudo mais, ele só tem um pesinho. Quem tem que ser envolvido muito mais é a Lei Nacional do Arquivo, a Conarq, Arquivo Nacional e tudo mais. Mas, se desse oportunidade de fluir, eu acho que todo mundo estaria trabalhando pelo Arquivo. Para mim, não interessa se está na Cultura ou na Administração.

5:10 ¶ 88 in E07 Transcrição

Então eu acho que teve que ser uma construção, sabe, também, e quem não estava acostumado, para se controlar e pensar que tu estava em um eixo da Cultura. E, muitas vezes, a gente pensava assim: “Tudo bem, a gente está na Cultura, mas pessoal que trabalha ali também vai precisar ter capacitação”. Sabe? E aí que a gente sempre

puxava, sabe, o outro. Pois é. Quem sabe o Arquivo Nacional possa dar respaldo. Mas eles também vão precisar ter algum [fundo] porque, gente, precisa de material, não sei o quê. Sempre a gente puxava, sabe, a parte da administração. Mas, num primeiro momento, foi difícil de eu me colocar só na Cultura, porque minha realidade era completamente diferente.

10:1 ¶ 58 in E12 Transcrição

porque uma parte do Arquivo é histórico, mas ele é corrente, então [sempre] tem que ficar na Administração. Aí nós queríamos passá-lo para a Secretaria do Gabinete da Casa Civil. Se ficasse lotado lá, poderia andar melhor a gestão documentária, a gestão histórica, essas questões. Nós tentamos lá com a Dilma. Mas não foi para frente, não. Inclusive, eles pegaram, usaram o Arquivo Nacional como moeda de troca. Nunca se preocuparam muito com a memória

○ Arq. MEM. SOC.

2 Citações:

3:6 ¶ 30 in E03 Transcrição

Essa coisa da memória de entender como parte do patrimônio isso tem que vir não só acho que a Biblioteca o museu enfim os espaços de memória esses lugares de memória precisão desse tipo de ação. Se quiserem realmente serem reconhecidos como tal.

5:4 ¶ 64 in E07 Transcrição

Só que essa parte de pertencimento ninguém tem. Ninguém o reconhece. É complicado porque ninguém se lembra, ninguém sabe. Então eu acho que a gente tem que fazer... até muitas vezes, a gente parece que tem que fazer um trabalho inverso. A gente identifica, a gente diz que é importante, a pessoa não conhece e a gente dá e [inint] [00:21:44]. Então alguém em algum momento: “Me lembro disso aqui”, mas, corriqueiramente, a pessoa não se lembra. Então, fazer isso também com o patrimônio cultural é complicado.

○ Arq. PATR. CULT.

11 Citações:

1:2 ¶ 42 in E01 Transcrição

Eu, me parece que não se chegou no plano a esse ponto né? Algumas discussões, até porque nós estávamos dentro do Ministério da Cultura, né. a gente precisava discutir essa questão. Mas me parece que ficou definido é muito mais a parte da gestão e dos grupos que se formam, né? Principalmente na sociedade civil e que estão se organizando ou não estão se organizando, e as coisas vão ficando sem muito cuidado, né? E aí vem, não sei se aqueles programas do Cultura Viva, [00:14:03] alguma coisa

assim ele buscava reunir né. Essa questão do arquivo como patrimônio. Embora a gente, nos municípios, a maior parte deles Esteja dentro da Cultura né, que deveriam estar bem ligados ao patrimônio, mas o que a gente vê, e isso transparece em qualquer documento né, é que o arquivo histórico né, é muito uma coisa assim de reunir coisas soltas, que alguém doa. Nunca vem da parte da gestão e depois passa a constituir patrimônio. Então eu acho que lá não chegou assim a se discutir muito isso, de patrimônio né. Embora dentro da Cultura, e que a gente saiba que é um patrimônio cultural nas nossas instituições.

2:2 ¶ 42 in E02 Transcrição

E a gente vê que a gente precisa ter um trabalho, né, sei lá, de fomentar essa visão do acervo como um patrimônio de fato.

2:4 ¶ 42 in E02 Transcrição

Sim, a discussão de fato, ela não ocorreu de forma intensa a ponto de chegada se produzir uma linha de propostas, as propostas enveredaram muito por três itens que foram a interação com o Sistema Nacional, da Cidadania e direitos culturais e a consolidação da economia da cultura e desenvolvimento socioeconômico. Talvez o primeiro grupo tenha pensado nesses três itens para poder puxar um pouco o arquivo para uma linha onde ele ganhasse mais interesse, lidar com diversidade, com as questões econômicas etc. e [00:34:24] a interação plena com o SINAR, o sistema nacional de arquivos. Mas não houve assim, uma produção de ideias cercando essa questão do arquivo com o patrimônio, de fato. Pelo menos no grupo. A gente tem grupos e subgrupos na discussão do Conselho, né? Então na discussão maior isso não apareceu. E sim, eu acho que até pela realidade que nós temos aqui, de fato, temos arquivos que por si só são grandes patrimônios.

3:3 ¶ 30 in E03 Transcrição

A questão é que dentro desse guarda-chuva de coisas nós temos coleções, nós temos acervos pessoais, nós temos documentos dos mais diversos suportes e tipos e necessidade de tratamento, que acabam sendo recolhidos por esses arquivos como parte do patrimônio documental.

3:4 ¶ 30 in E03 Transcrição

Ela faz parte é uma realidade hoje dos arquivos. Né as coleções os acervos privados.

3:5 ¶ 30 in E03 Transcrição

Na questão de política pública a gente precisa que as pessoas tenham... O patrimônio cultural só vai ter o reconhecimento por parte da população. Para se entender e essa questão da identidade cultural do pertencimento a partir de políticas de educação patrimonial. Ninguém sabe onde é o arquivo. Ninguém vai saber onde é o arquivo até que você precise ir lá pegar um documento para você fazer sua cidadania. Então... E ainda vai continuar sendo o lugar que você vai lá buscar a dupla cidadania.

3:7 ¶ 26 in E03 Transcrição

Ele é dentro da Constituição citado. Costumo dizer que ele é citado, mas não existe o reconhecimento por parte da legislação nesse sentido. E o CONARQ não deu conta as políticas públicas necessárias não só para questão da gestão, mas como da questão do

acesso e da educação patrimonial para os arquivos. Tanto que não existe nenhum material junto ao CONARQ referente à questão das políticas culturais, das políticas de acesso à informação nesse sentido do uso da educação patrimonial do arquivo, você observa que isso não tem. Em compensação você pega o IPHAN e ele já tem essa política montada.

4:1 ¶ 46 in E04 Transcrição

Não, eu entendo o documento arquivístico como parte do patrimônio cultural, sem dúvida. Tanto defendo isso que minha dissertação de mestrado é na área de educação patrimonial em arquivos. Então, de fato, entendo que você pode usar o conjunto documental entendendo como parte do patrimônio cultural, sem dúvida alguma. Não acho que isso seja um problema não. E até onde me recordo do que está lá no plano setorial de arquivos essa noção ela permeia o plano setorial. Se não me engano tem inclusive uma das metas lá, voltada para essa questão da educação patrimonial em arquivos de cultura.

4:2 ¶ 50 in E04 Transcrição

A gente tinha, tem um movimento ainda apesar de tudo, uma pesquisa que a gente está buscando criar conteúdos para esse site baseado no que o Arquivo Nacional do Reino Unido faz em termos de educação patrimonial. Então a gente tem tentado divulgar [inaudível] e criar opções nesse sentido da educação patrimonial. Então assim sem dúvida que a gente entende lá que documento arquivístico faz parte do patrimônio cultural, sim.

5:5 ¶ 68 in E07 Transcrição

Eu acho que, muitas vezes, é a gente que luta para que essa memória não se perca, para tentar convertê-lo em um patrimônio cultural, porque dificilmente tu vai ver um dos nossos Arquivos reconhecido como patrimônio cultural, a não ser que seja o de fulano de tal, mas muita gente também não conhece. É complicado. Eu acho que é lamentável. Isso aí é construído na versão inversa, porque é a gente que trabalha que dá publicidade para que o pessoal comece a sentir que pertence, que pertence, que é importante, que fez parte, que faz parte, que fará parte da vida deles.

6:5 ¶ 67 in E08 Transcrição

Porque tinha um Colegiado de Patrimônio em específico. Dois, na verdade. Um de material e um de imaterial. E a gente tinha trânsito com o pessoal. O pessoal de Livro e Literatura, Patrimônio, eram pessoas muito próximas. Acho que foi essa intenção de estreitas essas políticas e [inint] [00:28:13] vir daí. Só que esta intenção partiu muito mais do Ministério da Cultura do que propriamente dos Arquivos, assim.

○ expectativas de futuro: atuais

11 Citações:

1:8 ¶ 86 in E01 Transcrição

Eu sempre digo, eu ainda espero ver um arquivo, por exemplo, aqui em Santa Maria, um arquivo municipal funcionando como Arquivo Público Municipal. Que eu já disse pra vários prefeitos passados nesses 40 anos, né? E por último, para um secretário da cultura, e eu disse: olhe, faz 35 anos que eu luto pra essa criação, e ele me disse: e a senhora não cansou ainda, professora? Eu digo, não, ainda continuo com essa expectativa.

2:7 ¶ 70 in E02 Transcrição

Quando se constituir um conselho estadual e municipal ele pode beber no plano nacional, olha, está se pensando isso aqui, então vamos trabalhar essa meta do plano aqui. Vamos consolidar essa meta do plano fazendo alguma atuação de forma a gente se encontrar, convergir. Quando não tem um plano Nacional atuante então você fica meio que solto, trabalhando coisas distantes. Então acho que houve uma preocupação, ainda voltando a primeira pergunta sobre o plano, de que se consolidasse bem essa estruturação. Ter um plano nacional, mas cuidado de dar visão aos [conselhos, colegiados] de arquivos setoriais estaduais [01:00:50] setoriais municipais, falando diretamente com eles, pra que eles tenham interesse de se fazer também seus planos. Eu vejo que se a gente não retornar a ter a estrutura de conselhos como existiu até 2017, a gente vai acabar perdendo esse fio da meada. Que vai ser difícil introduzir pontos importantes desse plano em discussões com outras setoriais, já com demandas exclusivas deles. A gente encontrar um ponto em que possa colocar e ficar meio que solto [sobre a nova configuração do CNPC]. Acho que o ideal seria que a gente lutasse para que a setorial de arquivos voltasse. Acredito que na estrutura governamental que a gente tem hoje isso é praticamente impossível. Teria que vir uma nova ordem para a gente poder retomar isso.

4:3 ¶ 70 in E04 Transcrição

Sinceramente depois dessa reorganização acho que a gente vai ter muita dificuldade de retomar as coisas, a não ser que mais para a frente a gente tenha um governo que entenda a importância dessa participação mais direta da população que está ligada à área de arquivos. EM relação a isso sou muito pessimista no curto prazo.

5:8 ¶ 96 in E07 Transcrição

Mas eu acho que, assim, um dia da caça e outro do caçador. Então eu acho que tempos bons virão, só que a gente vai ter que fazer muita coisa para deixar as coisas como a gente quer, como teria que ser. E acho que isso aí vai demorar. Só que quem está fazendo cultura, quem está nessa área do patrimônio e tudo mais, ele não pode desistir. Eu acho que a gente tem que resistir. Resistir porque é o final e o que vai ficar.

6:11 ¶ 79 in E08 Transcrição

Acho que a política nacional em nível federal é muito confusa. Quem disser que sabe o que vai acontecer amanhã está mentindo, ninguém sabe o futuro. É muito difícil. Não dá para ter uma previsão de duas horas. E isso, ao mesmo tempo, é ruim, é muito mais ruim do que bom. Tem um aspecto até bom que é... eu acho que o Arquivo, essas áreas da [inint] [00:36:35] cultural, elas têm zero prioridade dos atuais governantes. Eu falo zero prioridade, pode ser muito ninguém vai investir, ninguém vai não sei o quê. Mas, ao mesmo tempo, zero prioridade significa pouca intervenção. Significa pouca intervenção negativa. Agora, para voltar a um nível de debate, de

discussão que seja interessante e tal é muito [inint] [00:37:11], porque as estruturas foram destruídas, não tem mais Ministério da Cultura.

7:5 ¶ 127 in E09 Transcrição

Em um futuro a curto prazo, nada. Em um futuro a curto prazo, nada. Em um futuro médio e longo prazo, que a gente retome isso que a gente retome esse trabalho, não daquele ponto, porque nunca será daquele ponto, mas que a gente retome e que a gente construa o emponderamento dos Arquivos. Eu acho que... uma vez até falei para um político isso. Eu falei assim: “As pessoas não entendem a transversalidade dos Arquivos e, portanto, o poder que os Arquivos têm na sua transversalidade”, porque realmente... então, a curto prazo, eu não espero nada. A médio e a longo prazo, que a gente retome o trabalho que a gente estava construindo, que os Arquivos se emponderem, que os profissionais se dediquem cada vez mais. Que a gente consiga orçamento, consiga dinheiro, porque só com boa vontade a gente não faz nada. Com boa vontade a gente não faz nada. E tudo passe visibilidade. Pela visibilidade e pela eficiência também. E pela qualidade do serviço que você oferece.

8:5 ¶ 99 in E10 Transcrição

Era uma possibilidade que foi dada. Não podemos negar isso. Foi uma possibilidade que foi dada. Então, a participação de um Colegiado de Arquivos na Cultura, ela não foi efetivada em termos de políticas públicas da forma que a gente queria.

8:13 ¶ 107 in E10 Transcrição

O legado que fica é isso que eu falei lá no início da conversa. Foi constada a necessidade de benefícios e proveitos para o cidadão brasileiro possa exercer na sua participação cidadã, da cidadania. Isso [inint] [00:28:51]. E que isso [inint] [00:28:56], de fato, isso está contemplado nas políticas públicas [inint] [00:29:00], mas que, infelizmente, não se perpetuou. Então o legado que fica é a memória, [inint] [00:29:10] possa ser retomada. Sim, com melhorias, sim. Com aperfeiçoamento da máquina, óbvio, mas dentro dessa perspectiva [inint] [00:29:25] até hoje, o legado que fica é que precisamos conversar e efetivar um Plano de participação do Arquivo na cultura. Ponto. Ah, se isso vai acontecer em breve, [inint] [00:29:41] ou a longo prazo, aí eu não sei, mas precisamos [fazer].

9:6 ¶ 106 in E11 Transcrição

Eu, assim... porque também as novas tecnologias me assustam muito, porque eu vejo que a gente não está preparada. Se tu falar exemplo do meu, onde eu trabalho, no Arquivo, nós já estamos vivendo esse novo. Nós já estamos... [inint] [00:23:03] um balcão de não sei o que do Ministério que a gente vai digitalizar, disponibilizar, não sei o quê. Mas tem Arquivos no Pará [inint] [00:23:14]. Então eu não sei como a gente vai se virar daqui para frente. Eu não sei como que vai ser, assim, porque, às vezes, eu acho, assim, que [inint] [00:23:25] não superaram o papel.

9:7 ¶ 114 in E11 Transcrição

Nós temos que nos tornarmos [inint] [00:27:33] institucionalmente”, porque a gente vai estar lá na nossa caixinha, arrumando as nossas coisas, e as coisas estão [rolando]. Até que ai chegar um dia alguém que vai achar que nós não temos nenhuma

importância ali. Então acho que o arquivista, nesses tempos, tem que participar desses processos de planejamento, sabe? A gente tem que se tornar uma referência.

11:4 ¶ 90 in E13 Transcrição

Bom, o que eu desejaria é que fosse pensado isso de modo integrado. Hoje, por exemplo, o Arquivo Nacional está arrumando a casa, pensando nesses estudos prospectivos. Acho que é dois mil e vinte ou dois mil e trinta e cinco que eles estão pensando. E aí... e eu não sei também a que ponto isso... mas hoje eles estão mais centralizados na questão do Arquivo Nacional mesmo enquanto instituição e tal. Só que o que a gente precisa, obviamente, está a passos lentos, mas é organizar a casa e fazer essas interseções, fazer esses diálogos

○ expectativas de futuro: da época

10 Citações:

1:6 ¶ 34 in E01 Transcrição

No início a gente não sabia muito bem qual era, onde nós íamos chegar com este colegiado, mas a turma foi se entrosando nas primeiras reuniões, aí a gente discutiu muito e sempre foi baseado no Plano Nacional de Cultura, aquilo que o plano representou e que nós tínhamos aí os eixos. E aí já na conferência [00:10:03] nacional de arquivos que também ocorreu naquele meio tempo né. Nós tivemos então o resultado da realização do plano setorial em três eixos, que aí tu já deves estar com ele também bem claro. E esse foi o grande Desafio do colegiado, né. Como estruturar isso, todos estes eixos, todas essas estratégias.

2:8 ¶ 35 in E02 Transcrição

Inicialmente eu pensei que a gente ia sentar nessas quatro reuniões para poder desenvolver esse plano, fazer uma avaliação dele, ver o que era ainda pertinente, o que a gente poderia melhorar, o que a gente poderia acrescentar. O que acabou não sendo possível. Uma outra coisa é que a gente já tinha algumas experiências de algumas ações locais, que eu queria ver se havia possibilidade de trabalhar essas ações dentro do plano. Uma delas é que a gente aqui no **estado**, a gente tem os editais de [00:15:10] cultura, e eu fiquei sabendo lá na primeira reunião que nós tivemos que poucos estados tinham editais de cultura sistemáticos.

3:11 ¶ 34 in E03 Transcrição

São coisas que hoje são bem debatidas e bem fortes a nível de promoção da questão cultural, mas o não reconhecimento do arquivo era um problema. A consolidação desse plano seria uma ferramenta para os futuros conselhos poderem cobrar isso. A gente tinha uma expectativa assim vamos fazer um trabalho. Lógico que tudo pode ser melhorado, era a primeira vez está sendo feito, a gente não tinha um plano anterior não tinha experiências anteriores. Tanto que a gente vai se basear a gente vai beber muito da água do próprio IBRAM, do histórico do IBRAM dos documentos produzidos pelo IBRAM, com as devidas mudanças adaptações e adequações, evidentemente. Mas era o que a gente tinha de mais próximo. A nível de Brasil. Então a gente tinha uma perspectiva de que isso fosse possível cobrar.

3:12 ¶ 34 in E03 Transcrição

Era o momento que a gente pensava muito nessas políticas, mas a grande perspectiva vou te falar qual que era: era perspectiva de recurso. De ter um Fundo Nacional de Cultura. Isso é uma política que a gente pensava: olha se a gente tiver um plano setorial vai ter o Fundo Nacional de Cultura e esse plano iria então endereçar o caso do arquivo esses investimentos a nível de Cultura

5:7 ¶ 72 in E07 Transcrição

Todo mundo ali queria o básico do básico. Com o que nós estávamos preocupados com a realidade que a gente tinha? Que nem todo estado, por exemplo, tinha um Arquivo Estadual. Que nem todos os Arquivos tinham gente capacitada para trabalhar neles, tinham condições humanas para trabalhar neles. Então tinham pessoas que trabalhavam na capital, por exemplo, Rio de Janeiro, não sei... São Paulo, tudo mais, então o pessoal já estava acostumado com um tipo de realidade, e tinha gente que vinha lá do Pará, de lugares longes, onde, muitas vezes, não tinha internet nos lugares onde o pessoal ia. Então, tu tinhas que tentar colocar no meio termo, porque a política era para todo mundo. Então a gente não podia almejar... obviamente, todo mundo queria as melhores coisas para os Arquivos e tudo mais. Só que a gente também tinha que ver a capacidade, e nós tínhamos que ver e nos colocar no lugar de algumas pessoas que não tinham coisas mínimas. Então a gente também teve que trabalhar isso aí em uma realidade que nos era completamente desconhecida. Então a gente tentou pelo menos... se bem que nós tínhamos aquela coisa... claro, todo mundo precisa ter, não sei o que, que não tivesse um Arquivo Público Municipal, tentar fomentar para que fosse... sabe? O Arquivo tivesse outro olhar.

6:8 ¶ 43 in E08 Transcrição

No início, a gente tinha algumas metas, assim, algumas ideias muito audaciosas. A gente queria produzir o Plano, que a gente conseguiu. Queria garantir algumas linhas no fundo, algumas linhas de fomento específicas de Arquivo no âmbito do Ministério da Cultura. A intenção também não só em instituições públicas, mas em arquivos privados, em memória... enfim, centro de memória e documentação de [inint] [00:11:21], de pontos de cultura. A ideia era de... bom, porque, claro, toda essa coisa era no âmbito do Ministério da Cultura, então a gente tinha sempre essa discussão. E era sempre confuso de entender o nosso papel ali. A gente não estava falando especificamente ou diretamente de política arquivística, sobre gestão, sobre... enfim, mais sobre as conexões, as relações entre sistemas com o mundo da cultura. E pensando não só em arquivos públicos, em arquivos públicos também, como eles poderiam ser... se tornarem equipamentos culturais mais amplos, como poderiam ter uma interface com o mundo da cultura, mas também em arquivos especificamente culturais, no âmbito cultural. Arquivos de teatro, arquivos de... enfim, grupos culturais, ponto de cultura. Cultura era uma coisa que a gente debatia muito porque estava na ordem do dia naquela época.

8:4 ¶ 45 in E10 Transcrição

quando chegou lá pela primeira vez, a expectativa era tentar inserir o arquivo como objeto cultural dentro das políticas públicas.

9:8 ¶ 73 in E11 Transcrição

Já [dava] no Plano Setorial que eu considero um dos melhores documentos sobre Arquivo. Acho que o Arquivo Nacional nunca fez [isso daí]. Eu achei muito bacana. Mas, assim, havia coisas ali que eu achava que era irrealizáveis.

10:2 ¶ 50 in E12 Transcrição

A minha expectativa dessa participação era, através do Colegiado, tentar duas coisas. Criar uma representação do Arquivo Nacional aqui na Amazônia, porque, para tu teres uma ideia, tudo sobre a Amazônia não está aqui. Toda a documentação se encontra espalhada pelos Ministérios. E nós queríamos, além disso, além da criação de uma sede regional do Arquivo Nacional, nós queríamos também criar o curso de Arquivologia e ter uma política nacional de digitalização, preservação da memória documental. Foram essas três principais metas que nos levaram a participar do Colegiado Setorial. Só que lá é tudo mais complexo, a situação.

11:3 ¶ 37 in E13 Transcrição

Não, não tinha muita expectativa, até porque, bem como eu disse, eu estava meio que conhecendo. Inclusive, eu acho que eu fui a mais nova, eu era a mais jovem

○ participação política: APD

11 Citações:

1:7 ¶ 70 in E01 Transcrição

Alguns pontos, e aí eu não posso precisar qual, porque como nós tínhamos a sociedade civil e os órgãos públicos muitas vezes os representantes da sociedade civil viam mais o seu lado e os órgãos públicos viam mais a parte pública. Eu me lembro que teve uma reunião que uma representante Nacional ela discutiu, [00:23:18] não sei qual era o assunto, né, e na próxima reunião ela não foi porque ela não aceitou que alguém tivesse ido contra a opinião dela.

1:10 ¶ 74 in E01 Transcrição

Marcante [00:24:20] me marcou muito foi essa questão, de que um grupo, um colegiado tenha se criado pra discutir propostas para a nossa área, que nós nunca tínhamos tido e nem com a conferência nacional dos arquivos, embora houvesse a proposta do Arquivo Nacional ou do CONARQ, nunca se manifestou nesse sentido.

3:14 ¶ 38 in E03 Transcrição

Acho que essa coletividade foi muito saudável para isso, para a gente pensar junto. Espera aí, você está esquecendo isso, está esquecendo aquilo. Acho que esse trabalho de representação, de conselho, se a gente quer fazer realmente uma política pública voltada para o coletivo, ele é assim, essencial. Acho que se um governante que não quer isso ele realmente não está de acordo com uma sociedade realmente voltada para o coletivo, voltada para essa perspectiva de uma construção pensando numa integridade, numa questão transformadora da cultura. Por que o que é cultura? Cultura é algo que leva ao entendimento de pertencimento. (00:36:57) Se ela não faz isso, e o indivíduo não se sente parte daquela história, não se entende como agente transformador da sua própria realidade, a cultura é inútil. Não tem nem porque existir.

4:5 ¶ 30 in E04 Transcrição

Na verdade, quando eu cheguei o plano setorial de arquivos já estava pronto e ele estava na fase de consulta pública, disponível para as pessoas entrarem e opinarem sobre o que tinha sido elaborado lá pelo colegiado. Então assim eu não tinha muita expectativa. Na verdade, eu entrei e ali foi criando entendendo o que era aquilo. Qual era o papel. E acho que é uma Instância muito rica, muito importante e se tivesse mantido. É uma pena e os governantes mais recentes tenham entendido que aquilo ali não era não era importante. Tem um optado efeito a reformulação que fizeram extinguindo os colegiados, extinguindo basicamente a participação da população, da sociedade civil nesse processo, pelo menos da sociedade civil como era entendida antes, né. Para você ter uma ideia a representação da sociedade civil nos conselhos e tal. Mas antes era uma população, era uma participação da sociedade civil, né, mais... Como que eu posso dizer? O cidadão estava ali presente. Era isso, era a participação do Cidadão. Cidadão obviamente que tinha relacionamento com a área, mas que estava ali propondo políticas culturais para área de arquivo, o que para mim, na minha opinião, é bastante Rico. Uma pena que tenha sido extinto.

6:10 ¶ 43 in E08 Transcrição

Mas, assim, o principal acho que do [inint] [00:15:02], aí de uma maneira geral, específica para arquivo, mas geral também, é essa coisa de convocar essa coisa [inint] [00:15:09]. Convocar a sociedade civil, convocar os interessados para debater as questões para poder fundamentar para fazer essas análises, a execução, [inint] [00:15:21]. Foi uma grande escola, um aprendizado [inint] [00:15:26].

6:15 ¶ 75 in E08 Transcrição

Participativa direta e tal, aquela coisa dos Conselhos Nacionais que depois foi abortada pelo Congresso numa forma tão brutal. Foi uma coisa que estava engatinhando em todos os âmbitos, inclusive nesse da Cultura, e que deveria ter sido mais fortalecida, mais explorada, mas que, infelizmente, foi meio que... decepado na raiz. É isso. Era o primeiro mandato do Colegiado. [inint] [00:34:03]. Então, quer dizer, poderia ter... sabe água mole em pedra dura, tanto bate até que fura? Primeiro eles naturalmente vão ter um pé atrás, vão esperar aquela coisa. Mas a coisa não cresceu o suficiente para ter força.

8:3 ¶ 49 in E10 Transcrição

“Não, como é que eu vou brigar por uma política de emponderamento do Arquivo dentro da cultura sendo que o meu estado não tem um Arquivo?” Você entendeu? Então, assim, vou olhar com olhar positivo, que olhe com olhar positivo. E isso eu nunca vou deixar de fazer. Mas é claro também que, naquele momento histórico, eu tinha minhas críticas e isso foi relatado na... [inint] [00:11:13] que a gente gostaria de ser [inint] [00:11:18] em forma de edital, forma de políticas públicas mesmo que cheguem ao cidadão. A gente tinha essa preocupação. E a nossa preocupação perpassava também um momento de inexperiência, ninguém sabia lidar com aquilo

8:11 ¶ 95 in E10 Transcrição

Queria fazer o negócio andar. E aí, assim, sabe? Aí queria a toda maneira. E, assim, achava que talvez a soma com o PT [inint] [00:26:00] as políticas públicas,

participação cidadã, elas, muitas vezes, traduzem na mente de um cidadão, às vezes, que tem ânsia pela participação [inint] [00:26:14] na vida cultural [inint] [00:26:16] que traduz, muitas vezes, como [imbróglia]. Aí fica: “Ah, vai demorar demais”.

8:12 ¶ 103 in E10 Transcrição

Então, assim, o que nós [inint] [00:27:06] talvez demorasse esse prazo para poder agora hoje, nos anos de dois mil e vinte ou vinte e um, poder ter alguma efetividade, porque, assim, a gente sabe que [inint] [00:27:33] hoje tem mais, assim, claro, que a nossa nação goza de uma pluralidade muito grande. E isso, ao mesmo tempo que é uma riqueza, é também uma problemática em termos de críticas de fato, para você traduzir isso. É muito difícil. E aí, assim, talvez alguém [inint] [00:27:46]: “Ah, mas isso é o lado petista falando”. Sim, é o lado petista falando. Realmente, assim, [inint] [00:27:54] talvez os projetos não tenham sido bem executados, mas, em sete, o projeto petista tinha essa gana [inint] [00:28:08] de respeito. Então, eu acho que é isso mesmo. Então, não tem nada fácil. De jeito nenhum a gente conseguiria fazer uma coisa tão completa em pouco tempo.

11:1 ¶ 60 in E13 Transcrição

Mas eu penso que é um debate, assim, que, se aconteceu assim, eu só virei os olhos, entendeu? O importante ali é que a gente tinha espaço e a gente precisava debater aquilo naquele momento. Agora, se a gente quer discutir algo que é um pouco mais visceral... a gente sabe o quanto é difícil que são essas oportunidades no Arquivo, enfim. E olha a quanto estamos hoje, dois mil e vinte, nesse Governo. A quais passos estamos. Então estávamos no céu, discutindo e debatendo. Então se a gente valorizar esses espaços de debates onde a gente tem essa possibilidade de estar com os nossos colegas, estar com os ossos pares e pensar algo que é para desenvolver, que é o que o Plano

11:9 ¶ 56 in E13 Transcrição

Então vou dizer assim, ó, tiveram embates, tiveram, tiveram discussões calorosas até que eu me envolvi, sabe? Que eu não largo o balde e uma ao encrenca. E aí eu acho que... mas são debates, assim, que são... não vou dizer que são construtivos. Eu acho que eles precisam ser naturalizados. Eu naturalizaria, entendeu? Não digo que são polarizações, não diria isso. Eu acho que são debates que enquanto sociedade organizada isso vai existir em qualquer movimento. Em movimento [inint] [00:16:58], em movimento radical isso vai acontecer. Onde a sociedade organizada está e tem noções, percepções diferentes, isso vai acontecer.

○ participação política: EG

3 Citações:

3:13 ¶ 22 in E03 Transcrição

A gente foi criar Associação dos arquivistas do **estado**. A partir daí a gente viu a importância por não ter um sindicato de criar também nossas representações principalmente junto aos conselhos municipais de Cultura. Então a associação participou com representação no Conselho Estadual de Cultura, no qual fui

representante na Câmara técnica de patrimônios arquitetônicos bens Imóveis e acervos. Aí fizemos parte também não só eu Lógico que outros representantes também fazendo parte da diretoria ou parte do grupo como membro da associação fizemos parte do Conselho Municipal de Cultura de **cidade**, Conselho Municipal de Cultura de cidade, que é da região metropolitana, ..., em **cidade** chegamos a concorrer mas não foi para frente o conselho lá. E aí a gente começou a participar E pensar na importância como representação profissional de dar voz ao arquivo dentro dessas instituições de Cultura, o que era o órgão mais natural ali mais próximo das instituições.

8:6 ¶ 33 in E10 Transcrição

A gente foi construindo um laço, assim, de cooperação profissional até culminar na **associação**. A **associação** foi a mola propulsora, vamos dizer, da minha participação no Colegiado de Arquivos que acho que, em dois mil e dez ou onze, tem uma Conferência.

8:7 ¶ 37 in E10 Transcrição

Claro que hoje eu ainda sou aproximado da área, sou vinculado a **associação**, trabalho com projetos de consultoria, projetos de organização, e também milito por uma Arquivologia dentro aqui do estado com mais força, mais representativa. Então a minha aproximação se dá até hoje. Não sou morreu, não. Sou membro da **associação** ainda, da diretoria da AAG.

○ participação política: EI

9 Citações:

2:9 ¶ 35 in E02 Transcrição

E o terceiro, que eu acho que é comum a cada pessoa que participa do colegiado é também adquirir experiência, que [00:19:14] nessa aquisição de experiência eu acabei tendo uma quarta ideia, no momento que a gente estava lá participando das setoriais. Então, a gente fazia muita interação com outras setoriais.

4:6 ¶ 34 in E04 Transcrição

Nessa parte que tem a ver mais com a questão política arquivologia, menos técnica e mais política, de entender todos os assuntos que perpassam, que necessitam da política para você poder no final das contas, no fazer arquivístico, sim. Foi um momento bastante Rico, porque ali você aprende a negociar, aprende a escutar mais, aprende a bater o pé e afirmar a sua posição porque ela está se mostrando mais sólida, enfim. Nesse sentido foi uma formação bastante rica.

5:9 ¶ 52 in E07 Transcrição

Primeiro, a gente tinha que entender bem o que era uma política cultural que a gente não sabia, porque é muito semelhante com o que a gente faz muito aqui no trabalho, quando a gente faz o planejamento. Tu tem metas, tu tem ações, tu tem os

indicadores. Foi a primeira vez que eu entrei em contato com uma coisa assim e a gente não sabia muito bem como que funciona. Diferentes regiões do país representantes, diferentes atividades. Nós estávamos com historiadores, professores, gente também da Universidade, mas que trabalhavam [inint] [00:09:07] com tema de Ditadura, então nós estávamos bem... nós tínhamos gente que era historiador de um Arquivo Nacional, por exemplo, que trabalhava em outras atividades do Arquivo Nacional. Então, primeiro, o que mais me chama a atenção é que eles fizeram uma capacitação para nos inserir e nos mostrar como que a gente deveria fazer o trabalho, explicando bem o que era uma política cultural, o que o Setorial fazia, o que ele teria que fazer, o que ele teria que apresentar. E foi a primeira experiência que eu tive com objetivos, metas e indicadores. E a gente teve que fazer uma coisa, assim, a nível nacional para depois a gente tentar compartilhar para que ela fosse feita a nível estadual e depois municipal.

6:10 ¶ 43 in E08 Transcrição

Mas, assim, o principal acho que do [inint] [00:15:02], aí de uma maneira geral, específica para arquivo, mas geral também, é essa coisa de convocar essa coisa [inint] [00:15:09]. Convocar a sociedade civil, convocar os interessados para debater as questões para poder fundamentar para fazer essas análises, a execução, [inint] [00:15:21]. Foi uma grande escola, um aprendizado [inint] [00:15:26].

6:12 ¶ 59 in E08 Transcrição

Pessoal, para mim, foi fantástico. Para mim, foi uma experiência muito importante. Tanto Colegiado, o diálogo que eu tive com os meus pares, com os meus colegas, quanto no [cenário] do CNPC, nesse nível maior de política pública e tal

8:10 ¶ 49 in E10 Transcrição

Eu tinha... eu projetava tudo o que estava acontecendo no Colegiado Nacional para entender também como essa participação do Arquivo poderia contribuir. Eu não sabia contribuir com o debate cultural no Brasil. Assim, foi um momento de muita riqueza, pelo menos da minha parte.

10:3 ¶ 62 in E12 Transcrição

Menina, tinham coisas que eu não entendia daquelas discussões lá, porque a área de Arquivo não abarca só a minha parte, história. Abarca a gestão, a segurança. Então, eu achei muito importante essas questões de segurança, de preservação da documentação digital. Isso, para mim, foi muito importante conhecer porque permitiu que a gente aplicasse esses conhecimentos aqui

11:5 ¶ 41 in E13 Transcrição

E daí lá a gente... meu Deus, lá eu olhava, assim, tem uns peixes grandes aqui e eu aqui perdida. Mas, assim, como tudo na minha vida foi mais ou menos assim, aí eu só fui naturalizando esse processo, porque eu acho que foi tudo muito precoce também para mim. Eu não tive uma construção. Eu não tive tempo de ter uma construção política, até porque foi meio gritante essa necessidade de representação. Então, assim, os primeiros encontros eu até ficava mais ouvindo, sabe aquela estratégia, assim, de iniciante? Então eu ficava mais na escutada entendendo como é que era a lógica. E aí depois que eu fui me soltando, fui conseguindo participar mais também no grupo.

11:7 ¶ 45 in E13 Transcrição

Então, aí... o que me constrói, me constitui enquanto profissional, enquanto pessoa todas as experiências que eu consegui somatizar a partir dessas oportunidades.

○ participação política: EP

4 Citações:

2:10 ¶ 35 in E02 Transcrição

Mas eles tinham uma espécie de dúvida em comum, né? Mas arquivo, por que arquivo e cultura? Então eu tive um esforço local, eu tive reuniões locais aqui dos eleitos antes de viajar, né, para a gente montar uma estratégia para gente participar [00:20:14] das eleições e tentar tirar o máximo proveito, e tentar também ser eleito. Então a gente teve uma conversa, trocou algumas experiências. E aí a gente discutiu isso aqui, fui mostrando que era que era Arquivologia, como é que ela poderia interagir com as outras setoriais, e acabei tendo a surpresa de, ao chegar em Brasília, encontrar outras pessoas de outros estados, de outras setoriais também com a mesma dúvida. Uma que ficou bem latente pra mim foi do pessoal da Arquitetura, numa conversa que eu tive numa van. Ele perguntou bem seco: mas o que é que arquivo tem a ver com cultura? Aí como eu já tinha o discurso na ponta da língua, fui falando sobre a questão dos arquivos, a importância dos arquivos e da documentação. O legado histórico que é trazido pela documentação que é preservada, os estudos sobre documentação, etc. [00:21:16] E fiz crer, pra ele, que todo trabalho, até fazendo uma relação com o momento que a gente está vivendo, todas as setoriais que trabalham aqui elas sempre vão deixar um legado que está dentro de documentação. E aí é que tá o nosso papel.

7:3 ¶ 103 in E09 Transcrição

Eu acho que, politicamente, o processo foi muito importante para gente, para os Arquivos, sabe? A gente estava muito afastada da cultura. A cultura não passava por Arquivo. Então eu acho que a gente conseguiu sacudir uma poeira também muito grande. A gente conseguiu ser vista. A gente não era vista. A gente conseguiu fala, a gente não tinha voz. Sabe? Não sei, acho que foi um processo muito rico, muito importante. Eu acho que o grande produto que a gente deixa é o Plano Setorial. O grande produto, a grande obra é o Plano Setorial. Agora, eu acho que todo o processo é um processo rico, porque a gente consegue fazer todo esse trabalho com pessoas com formações distintas, com pessoas em regiões distintas, com idades distintas. Tudo diferente. E saiu um trabalho realmente muito bom e que a gente reza para que não se perca

8:8 ¶ 45 in E10 Transcrição

Mas, assim, dentro dessa perspectiva lá, eu estava com o pensamento crítico do Arquivo, [então, assim], uma teoria crítica do Arquivo e como objeto cultural, como objeto partido das políticas públicas. Então, assim, um objeto que deve trazer mais igualdade, solidariedade.

11:6 ¶ 45 in E13 Transcrição

E aí foi nesse momento que eu entendi o que era o Plano, para que servia o Plano e o que a nossa contribuição ali significava. Até eu entender essas estruturas todas que é essa participação da sociedade civil mesmo. A sociedade civil organizada que não está ordenada, por exemplo, por um vínculo de CNPJ, mas que o Estado se abre para receber essas ideias, essas discussões, esse debate. Então foi um pouquinho diferente do movimento que foi feito do que era para mim a Associação. Não, a gente criou uma entidade para ser representativa aqui nesse âmbito. Associação. Ok. E aí a gente via outro caminho, onde o Estado se abria para fazer essa colocação mesmo, esse Colegiado como espaço de debate, de discussão para gente conseguir também articular com os demais participantes, com integrantes da sociedade civil. Então isso foi muito pautado sempre, qual é a opinião da sociedade civil, sociedade civil organizada. Isso é o que mais me marcou, assim, porque... e o movimento, eu chamo de movimento já, esse movimento que pretendia até manter e que criou, pensou no CNPC, e aí pensando uma diversidade de Colegiados, como você já... então... e pensar tudo isso numa totalidade, isso é interessante, e nós fizemos parte desse todo.

○ participação política: FOP

8 Citações:

2:5 ¶ 26 in E02 Transcrição

O que nós encontramos lá foi um ambiente assim meio de pressão, porque nós fomos empossados em maio e quem fez nossa posse foi o ministro da cultura na época, que era o Juca Ferreira, inclusive é um baiano, que sucedeu ao Gilberto Gil. E o Juca, ele fez a posse de todos os conselhos de Cultura, de todas as setoriais, mesmo assim com tom de despedida. Acho que ele já tinha recebido o aviso que ele ia sair. Mas ele deixou um legado, ele deixou todos empossados, ele tem um material que ele produziu de orientação, porque a ideia do Juca, na época, era que os conselhos setoriais eles fossem atemporais a qualquer regime político, [inaudível, incompreensível] [00:07:09] A não ser que o próprio Ministério fosse desmontado, o que acabou acontecendo.

4:4 ¶ 70 in E04 Transcrição

á teve depois do impeachment da Dilma um outro que demonstrou claramente que a participação popular não era importante, não extinguiu logo de cara, mas também enfraqueceu ao máximo... Não fazia as reuniões que estavam previstas, quando fazia não era aquela reunião presencial lá em Brasília, era uma coisa mais dispersa. Enfim... Tanto o CNPC quanto os colegiados vieram sofrendo enfraquecimento gradativo, até o ponto em que agora os colegiados foram extintos, continua existindo o conselho nacional de políticas culturais, mas é um ‘conselhão’, uma coisa completamente diferente do que era.

6:9 ¶ 43 in E08 Transcrição

“É muito bom trabalho. Vai lá e continua. Eu não posso te ajudar, [inint] [00:14:10], mas, infelizmente, [inint] [00:14:15]”. Então, assim, o que eu posso dizer é que muito glamour e pouca grana. São muitos debates muito interessantes de contato com

alguns Ministros, questões de outras áreas, superbacana, mas o resultado prático foi bem aquém da [inint] [00:14:42] que a gente tinha realmente. [Bem de política pública] aprender... não [inint] [00:14:51], mas aprender como ela é feita, como ela é lenta, como... enfim.

6:13 ¶ 67 in E08 Transcrição

Parece que essa ideia era vinda do Ministério da Cultura, mas não tinha muito eco no âmbito do Arquivo, porque [inint] [00:29:07]. O Conarq não deu [nenhum]. E, assim, a gente falava no Plano sobre integrar a política, integrar os elementos do Sinarc, elementos do Sistema Nacional de Cultura. Mas o Sinarc [teve] uma coisa muito abstrata. Acho que relacionada... aquilo é uma ideia na cabeça sem [inint] [00:29:42]. E as instâncias arquivistas olhavam com muito pouco carinho para a [inint] [00:29:58]

6:14 ¶ 71 in E08 Transcrição

Poderiam ter abraçado melhor a ideia. Parecia que tinha uma ideia de concorrência, quando não tinha. O Arquivo Nacional tinha lançado o [inint] [00:31:49], tinha lançado a cartilha para auxiliar a formação de arquivos municipais e tal. E a gente não estava querendo se contrapor a eles. A gente estava, inclusive... pô, vamos pegar a cartilha, vamos ajudar a distribuir, vamos fazer lobby para que essas [atitudes] sejam implantadas no município e tal. Mas, assim, éramos um grupo de pessoas interessadas, membros da sociedade civil, sem condição de fazer por nós mesmos. A gente só podia fazer o que a gente faz. Falar, emitir notas, convidar. Por isso que teve pouco eco lá. Inclusive, teve pouco eco no Ministério da Cultura também. O Ministério de Cultura tem dificuldade de [inint] [00:32:38] nossas coisas, não tem sempre dado espaço que a gente gostaria para, por exemplo, chamada pública de [inint] [00:32:50] de Arquivo. O Ministério da Cultura também financiava aquela história, mas não dava muito, muito apoio de fato, sabe?

8:2 ¶ 45 in E10 Transcrição

Então, assim, não era uma Arquivologia, vamos dizer, neoliberal, tem, assim, resultados. Não, não. Não é. Foi pensada em uma linha que é preciso talvez... eu não sei como é que você vai colocar essa entrevista, [inint] [00:08:45] na sua pesquisa, mas, assim, qualificar [inint] [00:08:52] do entrevistado também. Eu acho que perpassa a entrevista. Então, assim, eu, naquele momento histórico, eu não era filiado. Hoje eu sou. Então, o meu olhar em relação ao que aconteceu talvez não seja tão crítico ao Partido dos Trabalhadores, por exemplo, com um olhar de hoje. Ah, não, se olhar hoje, nossa, podia ter feito muito mais para a cultura, [inint] [00:09:14], enfim.

9:3 ¶ 73 in E11 Transcrição

Nas últimas reuniões nossas, quando a gente estava ali até afinando, estava o impeachment de Dilma. Aquela loucura. E a gente em Brasília. E não podíamos participar de nada, havia aquela história de que como a gente tinha recebido diária, passagem, que iam fotografar a gente, que iam... então havia um clima de terrorismo. Então, assim, as coisas rolando e a gente lá dentro escrevendo o Plano Setorial de Arquivo. Uma loucura, uma loucura, muita loucura mesmo, assim. E a última reunião [não] estava lá, [inint] [00:13:56] na última reunião que teve. Aí também na nossa última reunião foi discutido o teto, aquele teto.

11:8 ¶ 49 in E13 Transcrição

Foi justamente da semana do Golpe. E eu acho que isso foi muito forte, assim, porque a gente viu que aquilo tudo podia cair por terra, aquilo tudo que a gente estava construindo. E aí a gente se forçou, na verdade, um movimento para a gente conseguir aprovar o Plano, porque é um Plano muito discutido, muito debatido, muito no diálogo, muito na contribuição, muito na participação mesmo, sabe? Então acho que isso... quando a gente viu que... aí aconteceu, inclusive, do próprio Ministério da Cultura ser extinguido naquele primeiro momento.

○ Perspectivas integradoras

4 Citações:

6:7 ¶ 47 in E08 Transcrição

E aí era esse debate um pouco, porque a figura, a instituição arquivo, assim, parece ter uma dupla função de ser ao mesmo tempo um instrumento da eficiência da atuação administrativa do Estado na área de gestão e enfim e de ser a salvaguarda do patrimônio documental e os juros possíveis que esse patrimônio tem na produção científica cultural. Eu não acredito que isso precise ser uma dicotomia. É, mas existe essa dicotomia [mais ou menos aí] e eu acho que a comunidade arquivística, de uma maneira geral, nem sempre dialoga muito bem entre esses dois [inint] [00:18:16] ou, enfim, não sabe muito bem para que lado vai.

7:1 ¶ 107 in E09 Transcrição

o Arquivo... assim, é uma coisa que a gente ficou discutindo muito à época, sabe? Muito à época. A gente não sabe... quer dizer, são várias hipóteses. Será que acabou para documento? E aí vai se distanciando. Será que, por conta da Lei 8.159, dando a incumbência do Arquivo Nacional, junto ao Poder Executivo, e para a gestão de documentos... e aí as pessoas também... ah, não, você passa [inint] [00:22:25] esse problema do Arquivo Nacional. Sabe como? Porque talvez as pessoas não tenham nunca lido com muito cuidado a 8.159. Não sei se tudo isso junto. Eu realmente não sei... eu não sei se dá para você falar que a culpa é de um, a culpa é de outro.

9:5 ¶ 97 in E11 Transcrição

Então acho que, assim, o que eu achei fantástico no caso do CNPC é que me abriu essa perspectiva de que a cultura pode perfeitamente ficar também com esse mais [inint] [00:21:08], mais tradicional, administrativo.

11:2 ¶ 68 in E13 Transcrição

Não é um cabo de guerra. Eu acho que aí existe uma forma facilitada até da gente trabalhar que seria numa questão mais híbrida. Eu acho que essa seria a perspectiva que eu pensaria a questão de políticas. Hoje a nossa Política Nacional de Arquivos é baseada na 8159, então a nossa Política Nacional de Arquivos não é uma política, ela é quase um programa manual, porque lá está escrito que as metodologias que eu tenho que utilizar... está falando lá que faz corrente da medida permanente, está falando disso. Isso é metodologia de trabalho. E aí [segundo] a gente tem um Plano, uma Política Nacional que pensa metodologia e pensa como fazer, a gente pensa que

a gente tem que desenvolver um pouquinho mais isso aí. E aí eu dou responsabilidade ao próprio Conarq, ao próprio Arquivo Nacional para pensar essas questões. Ou para, a partir disso, ampliar o campo de visão que nem sempre essa metodologia corrente intermediária permanente vai ser suficiente para defender as especificidades institucionais. Mas, feita essa crítica à Política Nacional de Arquivos, eu vejo que está muito [embricado] sempre. E eu sinto muito que esse movimento do Plano foi essa aproximação, porque a gente conseguiu pensar no âmbito do desenvolvimento dele essas questões: “Ah, como é que vai ser para a Administração? E para a Cultura?” Então a gente conseguia fazer esse paralelo da nossa discussão mesmo. A gente passava [mais os] Arquivos Históricos. Hoje, a gente sabe, por exemplo, que os Arquivos Estaduais, Municipais, Históricos ou não, eles deveriam ter a competência de fazer a gestão de documentos, mas aí a gente tem várias limitações de gestão, de recursos, de recursos materiais, [inint] [00:27:41] recursos humanos principalmente também que estejam engajados nesse grande movimento. Mas está [embricado]. Eu não consigo... é porque para mim está tão naturalizado esse debate, sabe, PESQUISADORA, que para mim, assim, é parte de um todo. Para mim não tem muita discussão, entende? Eu acho que a Cultura tem, sim, que olhar para os Arquivos e a Administração precisa, sim, olhar para os Arquivos. E faz bem para a Cultura a Administração olhar para os Arquivos, e faz bem para a Administração a Cultura olhar para os Arquivos.